

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**Mestrado em Sociologia**

**Área de Especialização: Poder e Sistemas Políticos**

***Poder Político e Ideologia Face à Construção  
Adiada de Uma Paz Duradoura entre Israel e a  
Palestina***

**Dissertação de Mestrado apresentada por:**

***Marli Pereira de Barros Dias***

**Orientadora:**

***Professora Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar***

**Évora**

**2010**

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

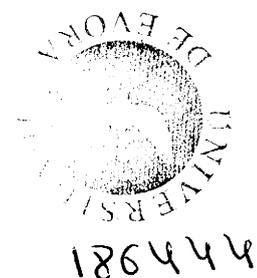
**Mestrado em Sociologia**

**Área de Especialização: Poder e Sistemas Políticos**

***Poder Político e Ideologia Face à Construção  
Adiada de Uma Paz Duradoura entre Israel e a  
Palestina***

**Dissertação de Mestrado apresentada por:**

***Marli Pereira de Barros Dias***



**Orientadora:**

***Professora Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar***

**Évora**

**2010**

## **RESUMO**

**Título:** *Poder Político e Ideologia Face à Construção Adiada de Uma Paz Duradoura entre Israel e a Palestina*

O conflito entre Israel e Palestina tem sido marcado pela violência e luta sangrenta entre os dois povos que disputam o mesmo território. Isto tem provocado consequências graves como instabilidade política, problemas económicos e sociais principalmente para o povo palestino que na actualidade vive em situação de miséria e opressão em que a insegurança atinge ambos os lados do conflito.

O desenvolvimento do conflito ao longo da sua história tem desencadeado uma actuação através da luta armada como bombardeamentos, Intifadas e terrorismo sendo que, este último atingiu o seu cume a partir do momento que superou a forma tradicional de terrorismo ao fazer a opção pelos atentados suicidas numa vertente inovadora dos palestinos, estimulados pela ideologia religiosa e de radical oposição a ocupação israelita, a qual tem também, como aguilhão a ideologia sionista presente desde os primeiros tempos do conflito.

É na incansável luta pelo território palestino que se tem deflagrado a destruição dos Direitos Humanos e Civis mediante poderes desiguais e insensíveis as questões humanitárias que em muitos momentos, tem contado com interferências de alguns países estrangeiros como mediadores dos processos de paz, mas que, em certas situações são motivados por interesses próprios e assim, alheios a uma paz justa e duradoura.

Vários tem sido os obstáculos para a paz como as intransigências dos lados em disputa e a acirrada ganância pelo domínio e pelo poder, o que tem feito malograr os tratados de paz e consequente continuidade do conflito numa escalada de violência sem precedentes e crescente dificuldade para se estabelecer uma paz justa e duradoura.

**Palavras-chave:** Poder político; ideologia; paz; conflito israelo-palestino.

## **ABSTRACT**

**Title:** *Political Power and Ideology, Causes for an Adjourned Lasting Peace Between Israel and the Palestine*

The conflict between Israel and Palestine has been a violent and cruel struggle between two peoples fighting over one land. Political instability and economic and social problems are some of its most serious consequences, particularly felt by the Palestinians who have been living in misery and under oppression throughout this conflict. On the other hand, the lack of security is a cost felt by both sides.

Since its early stages this has been a conflict marked by the use of artillery shelling, by the Intifadas and terrorist attacks. The armed struggle has now reached a peak in violence, as the traditional types of terrorism were replaced by new forms of suicide attacks based on religious ideology and radical resistance to Israel's military force, an occupation inflamed by the historical presence of Zionism.

This enduring fight for the Palestinian territories is responsible for a general disrespect for human and civil rights, an inevitable consequence of the disproportionate military power of the conflicting parties and disregard for humanitarian problems. The foreign countries acting as mediators in the peace process have, too frequently, turned a blind eye to these situations, thinking primarily about their own private interests rather than the establishment of a lasting peace.

Many have been the obstacles to peace. The inflexibility of both conflicting sides and their determination to hold a military and political control over the territories are responsible for the failure to implement the peace accords and for the perpetuation of a conflict that has witnessed an unprecedented escalation of violence and consequent failure to create the conditions for a just and lasting peace.

**Keywords:** Political power; ideology; peace; israeli-palestinian conflict.

## ÍNDICE

Agradecimentos.....	5
Siglas utilizadas .....	6
Introdução.....	7
<b>Capítulo I – Pressupostos orientadores da investigação</b>	
1.1. Da problematização aos objectivos de estudo.....	18
1.2. Método e tipo de estudo.....	20
1.3. Técnicas de recolha de dados.....	21
1.4. Técnicas de análise de dados.....	24
<b>Capítulo II – Enquadramento teórico-conceptual</b>	
2.1. Aproximação crítica aos conceitos de conflito, poder, Ideologia, paz e fundamentalismo islâmico.....	27
<b>Capítulo III – O conflito israelo-palestiniano: das motivações iniciais aos principais impactes na actualidade</b>	
3.1. Origem histórica e motivações do conflito israelo-palestiniano.....	35
3.2. Independência de Israel e o agravamento do conflito.....	40
3.3. Conflitos armados entre judeus e árabes após a independência de Israel.....	42
3.4. A instabilidade social e económica face ao conflito.....	54
3.5. A ideologia como mola propulsora para o agravamento do conflito.....	90
<b>Capítulo IV – Intolerância, formas de actuação no conflito, terrorismo e ideologia religiosa</b>	
4.1. Formas de actuação no conflito: terrorismo e ideologia religiosa.....	110
4.2. O conflito na actualidade: incremento e novas formas de actuação, novo terrorismo e ideologia religiosa.....	121

## **Capítulo V – Tratados de paz, obstáculos para a paz e principais intervenientes**

5.1. Os diversos tratados de paz.....	143
5.2. Obstáculos para a construção de uma paz duradoura.....	173
5.3. Principais intervenientes políticos no processo de paz entre Israel e a Palestina.....	191
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>199</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>215</b>

## **ANEXOS**

Anexo I – Guião de Entrevista.....	231
Anexo II – Grelha Explicativa.....	232
Anexo III – Grelha Interpretativa – Análise de conteúdo – Categorical Temática.....	234

## **ÍNDICE DAS FIGURAS**

<b>Figura 1 –</b> Motivações do conflito.....	53
<b>Figura 2 –</b> Actuação dos líderes e da população.....	72
<b>Figura 3 –</b> Consequências sócio-económicas.....	89
<b>Figura 4 –</b> Impacte do conflito ao nível educacional.....	136
<b>Figura 5 –</b> Intolerância e radicalismo na actuação no conflito.....	141
<b>Figura 6 –</b> Recusa da proposta de devolução de território, por Arafat. O fracasso de Camp David.....	172
<b>Figura 7 –</b> Motivos para o não cumprimento dos tratados de paz.....	190
<b>Figura 8 –</b> Medidas para se alcançar a paz duradoura.....	197
<b>Figura 9 –</b> Poder Político e Ideologia Face à Construção Adiada de Uma Paz Duradoura entre Israel e a Palestina.....	213

## **AGRADECIMENTOS**

É nosso dever expressar o sincero reconhecimento público às personalidades que abaixo se indicam e que nos auxiliaram com o seu saber e meios na realização deste trabalho:

aos funcionários diligentes da Biblioteca Pública de Évora, da Biblioteca Geral da Universidade de Évora e da Biblioteca Nacional de Lisboa, pela amabilidade na cedência dos fundos bibliográficos por nós solicitados;

aos membros do Secretariado do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, na pessoa de D.<sup>a</sup> Fortunata Correia e D.<sup>a</sup> Teresa Raleira, pela eficiência e gentileza que nos foram dispensados sempre que a ele recorremos;

a todos os nossos entrevistados que, gentilmente, nos receberam e colaboraram para a feitura da presente dissertação. Os seus conhecimentos, vertidos nas entrevistas que nos concederam, em muito contribuíram para o esclarecimento das problemáticas que nos ocupam ao longo das páginas que se seguem;

à Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar, sem cuja orientação e incentivo este labor, que agora se torna público, não teria sido possível;

ao José Manuel, primeiro leitor e crítico deste texto, pelo apoio, carinho e compreensão.

## **SIGLAS UTILIZADAS**

*AIPAC* – Comité de Acção Política Americano-Israelita [em inglês: *American Israel Public Affairs Commitee*].

*ANP* – Autoridade Nacional Palestiniana [em árabe: *As-Sulta Al-Wataniyya Al-Filastiniyya*].

*CNP* – Conselho Nacional Palestiano [em árabe: *Al-Majles Al-Watani Al-Felistini*].

*ECHO* – Serviço de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia [em inglês: *European Commission Humanitarian Aid*].

*EUA* – Estados Unidos da América [em inglês: *United States of America*].

*IDF* – Forças de Defesa de Israel [em inglês: *Israel Defense Forces*].

*NYSE* – Bolsa de Valores de Nova Iorque [em inglês: *New York Stock Exchange*].

*OLP* – Organização de Libertação da Palestina [em árabe: *Munzzamat Al-Tahrir Al-Filastiniyya*].

*ONGs* – Organizações Não Governamentais

*ONU* – Organização das Nações Unidas [em inglês: *United Nations Organization*].

*OPEP* – Organização dos Países Exportadores de Petróleo [em inglês: *Organization of The Petroleum Exporting Countries*].

*PNUD* – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

*UE* – União Europeia.

*UNIFIL* – Força Interina das Nações Unidas no Líbano [em inglês: *United Nations Interim Force in Lebanon*].

*UNRWA* – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente [em inglês: *The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*].

*URSS* – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [em russo: *Soyuz Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*].

## **INTRODUÇÃO**

O nosso interesse em estudar o conflito israelo-palestiniano surgiu a partir das aulas da disciplina de “Estudo da Paz e dos Conflitos”, integrada no plano curricular do Mestrado em Sociologia, variante: Poder e Sistemas Políticos, ministrado na Universidade de Évora. Foi o princípio de um estudo que instigou não só a curiosidade, mas a necessidade de tentar investigar mais profundamente o assunto visto que, é um conflito de longa duração e que, muitas vezes, choca o mundo pelo rigor da violência e pela dificuldade de se chegar à paz. Não foi possível ignorar, nem ficar indiferente ante um conflito que tem ceifado muitas vidas humanas através da violência com que os seus actores têm actuado.

Sem ter a pretensão de termos encontrado uma solução para o conflito israelo-palestiniano, visamos contribuir, com o nosso estudo, para o esclarecimento de alguns pontos que alimentam a disputa do território e contribuem para a manutenção da luta, dificultando a obtenção da paz.

O conflito israelo-palestiniano não é um assunto novo, mas os diversos estudos feitos acerca desta problemática estão mais centrados na disputa do território, apesar de abordarem alguns outros aspectos que nutrem o conflito, tais como a questão da religião, a intolerância, entre outros. O nosso objectivo é contribuir com um estudo voltado para a análise de aspectos tais como o poder e a ideologia que, muitas vezes, se encontram camuflados, manipulam e deturpam a realidade, ao mesmo tempo que se convertem em mais um conjunto de obstáculos para a paz.

O presente trabalho tem por objectivo estudar o conflito israelo-palestiniano desde os seus primórdios até à actualidade, através de uma análise qualitativa do conflito, tal como ele se apresenta nos nossos dias, sem dispensar os elementos históricos que são fundamentais para a compreensão da actualidade. Nesta perspectiva, a abordagem também se fará a partir da análise crítica da relação copulativa existente entre o poder político e a ideologia.

Quanto ao objectivo geral, este visa analisar como o poder político e a capacidade de domínio através da ideologia, no conflito israelo-palestiniano, têm contribuído para o sucessivo adiamento de uma paz duradoura, consubstanciada na devolução de autonomia e capacidade de cada indivíduo se auto-determinar, de acordo

com os princípios do respeito ao direito e à liberdade de viver segundo os seus padrões sócio-culturais.

Parte-se do pressuposto que uma paz duradoura implica a devolução da autonomia e capacidade de se auto-determinação de cada indivíduo, seguindo os princípios do respeito ao direito e a liberdade de viver de acordo com a sua cultura.

Para o desenvolvimento da presente investigação recorre-se a uma análise diacrónica, a partir de uma diversidade de fontes, como contributo para a compreensão do conflito israelo-palestiniano, destacando o poder *político* e a *ideologia*, em articulação com a *práxis* (política e ideológica) em Israel e na Palestina.

A análise a ser adoptada sobre o conflito israelo-palestiniano privilegia, por um lado, a dimensão do poder político, cuja grande problemática se centra na questão territorial. No entanto, ao longo do conflito, considera-se que também surgiu uma forte componente ideológica que serve para fortalecer o direito sobre o território, tanto entre israelitas, quanto entre palestinianos.

A ideologia presente nas duas comunidades surge como mais um obstáculo para uma paz duradoura, uma vez que, em certas ocasiões, a ideologia sionista, do lado judeu, e a ideologia religiosa, do lado palestiniano, servem-se de reivindicações históricas para levar a cabo a luta pelo território.

Ao tratar-se de um conflito de longa duração, onde os problemas originários não foram solucionados e persistem até aos dias de hoje e ainda se sobrepõem a outras questões como, por exemplo, os refugiados que aparecem como mais um problema de difícil resolução e consequência da ocupação israelita após Israel vencer as guerras contra os árabes. Tudo isto, compõe um quadro de problemáticas que data desde a chegada dos judeus à Palestina e se agrava com a criação do Estado de Israel em 1948.

Pode dizer-se que as bases do conflito do modo como está determinado começaram a ser traçadas a partir da Declaração Balfour, em 1917, ano em que a Grã-Bretanha se comprometeu no apoio aos judeus, prometendo aos palestinianos a independência em troca da expulsão dos turcos da região. A Inglaterra fez “um jogo duplo”, com o objectivo de tentar conseguir o controlo do Médio Oriente.

A Declaração Balfour permitiu a emigração dos judeus para as suas antigas terras e assinalou o início do choque entre judeus e palestinianos, que se acentuou com o aumento da emigração judaica, principalmente no período da II Guerra Mundial, tendo como maior motivação o Holocausto.

No ano de 1936 deu-se a primeira revolta árabe e surgiram os primeiros refugiados. O conflito agravou-se em 1948, durante a Guerra de Independência de Israel. Segundo David Meir-Levi, “os refugiados palestinianos que se estabeleceram em Gaza em 1948 fizeram-no forçados, não por Israel, mas pelos egípcios; e foram aí mantidos sob a força das armas, arriscando-se a serem abatidos se tentassem fugir e nunca obtendo cidadania egípcia ou, sequer, passaporte egípcio (estes factos foram registados pelo próprio Yasser Arafat na sua biografia oficial, *Arafat: Terrorist or Peace Maker?*, publicada por Alan Hart em 1982)” (LEVI, 2006: 24-25).

O sonho judeu do retorno à terra de origem foi acalentado pelo sionismo que, ao ser um movimento político, se organizou de modo a propiciar a volta dos judeus à Terra Santa. Esta ideologia estava centrada na auto-determinação e na criação de um Estado judaico para os judeus.

No âmbito desta perspectiva, desde a fundação do Estado de Israel em 1948 e, após a Guerra da Independência, o povo israelita, acalentando o sonho do retorno à sua terra de origem e em busca de refúgio, fundou o seu próprio Estado nacional, mas com custos elevadíssimos para o povo palestiniano que, desde a primeira guerra travada contra Israel, viu a sua população ser expulsa de sua pátria pelas Forças Armadas adversárias, embora Israel tenha negado a sua responsabilidade e atribuído a dispersão dos palestinianos à fuga que continua até hoje, negando-se a aceitar o retorno desta população dispersa, mesmo após as determinações da ONU.

O número de refugiados foi-se ampliando no decorrer das guerras e consequentes ocupações por parte de Israel. No ano de 1954 Israel envolveu-se na Guerra do Suez, contra o Egipto, e ficou do lado das potências europeias. Em 1967 ocorreu a Guerra dos Seis Dias e Israel entrou em guerra com mais três países árabes e novo contingente de palestiniano deixou o território de origem e Israel ocupou mais terras palestinianas que, até ao momento, se encontram sob o seu domínio e com grande valor estratégico, com a excepção da Península do Sinai, que foi devolvida ao Egipto, e a Faixa de Gaza, que foi desocupada em 2005. A vitória na Guerra de 1967 contribuiu também para melhorar as relações com os EUA em virtude dos interesses estratégicos destes últimos na região que viram em Israel um importante aliado.

Em 1973, o Egipto e a Síria assinaram um acordo para agirem conjuntamente com o objectivo de atacar as terras ocupadas por Israel na Guerra dos Seis Dias, o que levou à deflagração da Guerra do Yom Kippur (o Dia do Perdão, para os judeus). De

entre todas as guerras, nenhuma foi suficiente para resolver problemas, mas sim para os agravar.

A situação dos refugiados e a ocupação persistem, décadas após décadas, assim como a questão territorial. Este, de entre outros, é mais um problema a ser resolvido. “Israel rejeita o direito de ‘retorno’ para os refugiados internos e externos e quer resolver o problema com uma combinação de reassentamento nos países árabes, esforços internacionais para melhorar as condições de vida dos refugiados palestinos; e readmissão limitada. Já a OLP insiste no direito absoluto de retorno para todos os refugiados palestinos de 1948. No decorrer dos anos, muitos observadores neutros vêm concordando que os interesses de curto e médio prazos dos refugiados palestinos são por vezes colocados em segundo plano em relação às manobras políticas para realizar aquela meta de longo prazo” ( SMITH, 2008: 40-41).

A Faixa de Gaza apresenta-se hoje no cenário mundial como um território com um grande número de refugiados e empobrecida, o que tem permitido o domínio da população por grupos e ideologias religiosas e extremistas, uma vez que a ANP perdeu autoridade e, assim, através de programas assistenciais e sociais permitiram o acesso e influência do Hamas, que hoje domina esta região, em contraste com o velho ambiente conflituoso entre palestinianos e israelitas.

O interesse em resolver o problema dos refugiados não é muito evidente e, enquanto isto acontece, o destino de um povo fica para ser resolvido num futuro que ainda não chegou e que parece estar distante. Impera o sentimento de revolta e humilhação, a violência torna-se implacável quer seja contra Israel, quer seja contra os palestinianos.

O ano de 1982 foi marcado por mais uma guerra travada por Israel, mas desta vez contra o Líbano, cujo propósito real não estava dissociado da Palestina, uma vez que com esta guerra Israel tinha por objectivo a destruição da OLP, bem como manter sob o seu controlo o Sul do Líbano, que faz fronteira com Israel. Esta guerra também foi marcada pela violência e destruição que assolou o Líbano e a sua população.

No decorrer dos anos Israel prosseguiu com a ocupação das terras palestinianas com o conseqüente agravamento da situação económica e social dos palestinianos, o que levou os judeus a pagarem um alto preço com o surgimento da Primeira Intifada, em 1987, marcada por ataques e contra-ataques violentos.

Após tantos anos de conflito marcados por tratados não cumpridos e pelo aumento da violência, o ano de 1993 despontou com o indicativo para o fim da

ocupação israelita. Tratava-se dos Acordos de Oslo, assinados em Washington, na perspectiva da retirada israelita dos Territórios Ocupados e a criação do Estado palestino. Porém, esta perspectiva não se cumpriu e cedeu espaço para mais frustração e desesperança, principalmente para os palestinos.

Perante o fracasso de Oslo, a situação agravou-se no ano 2000 e o mundo pôde presenciar mais violência, através da Segunda Intifada. Esta desencadeou-se depois da visita do primeiro-ministro de Israel, Ariel Saharon, à Esplanada das Mesquitas, acto que foi interpretado pelos muçulmanos palestinos como uma provocação. Deu-se a sublevação palestina, que foi combatida pelas IDF numa escalada de grande violência.

Nesta altura, grupos de resistência palestina destacaram-se como, por exemplo, o Hamas que, diferentemente da tradicional Al Fatah, não é laico. Para além de adoptar como forma de resistência a luta armada, passa a praticar atentados suicidas e move-se através de uma forte ideologia religiosa que ganha fôlego perante a degradante situação económica e social dos palestinos, principalmente na Faixa de Gaza. Mas não podemos dizer que isto seja algo novo ou recente, pois esta ideologia, como regista a História, já estava presente no mundo árabe há bastante tempo.

A ideologia religiosa que impera do lado palestino não surgiu do nada, mas ligada ao processo de pós-independência dos Estados árabes, cujas soberanias estavam comprometidas por problemas inerentes a países que estiveram sob dominação estrangeira e surgiram como Estados subdesenvolvidos e com graves problemas económicos e sociais.

Neste contexto, há que se destacar, também, o declínio da ideologia nacionalista árabe, que foi incapaz de pôr em prática o desenvolvimento económico e social e que, após a colonização europeia, viu chegarem ao poder regimes e ideologias que não conseguiram atender às necessidades da população e se mostraram ineficazes, corruptos e fechados em regimes políticos repressivos.

“Diversos factores, quer internos, quer externos ao mundo muçulmano, contribuíram para um ressurgimento religioso mais acentuado a partir dos anos 70. Em termos sociais, o fenómeno religioso é o resultado do fosso entre as aspirações das populações e as oportunidades falhadas. Durante as primeiras décadas de desenvolvimento, os governos conseguiram absorver no mercado de trabalho as forças trabalhadoras em expansão e os novos licenciados. As economias petrolíferas dos anos

60 e 70 ofereciam grandes oportunidades de emprego às populações. Contudo, em finais dos anos 70 e princípios da década de 80, o crescimento desenfreado das populações veio a juntar-se a outras dificuldades – nomeadamente a flutuação dos mercados petrolíferos – afectando seriamente as capacidades de emprego. Um número crescente de jovens e de desempregados, uma massa alienada, veio, assim, a constituir terreno propício ao recrutamento de islamistas” (PINTO, 2008: 31-32).

O ressurgimento islâmico ganhou fôlego com a derrota dos Estados árabes frente a Israel, em 1967. Os regimes nacionalistas perderam a credibilidade junto das populações frustradas diante da impotência árabe. Os muçulmanos sentiam-se humilhados e atribuíram as derrotas sofridas como consequência de terem se afastado do Islamismo e de terem adoptado hábitos ocidentais.

Pode verificar-se, no Médio Oriente, um conflito de longa duração que já produziu cinco guerras e duas Intifadas, e que mantém as motivações iniciais, mas se tem renovado através da História e dos tempos. Novos componentes passam a ser acrescentados e definidos como causas e consequências da vitória ou da derrota, da resistência ou da debilidade. É neste sentido que caminha o conflito israelo-palestiniano e se move na direcção de se estabelecer uma radicalização por meio de uma resistência armada e violenta que permitiu até agora, uma maior abertura para a adopção, por parte de Israel, de uma defesa e contra-ataque de extrema violência, cuja justificação é a própria radicalização palestina através da actuação de grupos terroristas como o Hamas, a Jihah Islâmica, de entre outros.

A intolerância e a violência de um povo em relação ao outro é crescente e chega à actualidade trazendo consequências aos níveis económicos e sociais que atingem de modo avassalador principalmente a sociedade palestina, que se encontra num quadro de empobrecimento contínuo e sem perspectivas de um futuro mais próspero e harmonioso.

A perda de credibilidade dos grupos laicos, que lutavam pela libertação da Palestina, cedeu espaço aos grupos radicais e, com isso, ocorreu uma viragem islâmica que através de uma ideologia religiosa e extremista se vale cada vez mais da violência e do terrorismo para se impor perante o poder mais forte, que é Israel e, para isso, encontra no incessante empobrecimento dos palestinianos, condições propícias para impor a sua ideologia e encontrar os seus adeptos.

“A desilusão com a AP produziu apoio ao Hamas, fundado em 1988 a partir de um movimento de assistência social que surgira da Irmandade Muçulmana. Se a AP parecia incompetente, corrupta e fraca contra Israel, o Hamas passava a impressão de ser competente, limpo e forte. A morte de Arafat (2004) liberou a opinião pública palestina da lealdade ao movimento dele; em Janeiro de 2006, o Hamas venceu as eleições da AP” (SMITH, 2008: 59).

A resistência palestina tem-se organizado, geralmente, em torno do terrorismo na tentativa de aniquilar Israel. Os palestinianos pagam um preço muito alto pois são vítimas das retaliações israelitas, quer seja através de forças militares ou de bloqueios económicos. As barreiras fronteiriças impostas por Israel à população palestina impedem-na de exercer o direito ao trabalho e de ter acesso a serviços essenciais à vida. As tensões entre os dois povos aumentaram, colocando entraves sérios à possibilidade de uma vida saudável e em paz.

Israel apossou-se de grande parte do território palestiniano, tendo contrariado resoluções da ONU que condenam a ocupação de territórios através de guerras. O território israelita ampliou-se, enquanto os palestinianos permanecem sitiados numa *terra de ninguém* e as fronteiras parecem não existir. Ainda nos últimos anos, Israel construiu o *muro da separação* na Cisjordânia sob a justificação de se defender dos ataques terroristas que tem sofrido. Com esta atitude Israel complicou a vida de muitos palestinianos, que estão isolados pelo betão armado e pelo arame electrificado.

A paz nesta região parece ainda estar distante e “o apocalipse tantas vezes anunciado sobre esta terra três vezes santa, um apocalipse em que não haverá distinções entre uns e outros, entre vencedores e vencidos. De que temos já uma dramática amostra com a escalada de violência militar israelita e a multiplicação dos atentados dos suicidas palestinianos” (GRESH, 2002: 141-142).

A possibilidade de um acordo que possa dar aos dois povos uma paz definitiva esbarra nos interesses, nas intransigências e nos extremismos que sabotam a possibilidade de ambos viverem sem animosidades. É uma caminhada descontínua que ninguém sabe onde vai chegar, mas sabe-se que para além dos radicalismos, há também interesses económicos externos à região como, por exemplo, dos EUA que, somados aos interesses locais, alimentam a situação e a manutenção de um *status quo* que parece ser vantajoso para Israel e para países estrangeiros com interesses na região.

“Desde a Segunda Guerra que os Estados Unidos têm mantido uma presença activa no Médio Oriente, por uma série de razões de peso, de ordem económica e estratégica. Tradicionalmente, os Estados Unidos têm definido os seus interesses no Médio Oriente como sendo: o acesso aos recursos petrolíferos do Golfo; a defesa do Estado de Israel; a resolução do conflito israelo-árabe; a manutenção de uma situação sócio-política favorável aos Estados Unidos; nomeadamente através do apoio concedido a Estados árabes com uma orientação pró-ocidental. A estas prioridades deve-se acrescentar aquela que, paralelamente à questão petrolífera, durante o período da Guerra Fria, constituiu a primeira razão para a intervenção dos Estados Unidos na zona: a necessidade de conter o alastramento da influência soviética” (PINTO, 2008: 47).

Torna-se evidente o interesse dos EUA no Médio Oriente, sendo possível compreender que este país não possui uma posição neutra ante o conflito, o que determina o incansável apoio a Israel, que é a sua ponte de acesso mais segura na região. Em virtude de tudo isto, os obstáculos sucedem-se quanto aos tratados de paz que, normalmente, pendem para o lado israelita quanto aos benefícios e isenção de problemas importantes acerca do território, refugiados, água e a cidade de Jerusalém.

Prova disso é que muitos tratados de paz e muitas resoluções para porem fim ao conflito já foram elaboradas e até aprovadas, mas não foram totalmente respeitadas nem foram suficientes para atender às exigências de ambos os povos o que tem levado, muitas vezes, a decisões unilaterais, provocando a revolta da população palestiniana.

É importante não ignorarmos o facto de que a postura de Israel neste conflito tem gerado a decadência económica e social dos palestinianos, que vivem em situação de miséria e opressão. Grande parte da população palestiniana encontra-se desempregada e necessita de ajuda humanitária, o território palestiniano é descontínuo o que agrava ainda mais o isolamento da população e as possibilidades de se desenvolver económica e socialmente e, principalmente, de se auto-determinar.

A realidade social, económica e política parece evidenciar a necessidade de ter de ser pensada com mais compromisso e seriedade, pois “a realidade social e a realidade política constituem-se também como parâmetros referenciais particularmente significativos para o sentido da vida individual e colectiva” (SOUSA, 1986: 104).

Um projecto político e social viável, para Israel e a Palestina, requer cedências de ambas as partes para se criar uma perspectiva de paz, ao mesmo tempo que os grupos

que assumirem o poder tenham o compromisso de manter os acordos anteriormente estabelecidos.

Em 1988, Yasser Arafat convenceu o CNP a reconhecer as fronteiras do Estado de Israel, estabelecidas em 1949, o que levou à desistência da reivindicação de 78% da Palestina histórica, passando a luta a concentrar-se na Cisjordânia e em Gaza. Em 2006 o novo Governo da ANP foi formado pelo Hamas que, através de eleições democráticas, chegou ao poder, e se nega a reconhecer o Estado de Israel.

Com o Hamas no poder, a Palestina dividiu-se entre o Hamas e a Al Fatah, sendo que o primeiro passou a dominar a Faixa de Gaza enquanto a Al Fatah continua na Cisjordânia. A disputa entre as duas facções já levou a Palestina à beira de uma guerra civil, o que tem só prejudicado a população palestina que necessita de um programa político capaz de pôr fim à situação de miséria e de opressão em que vive ante a persistência da política “linha dura” israelita que impera na região e destroça a esperança e dignidade do povo palestino.

O mais terrível, para os palestinos, é o controlo de Israel sobre o território e aos recursos hídricos, o que acaba por limitar as possibilidades económicas da Palestina. É imprescindível não esquecermos, também, que as IDF exercem, de modo decisivo, forte pressão sobre os palestinos, o que os leva à indignação e humilhação pelo modo que são tratados. Tudo isto faz com que aumente a revolta palestina, que se torna mais evidente ante cada nova medida de segurança adoptada por Israel.

Não se pode afirmar que todos os israelitas concordam com a política do Estado de Israel. Muitos israelitas também estão cansados da violência, do medo e da guerra e procuram a paz para poderem dar continuidade às expectativas de vida e ao próprio desenvolvimento do seu país.

Israel também está perante a necessidade de um estado de paz que possa garantir o seu progresso, dado que a guerra afugenta possíveis investidores e a situação de insegurança leva à desconfiança relativamente ao fracasso dos vários tratados de paz e à intolerância que parece imperar de ambos os lados.

A necessidade de paz para ambos os povos é inquestionável, assim como as dificuldades de se chegar a esta tão almejada paz. Os poderes desiguais não têm permitido uma real possibilidade de entendimento entre as partes envolvidas e inspirado a violência e a desconfiança em ambas as partes.

A inexistência de uma real confiança entre Israel e a Palestina tem contribuído para o malogro de muitos tratados de paz e para as possibilidades de entendimento em

torno das questões fundamentais que estimulam o conflito e, também, entram a possibilidade da criação de um Estado palestino, cuja sociedade seja capaz de se auto-determinar livremente. Todos estes pontos nos remetem para uma análise que se coaduna com um carácter de dominação, de poder e de contra-poder que estão claros quanto às suas existências e se somam um a um, acabando por se transformar num obstáculo que, só com a disposição para o diálogo e a negociação política, poderá transpor esta barreira e chegar a uma paz duradoura.

A presente investigação está estruturada do seguinte modo:

O primeiro capítulo refere-se aos pressupostos orientadores da investigação, apresentando-se, aqui, os Objectivos e a Metodologia a aplicar visando a prossecução dos mesmos.

O segundo capítulo diz respeito ao enquadramento teórico-conceitual do nosso trabalho. Nele, pretendemos efectuar uma breve aproximação crítica aos conceitos de conflito, poder, ideologia, paz e fundamentalismo.

O terceiro capítulo reporta-se ao conflito israelo-palestino: das motivações iniciais aos principais impactes na actualidade.

O quarto capítulo aborda a intolerância, formas de actuação no conflito, terrorismo e ideologia religiosa.

O quinto capítulo é dedicado aos tratados de paz, obstáculos para a paz e principais intervenientes.

Nas considerações finais apresentamos as conclusões decorrentes da problemática do conflito israelo-palestino e as dificuldades para uma paz duradoura mediante a análise de todo o processo de investigação.

A última parte deste trabalho corresponde ao material bibliográfico pesquisado e utilizado no estudo do conflito israelo-palestino.

Em face da preocupação em articular, de modo claro, a teoria com a prática, apresentaremos, ao longo das páginas que se seguem, figuras que representam as ideias-chave presentes nas entrevistas que nos foram concedidas.

## **Capítulo I – Pressupostos orientadores da investigação**

### **1.1. Da problematização aos objectivos de estudo**

O conflito israelo-palestiniano encontra as suas raízes na emigração do povo judeu para a Palestina, em finais do século XIX. Sem um Estado próprio e vítima de perseguições, os judeus idealizaram um projecto com o propósito de criar o seu Estado e contou com o sionismo para cumprir o ideal de retornar e habitar a sua terra histórica através da fundação do Estado judaico.

A região da Palestina, que há séculos era habitada pelos árabes, transformou-se no decorrer dos anos numa disputa entre os dois povos, que se agravou com a criação do Estado de Israel, em 1948, após determinação da ONU. Muitos combates armados já foram travados na região, bem como várias tentativas de paz também já foram feitas mas, até ao momento, a paz não se efectivou e o conflito intensificou-se, tendo ganho diferentes formas de luta seja no ataque ou na defesa.

É neste contexto que as ideologias e poderes aparecem, somam-se as motivações antigas e se transformam em mais uma componente capaz de criar novas motivações, deturpar a realidade e estimular o conflito numa luta acirrada pela posse do território e pelo poder que trespassa os limites do respeito aos Direitos Civis e Humanos e adentra um campo obscuro de práticas violentas que chegam até ao terrorismo e inibem o direito dos dois povos viverem em plena liberdade, em segurança e em paz.

Face ao exposto, a presente dissertação tem como finalidade contribuir para a compreensão do conflito israelo-palestiniano, pautada numa perspectiva diacrónica do objecto de estudo. Pretendeu-se desenvolver um trabalho, de natureza qualitativa, a partir da análise dos dados recolhidos através de fontes bibliográficas diversas e previamente seleccionadas, imprensa e entrevistas realizadas junto de informantes privilegiados, que estivessem em consonância com os objectivos traçados para alcançar na presente dissertação. É de reter, aqui, que “o modelo de análise é o prologamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise. É composto por conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998: 150).

Após a escolha da temática de estudo e sua justificação, elaborámos a pergunta de investigação de modo claro, preciso e livre de equívocos, que nos serviu de guia no decorrer do trabalho de investigação. Como dizem Quivy e Campenhoudt, “a pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998: 44).

Face ao acima exposto coloca-se a nossa questão:

Por que o poder político e a ideologia se têm revelado como obstáculos para uma paz duradoura entre Israel e a Palestina?

Esta pergunta revela-se detentora de particular importância num momento em que são identificadas: *i)* as sérias dificuldades que organismos, mesmo os internacionais, encontram para conseguirem pôr fim ao conflito; *ii)* a existência de forças desiguais a nível económico, social, político e militar nas partes envolvidas; *iii)* a existência de reivindicações estabelecidas a partir de pressupostos históricos-religiosos conflitantes que se inserem na política e tendem a se transformar em ideologias opostas; e *iv)* a presença de um poder político, quer local ou internacional, direccionado para interesses próprios.

Quanto ao objectivo geral, este visa analisar como o poder político e a capacidade de domínio através da ideologia, no conflito israelo-palestiniano, têm contribuído para o sucessivo adiamento de uma paz duradoura, consubstanciada na devolução de autonomia e capacidade de cada indivíduo se auto-determinar, de acordo com os princípios do respeito ao direito e à liberdade de viver segundo os seus padrões sócio-culturais.

Os objectivos específicos deste estudo têm o propósito de analisar o conflito israelo-palestiniano. Tais objectivos são os seguintes:

- a)* Analisar as principais formas de motivações do conflito israelo-palestiniano, desde a sua origem até à actualidade;
- b)* Identificar as principais consequências deste conflito, nomeadamente as de cariz sócio-económico, para as comunidades israelita e palestiniana;

c) Sistematizar a existência de diferentes tipos de actuação no conflito das partes envolvidas, tais como intolerância, terrorismo tradicional/neoterrorismo, ideologia religiosa/sionista, entre outros;

d) Contribuir para a apreciação dos diversos tratados de paz já celebrados e das suas implicações no processo negocial do conflito israelo-palestiniano.

Tentando responder aos objectivos propostos para o nosso trabalho recorreremos aos recursos bibliográficos fundamentais sobre o tema, a Internet e, ainda, a entrevistas com informantes privilegiados ou especialistas sobre a temática.

## **1.2. Método e tipo de estudo**

De acordo com a temática em estudo e os objectivos definidos, adoptou-se o método considerado como o mais apropriado a ser utilizado no desenvolvimento e realização deste trabalho, que é a análise qualitativa. Esta centrou-se na análise do conflito israelo-palestiniano e nas implicações geradas a partir da relação copulativa existente entre o poder político e a ideologia que domina as relações sociais e institucionais entre Israel e a Palestina, assim como os obstáculos para uma paz duradoura.

Tendo presente aquilo que Laurence Bardin ensina a respeito das características da análise qualitativa, permitimo-nos salientar que ela “apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais” (BARDIN, 2007: 108).

O trabalho desenvolveu-se a partir do estudo e da análise das problemáticas históricas, religiosas, políticas e sócio-económicas do território da Palestina, onde se dá a disputa territorial entre israelitas e palestinianos, porém com referências a outros países do Médio Oriente e outras regiões, conforme for necessário. O espaço temporal definido como fenómeno de estudo situa-se entre a primeira Guerra Israelo-árabe, ocorrida em 1948-1949, e a actualidade.

### **1.3. Técnicas de recolha de dados**

Visando responder aos objectivos propostos para este trabalho recorreremos a fontes tidas como fundamentais sobre o conflito em análise, das quais se salientam pesquisas em livros, revistas, jornais, na Internet e, ainda, a entrevistas realizadas junto de informantes privilegiados ou especialistas sobre a temática.

- **Pesquisa Bibliográfica:** a pesquisa e a análise bibliográfica, previamente seleccionadas, são de fundamental importância na presente dissertação, para se “ter o cuidado de recolher textos que apresentem abordagens diversificadas do fenómeno estudado. Não só serve de nada ler dez vezes a mesma coisa, como, além disso, a preocupação de abordar o objecto de estudo de um ponto de vista esclarecedor implica que possam confrontar-se perspectivas diferentes” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998: 53).

As leituras diversificadas possibilitam o aparecimento de novos elementos referentes à temática em estudo. Por se tratar de um assunto que não é novo, muitas posições opostas aparecem expostas pelos diversos autores que tratam a questão. Assim, torna-se importante e necessário alargar e diversificar as leituras para poder confrontar estes diferentes pensamentos em relação ao conflito israelo-palestiniano e tentar esclarecer situações e permitir o surgimento de novas ideias, que possam ser utilizadas de maneira enriquecedora para o nosso trabalho e, deste modo, cumprir com o objectivo proposto para as leituras.

“O principal objectivo da leitura é retirar dela ideias para o nosso próprio trabalho. Isto implica que o leitor seja capaz de fazer surgir essas ideias, de as compreender em profundidade e de articular entre si de forma coerente” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998: 57).

Esta recolha de informação correspondeu a um levantamento diversificado de dados cujas principais fontes de recolha foram: livros, textos, revistas, jornais, vídeos e Internet) – pesquisas bibliográficas específicas e com referências relevantes para o tema a ser investigado, isto é, às questões que envolvem o conflito israelo-palestiniano.

Cabe salientar, ainda, que as traduções dos textos são da nossa responsabilidade.

- **Entrevistas:** estas foram um contributo indispensável que, em consonância com as leituras efectuadas com vista à análise consolidada da problemática da

investigação, contribuíram significativamente para desvendar novos aspectos e confirmar/infirmar as informações obtidas através das leituras.

“As leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida; as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou ractificam o campo de investigação das leituras” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998: 69).

Estas entrevistas são semi-estruturadas, isto é, estão focadas na temática de estudo desta investigação e seguem um guião de entrevista previamente preparado, porém flexível e adaptável, conforme foi necessário. O Guião de Entrevista está incluído em anexo (*vide* p. 231).

As perguntas que constituem o guião da entrevista foram aplicadas a todos os entrevistados – informantes privilegiados, que foram seleccionados a partir dos conhecimentos de que são detentores (especialistas na temática em estudo) ou vivências pessoais que têm sobre o conflito. As entrevistas foram de suma importância para a nossa investigação uma vez que, embora tenhamos um conhecimento teórico sobre o conflito israelo-palestiniano, não vivenciamos na prática directa o quotidiano dos povos judeu e palestino, por não nos encontrarmos no espaço geográfico onde ocorre o conflito em estudo.

De entre os entrevistados encontram-se aqueles que são originários do território em disputa, são ex-habitantes da zona em conflito ou próxima(s) e mantêm contacto directo com a população local, assim como forte ligação pessoal e política com a sua terra de origem. De igual modo foram entrevistados indivíduos oriundos ou com laços familiares nos territórios envolventes.

As entrevistas também transcorreram com outros informantes privilegiados, nomeadamente académicos e investigadores especialistas sobre a temática em estudo, que dispõem de um conhecimento alargado sobre o assunto ou, ainda, àqueles que estão envolvidos em movimentos em prol do processo de paz e que já estiveram na região, mantendo uma relação de proximidade com as partes conflitantes.

As entrevistas foram previamente agendadas e tiveram o contacto directo com os entrevistados, sendo que as mesmas foram gravadas em áudio (após ter sido obtida a autorização por parte dos entrevistados)<sup>1</sup> e, em seguida, transcritas para posterior análise

---

<sup>1</sup> Exceptua-se o caso da entrevista concedida pelo Conselheiro da Embaixada de Israel, em Lisboa que, por motivos de segurança, só permitiu uma entrevista presencial, que foi por nós transcrita *in*

de conteúdo. Estas foram em número de 14, e o critério adoptado para se realizar este quantitativo e não outro teve por base o facto de que, à medida que se foi avançando com a realização das entrevistas, verificou-se que elas responderam a todas as questões/objectivos propostos pelo trabalho e a informação recolhida deixava de acrescentar novidades – alcançando-se o designado “ponto de saturação teórico”, de acordo com o explicitado por Janice M. Morse (MORSE, 1994).

De acordo com a função ou cargo que ocupam, destacamos os nossos entrevistados: Conselheiro da Embaixada de Israel, em Lisboa; Vice-Presidente da Comunidade Judaica; Xequê da Mesquita Central de Lisboa; Editor, muçulmano (árabe); Empresário e Mestre em Ciências Políticas pela University of Sind, Hyderabad (muçulmano); Sociólogo e Professor Universitário, membro do Comité de Solidariedade com a Palestina (judeu); Professora de Língua Árabe e Estagiária no Gabinete de Tradução e Imprensa da Delegação Geral da Palestina, em Lisboa (palestiniana); Professor de Filosofia do Direito e Pensamento Judaico; Professor Catedrático, ex-Ministro do Ultramar (1961-1963) e Presidente da Academia das Ciências de Lisboa; Professor Catedrático de História, Cultura e Língua Árabe e Director do Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade de Lisboa; Professor Universitário de Relações Internacionais; membro da Direcção do Movimento Pelos Direitos do Povo Palestino e Pela Paz no Médio Oriente; Major General Médico da Força Aérea Portuguesa e Professor Universitário; Coronel do Exército Português e ex-Adido de Defesa nas Embaixadas de Portugal em Itália e na Turquia (1988 a 1992)

Cabe salientar, ainda, que a lista de entrevistados – acima enunciados – pode ser tida como não muito extensa, independente de termos atingido o nosso objectivo, porque o número de informantes com alto grau de credibilidade para falar sobre o assunto não é de fácil acesso por não estar no país, estar aposentado, não ter tempo disponível e, também, entre os seleccionados e contactados, existirem aqueles de quem não obtivemos nenhuma resposta e, ainda, alguns que não quiseram ou não puderam, ou não estavam autorizados, a falar sobre o assunto.

Estas técnicas foram usadas por se tratar de um trabalho de análise qualitativa, de modo que os dados foram levantados mediante a coerência com o objecto de estudo, sem fugir aos critérios norteadores da realização de um trabalho com valor científico.

---

*loco.* Posteriormente, procedeu-se à análise da mesma, segundo critérios idênticos aos das demais entrevistas.

A elaboração do trabalho também constou das seguintes fases, as quais são indispensáveis para se desenvolver esta dissertação:

- **Seleção e verificação dos dados:** todos os dados encontrados foram seleccionados de acordo com a pertinência relativa ao tema de estudo.

Todos os dados recolhidos passaram por uma selecção manual e foram arquivados. Posteriormente, com eles já ordenados, foi possível compará-los, tratá-los e analisá-los para cumprir com o objectivo de encontrar pertinência e coerência com o tema em estudo.

Dada a temática em estudo, considerou-se que a sua análise ao longo da presente dissertação ficaria mais clarividente e sistematizada visando a prossecução dos objectivos traçados se a informação disponível, nomeadamente aquela que foi obtida através da pesquisa bibliográfica, e a provocada (entrevistas), fossem apresentadas de modo complementar ao longo de todo o texto. Assim, nos vários capítulos em que se encontra organizado o presente texto, as múltiplas leituras efectuadas entrecruzam-se com as informações obtidas a partir das entrevistas realizadas no âmbito da dissertação, sem que o trabalho de campo seja apresentado em separado das restantes informações recolhidas.

#### **1.4. Técnicas de análise de dados**

Este processo deu-se mediante a comparação e a análise do pensamento de diferentes autores e demais informações adquiridas através da recolha de dados e entrevistas e, a partir daí, desenvolveu-se a análise e reflexão sobre *Poder Político e Ideologia Face à Construção Adiada de Uma Paz Duradoura entre Israel e a Palestina* e as suas implicações sócio-económicas. Desse momento em diante, dedicamo-nos a responder às questões suscitadas pelo trabalho.

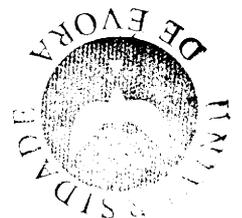
Tratando-se de um estudo qualitativo, em que a entrevista se assume como técnica privilegiada de recolha de informação, optou-se pela técnica de análise de dados que consiste na análise de conteúdo – categorial temática. As fases da análise foram organizadas do seguinte modo:

- Pré-análise – correspondeu ao momento de organização, escolha do material e documentos usados para a análise, bem como o levantamento das hipóteses pertinentes que serviram de fundamentação para a análise final.

- Exploração do material – consistiu em explorar o material, efectuar o devido tratamento dos resultados, chegou-se a conclusões e fez-se a interpretação. Esta fase realizou-se mediante a importância significativa de decisões que foram tomadas na pré-análise.

- “O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” – foi a fase em que “os resultados em bruto foram tratados de maneira a serem significativos (‘falantes’) e válidos” (BARDIN, 2007: 95).

A partir de resultados válidos e fiáveis, deu-se, racionalmente, a dedução, a interpretação e a análise dos dados no sentido de avançar e sistematizar a análise final, cujo propósito se centrou na análise do conflito para responder aos objectivos propostos pelo trabalho sem ter a pretensão de apontar uma solução definitiva para o conflito israelo-palestiniano. Tentámos, apenas, contribuir para a compreensão do mesmo, através de uma compreensão crítica da realidade.



## **CAPÍTULO II**

### **Enquadramento teórico-conceptual**

## **2.1. Aproximação crítica aos conceitos de conflito, poder, ideologia, paz e fundamentalismo islâmico**

O conflito, entendido como “processo social”, é inerente à sociedade e a sua génese dá-se mediante a oposição de valores e de interesses entre os indivíduos e/ou a colectividade. Muitas vezes, o conflito não pode ser visto somente em sentido disjuntivo, mas quando referenciado a um conflito territorial, por exemplo, ele provoca uma cisão entre as duas sociedades e instala-se uma luta e uma disputa incansáveis na tentativa de resgate e manutenção da situação vigente.

Quando o conflito se instala em sociedades cuja cultura e visão do mundo são diferentes, há uma assimetria de poder muito diferenciada em que cada um tenta sobreviver segundo a “lei do mais forte.” Cada actor passa a interpretar o seu papel ao seu próprio modo. Consequentemente, é inevitável a existência do conflito, o que deve ser entendido em sentido disjuntivo. Isto porque são grupos de interesse que se posicionam não só de maneiras diferentes, mas também “defendem” os interesses daqueles que representam e os seus interesses pessoais que, geralmente, são opostos.

A sociedade é marcada pela existência de grupos de interesse e, segundo Dahrendorf, os “programas articulados defendem ou atacam a legitimidade das estruturas de autoridades existentes. Em qualquer associação específica, dois grupos deste tipo estão em conflito” (DAHRENDORF, 1982: 167).

Na medida em que o poder não é distribuído de modo uniforme entre as partes em conflito, no qual um lado consegue maior visibilidade e maior influência, isto provoca disputas e tentativas de superação a qualquer preço em torno de um objectivo comum que é o poder. E, “é perfeitamente adequado dizer que grupos de interesses conflitantes competem pelo poder” (DAHRENDORF, 1982: 187).

Esta competição ocorre porque os diferentes grupos estão ligados por interesses comuns e o conflito só pode existir onde há uma referência que seja comum a todos os grupos pois, se os objectivos forem totalmente diferenciados, não há motivos de disputa, não há necessidade nem a tentativa de um grupo se impor aos restantes. Os grupos confrontam-se numa perseguição incansável do poder.

O conceito de poder é variável se levarmos em consideração as diversas concepções adoptadas por diferentes autores, assim como o seu exercício se dá de diferentes maneiras e pode ser de modo pacífico, belicoso, democrático, moderado,

revolucionário, coercitivo, autoritário, autocrático, entre outros. Independente das diferentes concepções com que nos defrontamos e do modo como se manifesta, ele encontra no ser humano o elemento indispensável para se exercer, pois os indivíduos são dotados de desejos ilimitados e difíceis de serem satisfeitos completamente.

O poder materializa-se na acção que se estende à capacidade de domínio e execução de acções que realizam-se a partir de um indivíduo que possui a autoridade de mandar e comandar determinadas situações. É neste sentido que o indivíduo assinala a possibilidade de ver cumprida a sua ordem ou o seu desejo pois, segundo Russell, “o poder pode ser definido como a produção de efeitos pretendidos” (RUSSELL, 1993: 29).

O poder mantém uma relação com a sociedade e com as autoridades políticas de um país e de um território. Na política encontramos este poder a manifestar-se através das leis do Estado e a este chamamos de poder legítimo. Porém, num Estado ou num território cujas leis não sejam suficientes para promover a coesão social, as insatisfações manifestam-se através de um poder revolucionário que pode tornar-se agressivo e autoritário perante uma situação de insatisfação, de medo ou de ambição pessoal ou de grupo.

Para o poder manifestar-se, ele necessita de uma base material e social. A fonte onde o poder se alimenta é a própria sociedade, isto é, no comportamento e entendimento da mesma perante determinada situação social e política. Neste sentido, há vezes em que o poder poderá ser promulgado e noutras será outorgado ou imposto por uma pessoa ou um grupo de pessoas, geralmente em nome do bem comum, da luta para salvaguardar a sociedade e, ainda, da retomada da coesão social.

Em muitas situações em que a população se encontra em situação de degradação social, surge o contra-poder que não tem a legitimidade do Estado nem possui autoridade para fazer cumprir legalmente a sua vontade. Deste modo, ele exerce-se através da influência ideológica sobre a sociedade e até mesmo da luta armada, em clara oposição ao poder legítimo do Estado. O contra-poder aparece como um poder paralelo que tenta por todos os meios possíveis desmoralizar, desmantelar e, por fim, destruir o poder legítimo, isto porque pretende ocupar este espaço.

O contra-poder sempre está à espreita de um vazio de poder, pois é na lacuna deixada pelo poder legítimo que ele se instala e, para isso, vale-se de subterfúgios como, por exemplo, a ideologia e o assistencialismo que servem para conquistar uma comunidade ou sociedade carenciadas ao nível económico, social e político. Embora

seja um poder que se encontra à margem da sociedade, ele precisa de ser legitimado de algum modo e de ser aprovado por esta sociedade. Para isso, vale-se da capacidade de influenciar e adota como instrumento a ideologia.

A própria ideologia persegue o poder e não é um vazio nem surge a partir do nada, mas é um suporte que comporta as ideias, os valores e os interesses próprios elaborados e organizados por um indivíduo e/ou determinado grupo de pessoas que gozam de certo privilégio/poder na sociedade a que pertencem e tem como pretensão orientar as acções da sociedade de acordo com os seus interesses e por meio do convencimento que, em certas ocasiões, se transforma em instrumento de dominação.

“Compreensivelmente, a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existentes quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2004: 59).

A sociedade é o objecto de acção ideológica, ao mesmo tempo que esta mesma sociedade é o objectivo da ideologia. Geralmente, a ideologia aparece em oposição e como solução para determinada situação que afecta o tecido social. Ela encontra as justificações para as suas ideias e acções na própria sociedade, que passa a adoptá-la e, conseqüentemente, a fortalece.

“Na verdade, a ideologia não é uma ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autónomos* (mas, é claro, de modo algum

*independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social” (MÉSZÁROS, 2004: 65).

A ideologia é detentora de poder e é importante não o desvalorizar quanto à sua força e à capacidade de chegar até aos indivíduos e de os atingir directa ou indirectamente. Directamente quando chega até ao indivíduo que aceita sem questionamentos todos os valores imanentes a uma ideologia e, indirectamente, àquele que passa a negar tais valores e a própria ideologia, mas acaba por sofrer as suas consequências, uma vez que faz parte de uma minoria que acaba submetida aos ditames da mesma.

As “brumas da ideologia” servem para camuflar os verdadeiros interesses e fazer da sua prática um mecanismo de ocultação, manipulação e dominação na tentativa de se alcançar o próprio objectivo e de se fazer valer a própria vontade.

Quando a ideologia é autoritária e negativa, ela aliena e destrói a consciência crítica ao mesmo tempo que deturpa e mascara a realidade e instala-se num campo sombrio, promovendo a génese da alienação social e a instabilidade política. A neutralidade não existe na correlação de forças e cada ideologia defende os seus próprios interesses, independente da sua natureza. As desigualdades presentes na sociedade servem como combustível para insulflar a população e, assim, gera-se mais instabilidade social e política.

“Do ponto de vista da ideologia dominante, o conflito hegemónico em curso nunca será descrito como um conflito entre iguais potenciais. Isto levantaria, *ipso facto*, a questão da legitimidade, e conferiria racionalidade histórica ao adversário. Assim, é por uma determinação estrutural insuperável que a ideologia dominante – em vista de suas aspirações legitimadoras apriorísticas – não pode operar sem apresentar seus próprios interesses, por mais estreitos que sejam, como o ‘interesse geral’ da sociedade. Mas, precisamente pela mesma razão, o discurso ideológico da ordem dominante deve manter seu culto da ‘unidade’ e do ‘equilíbrio adequado’, mesmo que – particularmente em épocas de crises importantes – isso não represente mais do que retórica vazia quando contraposto ao princípio operativo real de *dividir para reinar*” (MÉSZÁROS, 2004: 328).

O facto é que, quando o poder e a ideologia estão em acção de modo agressivo, todo o sistema jurídico, político e social torna-se inoperante quanto a uma vida tranquila

e em paz. Ocorre uma transição para um processo de inquietação social e política que detona estruturas e gera a supremacia do medo e da insegurança.

O estado de subordinação que coloca pessoas em situações diversas, inclusive de risco, também promove, no auge de excitação social, a insubordinação relativamente às leis. No entanto, manter todo um povo submetido a determinada lei política não significa que se tenha alcançado a paz.

“A doutrina do pacifismo difundiu-se no século XX, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. Os pacifistas contrastam a guerra à paz como a noite ao dia e sonham abolir a guerra por meio de um pacto geral que a coloque fora da lei” (MAGNOLI, 2008: 14).

De certo modo, a guerra não faz parte de um corpo jurídico, cujo propósito consiste, de certa maneira, em garantir a ordem social e política. Isto pressupõe a garantia e a manutenção da paz através da aplicação de leis supostamente justas e que excluem o estado de guerra, subentendendo-se que, neste mesmo corpo jurídico, a guerra aparece como uma componente distinta de uma mesma ordem jurídico-política, mas não como inexistente.

A guerra não é o fim da política, mas a continuação da mesma por outros meios e, assim como a paz, ela mantém uma conexão e intercâmbio político, pois mesmo em estado de guerra, a diplomacia trabalha e exerce o seu papel no que se refere às negociações. Neste contexto, deparamos com um conceito de “guerra justa” que encontra na política o campo de acção para trabalhar e pôr em prática a chamada paz internacional, cujo alicerce é a justiça através do Direito Internacional.

“O conceito de ‘guerra justa’ fixou-se no direito internacional e foi encampado tanto pela Liga das Nações quanto pelas Nações Unidas. A guerra de autodefesa é justa, como são justas as guerras decididas pelo Conselho de Segurança da ONU para combater estados que ameaçam a segurança internacional. A guerra justa promove uma paz baseada na justiça” (MAGNOLI, 2008: 14).

Há muito o que se perguntar em torno desta “guerra justa.” Aquilo que é justo para um pode não o ser para o Outro. Não estamos diante de uma pequena comunidade, onde é possível conhecermos melhor os significados de justiça, por exemplo, para este povo. Estamos num mundo complexo, onde os conceitos de justo e de injusto podem ser variáveis conforme a região e cultura de determinada sociedade.

Compreende-se o conceito de “guerra justa”, mas esta guerra não cobre todas as lacunas abertas pelas diferentes culturas existentes no nosso planeta nem consegue alcançar uma paz total ou mundial, pois as sociedades são complexas e os significados de justo e se injusto não são unívocos. Cabe a nós fazermos uma leitura e análise do mundo, não através de um pensamento singular, pois este é incapaz de abarcar as incertezas, as contradições e os demais elementos que estão ocultos numa análise superficial e que são, geralmente, aqueles que mantêm o estado de guerra.

A paz tão almejada por todas as sociedades não se refere apenas ao fim do estado de guerra. A paz também leva em consideração a justiça social e o fim dos diferentes tipos de violência existentes na estrutura da sociedade que, muitas vezes, estão camuflados.

O fim do estado de uma situação belicosa não pressupõe o estado de paz. A paz não pode ter um conceito reduzido pois, se assim for, excluimos outros tipos de violência presentes nas sociedades, tal como o terrorismo, os preconceitos, a exploração, as intolerâncias, os problemas económico-sociais, a ausência de Direitos Humanos e Civis, o autoritarismo, as questões de género, o medo, a insegurança e tantas outras violências que estão incrustadas no seio das sociedades.

É importante não termos uma visão simplista em relação à paz pois, ao analisarmos esta questão somente a partir da guerra, excluimos outros tipos de violência que maltratam e destroem toda uma população. É importante reflectir acerca de um conjunto de infinitas possibilidades que funcionam como organismos vivos e celebram as convergências e alternâncias de perspectivas de um porvir mediado pelas incertezas e complexidades.

O grande desafio do mundo pós-moderno é, na verdade, o de resolver problemas tais como o terrorismo, o tráfico de drogas e de pessoas, a miséria, o desemprego, a questão ambiental, entre tantos outros que vão surgindo como poderes paralelos e promovem a discórdia, o medo, a insegurança e, enfim, a guerra.

As rivalidades, os extremismos, os fundamentalismos e as imposições também estão presentes hoje. A violência e a barbárie foram beneficiadas e atravessaram fronteiras e grandes países procuram prevalecer em algumas situações e tirar vantagens das mesmas. Tudo isto nos coloca distante de uma paz total e diante dos mais variados elementos que se entrecruzam para fazer a guerra.

A paz não é uma viajante solitária, mas não tem como companheira a guerra. A guerra mata, fere, destrói e deixa sequelas profundas que não cicatrizam com facilidade

e, enquanto estas estiverem abertas, servem de argumentos para fazer mais guerras. A paz pressupõe o respeito mútuo quanto às diferenças ideológicas e culturais, onde as sociedades se auto-determinam, têm os seus direitos garantidos e respeitados e movem-se livremente sem a presença constante do medo e da opressão.

A História do Médio Oriente revela-nos que é possível distinguir os vários elementos que lhe deram forma e, ainda, continuam a modelar o modo de vida e da sociedade desta região. Um dos primeiros elementos que fazem a distinção na região é o Islão, pois “a adesão a esta fé unifica em larga medida a região e a distingue das vizinhas, mas internamente, também determina linhas divisórias, não apenas entre muçulmanos e judeus (por exemplo), mas entre sunitas e xiitas” (SMITH, 2008: 15).

O Islão difundiu-se e atravessou fronteiras e o árabe – a língua mais falada no Médio Oriente – tornou-se o idioma do Livro Sagrado. A região contou, também, com a presença de grandes impérios como, por exemplo, o Império Otomano, que existiu até à I Guerra Mundial.

A definição do termo fundamentalismo tem origem ocidental, isto é, “fundamentalista é um conceito que deriva de um movimento do conservadorismo Protestante norte-americano traduzindo uma Maioria Moral” (COSTA, 2001: 17).

Os fundamentalistas islamitas têm por base o Corão e parecem acreditar no “vale tudo” para verem cumpridos os ensinamentos do Profeta Maomé. Valem-se até mesmo da luta armada para se imporem aos regimes políticos que não estejam guiados pela lei islâmica, que julgam ser perfeita e à qual dão uma conotação divina.

Os fundamentalistas querem ver cumpridos, de maneira eficiente, os propósitos para os quais vivem e lutam, assumindo o Corão na íntegra, ao tempo que rejeitam as inovações, oriundas do Ocidente, e as mudanças na sua própria religião. Foi justamente a partir da percepção da adulteração do Islão, que surgiu o fundamentalismo.

Para os fundamentalistas islâmicos, o diálogo, o consenso ou até mesmo o bom senso não correspondem ao modo como concebem o mundo. A crença de que é possível dialogar para conceber a paz, parece desaparecer quando se trata dos fundamentalistas, que não medem nem temem as consequências para atingir os seus objectivos. Para os seguidores radicais do Corão, o modo de vida e os valores ocidentais são inconcebíveis e impraticáveis. A própria lei está fundamentada em princípios religiosos rígidos, que garantem a salvação eterna e justificam a prática de acções violentas em nome de Alá.

### **CAPÍTULO III**

#### **O conflito israelo-palestiniano: das motivações iniciais aos principais impactes na actualidade**

### **3.1. Origem histórica e motivações do conflito israelo-palestiniano**

O conflito israelo-palestiniano caracteriza-se desde a sua origem por uma série de desentendimentos que têm culminado, muitas vezes, em confrontos violentos que assinalam uma rivalidade histórica entre dois povos originários do Médio Oriente. Tais conflitos acham-se motivados por ideologias e concepções do mundo e da vida baseados em fundamentos culturais e religiosos distintos e têm, principalmente, por base disputas territoriais.

Após a etapa de domínio otomano, o Médio Oriente é marcado pela presença da Grã-Bretanha e França. Estas duas potências estiveram presentes na região durante os séculos XIX e XX. Culturalmente, a política do Médio Oriente recebeu a influência dos otomanos, mas a sua estrutura definiu-se a partir dos europeus.

Em meados do século XX, ocorre a descolonização da região, porém novos factores irão surgir e que se tornam necessários para entendermos a conjuntura em que se dá o processo conflituoso entre judeus e palestinianos. O ano de 1948 ficou marcado pela criação do Estado de Israel e, nos dois anos seguintes, o poder da França e da Inglaterra na região, foi substituído pelo poderio norte-americano, verificando-se a exploração do petróleo na região como fonte geradora de riquezas. Assim, configuraram-se as bases que não só influenciaram, mas que determinaram até hoje, as animosidades e as constantes disputas entre judeus e palestinianos.

Além dos factores históricos de origem política, não podemos furtar-nos ao facto de que os preconceitos e a não aceitação de um povo em relação ao outro, também se configuram como importantes factores histórico-ideológicos, cuja compreensão se torna necessária para entendermos melhor os pressupostos e as determinações presentes ao longo de todo o conflito, que permanece activo entre judeus e palestinianos e determinam as directrizes do prosseguimento de um estado de guerra que parece não ter fim.

Desde há muito tempo que os judeus são perseguidos e rechaçados por muitos povos, inclusive o povo árabe, para quem os judeus são definidos como um povo minoritário em quem não se pode confiar. Segundo esta perspectiva, que parte do exposto no Livro Sagrado, os judeus devem ser mantidos sob domínio.

A disputa territorial pelos povos israelita e árabe não é, portanto, um fenómeno novo, mas que tem as suas raízes em tempos remotos e, infelizmente, tem-se agravado com o passar dos tempos, chegando à actualidade como um grande conflito marcado

pela disputa da Terra Santa, onde os dois povos estão envolvidos, muitas vezes, em lutas sangrentas.

O conflito constante nesta parte do mundo é um permanente ataque de um povo contra o outro e isto agravou-se com a constituição do Estado de Israel. As rivalidades cujas raízes são profundas e históricas, marcam períodos de tréguas na fase em que grande parte dos judeus esteve fora da sua região e que as animosidades não eram tão fortes como são hoje.

No século XIX, a maioria dos judeus não se encontrava na Palestina, mas concentrava-se no Leste Europeu. Dedicavam-se à actividade comercial e a empréstimos de dinheiro a juros e, após o desenvolvimento das burguesias nacionais e da Revolução Industrial, eles passaram a ser perseguidos e acusados de provocar o desemprego e a concorrência com as classes dominantes. Os judeus foram confinados em *guethos*, sofreram perseguições e massacres e, conseqüentemente, emigraram para a Europa Ocidental.

Surge o movimento político denominado Sionismo, que defende a auto-determinação do povo judeu e a existência de um Estado judaico para o povo judeu. Apareceu, então, o “Nacionalismo Judaico” a partir do apoio dos judeus residentes na Europa Central e no Leste da Europa, os quais eram vítimas de perseguições anti-semitas que chegaram até à Europa Ocidental e, por último, surge o Caso Dreyfus. Este foi um facto político escandaloso em França marcado pela condenação injusta de um oficial de artilharia do Exército francês, de confissão judaica, sob a acusação de espionagem e traição de França, ou seja, um espião ao serviço da Alemanha.

Todo o processo se deu de modo fraudulento, estando as provas e a condenação baseadas em documentos falsos. Alfred Dreyfus foi condenado a prisão perpétua. Quando os oficiais se aperceberam do erro, tentaram acobertar a fatídica falha através da “xenofobia e nacionalismo”, que marcavam a Europa em finais do século XIX. A inocência do oficial judeu era evidente, o que possibilitou um novo julgamento. Isto, porém, foi alvo de indignação. O jornalista judeu Theodor Herzl, que fez a cobertura do julgamento, ficou impressionado com a persistência dos germes de anti-semitismo que agora se manifestavam em França. Tal como Émile Zola, Theodor Herzl fez da escrita o instrumento de denúncia sobre o que se passava na França de finais de Oitocentos.

Em 1897, Theodor Herzl criou, no Primeiro Congresso Sionista, celebrado em Basileia, o Movimento Sionista. O objectivo deste movimento era estabelecer um lar

judeu na Palestina. Um lar para os judeus que estavam espalhados e sem um lar definido na sua terra de origem.

Após a I Guerra Mundial, os países europeus passaram a dominar a região da Palestina. Eles tinham por objectivo garantir uma posição estratégica na região. “A Grã-Bretanha, ao reforçar o movimento sionista, persegue igualmente um objectivo mais estratégico: o controlo do Médio Oriente. O desmembramento dos vencidos é negociado entre Paris, Londres e Moscovo, antes mesmo de a vitória estar garantida” (GRESH, 2002: 29).

As potências europeias da época tinham interesses reais na região e não mediam esforços para manipular e exercer o controlo da região palestiniana, mesmo que para isto tivessem que manifestar apoios quer aos judeus, quer aos árabes, pois isto não passava da defesa clara dos interesses próprios. Isto pode ser verificado através dos acordos conhecidos como *Sykes-Picot* (altos funcionários britânico e francês) que definiram os pontos da partilha e as áreas de influência no Médio Oriente.

Segundo Alain Gresh, “para Londres, a Palestina ‘protege’ o flanco leste do canal do Suez, linha vital entre as Índias, a glória do império, e a metrópole. O apadrinhamento do sionismo permite ao governo britânico obter um controlo total sobre a Terra Santa” (GRESH, 2002: 29).

Torna-se claro o interesse manifestado principalmente pela Grã-Bretanha sobre a região. Na verdade, nunca houve interesse em intervir nesta região com o objectivo de propiciar um melhor e maior entendimento entre judeus e árabes, mas sim a ambição de manter sob domínio a área de interesse económico, visto que a região, além de ser geograficamente importante sob o ponto de vista estratégico, é rica em minerais, que sempre foram e continuam a ser a grande fonte de interesse de países ricos, cujo desenvolvimento económico depende inevitavelmente daquelas riquezas, principalmente do petróleo.

O interesse estratégico por parte da Grã-Bretanha é evidente e, em 1917, o ministro dos Negócios Estrangeiros deste país, *lord* Arthur James Balfour, apoia a criação de uma pátria judaica em terras palestinianas e, ao mesmo tempo, promete aos árabes, a concessão de independência em troca de ajuda na expulsão dos turcos da região. Através da Declaração Balfour, que demonstra simpatia pelos objectivos sionistas, declara-se o seguinte:

“O Governo de Sua Magestade vê com simpatia o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e envidará os seus melhores esforços para facilitar a conquista desse objectivo, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos religiosos e civis das comunidades não judaicas existentes na Palestina ou os direitos e condições políticas usufruídas pelos judeus em qualquer país”<sup>2</sup> (BALFOUR, 1917, versão disponível online em 27-02-2010).

Os judeus acreditaram em Balfour e milhares deles dirigiram-se para a Palestina. Mas a Declaração Balfour “não passou de um romântico gesto de amizade. Seja como for, esta constituiu a autorização objectiva que muitos sionistas esperavam para poderem iniciar uma emigração legal para a antiga terra dos antepassados” (CAMPANINI, 2007: 79)

As insatisfações e tensões cresceram na região. Judeus e árabes começam a confrontar-se e, através do *Haganah*, o Exército clandestino dos judeus, tentam proteger as suas terras. Com o crescimento da emigração judaica para a Palestina, aumentou o conflito. Isto agravou-se durante a II Guerra Mundial pois, perseguidos pelos nazis, os judeus dirigiram-se para a Palestina.

Porém, movidos por interesses estratégicos na região do Médio Oriente, os ingleses fizeram “jogo duplo” com judeus e árabes e parece terem esquecido completamente da Declaração Balfour. Os judeus sobreviventes do Holocausto, não ganharam liberdade, mas continuaram a viver cercados por arames farpados nos campos de refugiados criados e administrados pelos ingleses. Os ingleses, para assegurarem os seus interesses junto aos árabes, não permitiam o livre acesso dos judeus à Palestina.

Nesta fase, surge a Mossad Aliyah Bet (ramo do *Haganah*, responsável pela imigração para a Palestina durante o Mandato Britânico) que, de modo clandestino, organizou operações de fuga dos judeus dos campos de refugiados ingleses. Foi neste contexto que, contando com a ajuda de sionistas espalhados pelo mundo, a Mossad Aliyah Bet conseguiu os recursos financeiros para realizar as operações de fuga dos judeus do domínio britânico. Mestres em disfarces, os membros da Mossad Aliyah Bet infiltraram nos campos de concentração ingleses e passaram a preparar, juntamente com os refugiados, não somente as fugas, mas os ensinamentos sobre Geografia e

---

<sup>2</sup> “His Majesty’s Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country”.

História da Palestina, manuseio de armas e artes de luta, necessárias para a batalha da fuga.

As tensões entre judeus e árabes continuaram a crescer até que, em 1936, ocorreu a primeira revolta árabe. Os judeus conseguiram apoio internacional contra os árabes devido ao Holocausto. Enquanto deflagrava esta revolta, ocorria a pressão americana sobre a Inglaterra para que esta permitisse a imigração judaica para a Palestina. Em 1948, a Inglaterra deixou a administração da região sob responsabilidade da ONU.

Durante o Governo do presidente norte-americano Harry Truman, foi determinada a divisão da Palestina. Mas esta divisão não foi igual. Os palestinos, que no total eram mais de um milhão de habitantes, ficaram com um território menor do que a parte territorial destinada aos judeus, que correspondiam uns 700 000 mil habitantes. Porém, os judeus ficaram com terras desérticas e tiveram que fazer das terras áridas terras produtivas.

A divisão de territórios permitiu que o abismo crescesse ainda mais entre judeus e palestinos e ambos têm caminhado no sentido de manter aquilo que “conquistaram” e de resgatar aquilo que perderam. O crescente fosso aberto entre estes dois povos tem, cada vez mais, estimulado o ódio e a violência.

A questão do território envolve muitos interesses económicos que estão em jogo não só pelas partes directamente envolvidas, mas por países estrangeiros que têm motivos para estar atentos ao que acontece na região. Interesses esses que têm causas diversas.

Os interesses externos não são recentes, mas como já observámos, vem de longa data e não há previsão para cessar. É no juízo feito em torno do bem e do mal, na tentativa de se estabelecer uma moral da paz, que a influência externa tem penetrado também, no território em disputa e, muitas vezes, tem aumentado os ânimos revoltosos e as rivalidades, principalmente por parte dos árabes, pois estes não vêm com bons olhos a relação de Israel com os EUA.

### **3.2. Independência de Israel e o agravamento do conflito**

Em 14 de Maio de 1948, David Ben Gurion proclamou a independência de Israel. A fundação do Estado de Israel deu-se num ambiente de guerra que prosseguiu durante toda a década de 1950. A partir desse momento, a História passa a registar vários conflitos armados entre Israel e os árabes. Segundo a determinação da ONU, de acordo com a Resolução 181, fica estabelecida a partilha da Palestina passando a existir dois Estados, isto é, o Estado de Israel e o Estado palestino.

Revoltados, os árabes rejeitaram o plano de partilha da ONU e, em 15 de Maio de 1948, um dia após a independência de Israel, os árabes declararam guerra a este jovem país. A reacção árabe deu-se com um ataque sobre Jerusalém que, segundo determinação da ONU, deveria ser uma área livre. Desde então, o Médio Oriente tornou-se um palco de conflitos entre israelitas e palestinos na disputa pela Terra Santa.

As motivações que têm levado aos conflitos estão para além de questões religiosas, mas centram-se, sobretudo, no desejo de controlo sobre as fronteiras e as terras na região. Não se trata de uma simples rivalidade entre judeus e palestinos, mas de uma disputa incansável, cujo propósito maior reside em questões de domínio territorial e económico.

Não é simplesmente uma motivação inútil e sem fins lucrativos. Judeus e palestinos lutam no sentido de estabelecerem domínio firme na região, mas isto não está posto totalmente às claras, só é possível ler e observar nas entrelinhas, onde se mostra claramente o desejo de poder de ambos os povos numa região que não tem apenas significado histórico e religioso, mas também significa domínio e ocupação.

Na realização dos seus objectivos, tanto os judeus quanto os palestinos têm-se mostrado não só hostis, mas capazes de estabelecerem uma luta sangrenta, embora os judeus aleguem apenas defesa. Mas a inevitável luta sangrenta tem ocorrido cada vez com mais frequência e os contendores parecem não se importar com as vidas inocentes que se perdem nestes conflitos, como aconteceu em 1948, em Deir Yassin, uma vila palestina situada a 5 Km de Jerusalém.

Durante a guerra israelo-árabe de 1948, conhecida como a Guerra da Independência, para os judeus, e pelos árabes como “a catástrofe ou o desastre”, Deir Yassin foi massacrada por forças do movimento sionista. Embora esta questão seja

discutida, pois há alegações que dizem que os árabes propagaram o massacre judeu para empolgar o seu Exército.

“Quando os combatentes do *Irgun* chegaram, foram recebidos por disparos feitos por ‘mulheres’! Os tiros de resposta, inevitavelmente, mataram mulheres inocentes atrás das quais os iraquianos se escondiam” (LEVI, 2006: 38).

Diante deste cenário de violência e destruição, surgem os refugiados. “A primeira onda de refugiados se deu em 1948, com a fundação de Israel. Começara com os combates desencadeados em novembro de 1947, tão logo a ONU votou pela partilha do território. Durante a guerra de 1948, mais de 400 vilarejos palestinos foram evacuados e destruídos – quase a metade de todos os povoados árabes do Mandato Britânico da Palestina. No total, foram embora mais de 80% dos palestinos que viviam dentro das fronteiras de Israel. A segunda grande fuga de refugiados ocorreu em 1967, quando Israel assumiu o controle da Cisjordânia” (SMITH, 2008: 40).

As consequências da Guerra de 1948 deram azo à perda dos lares por muitas pessoas, que fugiram por várias razões. Milhares de árabes ricos saíram da região, outros milhares foram persuadidos pelos seus líderes a saírem do caminho dos “Exércitos invasores” e alguns foram expulsos de casa. A maioria das pessoas fugiu para não ficar no fogo cruzado de uma batalha.

De acordo com estudiosos, os próprios árabes não queriam que os seus compatriotas continuassem na região para evitar qualquer tipo de interferência. Queriam estar livres para o desenvolvimento da guerra, com a qual anteviam a concretização de conquistas territoriais.

“De acordo com Yasser Arafat, o seu objectivo era retirar os árabes da zona em ordem e ficarem com mãos livres para a guerra. Pois o Egipto tencionava conquistar o Negev e o sul da planície costeira: não queria qualquer interferência por parte dos árabes da região” (LEVI, 2006: 40).

O destino de um povo esteve, e continua, submetido a interesses, que não correspondem à dinâmica do bem-estar de pessoas, mas sim ao interesse individual ou de um grupo de pessoas que visaram, através da guerra, ampliar o seu território e o seu poder, mesmo que para isso tenham gerado um problema que se arrasta até hoje, que é a questão dos refugiados.

### **3.3. Conflitos armados entre judeus e árabes após a independência de Israel**

Após a Guerra de Independência, Israel envolveu-se na Guerra do Suez, ou Crise do Suez. Esta crise marca a segunda guerra israelo-árabe. Em 1954, o Egito cai sob o poder de Gamal Abdel Nasser, que havia conquistado prestígio durante a guerra de 1948 contra Israel e tencionava assumir a liderança no mundo árabe e implantou mudanças políticas no seu país como, por exemplo, a reforma agrária. A política de Nasser partia de uma ideologia socialista e também demonstrava apoio ao pan-arabismo, ou seja, um movimento político, com o propósito de fazer uma comunidade de países e cultura árabes.

Voltado para o seu ideal de política nacionalista, Nasser tomou uma medida unilateral e nacionalizou o Canal de Suez, o que representava a conquista de poder, pois o canal era uma importante via de escoamento de mercadorias a nível mundial. Esta atitude não foi bem aceite pela França e a Inglaterra, pois o Canal era o ponto estratégico para o escoamento de mercadorias para ambas as potências.

Israel, sentindo-se prejudicado, fica do lado das duas potências europeias e manifesta-se contrário à nacionalização do Canal, pois este era estratégico e configurava-se como única passagem de acesso ao Mar Vermelho, ameaçando os projectos dos israelitas em relação à irrigação do Deserto do Negev.

Diante de tal situação, deflagrou a guerra. As potências franco-britânica, em contrapartida, bombardeiam o Canal e a capital do Egito, enquanto os EUA procuram manter-se neutros. Enquanto as potências europeias desferiam bombardeios, Israel invadiu e atacou a Península do Sinai.

Sob pressão soviética, os EUA saíram de sua posição de observador neutro do conflito e forçaram as potências europeias e Israel a retirarem as suas tropas da região. Nasser perdeu militarmente a guerra, porém o Canal de Suez ficou sob seu domínio e controlo, o que levou a aumentar o seu prestígio no mundo árabe, tendo continuado as tensões entre Israel e os árabes.

Surgiu o “nasserismo” e foi fundada a República Árabe do Egito, que não teve uma vida muito longa. Nesta fase criaram-se condições para mais uma guerra israelo-árabe. Em 1966, os *baatistas* assumiram o poder na Síria e os ataques às fronteiras terrestres e marítimas israelitas aumentaram. Sendo assim, Israel não tardou em retaliar

e, ao mesmo tempo, os países árabes aliavam-se e contaram com a URSS como fornecedora de armas.

Diante de tal situação, “em nome da solidariedade árabe, o presidente Nasser foi obrigado a aceitar a solicitação Síria de um amplo acordo de defesa entre os dois países. Para Nasser, o problema era que a política egípcia ficava então acoplada à Síria. Como líder reconhecido dos Estados Árabes não-monárquicos, ele se viu forçado a uma posição em que corria atrás dos fatos, com outros tomando-lhe a iniciativa” (SMITH, 2008: 52).

Em 1967, Nasser assumiu a liderança do conflito e, a partir desse momento, as suas atitudes voltaram-se no sentido do enfrentamento claro com Israel, pois bloqueou o acesso de Israel ao Mar Vermelho, através do estreito de Tiran, e solicitou a retirada das forças da ONU da Faixa de Gaza, que estavam presentes desde a Guerra do Suez. Ocorreu o deslocamento de tropas egípcias para o Sinai, ao lado oposto do Canal. Os outros Estados árabes também se movimentaram e enviaram tropas para perto das fronteiras com Israel. Diante desta situação, a guerra era um facto certo.

Em 1964, foi criada a OLP e, três anos após a sua criação, eclodiu a Guerra dos Seis Dias. O acumular de tensões entre israelitas e árabes levou a mais uma guerra. Israel atacou o Egito, a Síria e a Jordânia e venceu a guerra, tendo conquistado o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, os Montes Golã, na Síria, e a zona Oriental de Jerusalém, que foi anexada ao Estado de Israel.

Esta guerra teve consequências profundas no mundo árabe, que sofreu uma derrota humilhante e devastadora e perdeu parte do seu território, assinalando o declínio da liderança do Egito no mundo árabe. Os árabes tentaram encontrar uma explicação para a derrota humilhante. “Alguns comentaristas árabes escreveram que a superioridade militar, a unidade política e a firmeza de propósitos de Israel advinham de tratar-se de um Estado fundado na religião e começaram a propor que o mundo árabe seguisse o exemplo e restabelecesse sua base na fé” (SMITH, 2008: 53).

Com a ocupação da Faixa de Gaza por Israel, mais palestinianos se tornaram refugiados numa guerra em que Israel mostrou o seu poder. Apesar de finalizada a guerra, os atritos continuaram e os territórios conquistados tornaram-se tema omnipresente nas negociações e garantias de paz.

Nesta fase, a OLP ganhou importância e autonomia no mundo árabe e tornou-se relevante para o futuro do conflito. Para os árabes, na guerra havia um culpado, que era Israel e tinha que ser punido. Os árabes contavam com o apoio da URSS, países

islâmicos e parte dos países do Terceiro Mundo, enquanto Israel tinha o apoio norte-americano e, portanto, quase nada ou nada podia ser feito a não ser resoluções sobre a devolução dos Territórios Ocupados, o que nunca foi seriamente exigido a Israel.

As divergências bilaterais não cessaram com esta guerra. A resistência palestina tornou-se mais significativa e, como escreveu Yiossuf em “O Conflito da Palestina”, com “a permissão do Rei Hussein da Jordânia, a OLP passou a usar este país como base, formando um Estado dentro de um Estado e intensificando suas operações contra Israel: bombardeamento através da fronteira jordana e libanesa; sabotagem dentro de Israel; violência contra alvos israelitas e judeus fora do Oriente Médio” (YIOSSUF, 2006, versão disponível online em 05-01-2009).

A liderança da OLP alterou-se e Yasser Arafat foi eleito para a presidência. Os Estados árabes estavam dispostos a ajudar a OLP através de financiamentos. Com a sua base na Jordânia, a OLP ampliou o seu prestígio e, conjuntamente com o Exército deste país, passaram a organizar operações contra Israel. Porém, temendo a expansão da OLP, com mais um grande número de refugiados, a Jordânia sentiu que a sua estabilidade podia ser ameaçada. Cresceram as tensões que, em 1970, acabaram por levar a uma guerra civil que marcou o fim da OLP na Jordânia.

No decorrer de todos estes acontecimentos, Israel não enfraqueceu nem à frente da “guerra convencional”, nem devido à guerrilha, nem frente aos ataques terroristas organizados por grupos palestinos. Grupos terroristas organizaram-se para aniquilar Israel. Consequentemente, não foram somente os judeus que pagaram um preço elevado, mas também os próprios palestinos, que viviam numa área tumultuosa e na infundável espera da resolução do conflito. Foi no meio de tensões crescentes que vitimaram pessoas e inibiram a possibilidade de uma vida em paz que Israel prosseguiu na sua política expansionista, através da anexação de territórios.

À medida que Israel foi conquistando terras árabes, o seu território foi-se ampliando enquanto os palestinos ficavam sitiados e as suas fronteiras pareciam não existir. Em contrapartida, Israel construiu colonatos em terras palestinas, os quais são de cinco tipos diferentes: colonatos rurais, que são de gestão militar e mantidos pela IDF, cujo objectivo é estratégico-militar; colonatos de judeus, para os regressados; colonatos nos subúrbios, junto à *linha verde*; outros tipos de colonatos formais e colonatos selvagens, que são ilegais e não têm a autorização do Governo de Israel.

O Estado de Israel realizou a colonização nos Territórios Ocupados entre 1967 a 1993, mas na prática ainda se discute a existência de tais colonatos, que continuam a crescer e a ser mantidos por Israel.

É importante observar que Israel também tomou e continua a tomar medidas que contribuem para a permanência do conflito. Este país avançou significativamente sobre as terras palestianas e ampliou o seu território de modo que, hoje, parece não haver um mapa que delimite as fronteiras com os territórios palestinos.

A Guerra dos Seis Dias não serviu para pôr fim às rivalidades, mas para ampliar os ressentimentos de revolta e de vingança árabe diante de Israel que, para além de vencer militarmente a guerra, teve como bônus a ampliação do seu território. Toda esta situação permitiu que grupos se organizassem para a libertação da Palestina como, por exemplo, a organização Setembro Negro que se valeu de atentados e sequestros de aviões não somente em território israelita, mas em partes do mundo que lhes eram convenientes, para atingirem os seus objectivos.

A organização Setembro Negro acabou por perder força mediante a perda de apoio popular. No entanto, novos grupos surgiram e cuidaram de dar continuidade à luta contra Israel. Tudo parecia culminar no agravamento da crise e isto aconteceu aquando da morte de Gamal Abdel Nasser. Em seu lugar, assumiu o poder o seu vice-presidente, Anwar al-Sadat.

A política de Sadat não foi forte como a política do seu antecessor e caracterizou-se por se afastar da política socialista de Nasser, passando a incentivar a iniciativa privada. Sadat tornou-se, também, herdeiro de problemas políticos e económicos deixados por Nasser, que se reflectiram na população agitada e no medo da burguesia frente às mesmas.

Para tentar resolver os problemas em que vivia o Egipto, Sadat planeou recuperar os territórios perdidos para Israel na Guerra dos Seis Dias, tendo negociado um cessar-fogo duradouro em troca da retirada das tropas israelitas dos Territórios Ocupados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias. Porém, a primeira-ministra israelita, Golda Meir, não atendeu à solicitação egípcia de fazer recuar as tropas israelitas 30 Km para a reabertura do Canal de Suez. As tropas judaicas afastaram-se somente 10 Km a Leste do Canal.

A decisão de Israel levou ao agravamento da crise interna no Egipto e a guerra surge como um objectivo deste país não só recuperar as suas terras perdidas em 1967, como também se vingar da humilhação sofrida. Diante deste propósito, Sadat procurou

apoio junto da URSS, mas os interesses económicos das duas potências da Guerra-Fria estavam em jogo. Após reunião com os EUA, a URSS esfriou as suas relações com o Egipto, pois as duas potências temiam o agravamento do conflito na região que indubitavelmente, era e ainda é importante para o resto do mundo como fornecedora de petróleo. E, para complicar mais a situação, os países da OPEP, ameaçaram elevar o preço do petróleo caso o “imperialismo” financiasse a guerra.

O recuo da URSS não foi suficiente para que Sadat desistisse do seu intento e, em 1972, expulsou os assessores militares soviéticos sob a alegação de estes fazerem a espionagem a serviço do imperialismo norte-americano e israelita. Tanto para Israel quanto para os EUA, era improvável que o Egipto desencadeasse uma guerra. Em 1973, o Egipto firmou um acordo com a Síria para, em acção conjunta, atacarem os Territórios Ocupados por Israel. Em Outubro desse mesmo ano, deu-se a Guerra do Yom Kippur, a quarta guerra israelo-árabe.

A data escolhida para o ataque surpresa sobre Israel foi o dia 6 de Outubro de 1973, o Dia do Yom Kippur. Nesta data, os judeus mantêm-se reclusos do mundo exterior, pois os serviços não funcionam e é o momento do povo judeu fazer as suas orações e se reunirem nas sinagogas. O Egipto e a Síria aproveitaram-se deste momento para desencadear um ataque-surpresa sobre o Estado judaico, pois o facto de o povo deste país estar recolhido para o seu momento de fé, facilitou a penetração em território israelita.

Na verdade, Israel subestimou as forças militares destes dois países árabes, pois o Serviço de Inteligência israelita sabia da movimentação das tropas dos seus opositores, mas estavam confiantes de que a vitória na Guerra dos Seis Dias serviria para segurar o ímpeto inimigo. Isto não marcou uma viragem da história do conflito entre judeus e árabes, mas é a marca de uma resistência frente à colonização realizada por Israel. Eis aqui um modo de contra-poder que, independentemente de ser militarmente mais frágil, resistiu e se opôs de modo que, nos primeiros momentos, a derrota de Israel parecia iminente.

Ao perceber o perigo que se avizinhava com a vitória árabe, os EUA passaram a apoiar Israel para se alterar o rumo da situação, ou seja, Israel passou de praticamente derrotado para, em poucos dias, mudar a situação a seu favor. Portanto, Israel conseguiu reverter a situação e acabou por vencer a guerra, mas os árabes, nos primeiros combates, sentiram-se vingados da humilhação sofrida na Guerra dos Seis Dias.

Esta guerra causou problemas para muitos países pois, como represália, os países árabes exportadores de petróleo e membros da OPEP, decidiram parar com as exportações deste combustível para os EUA e para os países europeus, que manifestaram apoio a Israel. A curto prazo, a crise afectou a economia mundial mas, ao longo dos tempos, os países vitimados pela vingança árabe acabaram por recorrer e descobrir fontes alternativas de energia, tendo inclusive descoberto petróleo em áreas que ainda não se destacavam pela importância e possibilidade da existência deste combustível. Neste sentido, passaram a integrar o grupo dos produtores de petróleo regiões como o Mar do Norte, na Europa, o Alasca, nos EUA, o México, a Venezuela, a África do Sul, a URSS e o Brasil.

Israel venceu a guerra, “mas Israel não parecia invulnerável. Suas 2.500 baixas fatais representaram um número três vezes mais alto que o de 1967. E, apesar da ajuda americana, a guerra custou ao país o equivalente a seu PIB anual. O governo israelense foi acusado de complacência, os trabalhistas, que eram o maior partido e haviam participado de todos os governos desde a independência, começaram a perder terreno. Na eleição de 1977, sua porcentagem dos votos, que normalmente ficava em cerca de 40%, caiu para 25%, e o opositor Likud chegou ao poder pela primeira vez” (SMITH, 2008: 55).

Em Camp David, os ressentimentos e o ímpeto de vingança, foram o “estado de espírito” que marcou os árabes aí presentes. Resultou o reconhecimento do Estado de Israel pelo Egipto, mas este foi ostracizado pelos demais países árabes e, como represália, foi suspenso da Liga dos Estados Árabes, entre 1979 e 1989. O Acordo de Camp David serviu como demonstração de que era possível, mesmo que difícil, o diálogo entre judeus e árabes o que futuramente veio a abrir espaço para o diálogo que se plasmou no Tratado de Oslo. Porém, as iniciativas diplomáticas não foram suficientes para pôr um fim definitivo e satisfatório às animosidades e ao conflito.

Deste período em diante, Israel passou a sofrer com a insegurança não promovida directamente pelos países árabes, mas pela guerrilha praticada pelos palestinianos. Configurou-se mais um dramático foco de desentendimento que sobreviveu até aos nossos dias. “A questão palestino-israelense se reduz essencialmente à questão da terra – quem pode viver nela e quem controla seu uso. A isso têm se sobreposto questões de direitos humanos e direito internacional, afetadas pelo ressentimento e pela desconfiança mútuos após décadas de violência” (SMITH, 2008: 56).

Ao que se verifica, praticamente todos os planos e resoluções para pôr fim ao conflito têm sido contestados e, na maioria das vezes, desrespeitados quer por uma parte, quer por outra. A escalada de violência não atinge somente os alvos que dizem ter por objectivo, mas também a população civil de ambos os povos. Deste modo, sobressai a avalanche não só de ataques mortais, mas ataques contra a atitude moral de um contra o outro e isto tem alimentado cada vez mais o ódio e, conseqüentemente, a violência.

A paz parece ainda estar distante, pois não será por meio de ataques e retaliações que nenhum destes povos a atingirá. Enquanto isso, instala-se o caos e provavelmente, o medo constante de quem habita a região.

Os assentamentos israelitas, até certo ponto, alimentam a animosidade entre os palestinianos e, ao mesmo tempo, contrariam a Quarta Convenção de Genebra de 1948, para a qual estes assentamentos são considerados ilegais, pois a Convenção não permite que a população civil habite o território ocupado. Porém, Israel não cumpre com a sua parte no acordo e assenta a sua população nestes territórios, perpetuando-se assim as divergências.

O poder de Israel prevalece. “Para os palestinos, a questão não é apenas a presença de colonos na Cisjordânia e (até 2005) em Gaza. É o controle israelense do território, o uso israelense dos recursos hídricos, as limitações que tudo isso impõe às suas perspectivas econômicas, a maneira pela qual são tratados pelas forças israelenses” (SMITH, 2008: 57).

Os palestinianos sentem que a sua dignidade e esperança quanto aos seus planos individuais e quanto ao Estado tão sonhado, são violados por parte de Israel. Ao ser assim, os palestinianos dirigem os seus ataques aos civis israelitas. Isto constitui-se num modo de contra-poder ou, se o quisermos, uma *revanche* por parte dos palestinianos. Mas Israel, como é da sua natureza histórica, reage imediatamente no sentido de neutralizar a violência contra si e, conseqüentemente, o problema aumenta, estimula mais ódios e rivalidades e, mesmo que Israel consiga alguma segurança, não será por muito tempo, pois os ressentimentos estão latentes e quando menos se espera, eles vêm à tona.

Dentro deste panorama de ódios, intransigências e rivalidades, em 9 de Dezembro de 1987, a revolta dos palestinianos contra os israelitas chegou ao ápice. A sublevação espontânea dos palestinianos levou ao mundo a presenciar a Primeira Intifada, ou “Guerra das Pedras.” Esta deu-se contra os judeus que, na visão palestinianiana

se apresentam, na região, como o povo de um Estado opressor. O mundo pôde ver imagens chocantes, o que o sensibilizou e ganhou solidariedade internacional.

Anteriormente à sublevação palestinian, em 1982, ocorreu a guerra entre Israel e o Líbano que também foi marcada pela violência exacerbada. A ofensiva israelita contra o Hezbollah atingiu principalmente a população civil, o que pôs em causa a visão do mundo sobre Israel e, de certo modo, ocorreu uma mudança da opinião pública acerca deste país.

Israel teve a sua reputação danificada pela intervenção no Líbano, em 1982. A partir desse momento, o país correu o risco do isolamento externo. A Conferência de Paz de Madrid, em 1991, Israel participou não por livre vontade, mas sob pressão do Governo norte-americano; no entanto, a iniciativa não surtiu resultado. Em 1993 a iniciativa norueguesa teve maior êxito. Enquanto Israel ansiava por um modo de se ver livre da Intifada, a OLP tencionava retornar do exílio na Tunísia para a Palestina. Em Oslo iniciou-se um acordo para instituir o processo de paz por etapas que, formalmente, foi assinado na Casa Branca e tinha por finalidade dar gradualmente aos palestinianos mais autonomia.

A Intifada chegou ao fim, mas a paz verdadeira ainda estava longe de ser estabelecida. Questões importantes foram adiadas em Oslo sob a alegação que estas seriam tratadas paulatinamente, isto é, o acordo sobre questões mais simples facilitaria entrar em acordo sobre questões mais complexas. Partiram deste pressuposto, mas contaram com a oposição de militantes de ambos os lados que não viam com “bons olhos” o que fora estabelecido. Para alguns tinham sido feitas muitas concessões e, para outros, os benefícios eram quase inexistentes.

Os seis anos que se seguiram o Tratado de Oslo foram marcados por mais vítimas mortais. Seguiram-se mais quatro anos de negociações que não foram suficientes para se estabelecer uma paz verdadeira, embora nos anos de 1998 e 1999, houvesse uma relativa diminuição da violência. Mas como esta diminuição da violência não era realmente efectiva, estava aberto o caminho para a Segunda Intifada, que viria a marcar os anos subsequentes por imagens que aterrorizaram o mundo.

Os ressentimentos latentes viriam à tona em 2000, quando Ariel Sharon, então líder do partido Likud, foi em visita à Esplanada das Mesquitas, território sagrado dos muçulmanos e acabou por provocar uma revolta dos palestinianos que reagiram de forma violenta a esta visita e deflagraram uma Intifada que ocasionou a morte tanto de palestinianos quanto de judeus.

O início da Segunda Intifada caracterizou-se por ser como a primeira embora, na sequência da mesma, ela tenha ganho força através da Jihad Islâmica, o Hamas e as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa, que passaram a realizar atentados suicidas. A represália por parte de Israel não tardou e, em resposta, “Israel reocupou partes da Cisjordânia, sitiando o quartel-general de Yasser Arafat, em Ramallah. Ambos levaram a guerra aos civis da outra parte, e ambos se justificavam pelos atos do oponente. As ações dos militantes palestinos se mostraram mais letais que na Primeira Intifada, e houve menor simpatia internacional pelos palestinos, sem que Israel encarasse o isolamento que conhecera em 1987-93” (SMITH, 2008: 59).

Vários ataques suicidas organizados pelos palestinianos fizeram inúmeras vítimas em Israel. As missões suicidas eram organizadas e tinham como alvo ambientes onde concentrava uma boa quantidade de judeus como, por exemplo, bares e discotecas. Todas estas acções terroristas levaram à indignação e à condenação de tais actos pela comunidade internacional.

Neste período também se verificou uma mudança da liderança palestinianiana. A OLP estava desacreditada não só pelo excesso de compromissos assumidos, mas também estava a ser acusada de corrupção. Isto permitiu a visibilidade dos islamitas reunidos no Hamas. Portanto, a Intifada permitiu o surgimento de atentados constantes e represálias de ambos os lados.

Na sequência destas acções terroristas, Israel iniciou a construção do *muro da separação*, na Cisjordânia. Os atentados palestinianos foram os principais argumentos do Governo de Israel na defesa da construção do *muro* que isola a Cisjordânia. É uma fortaleza de 700 Km de extensão feito de betão armado e arame electricificado.

A ONU desaprovou a atitude de Israel quanto à construção do *muro*, pois este promove a segregação e acaba por dificultar, ainda mais, a vida dos palestinianos. Indubitavelmente, Israel utiliza o mesmo método usado contra os judeus nos campos de concentração nazis e coloca mais um entrave no processo de negociação da paz.

Decepcionados com a ANP, os palestinianos passaram a apoiar o Hamas, grupo paramilitar que surgiu no início da Primeira Intifada e que foi criado pelos xeques Ahmed Yassin, Abdel Aziz al-Rantissi e Mohammad Taha, que integravam o grupo dos palestinianos da Irmandade Muçulmana. O braço político do Hamas começa por acções sociais junto aos campos de refugiados enquanto o seu braço armado partiu para atentados suicidas, tornando-se pioneiro neste tipo de terrorismo quando, em 1992, se dão os primeiros atentados com “homens-bomba” na região.

Os palestinianos viam no Hamas tudo aquilo que deixaram de ver na ANP, ou seja, o Hamas passou a ser visto como não-corrupto, forte e competente. Quando Yasser Arafat morreu, em 2004, os palestinianos ainda sentiram-se mais livres para apoiarem o Hamas, que sempre esteve contra o tratado de Oslo e que, em 2006, venceu as eleições da ANP.

Não podemos ignorar o facto de que, inicialmente, Israel aprovou a participação do Hamas nas eleições, o que evidencia o objectivo de enfraquecer a ANP. Neste sentido, Israel e o Hamas comungavam de um objectivo comum, isto é, a debilidade da ANP. Segundo Ignacio Álvarez-Ossorio e Ferran Izquierdo, “um dos objectivos do governo Sharon era o de ficar sem um interlocutor válido do lado palestiniano fortalecendo assim aqueles que nunca se sentariam para negociar um acordo de paz” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 147)<sup>3</sup>.

Torna-se claro o “jogo de interesses” tanto de Israel quando do Hamas pelo controlo do poder. Não basta procurarmos a compreensão em sentido restrito, mas é preciso procurá-la em sentido amplo. É neste contexto alargado de interesses e rivalidades que o conflito se caracteriza, cada vez mais, pelo martírio promovido por uma ideologia islâmica extremista que se afirma como forma de resistência frente ao poderio bélico de Israel que é, também, detentor da sua ideologia sionista, e se torna inflexível.

Em 2006 Israel entrou em guerra contra o Líbano. O conflito foi iniciado pelo grupo xiita Hezbollah que disparou foguetes Katyusha sobre posições militares israelitas, nas proximidades do território libanês. Militantes do Hezbollah sequestraram dois soldados israelitas, mataram oito soldados e outros dois foram capturados pela guerrilha islâmica. Israel respondeu com grande força militar, o que provocou mortos, desabrigados e a destruição da infra-estrutura do Estado do Líbano.

O cessar-fogo foi estabelecido, mas deve ser entendido como um cessar-fogo das forças bélicas, mas não da força ideológica de militantes que fazem da sua própria vida uma arma letal. Entre um atentado e outro, entre ódios e ressentimentos, chegamos no ano de 2009, que é contemplado com mais uma carnificina de um conflito que parece não ter fim. Fazendo uso do mesmo artifício usado pelo Hezbollah, o Hamas ataca Israel através de foguetes e a resposta israelita, mais uma vez, não tardou a chegar.

---

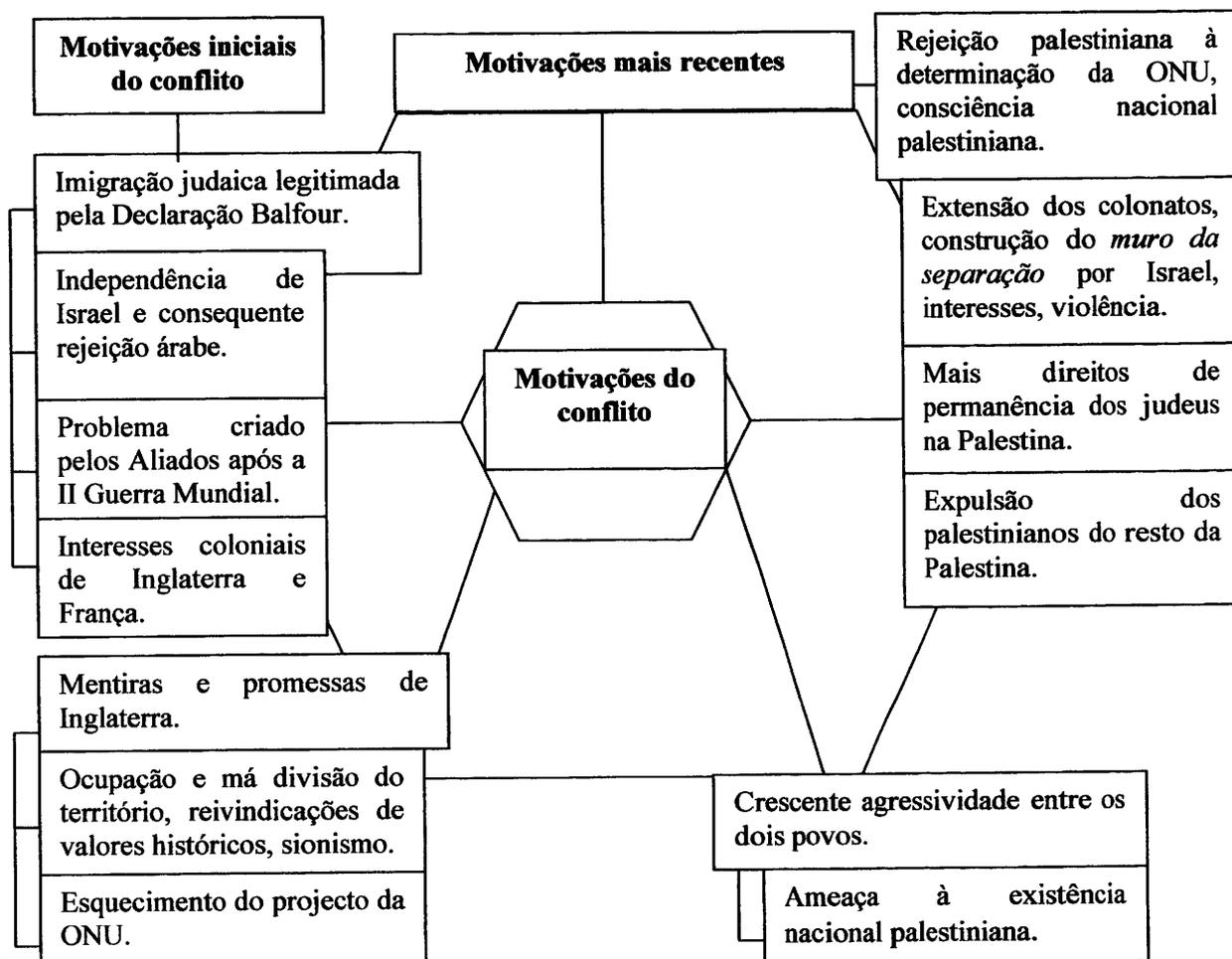
<sup>3</sup> “Uno de los objetivos del gobierno Sharon era el de quedarse sin un interlocutor válido en el lado palestino fortaleciendo así a aquellos que nunca se sentarían a negociar un acuerdo de paz.”

A trégua de paz entre Israel e o Hamas foi interrompida em 27 de Dezembro de 2008. Diante do bloqueio e continuidade do mesmo feito por Israel sobre a Faixa de Gaza, surgiu a reacção desse grupo, mais uma vez, através da luta armada e mais um embate violento se verificou na região. Ele teve a duração de 22 dias e terminou em 18 de Janeiro de 2009, com a retirada unilateral das IDF. Esta batalha sangrenta levou à morte 1300 palestinianos e 5000 feridos graves e mutilados e 13 mortos israelitas, sendo que 3 são civis. Gaza ficou mais uma vez destruída e agravou a situação de desemprego e pobreza dos habitantes desta estreita faixa de terra localizada na zona conflituosa e desprovida de recursos para a sobrevivência digna.

O grande desafio de Israel, hoje, talvez seja neutralizar o Hamas, mas não é uma tarefa fácil, pois este grupo goza de grande prestígio e aceitação em Gaza. Gaza é uma terra destruída e praticamente sem recursos para a população, facto de que o Hamas se aproveita para fazer assistencialismo e ganhar o apoio incondicional dos habitantes. Na verdade, a situação de miséria dos palestinianos tem permitido que os grupos terroristas não só sobrevivam, mas ganham cada vez mais força. Sabemos que o terror é, de certa forma, um modo de resistência de palestinianos extremistas mas, indubitavelmente, a situação destes grupos seria outra se os palestinianos tivessem condições de vida dignas.

O Hamas terminou o conflito dizendo-se vitorioso. Quem perdeu ou ganhou a guerra? Provavelmente nenhum dos beligerantes, mas quem realmente perdeu foi a população de ambos os povos, principalmente do lado palestiniano que, para além da pobreza que faz parte do dia-a-dia, também divide com o povo judeu a preocupação de viver e conviver com a ameaça e falta de segurança constantes. O mundo pode lamentar tal situação, mas uma interferência imparcial, que é necessária, também parece estar distante. Enquanto tudo parece longínquo para o estabelecimento da paz na região, a história regista não só as lutas, mas as incertezas e possibilidades do fim do conflito.

Tomando como base as informações recolhidas junto dos nossos entrevistados, passamos a apresentar a sistematização das motivações do conflito israelo-palestiniano.



Fonte: Entrevistas

Figura 1 – Motivações do conflito.

A agressividade entre os dois povos encontra-se ligada à imigração judaica, legitimada pela Declaração Balfour. As motivações tomaram novo rumo com a partilha do território da Palestina feita pela ONU e com a continuidade da reivindicação de valores históricos marcada pela luta violenta, a colonização israelita e a expulsão dos palestinos.

Para dois dos nossos entrevistados a questão apresenta-se do seguinte modo:

“Para Israel não há nenhum motivo para o conflito. A Terra Santa é a pátria dos judeus há mais de 5000 anos [...] O conflito deve-se a dois povos viver na mesma terra. Primeiro, os palestinos aceitaram a divisão da ONU, mas os países árabes e os palestinos não queriam dividir a terra e não aceitaram o direito do povo judeu” (Entrevista 1).

“As motivações principais têm que ver com a história que está relacionada com o projecto sionista de fazer um Estado israelita na Palestina [...] o problema começou quando se tornou um projecto político de construir um Estado onde já havia pessoas, um Estado. Portanto, depois, com a ajuda dos ingleses, que estava com o mandato inglês na Palestina, conseguiram os judeus o acordo de Balfour de construir lá um Estado que começou em 1948 [...] há sempre esta extensão dos colonatos, o muro, todos os dias o Estado israelita, vamos dizer, inventa mais motivos para mais conflitos porque sempre têm este projecto de fazer da Palestina toda um Estado só israelita e sobretudo um Estado de etnia judaica” (Entrevista 2).

### **3.4. A instabilidade social e económica face ao conflito**

O conflito israelo-árabe arrasta-se desde o fim do século XIX e tornou-se assunto de interesse internacional desde o colapso do Império Otomano, em 1917. Ainda no século XIX, as tensões entre judeus e árabes começaram a surgir mediante a emigração daqueles, provenientes da Europa, vítimas de perseguições anti-semitas, que contribuíram para formar e aumentar as comunidades judaicas na Palestina através da compra de terras aos otomanos ou árabes.

O conflito acentuou-se a partir da auto-determinação do Estado de Israel e, posteriormente, o relacionamento deste jovem país com os países vizinhos, que rejeitaram o plano de partilha elaborado pela Assembleia Geral da ONU, por intermédio da Resolução 181, que propôs dois Estados na região da Palestina, sendo que um Estado seria judeu e outro seria palestino.

Ao recusarem tal proposta, os árabes organizaram campanhas contra Israel através de milícias armadas, com o objectivo de controlarem o território dentro ou fora dos limites de fronteiras estabelecidas. Como consequência da recusa árabe, deram-se cinco guerras e duas Intifadas que mergulharam a região numa situação de violência constante e causaram enormes prejuízos económicos, com o consequente agravamento da situação social da maioria da população local que foi vitimada pelas guerras e guerrilhas armadas.

A instabilidade política que se seguiu vitimou a região e produziu uma violência exacerbada a nível crescente, que reflecte directamente no meio social e económico.

Hoje em dia, a população de ambos os povos é posta numa situação de incerteza e desesperança quanto às possibilidades de paz, de vida digna e de um porvir melhor e mais humano.

A região tornou-se palco de um dos maiores conflitos de todos os tempos, que age de modo violento, opressor e discriminatório e danifica as possibilidades de progresso económico e social para a maioria daqueles que, inevitavelmente, sofrem directamente as consequências das guerras e das guerrilhas numa obstinada disputa territorial agravada pela política expansionista de Israel, que acaba por contribuir para o aumento de problemas de natureza diversas na região, tais como insegurança, falta de liberdade, pobreza, problemas alimentares, de saúde e, entre outros, o distanciamento da possibilidade de ser alcançada a paz.

“Nos primeiros vinte anos da ocupação, a população local, tanto os líderes como o povo comum, viu-se excluída das negociações sobre o estatuto futuro das zonas em que viviam. Enquanto os habitantes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza se debatiam entre os maus-tratos e o problema da sobrevivência económica, Israel, a Jordânia, os Estados Unidos e, mais tarde, o Egipto conduziam uma série de iniciativas diplomáticas com o objectivo de determinar a soberania destas partes da Palestina” (PAPPE, 2007: 248).

O início da ocupação israelita foi marcado por violações dos Direitos Humanos e Civis e pelo domínio da dominação dos judeus na região, principalmente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza porque estas duas áreas, segundo o pensamento de Ilan Pappé, não ocupavam lugar de destaque na agenda da paz, embora fossem mais relevantes do que a própria questão dos refugiados. A agenda da paz “era determinada em grande medida pela política externa americana e, evidentemente, por Israel” (PAPPE, 2007: 248).

Desde o ano 2000, com o fracasso de Camp David, no qual se tentou chegar a uma solução definitiva para a Palestina, a região tem passado por um retrocesso quanto às negociações para a paz e ao agravamento económico e social da população palestiniana.

Isto pode ser comprovado através do surgimento da Segunda Intifada, ou Intifada de Alqsa, marcada pela violência e ira popular diante da má condição de vida e da inexistência de avanços significativos no terreno da paz. Tudo isto contribuiu para o incremento dos vários atentados suicidas contra Israel que, em contrapartida, piorou a

sua política de “linha dura” contra os Territórios Ocupados e, conseqüentemente, agravou os problemas da região numa crescente revolta da população dos Territórios Ocupados e dos campos de refugiados, diante do sentimento de opressão e humilhação.

Neste contexto, os problemas aumentam e a falta de uma solução definitiva para os mesmos culmina na existência de mais e mais problemas. A questão dos refugiados, por exemplo, ainda se discute e parece que nem judeus nem árabes estão dispostos a assumir qualquer responsabilidade sobre os mesmos. Enquanto isso, milhares de pessoas, que perderam as suas terras e os seus lares, amontoam-se nos campos de refugiados ou aventuram-se pelo mundo em busca de paz e sobrevivência e, muitas vezes, acabam por enfrentar preconceitos e dificuldades de adaptação a culturas diferentes da sua, principalmente os mais velhos. Mas, sobre isto, pouco se fala ou se faz.

A Faixa de Gaza configura-se, hoje, no cenário internacional, como uma área de milhares de refugiados pobres, humilhados e não pertencentes a nenhum Estado soberano. É palco de conflitos entre judeus e palestinos, pois encontra-se na “linha de fogo”, limitando-se a Norte e a Leste por Israel e a Sul pelo Egito. É um território densamente povoado que abriga cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes, numa área territorial de 360 Km<sup>2</sup>, que tem como principal cidade Gaza.

Gaza tem uma super-população dentro de um mini-território desprovido praticamente do essencial para a sobrevivência humana. Sofre com a fragilidade da sua economia, falta de hospitais, desnutrição, deficiência alimentar, saneamento básico, falta de emprego, falta de moradias dignas, enfim falta de cidadania. Somadas a isso, a total falta de segurança e autonomia de ir e vir a que todos os indivíduos têm direito, mas que arbitrariamente Israel lhes retirou.

O resgate da cidadania ou, ainda, a sua conquista pelos refugiados fica na dependência e boa vontade das partes envolvidas a assumirem aquilo que é de responsabilidade de ambas as partes, ou seja, judeus e palestinos. Enquanto o impasse continua, o problema dos refugiados permanece na raiz do problema do conflito israelo-palestino desde a Guerra de Independência de Israel, onde grande parte da população árabe palestina teve que fugir ou foi expulsa das suas casas e do seu território.

“Resolver esse problema é, pois, a condição *sine qua non* para que israelenses e palestinos possam chegar a um acordo definitivo. Entretanto, por cinquenta anos Israel

se recusou a abordar a questão. Quando, finalmente, teve de fazê-lo por ocasião da Cúpula de Camp David, em Julho de 2000, acusou os árabes e negou toda a responsabilidade moral, política ou jurídica. Declarou ao contrário, que não reconhecia aos palestinos o seu ‘direito de retorno.’ Após alguns debates rápidos e superficiais, o Estado de Israel, por razões humanitárias, aceitou a volta de alguns milhares de refugiados, durante um período de dez anos, além do financiamento de um fundo internacional de compensação destinado a indenizar os refugiados que não puderem ou quiserem retornar” (BISHARA, 2003: 92).

Embora boa parte dos israelitas reconheça o direito de retorno dos refugiados, isto ainda está longe de se realizar. Não se percebe claramente o empenho de judeus e palestinianos na resolução deste problema. A via diplomática parece não funcionar, pois o que se vê são determinações que estão em conformidade com as propostas do Estado de Israel. Os Estados árabes parecem ser apenas figurantes e servem para compor um cenário, uma vez que a diplomacia dos mesmos afigura-se-nos como frágil, ao tempo que não representa um peso significativo nas negociações.

Neste contexto, não podemos atribuir a responsabilidade somente ao Estado dominador, pois se assim tem sido e ainda é, algum motivo deve ter. Não nos iludimos com a possibilidade de Israel tomar uma decisão unilateral para resolver a situação dos refugiados e dos demais problemas sociais e económicos da região, pois a actuação política deste Estado não revela nenhuma preocupação ou responsabilidade com o bem-estar da população palestiniana, mas sim, com a manutenção de domínio sobre a mesma. A preocupação e responsabilidade social cabem também aos Estados árabes, os quais pouco ou nada têm feito para resolver os problemas enfrentados pela população palestiniana.

Sobre os refugiados, um dos nossos entrevistados diz que “os refugiados palestinianos, que não eram os cinco milhões que estão agora, eram setecentos mil, oitocentos mil na época [...] A primeira consequência foi dramática e é mais da responsabilidade dos países árabes e das Nações Unidas, na minha opinião. A segunda situação é de facto também a própria liderança palestiniana que foi extremamente incapaz de aceitar qualquer tipo de compromisso, isso é um facto [...] a liderança palestiniana tem um grande medo sempre de ser considerada colaboradora com Israel e, portanto, muito dificilmente aceita os compromissos [...] da parte da liderança israelita existe uma inflexibilidade, por vezes, que também não ajuda” (Entrevista 3).

Os Estados árabes, embora beneficiados geograficamente pela riqueza que se encontra no seu subsolo, os hidrocarbonetos, não têm demonstrado o seu peso nas negociações que dizem respeito ao seu próprio povo. Consequentemente, denota-se um certo abandono para com a sua população, não só a refugiada, mas toda ela. Na verdade, a riqueza produzida pelos recursos petrolíferos não tem sido aplicada para aplacar a instabilidade económica e social em que há décadas a região está envolvida e, em muitos casos, este recurso serve para aguçar interesses estratégicos estrangeiros e aumentar ainda mais a distância entre ricos e pobres, agravar o conflito e a violência física e social.

A mão do ser humano que “agarra” com firmeza os seus interesses individuais ou de grupo não se estende unicamente para alcançar aquele que necessita de muito, mas este muito poderia principiar apenas pela disposição e interesse em negociar, de igual para igual, a busca da salvaguarda dos direitos dos seus cidadãos e de não dificultar a situação dos mesmos.

A falta de vontade ou de capacidade política tem contribuído para a produção de mais violência e desigualdades sociais e económicas, que servem aos interesses individuais ou de grupos e aos países estrangeiros e produtores de armas. Armas estas que são utilizadas contra a própria população palestina através das mais diversas práticas de violência.

Enfraquecidos pelas guerras, vítimas de corrupção e de regimes políticos fechados, os Estados árabes tornaram-se ineficazes quanto à organização do seu aparelho de Estado e impotentes para se imporem ao mundo como Estados sérios e conscientes dos seus direitos e obrigações para com o seus povos, o mundo e para conquistarem a credibilidade das suas próprias populações quanto à garantia de segurança e paz tão necessárias à vida e a dignidade humana e ao desenvolvimento económico e social. Segundo um dos entrevistados, “os líderes nunca souberam preparar a opinião política para a paz em termos de cultura política” (Entrevista 13).

Infelizmente, os Estados árabes, até ao momento, não foram capazes de pôr fim nem mesmo à violência interna e de olhar para os seus povos com olhos de ver que tal situação tem se deteriorado ao longo dos tempos e que tem levado as suas populações a uma condição social precária e, ainda, tem mergulhado os Estados árabes numa situação de impotência no que diz respeito às negociações com Israel que, desde 1973, “reina solitariamente no Médio Oriente” (KASSIR, 2006: 21).

Neste sentido, o estado disfuncional da política dos Estados árabes, no cômputo geral, tem contribuído, mesmo que não intencionalmente, para acalentar e pôr em prática o sonho sionista de predomínio na Palestina e manter sob a sua tutela, não somente o território, mas a sua população e a iniciativa de ditar as regras para manter a sua supremacia no Médio Oriente e tem contado com apoios externos principalmente dos EUA, que muito tem contribuído para a vigência da política israelita, que alcançou avanços significativos em termos económicos, sociais e militares.

Como registam as entrelinhas da História, o modelo da política de muitos países árabes não é recente e nem sequer é o ideal no que se refere ao bem-estar social e nem mesmo em relação à política internacional. O modelo de política económica parece perpetuar-se década após década e chegou ao século XXI sem uma solução definitiva no que diz respeito à resolução dos problemas sociais como, por exemplo, a alta concentração de rendimento que contrasta com a situação de miséria da maioria dos árabes e falta de abertura política que permita novas negociações para a resolução de problemas básicos da população, da situação conflituosa da região e da questão territorial.

Segundo um dos entrevistados, “os árabes, regra geral, têm feito pouco. Porque a maioria dos Estados árabes são monarquias e a maioria deles são aliados dos EUA, a maioria deles são pupilos, bonecos colocados pelos EUA [...] Os países árabes não conseguem impor nada, por isso é que Israel continua” (Entrevista 4).

A fragilidade dos Estados árabes no campo das negociações, não se assemelha, em nada, à fúria que governa os seus povos no sentido de os manter cativos de uma situação e manter os privilégios e os desmandos de poucos. A forma como os governantes árabes têm actuado no campo da política tem promovido a exclusão social e, como consequência, tem enfrentado a falta de credibilidade da população quanto a garantia de liberdade, melhores condições de vida, do direito a ter direitos, a paz e a segurança, tão necessários ao desenvolvimento físico, mental, emocional, económico e social.

O autoritarismo, que decorre dos interesses próprios e a insensatez, têm mergulhado os árabes em muitos conflitos e guerras. “Cada guerra golpeia toda a região, gerando mais fluxos de refugiados, crescentes custos, fuga de capitais e nova

exasperação faz cambalear a legitimidade dos impopulares regimes árabes” (TILLEY, 2007: 120)<sup>4</sup>.

O maior perigo que os Governos árabes hoje correm é proveniente da questão palestina, devido aos ânimos exaltados e revolucionários a partir de sua própria população radicalizada. A isto somam-se também a revolta das pessoas que se sentem receosas e desesperançadas face aos seus Governos que, geralmente, estão envolvidos na corrupção e no nepotismo.

O descrédito dos governantes árabes e das suas políticas tem levado grupos extremistas radicais a ganharem a simpatia da população, que vê nestes a única alternativa para sair do quadro de opressão e da situação de miséria em que se encontra. Enquanto os Governos árabes perdem a confiança e a legitimidade perante a população, também ganha na “figura” de líderes extremistas um adversário forte, pois estes últimos, para seduzirem a população, valem-se justamente do incumprimento do dever do Estado, isto é, o descaso social e situação de exclusão em que vivem milhares de pessoas. Ocupam a lacuna deixada pelo poder do Estado.

Diante da debilidade dos Estados árabes e a falta de eficácia para deter a violência nos seus próprios territórios, verifica-se na Palestina e no Líbano, a emergência do Hamas e do Hezbollah na liderança da resistência árabe contra Israel. Estes dois grupos islâmicos extremistas tentam impor-se através de métodos com alto grau de violência mediado por uma ideologia religiosa radical e, assim, tem gerado mais violência, terror e milhares de mortos.

A falta de uma acção séria e conjunta dos árabes permitiu a divisão política interna da Palestina entre as facções do Hamas, que actua em Gaza, e da Al Fatah, radicada na Cisjordânia, o que já quase provocou uma guerra civil. Enquanto isto acontece a sociedade degrada-se e os governantes árabes mantêm-se imóveis, ou pior, alguns ainda oferecem apoio aos extremistas, como é o caso da Síria e do Irão.

De acordo com um dos entrevistados, “em primeiro lugar, e que é uma coisa que hoje está muito na ordem do dia, da Organização do Movimento Nacional Palestino. Se olharmos a história da resistência do povo palestino podemos dizer que a sua principal conquista, e que hoje está seriamente ameaçada, é a da unidade das forças Governamentais Nacional Palestinianas. A criação da OLP constituiu uma conquista

---

<sup>4</sup> “Cada guerra golpea a toda la región, generando más flujos de refugiados, crecientes costes, fuga de capitales y nueva exasperación que hace tambalear la legitimidad de los impopulares regímenes árabes.”

histórica fundamental para o povo palestino [...] o avanço da ocupação nos últimos anos só é possível porque existe um conflito grave dentro do Movimento Nacional Palestino” (Entrevista 14).

Não se questiona o direito de um povo resistir a uma situação que reputa como sendo injusta e opressora. Ao tratar-se da população dos Territórios Ocupados e dos refugiados palestinos é justa a luta dos mesmos pela liberdade. Porém, o que se torna discutível são os métodos utilizados nesta resistência quando estes métodos se valem da miséria deste povo, são extremamente violentos e colocam vidas humanas em risco numa luta pelo controlo do poder, ao mesmo tempo que dividem politicamente a sociedade e dificultam as possibilidades de se chegar a uma paz justa.

Na verdade, “para o mundo árabe, a acção militar contra Israel está desde há muito tempo descartada. O último intento se produziu há trinta anos, com a breve aliança entre a Síria e o Egipto em 1973 ainda que não tenha feito progressos bastaram para propiciar os acordos de Camp David. Hoje em dia qualquer planeamento parecido está fora de lugar desde há muito. Por um lado, todos os países árabes excepto Síria estão – política e economicamente – submetidos aos Estados Unidos. Egipto é um aliado fiel, como o são a Arábia Saudita e Jordânia. Nestas condições não cabe conceber nenhum ataque coordenado desde o mundo árabe contra Israel, que além disso tem sido sempre a potência militar mais forte da região e cuja supremacia é actualmente esmagadora” (TILLEY, 2007: 121-122)<sup>5</sup>.

Os Estados árabes estão divididos, não há uma unidade entre os mesmos e nem parecem estar dispostos a enfrentar um país que detém armas nucleares. No decorrer dos anos e do conflito Israel, com a ajuda dos EUA, seu aliado e parceiro estratégico na região, fortaleceu-se económica e tecnologicamente e equipou-se militarmente e hoje tem sob seu poder um Exército potente e as tais armas nucleares. Este peso militar desigual com os países árabes e dependência destes últimos em relação aos EUA e os interesses individuais, imobilizam os governantes árabes para uma acção conjunta para

---

<sup>5</sup> “para el mundo árabe, la acción militar contra Israel está desde hace tiempo descartada. El último intento se produjo hace treinta años, con la breve alianza entre Siria y Egipto en 1973 que aunque no hizo progresos bastó para propiciar los acuerdos de Camp David. Hoy día cualquier planteamiento parecido está fuera de lugar desde hace mucho. Por un lado, todos los países árabes excepto Siria están – política y económicamente – sometidos a Estados Unidos. Egipto es un aliado fiel, como lo son Arabia Saudí y Jordania. En estas condiciones no cabe concebir ningún ataque coordinado desde el mundo árabe contra Israel, que además ha sido siempre la potencia militar más fuerte de la región y cuya supremacia es actualmente abrumadora.”

negociar o fim do conflito e conseqüentemente, amenizar os problemas enfrentados pela sua população principalmente, pelos palestinianos.

Internamente, os países árabes estão fragmentados de modo que a unidade árabe tão aclamada nas décadas de 1950 e 1960, com o protagonismo do egípcio Gamal Abdel Nasser, teve efeito nos primeiros tempos e culminou na formação da Liga dos Estados Árabes, mas esta entrou em colapso em 2004, no decorrer da guerra do Iraque, devido a divergências políticas. Esta unidade árabe tem sido mais teórica, pois na prática ela se dissolve diante das diferenças culturais, desconfianças e rivalidades políticas.

Não podemos furtar-nos ao facto que, em represália ao apoio norte-americano a Israel, beneficiou a inclinação de alguns países árabes como a Síria e o Egipto, terem no passado, no período Nasser, optado pela aproximação ao socialismo e à URSS. Isto não significa que adoptaram na íntegra o regime, porém alargaram as diferenças entre os países árabes de opções diferentes o que inevitavelmente se tornou mais um obstáculo à unidade árabe e de nada serviu para solucionar os problemas sociais, tendo-os inclusivamente agravado.

“O único acontecimento que poderia desencadear uma séria acção colectiva dos países árabes para enfrentar Israel seria a expulsão pela força do povo palestiniano fora do território do antigo mandato britânico, preconizada por alguns sionistas religiosos e de extrema-direita. Para o mundo árabe e muçulmano essa expulsão seria tão intolerável que os dirigentes árabes se veriam obrigados a actuarem para evitarem uma rebelião em massa e sua própria derrocada” (TILLEY, 2007: 124)<sup>6</sup>.

O povo árabe, hoje, não goza de boa situação não só em termos económicos, mas enfrenta um olhar diferente do mundo. Além das injustiças sociais sofridas dentro de seu próprio território, sofre também, frente ao mundo que estigmatiza-o por ser árabe. Se observarmos, desde 11 de Setembro de 2001, o mundo olha de modo desconfiado para os árabes, eles passaram em muitas situações, a ser vistos como “terroristas.” O preconceito existe, é um facto inegável e talvez quem tenha se beneficiado com isto seja o grupo sionista que tem tentado criar um estereótipo do

---

<sup>6</sup> El único acontecimiento que podría desencadenar una seria acción colectiva de los países árabes para enfrentarse a Israel sería la expulsión por la fuerza del pueblo palestino fuera del territorio del antiguo mandato británico, preconizada por algunos sionistas religiosos y de extrema derecha. Para el mundo árabe y musulmán esa expulsión sería tan intolerable que los dirigentes árabes se verían obligados a actuar para evitar una rebelión en masa y su propio derrocamiento.”

mundo árabe e aponta este como anti-semita e um inimigo hostil e perigoso contra Israel e que hoje, desponta como inimigo do Ocidente.

Tudo isto nos leva a afirmar que não se trata de classificarmos os dois povos de “santos” ou “vilões”, nem de preconceitos e nem de ataques militares coordenados, mas de direccionamentos políticos que, quer de um lado, quer de outro, sejam eficientes e capazes de, se não acabar definitivamente com a violência e desigualdades sociais na região, ao menos viabilizar uma política no sentido de trabalharem para o fim das mesmas. O que se tem visto são políticas que contribuem de maneira decisiva para a manutenção da concentração do rendimento nas mãos de poucos, opressão, continuação da violência física, psicológica, económica e social da região, onde a população do lado mais fraco é o receptor imediato de todas estas violências. Isto não pressupõe que o lado forte não sofra as consequências, obviamente que sim, mas tem mais condições de se proteger enquanto Estado e população.

Ambos os povos necessitam da paz e segurança. Se Israel sofre com o problema da segurança, os Estados árabes não são diferentes. Países como o Egipto, a Jordânia, a Síria e o Líbano, que são países fronteiriços, sofrem frequentemente com tais problemas, pois as suas fronteiras servem de via de acesso a guerrilheiros palestinos e a represálias israelitas. Tudo isto tem contribuído para uma instabilidade que acaba por prejudicar a política e a economia destes países, ao mesmo tempo que a população se sente revoltada, passando a tomar atitudes cada vez mais radicais frente à situação.

Nos países acima referidos, encontram-se mais de três milhões de refugiados palestinianos que, já debilitados pelo sentimento de perda e amargura, acabam por gerar mais problemas. A economia, aliada ao desinteresse governamental, perece e torna-se insuficiente para atender a todas as necessidades da população. O conflito espalha-se pela região e as suas consequências são avassaladoras no que diz respeito à parte social, que já sofre devido às políticas de Governos autoritários do mundo árabe, cuja distribuição de rendimentos é medíocre.

É verdade que, hoje, o grande perigo árabe se encontra na Palestina. O povo palestiniano tem vivido um processo que consiste na destruição, fome, humilhação que já vem de longa data e tem dado sentido a confrontos cada vez mais violentos e sangrentos com Israel, onde a maior parte das vezes, são os próprios palestinianos civis e também israelitas, incluindo as crianças e os idosos, as principais vítimas.

Pode, evidentemente, ignorar-se e até mesmo não aceitar a efervescência do conflito na actualidade, como consequência de causas que remontam há várias décadas,

onde as políticas adoptadas e os diversos acordos assinados, não foram suficientes para o travar. Porém, não se podem negar os factos. Estes comprovam a iminência de uma disputa territorial que tem devassado a região e tem levado a miséria e a opressão a milhares de pessoas.

“A confiscação de terra pelos israelitas criou a escassez de terra entre os palestinianos, o que também afectou a sua situação económica. Contudo, a escassez de terra não resultou numa carência imediata de trabalho na agricultura, devido à emigração em massa de habitantes da Cisjordânia para os Estados do Golfo na primeira década da ocupação de Israel. Registava-se também um alívio temporário da situação para os aldeões deslocados na época das colheitas, quando os grandes proprietários precisavam de mão-de-obra para os pomares de citrinos e amendoeiras e olivais. A procura era tão elevada que até as mulheres e crianças eram contratadas” (PAPPE, 2007: 247).

Com as inovações tecnológicas implantadas pelos israelitas, os palestinianos perderam postos de trabalho na década de 70, especialmente em Gaza. Deu-se a migração do campo para a cidade. Com a intensificação do processo de urbanização, surgiu a especulação imobiliária que colocou os trabalhadores em má situação diante de uma ocorrência que nada contribuía para resolver o problema habitacional.

Gaza sofria com a falta de terra, a que se somava a explosão demográfica. Os problemas acentuavam-se através do desemprego, que contribuía para um índice de pobreza entre os maiores do mundo. O cenário era composto pela miséria galopante, tentativa de resistência e sobrevivência que obrigavam a adaptação da sociedade a uma situação explosiva de carências sociais.

“Assim, a imagem parecia ser em toda a parte um misto de resistência, sobrevivência diária e adaptação. O fio entre estas opções era tecido pelos políticos palestinianos, alguns dos quais eram automeados, enquanto outros eram eleitos, como foi o caso em 1976. Os políticos nos territórios ocupados foram inicialmente peões passivos na tragédia que se desenrolava à sua volta. Representavam uma sociedade cuja terra era cobiçada por vizinhos poderosos – a leste os jordanos e a oeste os israelitas. Esta situação tornava quase impossível a formulação de um programa político. Eram influenciados pelo ponto de vista da OLP, mas não influíam nele. Mais do que tudo,

porém, o conhecimento da política americana era essencial para influenciar o futuro da sua sociedade” (PAPPE, 2007: 248).

A Palestina foi, e continua até ao momento, a ser tutelada por Israel. O grande marco da libertação da Palestina foi Yasser Arafat, mas este não deu conta da libertação do seu povo e não conseguiu conter totalmente a violência interna. Todos estes problemas juntos colocam a Palestina como a região árabe mais prejudicada e sacrificada pelo conflito. Embora Yasser Arafat tenha sido um protagonista ímpar neste conflito, não se pode negar que, ao assumir a ANP, ele se tornou ambicioso em relação ao poder e impôs um certo autoritarismo, não havendo como negar a presença da corrupção na ANP.

A acomodação que se deu com a criação da ANP, criou a expectativa de que se poderia esperar mais do que ela tem dado até hoje. No princípio reestruturou-se a Al Fatah, de Arafat, como também toda a burocracia mas criaram-se beneficiários, que se encontravam nas elites tradicionais dos Territórios Ocupados.

“Em termos gerais, o processo de construção autónoma caracterizou-se pela personalização do poder, e autoritarismo na adopção de decisões e a persistência da violência dentro do sistema. De facto, a ajuda internacional converteu-se numa arma de duplo corte ao estender-se a delapidação de fundos públicos por parte da administração palestiniana. Um relatório do Conselho Legislativo Palestino (CLP), estabelecido depois das eleições de Janeiro de 1996, advertia sobre ‘os imprudentes gastos da administração pública’. Segundo dito relatório, cerca de uma terceira parte do orçamento anual (um total de 326 milhões de dólares) tinha sido delapidado ou esbanjado em gastos irregulares e injustificados” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 45-46)<sup>7</sup>.

Deste modo, a ANP começou a ficar desacredita pela sua própria população que perdeu a confiança naquela que poderia estabelecer negociações capazes de lhes

---

<sup>7</sup> “En términos generales, el proceso de construcción autonómica se caracterizó por la personalización del poder, el autoritarismo en la adopción de decisiones y la persistencia de la violencia dentro del sistema. De hecho, la ayuda internacional se convirtió en un arma de doble filo al extenderse la malversación de fondos públicos por parte de la administración palestina. Un informe del Consejo Legislativo Palestino (CLP), establecido tras las elecciones de enero de 1996, advertía sobre ‘los imprudentes gastos de la administración pública.’ Según dicho informe, cerca de una tercera parte del presupuesto anual (un total de 326 millones de dólares) había sido malversado o despilfarrado en gastos anómalos e injustificados.”

devolver a paz e promover a liberdade, o estabelecimento de uma vida digna segundo os preceitos legitimadores, que podem emergir numa sociedade soberana.

Esta incapacidade e desvio de objetivos da ANP, somados ao desejo de Israel de destruí-la, deu mais um contributo para a emergência do Hamas, dado que Arafat não era o líder que as populações pensavam que fosse e não foi capaz de estabelecer a paz ou qualquer outro benefício mais alargado.

Enquanto a ANP sucumbia surgiu a resistência adoptada pelo Hamas que é, na verdade, um contra-poder frente a Israel e que ocupou o espaço que não foi preenchido pela ANP. Deste modo, este grupo extremista tem produzido cada vez mais violência, vítimas e agravado a situação da população, principalmente de Gaza que sofre com o estigma e o preconceito de ser vista como “terrorista” e com as retaliações imediatas de Israel.

A rapidez do contra-ataque israelita não é algo recente, mas é um modo de responder ao inimigo, adoptado desde sempre. Se analisarmos a História dos judeus podemos verificar que sempre agiram de modo imediato a toda situação de ataque ou represália, pois no passado contavam com um número reduzido de judeus. Mas, independente disso, a sua prática tem sido “eficiente” e provocado vítimas fatais e cada vez mais tem despertado a ira dos grupos extremistas.

À medida que os ataques e retaliações se tornam mais constantes, o conflito intensifica-se e a violência aumenta de ambos os lados. As armas utilizadas não poupam os civis. A desconfiança de ambos os lados leva ao confronto brutal e a contestações de todas as possibilidades para um cessar-fogo definitivo, pois todas as convenções têm a sua componente jurídica desrespeitada, ao mesmo tempo que não cessa a sede pelo domínio do território, principalmente por Israel.

Se a debilidade da política árabe não conseguiu levar mais adiante as negociações para a paz e permitiu a existência de grupos extremistas e não foram capazes de neutralizá-los nos seus próprios países, Israel também não está isento de ter contribuído com o surgimento dos mesmos. Não podemos esquecer que, no princípio, Israel apoiou o Hamas, porque sabia que quando este chegasse ao poder, não se sentaria à mesa de negociações uma vez que este não reconhece o Estado de Israel.

Neste sentido, Israel poderia dar continuidade à sua política expansionista e de dominação. Porém, o Hamas tem-se transformado num ferrenho inimigo israelita, mas nem por isso a sua política de dominação e expansão foi travada e sem a devida punição dos órgãos competentes, o que tem gerado ódios e sentimentos de vingança da

população palestina que se vê alijada do seu direito de habitar as suas casas e de viver em liberdade no seu território de origem.

Os assentamentos israelitas configuram-se como causa do conflito, de problemas sociais, bem como de instabilidade económica e política na região do Médio Oriente. Estes assentamentos são a consequência de uma política avassaladora imposta por Israel, que oprime a dignidade humana, principalmente a dos habitantes dos Territórios Ocupados. Diante desta situação, acelera a violência e a radicalização dos palestinianos.

Desde o final da década de 1960, Israel expande a sua área de ocupação e domínio e adentra na Cisjordânia e, assim, desrespeita a Quarta Convenção de Genebra de 1948.

Israel fez caso omissivo da Quarta Convenção e continuou a ocupar cada vez mais territórios para formar os seus colonatos. Enquanto isso, aumentaram as dificuldades económicas da população palestina. Surgiu o problema da segurança, ao qual Israel não passa ileso. À medida que Israel avançou com a política dos assentamentos, cresceram cada vez mais os diversos problemas como a fome, a violência, a falta de segurança, a dominação, enfim, a falta de respeito pelos Direitos Humanos, principalmente para a população dos Territórios Ocupados.

É importante não ignorarmos o facto de que a ocupação israelita, além do domínio e controlo sobre a terra, ampliou o fosso de pobreza e a violência na região, a partir do momento em que um grande número de pessoas perdeu não só a terra, mas os seus lares, os empregos e os meios de sobrevivência. Isto tem gerado resistência não só por parte dos refugiados, mas também da população dos Territórios Ocupados, onde muitas pessoas são exploradas por Israel. Esta resistência tem sido guiada pelo sentimento de opressão e ódio em relação ao mandatário que operara unicamente em prol de seus próprios objectivos.

Toda a malha rodoviária, por exemplo, tem sido planeada no sentido de isolar os refugiados e a população dos Territórios Ocupados. Isto provoca o estrangulamento económico da Palestina e põe em dúvida a possibilidade e capacidade de um Estado Palestino, independente e autónomo. Todas as limitações geográficas impostas por Israel, somadas às dificuldades económicas do povo palestino, inviabilizam a auto-determinação de um Estado palestino.

As ocupações foram realizadas de maneira estratégica e de acordo com os interesses do Estado judaico, interesses estes que sempre foram de natureza diversa e incessantes no que respeita à ocupação, propriamente dita. De acordo com Marwan

Bishara, “durante três decênios, o principal interesse na manutenção da ocupação dos territórios palestinos foi militar e econômico. Após a guerra de 1967, as novas fronteiras, Jordão e Golã Superior, deram a ‘profundidade estratégica’, tão apreciada pelo Estado-Maior israelense, sem contar o acesso a novos recursos hídricos e a um forte potencial de mão-de-obra barata” (BISHARA, 2003: 135).

Neste sentido, a política de ocupação de Israel, para além de absorver e explorar a mão-de-obra barata dos palestinianos, ainda se aproveita da sua superioridade, poder e também da sua “impunidade” perante o mundo, para programar a seu bel-prazer, uma ocupação que se configura mais a uma colonização dos tempos modernos, com objectivos reais, camuflados e, ao mesmo tempo, justificados simbolicamente.

Ainda segundo Marwan Bishara, após consultar estudos realizados pelo professor da Universidade Hebraica de Jerusalém e Consultor do Ministério de Defesa norte-americano e um dos maiores especialistas israelitas em termos de recursos hídricos e do conflito israelo-árabe, diz o seguinte:

“A política de assentamentos após 1967 tinha um objectivo preciso: assegurar a Israel o controle total sobre os recursos dos lençóis subterrâneos na Cisjordânia – o mapa dos assentamentos se superpõe, aliás, ao dos recursos hídricos dos territórios. Os israelenses podem assim explorar mais de 500 milhões de metros cúbicos de água dos 600 milhões extraídos anualmente, o que significa uma economia de pelo menos US\$ 1 bilhão por ano, e cobrir em média um terço de seu consumo. No entanto, salvo nos círculos especializados, o argumento da água quase não foi evocado: só os argumentos teológicos e os símbolos religiosos foram constantemente invocados para justificar o controle da terra e o direito dos judeus a nela se instalarem” (BISHARA, 2003: 135-136).

É neste contexto de ocupação e ocultação dos verdadeiros objectivos que as arbitrariedades prosseguem e, a cada dia, põem em dúvidas as reais possibilidades da sociedade tanto palestiniana quanto israelita, viverem em paz. Se os problemas sociais se agravam a olhos vistos e a exploração tanto territorial quanto humana se servem de recursos simbólicos e ideológicos como justificativas, torna-se cada vez mais difícil a resolução dos problemas, uma vez que as ideologias são fortes e seduzem, ao mesmo

tempo que se apresentam como verdades e camuflam as verdadeiras intenções em relação aos palestinianos e ao próprio território.

Os assentamentos israelitas são estratégicos e não são homogêneos quanto ao seu perfil político. Segundo Virgínia Tilley, os Territórios Ocupados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, “a diplomacia internacional os considera todos eles dentro da categoria geral de ‘Territórios Ocupados’, cujo estatuto final está todavia por determinar; porém cada território tem um perfil político diferente e apresenta dificuldades distintas para qualquer tipo de retirada” (TILLEY, 2007: 29)<sup>8</sup>.

Verificamos, pois, que o entrave em relação aos Territórios Ocupados, além de constituirm obstáculo para a paz, também é determinante para o agravamento dos problemas na região, não somente de ordem política, mas principalmente de natureza económico-social. Uma vez que Israel, para lá da ocupação de boa parte de terras palestinianas, num território com uma população superior à sua, vale-se ainda da exploração de mão-de-obra barata.

Através da criação de uma infra-estrutura que permite condições de vida dignas e o desenvolvimento económico para os seus colonos, de certo modo, Israel acaba por constituir uma estratégia para garantir a permanência destas terras em mãos dos judeus, pois desalojar esta população que se encontra em vias de claro progresso, seria provocar um caos para a mesma, que não se calaria e chamaria a atenção do mundo. Mesmo que estas pessoas fossem realojadas, poderiam alegar terem sido desrespeitadas quanto aos seus direitos individuais e de propriedade. Esta estratégia israelita pode ser observada a partir do que aconteceu em Gaza.

Em 2005, Ariel Sharon procedeu à desocupação de território na Faixa de Gaza. Estava implícito que o mesmo queria utilizar isto como exemplo para reforçar a necessidade de permanência dos assentamentos. Ou seja, dado que o assentamento da Faixa de Gaza não era lucrativo para Israel, não havia necessidade de mantê-lo.

Quando os judeus do assentamento de Gaza perderam as suas terras e os demais bens que aí possuíam, protestaram, revoltados com a situação. Assim, Ariel Sharon conseguiu com uma só medida, resolver três problemas. Primeiro, mostrou à comunidade internacional o quanto poderiam os judeus ser generosos ao fazer a desocupação; segundo, levou o mundo a pensar que, se todos os assentamentos fossem

---

<sup>8</sup> “la diplomacia internacional los considera todos ellos dentro de la categoría general de ‘Territorios Ocupados’, cuyo estatus final está todavía por determinar; pero cada territorio tiene un perfil político diferente y presenta dificultades distintas para cualquier tipo de retirada.”

desmantelados, ocorreria uma convulsão social e, terceiro, libertou-se dos gastos com um assentamento pouco rentável.

A princípio, a medida de Ariel Sharon suscitou no mundo a esperança de que medidas idênticas seriam tomadas em relação aos demais assentamentos como, por exemplo, na Cisjordânia, que é uma área administrada por Israel. Porém, isto não só aconteceu como dificilmente acontecerá. O que ocorreu em Gaza foi uma estratégia política que não se aplica aos demais assentamentos, que são importantes em termos estratégicos e económicos, Gaza não era lucrativa para Israel e, como diz Virgínia Tilley,

“Este território costeiro, de uma extensão muito menor, na sua maioria árido e com solo arenoso, estava grotescamente polarizado entre a massiva população empobrecida palestina das cidades de Gaza, Jan Yunis e Rafah e a minúscula população judaica que residia na ampla zona de assentamentos ao sul. Os palestinianos concentrados na Faixa de Gaza são quase um milhão e meio e representam uma das populações mais densas do mundo (e com um crescimento mais rápido), grande parte da qual vive numa espantosa pobreza. Até meados de 2005 cerca de 7.500 judeus viviam nas suas amplas vintena de assentamentos que, não por casualidade, estavam situados principalmente em torno das escassas fontes de água desta árida faixa. Estes assentamentos entrincheirados atrás das fortificações militares, vigiados por centenas de soldados israelitas e ocasionalmente submetidos a algum ataque isolado, eram particularmente ineficazes e caros para Israel” (TILLEY, 2007: 35-36)<sup>9</sup>.

Retirar-se da Faixa de Gaza foi politicamente importante para Israel. “De facto, Sharon era um dos políticos mais conscientes de que a retirada de Gaza facilitaria em vários sentidos a permanência de Israel na Cisjordânia” (TILLEY, 2007: 36-37)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> “Ese territorio costero, de una extensión mucho menor, en su mayoría árido y con un suelo arenoso, estaba grotescamente polarizado entre la masiva población empobrecida palestina de las ciudades de Gaza, Jan Yunis y Rafah y la minúscula población judía que residía en la amplia zona de asentamientos al sur. Los palestinos concentrados en la Franja de Gaza son casi un millón y medio y representan una de las poblaciones más densas del mundo (y con un crecimiento más rápido), gran parte de la cual vive en una espantosa pobreza. Hasta mediados de 2005 alrededor de 7.500 judíos vivían a sus anchas en una veitena de asentamientos que, no por casualidad, estaban situados principalmente en torno a las escasas fuentes de agua de esta árida franja. Estos asentamientos parapetados tras fortificaciones militares, custodiados por cientos de soldados israelíes y ocasionalmente sometidos a algún ataque aislado, eran particularmente ineficaces y caros para Israel.”

<sup>10</sup> “De hecho, Sharon era uno de los políticos más conscientes de que la retirada de Gaza facilitaría en varios sentidos la permanencia de Israel en Cisjordania.”

Os objectivos de Ariel Sharon foram atingidos, como dissemos, pelo sentido de perplexidade dos colonos quando foram retirados e, assim, Sharon conseguiu chamar a atenção do mundo como seria a situação se retirasse os seus colonos de assentamentos maiores, tendo-se libertado da empobrecida Gaza e da sua população pobre.

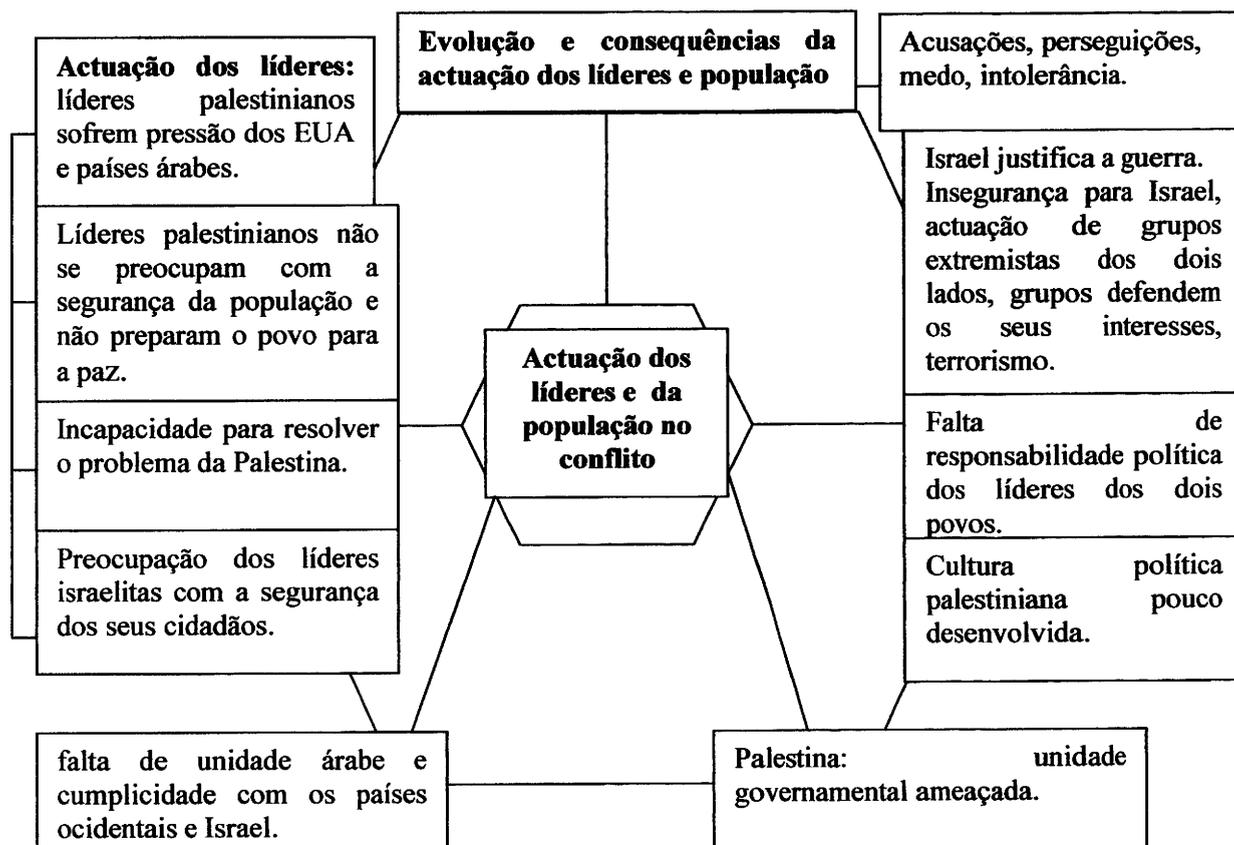
Em torno destes assentamentos há também um peso ideológico-simbólico para os judeus, além de questões económicas. A simbologia dos assentamentos, como já mencionámos, embora não seja a mesma para todas as correntes do sionismo, possui de certa maneira, uma base comum, ou seja, estes assentamentos foram financiados não só pelo Estado ou por partidos políticos e religiosos, mas também, “os movimentos de colonos e os grupos culturais e religiosos judeus, que consideram toda a malha, não simplesmente como cidades e bairros, senão como a expressão material da ‘redenção’ e o ‘regresso’ judeu. Para os seus partidários e desenhadores, o reassentamento judeu em território bíblico perdido desde há muito tempo é um projecto tanto nacional como espiritual, que reflecte a relação especial do povo judeu com Deus e com a terra que segundo o mito bíblico este entregou aos hebreus” (TILLEY, 2007: 59)<sup>11</sup>.

Na verdade, para os judeus, ocupar o território que há muito tempo haviam deixado obrigados por governantes vis e estrangeiros, representa hoje, para além do retorno à sua terra de origem, a realização de um sonho. É a este sonho, ou ideologia, que reagem e negam a possibilidade de negociar ou partilhar o território que, segundo a sua concepção, foi concedida por Deus.

Tendo em vista a ilustração da problemática acima abordada apresenta-se, sistematizadamente, a actuação dos líderes e das populações no conflito israelo-palestiniano, de acordo com as entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa.

---

<sup>11</sup> “los movimientos de colonos y los grupos culturales y religiosos judíos, que consideran toda la malla, no simplemente como ciudades y barrios, sino como la expresión material de la ‘redención’ y el ‘regreso’ judío. Para sus partidarios y diseñadores, el reasentamiento judío en un territorio bíblico perdido desde hace mucho tiempo es un proyecto tanto nacional como espiritual, que refleja la relación especial del pueblo judío con Dios y con la tierra que según el mito bíblico éste entregó a los hebreos.”



Fonte: Entrevistas

Figura 2 – Actuação dos líderes e da população

A actuação dos líderes de ambos os lados não se reporta somente ao campo político, mas desencadeia acções que ameaçam o adversário. Ao mesmo tempo, a liderança palestina sofre pressões internas e externas. Enquanto as lideranças falham nos seus compromissos políticos, os ímpetus exaltados atingem as duas populações, que se acusam e impõem o medo. As perspectivas e os pontos de vistas são diversos e, de acordo com um dos nossos entrevistados,

“Os líderes israelitas, as suas preocupações, têm sofrido evolução em função também de um factor que é relativamente novo que é a alteração da estrutura do Estado de Israel em termos populacionais [...] a cultura política de cada uma das sociedades, israelita e palestina, são culturas muito diferentes, mas têm uma característica comum: é que nenhum dos seus líderes preparou os seus povos para a paz por razões que têm a ver com a própria evolução e conjuntura histórica e até com a própria evolução social” (Entrevista 13).

Não podemos ser ingénuos ao ponto de não percebermos que na actualidade não é só este ideal da Terra Santa que conta, pois há muito poder e interesses económicos envolvidos, porém a base ainda se mantém e é alimentada pelo ideal da terra que lhes foi destinada por Deus e pela ideologia sionista de um Estado judaico para os judeus.

Ironicamente, contrariando as “leis divinas”, a terra destinada aos judeus, por Deus, tem feito dos palestinianos que, segundo a História religiosa, são primos dos judeus, refugiados, explorados, desamparados económica e socialmente, e vitimados pela violência e miséria que, em grande proporção, tem origem no conflito com o povo que os ensinamentos religiosos evidenciam como seu aparentado.

A ocupação israelita transformou o território palestiniano parecido com o “queijo suíço”, onde as fronteiras parecem não existir e os palestinianos estão cercados e sem grandes possibilidades de locomoção e muito menos com a possibilidade de ter um Estado forte. Isto mostra claramente a violação dos acordos de Oslo que proíbe a desintegração territorial, que tem que ser mantida na sua integridade.

“De 1993 a 2000, a grande maioria dos 2,7 milhões de palestinos vivendo sob a dominação israelense foi separada dos colonos israelenses e judeus por intermédio de medidas de segurança e de barreiras arbitrárias. Os colonos beneficiam-se de uma total liberdade de locomoção nos territórios ocupados, ao passo que os palestinos – e somente aqueles que satisfazem às exigências israelenses, ou então os trabalhadores e as pessoas idosas – têm de se submeter ao uso de autorizações especiais para poderem circular, a menos que uma barreira venha impedir que as pessoas se desloquem. Em 1994, por exemplo, pouco depois do assassinato de 29 palestinos em Hebron pelo terrorista Baruch Goldstein, os israelenses mantiveram 20 mil habitantes limitados às suas casas durante dois meses, por serem vizinhos da comunidade de colonos judeus no centro de Hebron (o bairro H2), ao passo que estes podiam circular livremente” (BISHARA, 2003: 136-137).

Na verdade, os Territórios Ocupados são verdadeiras fábricas de mão-de-obra barata para Israel e a população vive numa prisão a céu aberto praticamente sem direito a ter direitos. A liberdade está limitada pelas determinações e barreiras de segurança impostas por Israel. Como consequência, a Palestina tornou-se economicamente subdesenvolvida ao mesmo tempo que desenvolveu uma relação de dependência com

Israel, tanto em relação à importação como à exportação. A principal mercadoria palestina a ser exportada, é a mão-de-obra barata que, na tentativa de sobreviver, se submete à exploração nas empresas de colonos, que pagam aos trabalhadores palestinos quatro vezes menos do que é habitual pagar-se em Israel.

O estrangulamento económico da Palestina é inevitável diante das barreiras militares e dos assentamentos israelitas. O território palestino está fragmentado e isto tem provocado o isolamento entre diferentes cidades e aldeias, ao contrário dos assentamentos israelitas que são interligados entre si.

A falta de unidade inviabiliza o desenvolvimento económico palestino e, se observarmos, também impede a proximidade das pessoas que, se estivessem juntas e próximas, poderiam dar uma maior unidade à Palestina e, ainda, poderiam ter mais força e agir conjuntamente no sentido de pressionar as autoridades competentes no que diz respeito a políticas viáveis.

Este estrangulamento palestino, na verdade, não é somente económico, mas principalmente social, a partir do momento que a sociedade necessita de unidade, liberdade, representatividade e objectivos partilhados para se auto-determinar. Porém, tudo isso se perde quando há barreiras que inibem e mantêm prisioneiros não só geográficos, mas também prisioneiros mentais de uma situação que vigora há muito tempo e, ao contrário do criminoso que transgride a lei e que tem um tempo estabelecido para pagar a sua pena, a prisão deste povo não tem prazo para acabar, porque não há nenhuma data prevista, tudo é indeterminado.

Todo ou quase todo um povo é usado, manipulado e tornado dispensável quando não for necessário aos interesses daqueles que detêm o poder. “As barreiras apresentam igualmente o interesse de fornecer mão-de-obra barata aos assentamentos, aos novos parques industriais na periferia das grandes aglomerações palestinas – porque aqueles que violam a proibição de circular fora de seus ‘bantustãos’ são passíveis de seis meses de prisão e de uma multa de US\$ 500” (BISHARA, 2003: 138).

Os assentamentos promovem, para além da separação, a segregação. Isto, para muitos estudiosos do assunto, é classificado como *apartheid*. Difere, contudo, do que aconteceu na África do Sul. Não que tenha havido menos horror em relação aos negros, mas “o governo jamais enviou tanques para cidades de negros. Nunca utilizou veículos de ataque, bombardeiros ou mísseis contra as cidades de negros ou os bantustões. O regime do *apartheid* cercava cidades de negros, mas estes cercos eram levantados ao fim de alguns dias.’ [...] A África do Sul, pode acrescentar-se, também não aplicou uma

política sistemática de empurrar a população negra para uma situação de fome. O que presenciamos nos territórios ocupados – as colónias penais de Israel – é o assassinio invisível e diário dos doentes e feridos que estão privados de cuidados médicos, dos fracos que não podem sobreviver nas novas condições de pobreza e dos que se abeiram a fome” (REINHART, 2004: 166).

Os sinais de *apartheid* também podem ser verificados a partir da construção do *muro da vergonha* por Israel. Respalhado pelo aumento dos atentados terroristas e sob a alegação de garantir segurança para os seus cidadãos, Israel vale-se de medidas cada vez mais restritivas, separatistas e discriminatórias e chega ao ponto de construir o *muro da separação* na Cisjordânia. Com a construção do *muro* e o isolamento do povo palestino tornou-se iminente o agravamento da situação deste povo, a todos os níveis. Foi criada mais uma problemática para os palestinos, pois eles encontram-se isolados pelo betão armado e pelo arame electrificado. Aquilo que se tem feito até hoje não representa um progresso no futuro em relação à paz.

Com a intensificação dos ataques terroristas, Israel tem respondido cada vez mais com represálias aos ataques de que é alvo, principalmente contra os palestinos, o que tem agravado a sua situação. É na inconsequente maneira de resistência de alguns grupos palestinos que a resposta israelita faz ampliar as diferenças sociais e económicas entre os dois povos e, ao mesmo tempo, serve de justificativa para Israel adoptar medidas cada vez mais punitivas e restritivas.

Os assentamentos e o *muro* servem, também, como instrumento para separar e discriminar. “Sem protecção, os bantustãos palestinos são vítimas não só de discriminações sociais e económicas, mas também ambientais: eles são cada vez mais utilizados como depósito de resíduos sólidos, tanto por Israel como pelos assentamentos” (BISHARA, 2003: 139).

Demograficamente, os territórios foram modificados de acordo com o desejo israelita e utilizados conforme a sua vontade ou necessidade. Esta forma de agir e de transformar o território pertencia ao sonho de Ariel Sharon, ou seja, Israel tem o “direito moral” de modificar a demografia dos territórios. Para isso não mede esforços para atingir a meta desejada e sacrifica todo um povo que se vê cercado militarmente e impedido de se locomover e de trabalhar, o que já tem implicado na impossibilidade de os palestinos poderem colher aquilo que tinham plantado.

Isto converte-se numa pobreza construída por um Estado que age de modo “ditatorial” ou “escravocrata”, em detrimento de outrem. Chega ao limite de prender as

peçoas em casa enquanto necessitam buscar o seu sustento. “Cinquenta e três por cento dos Palestinos vivem abaixo do limiar de pobreza, o que significa que sobrevivem com menos de dois dólares por dia” (REINHART, 2004: 113).

Muitos palestinos sentem-se humilhados de terem que recorrer à ajuda internacional para poderem sobreviver. Todo este sentimento de humilhação, associado à exploração, falta de liberdade e desrespeito, leva ao ódio que acaba por irromper na violência que afecta os dois lados. Enquanto aumenta a violência, Israel aperta o cerco em relação à segurança que, muitas vezes, provoca mais discriminação e mais violência e, ainda, escamoteia outros interesses.

As estradas são controladas pela segurança israelita e o controlo de áreas importantes é feito sistematicamente no sentido não só de evitar a acção de grupos extremistas palestinos mas, também, para assegurar um recurso escasso na região, que é a água. Torna-se clara a relação de autoritarismo e poder na região, no sentido de assegurar os interesses próprios.

A água, para Israel, é também uma questão de segurança. Embora se saiba desta questão, pouco se fala e se divulga e só se consegue captar o seu grau de importância nas entrelinhas. Na Cisjordânia, o Estado hebraico tem utilizado diferentes recursos, tais como o arame farpado e o controlo militar em torno de poços e aquíferos. Ainda não foi possível a nenhum observador externo saber, com precisão, a quantidade de água que se tem extraído.

Sabe-se que os colonos israelitas usam muito mais água do que os palestinos, que não desfrutam de grandes mordomias, enquanto aqueles usam a água para as suas piscinas, o que é considerado extravagância na região, devido à escassez deste recurso. Isto também evidencia, para além do contraste económico e social com a população palestina, a quem pertence o domínio da região. Em Gaza, para resolver o problema da falta de água, “os Palestinos serão autorizados a comprar água de Israel. Assim, o ponto de partida para Gaza é pior do que o de um bantustão: nem água nem terra” (REINHART, 2004: 227).

A maioria dos aquíferos da Cisjordânia é usado para abastecer Israel e os poços palestinos estão a chegar ao esgotamento devido à sua utilização exaustiva pelos israelitas. Esta situação, num futuro não muito distante, poderá agravar ainda mais a situação daqueles que possuem menos recursos, pois como é sabido a água é uma fonte primordial para a sobrevivência humana e numa região como o Médio Oriente, onde

este recurso está cada vez mais escasso, poderá levar até mesmo Israel, país mais rico e poderoso da região, a uma situação economicamente complicada.

Talvez a água no Médio Oriente seja, hoje, um factor determinante para certas manobras políticas internas e delimitação de fronteiras que vemos e que, implicitamente, guardam um objectivo secreto. É, pois, o que ultimamente está a acontecer nos Montes Golã. Desde as negociações de paz com a Síria, Israel sempre manteve um certo interesse nestas terras e não só por estratégias militares e de segurança, pois hoje as “armas inteligentes” são eficazes no campo da segurança.

As negociações com a Síria, que tinham sido interrompidas nos anos de 1995 e 1999, foram infrutíferas, pois a linha de fronteiras era um ponto-chave da questão. A Síria queria que as fronteiras fossem estabelecidas a partir do que eram em 1967, ou seja, antes da ocupação israelita. Porém, Barak rejeitou a proposta, pois é justamente na questão das fronteiras que se encontra a problemática da segurança e dos recursos hídricos. “Este propôs sem obstáculos voltar ao traçado de 1923 tal e como havia sido estabelecido por franceses e britânicos para delimitar os seus mandatos respectivos, traçado que priva a Síria do acesso ao lago de Tiberíades, tirando-lhe além disso uns 70 km<sup>2</sup> do território” (BERMEJO, 2002: 102)<sup>12</sup>.

Este traçado das fronteiras não tinha importância somente em relação à questão de segurança, mas sobretudo sobre os recursos hídricos, dos quais a Síria foi privada. Foi justamente por esta questão da água que não foi possível um acordo de paz com a Síria. Isto não se aplica somente em relação à Síria mas também em relação à Jordânia. A problemática da água sempre esteve e parece continuar a estar presente nas negociações dos tratados de paz.

A escassez de água no Médio Oriente é, indubitavelmente, um factor importante no que se refere às negociações de paz, onde cada país vai procurar assegurar o escasso recurso em seu território. Entre as disputas territoriais que têm provocado o descalabro da violência e a situação de crescente dificuldade económica e social para a população local, deve acrescentar-se mais esta disputa, o controlo dos recursos hídricos.

Segundo uma das nossas entrevistadas, “em 1967 Israel começou a controlar o rio Jordão, portanto, todas as fontes de água são controladas por Israel [...] os acordos aí nunca chegaram a entrar nos detalhes” (Entrevista 2).

---

<sup>12</sup> “Este propuso sin embargo volver al trazado de 1923 tal y como había sido establecido por franceses e británicos para delimitar sus mandatos respectivos, trazado que priva a Siria del acceso al lago de Tiberíades, quitándole además uns 70 km<sup>2</sup> de territorio.”

Se um recurso natural entra na pauta das negociações de paz, entra em cena, também, mais um obstáculo de difícil solução e quiçá, um dos piores. Não se trata aqui meramente de delimitar fronteiras, mas delimitá-las de acordo com a vontade e necessidades de cada povo. É claro que, tanto judeus quanto palestinos procuram assegurar para si uma das condições básicas de sobrevivência, num confronto desigual.

Embora a questão da água seja um problema visível aos olhos do mundo, um dos nossos entrevistados, não coloca tal questão como um problema e argumenta que “esta é mais ou menos a solução final. Podemos mudar de território [...]. O problema da água envolve dinheiro. O problema da água é mais fácil. Israel tem quatro cisternas de dessalinizar a água. O território, também podemos trocá-lo” (Entrevista 1).

Sempre tem havido um lado mais forte neste conflito e isto não parece ser diferente nos tempos vindouros, pois está clara a supremacia de Israel sobre todos os países árabes, inclusive a Palestina, não só no que diz respeito à economia, mas também no controlo das negociações do conflito.

Temos que ter em mente que, embora o interesse de ambos os povos sobre os recursos hídricos não seja nenhum segredo, isto ainda não surgiu de modo destacado nas propostas de negociações entre judeus e palestinos. Isto é, a questão da água é sempre posta em discussão, mas o mundo ainda se concentra na partilha do território e na própria violência que este gera.

No tocante às negociações para a paz e ao entendimento entre israelitas e palestinos, seria interessante analisar que a cada proposta israelita e contraproposta palestina, ou vice versa, os recursos hídricos têm que ser vistos como um ponto fundamental para ambos, pois isto poderá a médio ou a longo prazo, entrar claramente para o plano da disputa de maneira avassaladora.

O lado mais forte do conflito, Israel, há muito que vem tentando garantir os seus interesses nas várias frentes no Médio Oriente. Israel, a nosso ver, tem mais poder não só económico e militar, mas também em termos de estratégia, na negociação dos seus interesses e nas imposições que faz aos seus adversários, parecendo sair sempre vencedor em detrimento de outrem.

Israel não só venceu as guerras contra os árabes, mas venceu principalmente em termos dos tratados de paz e não cumpriu grande parte dos pontos acordados nos vários acordos de paz assinados e, quanto ao importante recurso natural não parece agir de modo diferente, pois ainda mantém sob domínio os Montes Golã.

Caso o processo de dominação judeu permaneça, os palestinos verão a situação econômica e social de seu povo piorar e permanecer em crescente desigualdade ante o seu opositor e equiparar-se cada vez mais à situação dos países menos desenvolvidos do resto do mundo.

Dada a possibilidade de domínio que Israel tem mostrado até ao momento, a indiferença, debilidade e fraqueza dos Governos árabes em relação aos palestinos, como estes poderes desiguais poderão entrar em acordo sobre um recurso natural que não se divide em termos de quantidade, mas somente através da vontade e disposição para negociar e chegar a bom termo para todos? Como tal, será possível o diálogo? O que resta será mais violência se não houver uma intervenção séria e neutra da comunidade internacional.

A soberania sobre os domínios territoriais, sobre áreas com capacidade hídrica, poderá acarretar em termos crescentes, situação desesperadora àqueles que não obtiverem a mínima possibilidade de usufruir destes recursos para socorrer e não meramente satisfazer as suas necessidades. Numa disputa entre poderes desiguais, a tendência será o agravamento das dificuldades, em todos os sentidos, da parte mais fraca.

As intransigências que até hoje têm marcado os diversos acordos de paz como, por exemplo, o de Oslo e Camp David, de nada tem resultado em termos reais para as populações tanto israelita quanto palestina. Sabemos que os judeus não passam pela situação de miséria que aflige grande parte da população palestina, mas não podemos deixar de lado que todo o processo conflituoso também tem vitimado o povo israelita, criado rancores e desprezo pela população palestina e árabe em geral.

As constantes violações de acordos e tratados e a continuidade de um conflito muito longo têm contribuído para a continuidade desta situação insustentável de discriminações, de perdas humanas, miséria e violência no Médio Oriente e tem deixado cicatrizes profundas e muitas “feridas abertas”. Os próprios assentamentos construídos por Israel, muitos deles ilegais têm, ainda hoje, alimentado o conflito e os mais diversos problemas na região, violando a Quarta Convenção de Genebra. Sobre a violação desta Convenção, Ignacio Álvarez-Ossorio e Ferran Izquierdo afirmam o seguinte:

“Dita Convenção estabelece no seu artigo 49 que ‘a Potência ocupante não poderá efectuar a evacuação ou o traslado de uma parte da própria população civil ao território por ela ocupado.’ Em aberta contradição, Israel tinha deslocado uma parte

significativa de sua população aos Territórios Ocupados, em particular a Cisjordânia e Jerusalém Leste, onde se concentravam em finais de 2004 mais de 430.000 colonos, a metade deles na Jerusalém árabe” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 208)<sup>13</sup>.

Toda esta situação dos Territórios Ocupados tem agravado não só o conflito, mas também a parte económica do oponente. Infelizmente, Israel não tem feito tudo sozinho, mas tem contado com o apoio dos EUA, como aconteceu em 2002, com a Operação Escudo Defensivo, cujo objectivo era reocupar os territórios autónomos e contou com a aprovação de George W. Bush ferindo, mais uma vez, a Quarta Convenção de Genebra.

Quando Israel pôs em prática esta operação, tinha como objectivo provocar prejuízos económicos aos palestinianos. “Os ataques israelitas tiveram especialmente em conta a necessidade de destruir o tecido económico palestiniano como provava a destruição de fábricas e indústrias, a devastação dos campos de cultivo ou o corte de milhares de árvores frutíferas” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 202)<sup>14</sup>.

A Palestina, principal foco do conflito, ficou asfiziada economicamente e o desemprego aumentou substancialmente, tendo atingido cerca de 60% da sua população. Três em cada quatro palestinianos passaram a viver abaixo da linha de pobreza. As condições sanitárias eram precárias e doença grave atingia crianças mal alimentadas e sem condições para tal.

Segundo Ignacio Álvarez-Ossorio e Ferran Izquierdo, “a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) emitiu em Agosto de 2002 um relatório em que se verificava a deterioração das condições sanitárias e a situação de emergência humanitária, advertindo-se que 250.000 crianças menores de cinco anos padeciam de leucemia crónica e anemia” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 203)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> “Dicha Convención establece en su artículo 49 que ‘la Potencia ocupante no podrá efectuar la evacuación o el traslado de una parte de la propia población civil al territorio por ella ocupado’. En abierta contradicción, Israel había desplazado una parte significativa de su población a los Territorios Ocupados, en particular a Cisjordania y Jerusalén Este, donde se concentraban a finales de 2004 más de 430.000 colonos, la mitad de ellos en el Jerusalén árabe.”

<sup>14</sup> “Los ataques israelíes tuvieron especialmente en cuenta la necesidad de destruir el tejido económico palestino como probaba la destrucción de fábricas e industrias, la devastación de los campos de cultivo o la tala de miles de árboles frutales.”

<sup>15</sup> “la Agencia para el Desarrollo Internacional de los Estados Unidos (USAID) emitió en agosto de 2002 un informe en el que constataba el deterioro de las condiciones sanitarias y la situación de

À medida que o quadro social e económico se deteriora, o sentimento de revolta dos palestinianos cresce e tornam-se mais frequentes as acções terroristas, às quais Israel responde cada vez mais com represálias que afectam sistematicamente aqueles que se lhe opõem. É na inconsequente maneira de resistência que se ampliam as diferenças sociais e económicas entre os dois povos e, ao mesmo tempo, servem de justificativa para Israel adoptar medidas punitivas e restritivas.

“A dignidade e a esperança dos palestinos, tanto como comunidade quanto como indivíduos, estão sob ataque permanente. Daí o ímpeto de revidar e levar a guerra aos civis israelenses. E, como é típico nos conflitos persistentes, as medidas que Israel toma para neutralizar a ameaça de violência acabam exacerbando o problema subjacente, mesmo que tenham algum impacto a curto prazo no reforço à segurança de Israel”(SMITH, 2008: 57).

O conflito israelo-palestiniano fere os princípios dos Direitos Humanos e da liberdade, a partir do momento em que cada indivíduo representa uma ameaça e é ameaçado, o que compromete o convívio livre entre os dois povos. Também, em muitas situações, indivíduos inocentes são usados como “escudos humanos”, tornam-se vítimas e ficam incapacitados e, muitas vezes, impedidos de buscar socorro médico como, por exemplo, é o caso dos palestinianos que possuem poucos recursos médico-hospitalares e não são raras as vezes que são impedidos por Israel de chegar aos hospitais. Sem contar que a recuperação destes não é fácil devido à precariedade da saúde e muitos morrem sem terem tido a oportunidade de tentar salvar a própria vida.

Infelizmente, a barbárie está presente neste conflito. É frequente vermos palestinianos cujos ferimentos não podem ser explicados como um acto de autodefesa do outro lado, mas por uma política cruel e repressora de Israel. São muitos palestinianos feridos nos olhos, entre eles crianças. Muitas destas pessoas ficam cegas para sempre. “Uma prática israelita comum é disparar uma bala de metal revestida de borracha directamente para o olho de um palestiniano – um joguinho jogado por soldados bem treinados e que requer uma precisão máxima. As notícias de ferimentos oculares são comuns” (REINHART, 2004: 107).

A situação acima referida deve ser entendida como limpeza étnica cruel como também é cruel o facto de se calcular o número de pessoas que podem morrer por dia, o

---

emergencia humanitaria y en que advertía que 250.000 niños menores de cinco años padecían leucemia crónica y anemia.”

que não pode ser muito elevado para não chamar a atenção do mundo sobre o que está a acontecer. Tanya Reinhart aponta para seguinte estratégia israelita no ano 2000:

“A razão para esta estratégia é clara: números maciços de Palestinos mortos todos os dias não podem passar despercebidos, nem mesmo pelos mais cooperativos meios de comunicação e governos ocidentais. ‘o primeiro-ministro disse que, se não houvesse 140 baixas palestinianas neste momento, mas 400 ou 1000, isto... talvez prejudicasse muitíssimo Israel.’ Aparentemente, Barak acreditava que, com uma média estável de cinco baixas por dia, Israel poderia continuar ‘sem se prejudicar’ nos meios de comunicação por muito mais meses, como foi o caso. Num mundo tão acostumado a horrores, muita gente sente que 140 mortos num mês é triste e perturbador, mas não constitui ainda uma atrocidade que o mundo deveria unir-se para travar” (REINHART, 2004: 108).

Se Israel não sofre, no momento, dificuldades de natureza económica tem, com certeza, a violência presente à sua porta como resposta a todas essas agressões desferidas contra os palestinianos. Nesta luta constante de dominação e poder, não parece que nenhuma das partes tenha ficado ilesa. Como assinala um dos nossos entrevistados, “as consequências são graves. Hoje em dia, Israel tem 61 anos de independência e, até hoje, não teve nem um dia sem conflito e com segurança. O orçamento militar de Israel é 25%, 30% do PIB. Até hoje, as consequências também são indirectas [...] Durante muitos anos, o Japão não queria fazer negócios com Israel e nem exportar carros e electrodomésticos por causa do petróleo dos árabes [...] As crianças, desde quando nascem, já têm esse medo mental por causa de segurança, de guerra. O impacte na psicologia da criança e do adulto é grave” (Entrevista 1).

Se uma das partes envolvidas no conflito é mais forte e tem ditado as regras, ela também tem gerado ódios e rivalidades cada vez maiores. A sua população não goza de todas as vantagens sociais, na medida em que também convive com a violência e, até mesmo, uma certa discriminação social interna. Ilan Pappé escreve o seguinte, a este respeito:

“A militarização da sociedade israelita prosseguiu com vigor após a guerra de 1967, e com ela a indiferença relativamente à privação social e económica. O serviço militar tornou-se o principal critério de patriotismo. A eleição de Rabin como primeiro-

ministro reforçou esta tendência. Em 1974, o seu governo introduziu severas sanções contra israelitas que vivessem no estrangeiro e se recusassem a regressar anualmente para cumprir o serviço como reservistas da FDI” (PAPPE, 2007: 255).

Desiludidos com o Partido Trabalhista, os jovens tomaram a opção de demonstrar apoio a Menachem Begin e o Likud, que surgia como o novo partido e onde eram depositadas esperanças. Porém, este partido de direita não tinha intenções de intervir na situação de pobreza e discriminação social. A ideologia do partido era o “Grande Israel” que era de interesse de poucos “nas zonas perturbadas de Israel.” Devido à pobreza e à discriminação sofridas pelos judeus *mizrahi*, o Likud passou a chamar a atenção dos mesmos pelo facto de ser oposição ao Partido Trabalhista, o que permitiu que, em 1977, Menachem Begin chegasse ao poder.

Em termos sociais, o novo Governo pouco ou nada fez e ao fazer uso de uma política económica de livre comércio, mergulhou Israel numa situação de “hiperinflação”, ao passo que aumentaram as desigualdades sociais. Depois, retrocedeu para uma economia mais moderada, uma “economia de mercado aberta”, e adoptou uma política de coligação com o Partido Trabalhista.

Com o passar dos tempos, Israel foi ultrapassando as dificuldades internas e pôde contar com a ajuda externa americana. Na actualidade, Israel superou muitos problemas a nível económico e social e configura-se no cenário internacional como país cuja classificação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é alto e ocupa a 24.<sup>a</sup> posição entre todos os países do mundo. Contudo, embora seja um país desenvolvido e único no Médio Oriente, ainda mantém certas desigualdades e discriminação não só contra os palestinianos, mas dentro da sua própria sociedade.

Vale esclarecer que, internamente, Israel estabelece uma cidadania definida segundo a raça e não pela geografia ou pelo território. Há uma diferença entre os cidadãos judeus e os cidadãos árabes. Estes últimos não são “contados” como cidadãos israelitas, mas como cidadãos árabes que não seguem os preceitos religiosos do Judaísmo. Há uma certa discrepância, pois não se verifica a nacionalidade israelita, mas sim judaica.

“Durante vários anos, os orçamentos das municipalidades árabes foram duas vezes inferiores aos das municipalidades judias, enquanto a discriminação nos sectores de educação, saúde, cultura, desenvolvimento prosseguiu até fazer dos israelenses

árabes cidadãos de segunda classe, ou até mesmo, em comparação aos imigrantes safardis ou russos, cidadãos de terceira ou quarta classe. Em Israel, uma criança árabe em cada três vive abaixo do nível de pobreza, e a metade das crianças pobres é árabe (devemos lembrar que, segundo as estatísticas governamentais de Dezembro de 2000, eles representavam um quinto da população)” (BISHARA, 2003: 53-54).

Depois da Guerra de Independência, o Parlamento israelita definiu duas leis que se complementavam e actuaram na redefinição da ocupação da Palestina. A primeira lei foi criada em 1950 e era definida como a “Lei do Retorno.” Esta lei garantia a todos os judeus espalhados pelo mundo, o direito de retornar a Israel e obter imediatamente a cidadania israelita. Em 1965, foi aprovada uma outra lei, que se refere ao registo da população e estabelece a nacionalidade judaica e não israelita.

Ao analisarmos estas duas leis, verificamos que, desde o princípio, elas excluíam o povo palestino e lhes negavam a cidadania de modo a dificultar a permanência em Israel. Consequentemente, a estas pessoas, que já tinham perdido casas e terras através da guerra, nada restava senão tornarem-se refugiados. Mas os judeus, que também deixaram as suas casas durante a Guerra com a finalidade de se protegerem, não se tornaram refugiados.

A cidadania em Israel não é igualitária não só em relação ao passado mas, ainda hoje, há a diferenças entre os próprios judeus, isto é, entre os *sefarditas* e *asquezazis*. Os primeiros são provenientes da Península Ibérica e os segundos da Europa Central. Culturalmente são diferentes e há uma certa discriminação em relação ao povo *sefardita*, que é considerado originário de países subdesenvolvidos e do Terceiro Mundo, enquanto os *asquenazi* são originários dos países desenvolvidos da Europa.

Sobre os safarditas, é importante retornarmos aos anos de 1940 quando nos EUA, uma lei destinada a experiências de irradiação de Raios X em seres humanos prisioneiros ou doentes foi extinta, mas para dar continuidade ao programa atômico norte-americano, este contou com a ajuda de Israel para o fornecimento de seres humanos destinados a experiência em troca de dinheiro. Israel recebeu dos EUA sete máquinas de Raios X para serem utilizadas em experiências atômicas que tiveram como cobaias os jovens *sefarditas*.

“Cada jovem sefardita recebe 35.000 vezes a dose máxima de raio X na cabeça. Para isso, o governo americano paga ao governo israelense 300 milhões de libras por

ano, enquanto o orçamento total da saúde é de 60 milhões de libras. O dinheiro pago pelos americanos equivale a bilhões de dólares em 2004” (COUTTE, 2005: 149-150).

Esta situação configura uma clara disposição de Israel para eliminar todos aqueles que não correspondem ao seu ideal de Estado e de povo. Lastimavelmente, dá-se uma tentativa de extinguir uma camada da sua sociedade que não é identificada como digna de habitar o Estado e de pertencer a uma raça superior. E, para isso, usaram de artimanhas no que concerne à prática de tal acto.

“A fim de enganar os pais das vítimas, os jovens são levados em ‘viagens de férias escolares’ (excelente para a saúde, segundo dizem...os nazistas algumas décadas antes dizem a mesma coisa) e informam posteriormente aos pais que os raios X são destinados a tratar o mal provocado por certos vermes. Seis mil crianças morrem pouco tempo depois de sua dose fatal, enquanto o restante desenvolve câncer que os mata com o tempo, e ainda hoje. Enquanto ainda vivem, sofrem de epilepsia, amnésia, mal de Halzeimer [*sic*], dor de cabeça crónica e psicoses” (COUTTE, 2005: 150).

A posição discriminatória de Israel torna-se difícil de ignorar, pois reflecte uma postura capaz de julgar e aplicar a penalidade sobre indivíduos que considera indesejáveis e inoportunos apenas porque não correspondem ao ideal de pessoa traçado para habitar o Estado judaico. Isto colide até mesmo com a questão do multiculturalismo, tão discutida nos dias actuais.

A discriminação não está apenas na periferia da sociedade, mas no seio da mesma e chega ao meio político, onde as rivalidades permeiam posições diferentes no andamento da política. Isto tem gerado discriminação em relação aos *sefarditas* que não contam com os privilégios que possuem os *asquenazi*.

Como verificamos, há discriminação e preconceitos entre os próprios judeus, existindo o domínio da dominação dos *asquenazi* sobre os *sefarditas*. Embora em minoria, os *asquenazi* manipulam a situação e impedem que a maioria tenha voz. À luz desta perspectiva, identificam-se os elementos que nutrem este ideal e é justamente por este motivo que se torna possível dizer que os israelitas não comungam do mesmo pensamento em relação ao Estado de Israel e em relação ao conflito.

Nem todos os israelitas desejam a manutenção dos colonatos. Porém, “a liderança política do campo da paz israelita tem anos de experiência em desviar a

maioria dos que se opõem à ocupação para a via da preservação do *status quo*. Estas são as pessoas que durante os anos de Oslo afirmaram que a ocupação tinha virtualmente acabado e que somente necessitávamos de mais alguns anos de negociações” (REINHART, 2004: 121 e 122).

Enquanto as arbitrariedades prosseguem, a população de ambos os lados segue na incerteza do dia seguinte. Poucos mandam, discriminam e determinam posições políticas e de guerra. A maioria é incluída como o povo que oprime, despreza, faz a guerra e não quer a paz. Os “falcões” da política israelita planeiam e determinam as suas orientações políticas, mas isto não pressupõe que todos os judeus estejam de acordo, pois também sentem o peso das diferenças de tratamento e a “prisão mental” estabelecida pelo conflito, a partir do momento em que pode estar a ser vigiado e vítima, a qualquer instante, de um atentado suicida ou de uma outra arma qualquer.

Mais recentemente, o mundo pôde assistir a mais um feroz espectáculo de violência. O final de 2008 e início de 2009 foi contemplado com um desastroso embate em Gaza, entre o Hamas e as IDF. O Hamas, que não desiste da hostilização obstinada contra Israel, usa a Faixa de Gaza como se esta fosse uma central de lançamentos de *rockets*, com objectivo de atingir o território israelita. Esta tática do Hamas teve início no ano 2000 e, desde esse ano, conseguiu atingir o Sul de Israel com mais de dez mil bombas, provocando a morte de dezassete civis e ferindo muitas pessoas, ao mesmo tempo que colocou em risco de vida mais de um milhão de habitantes.

Com o intuito de neutralizar as forças do Hamas, Israel também age de forma violenta e não poupa os civis nem crianças e idosos. Como já aconteceu noutros embates, isto pode ser verificado neste último contra-ataque de Israel sobre a Faixa de Gaza, que teve início em 27 de Dezembro de 2008 e finalizou em 18 de Janeiro de 2009.

Este confronto teve como epicentro o bloqueio exercido em Gaza durante 19 meses, de modo que impediu a entrada e saída de diversos bens necessários a sobrevivência humana, tal como géneros alimentícios, comerciais, médicos e, inclusive, humanitários. Diante de tal situação, os militantes do Hamas puseram termo ao cessar-fogo com Israel e, assim, desencadeou-se mais uma batalha sangrenta.

Nestes 22 dias de combate entre o Hamas e Israel, segundo informação do representante da UNRWA (Agência Humanitária e de Desenvolvimento Humano), Michael Kingsley-Nyinah. No Seminário Internacional sobre a Catástrofe Humanitária em Gaza e os Crescentes Perigos da Actual Situação nos Territórios Palestinos e na

Região, o palestrante destacou o número de 1300 mortos e 5300 feridos graves sendo a maior parte constituída por civis. As perdas humanas de Israel chegaram ao total de 13 pessoas, 3 das quais eram civis.

Israel atacou por céu, terra e mar e bombardeou prédios, escolas, mesquitas e deixou pessoas desalojadas. Numa população empobrecida, a situação agravou-se dia após dia e os palestinianos tornaram-se, mais uma vez, prisioneiros nas suas casas no meio de uma guerra sem possibilidades de fugir. Na revista *Visão*, lemos o seguinte:

“A água não corre nas torneiras de 250 mil casas e cerca de um milhão de pessoas ficaram sem energia eléctrica. E, nas zonas onde a rede ainda não foi completamente destruída, só há electricidade duas ou três horas por dia – é assim desde 2006, quando o Hamas venceu as eleições legislativas e Israel apertou o bloqueio ao território. A maioria dos habitantes possui geradores, mas também já não resta gásóleo para os pôr a funcionar. As casas estão geladas, sem hipótese de aquecimento, e as temperaturas chegam quase ao zero, durante a noite. Para piorar a situação, todos sabem que têm de manter as janelas abertas, para não conter a pressão em caso de bombardeamento e evitar os ferimentos dos estilhaços. Muitos dormem amontoados nos corredores das casas” (FONSECA & FIALHO, 2009: 54).

A supremacia de Israel sobre a Palestina é evidente. A população de Gaza, neste último conflito, nem sequer pôde enterrar os seus mortos devido à grande probabilidade de bombardeamentos. Ilustrando aquilo que acabámos de afirmar, a revista *Visão*, informa que:

“A cada 15 minutos cai uma bomba em Gaza. Por vezes, antes do estrondo chega um aviso. Do céu caem panfletos, lançados pelos caças israelitas, aconselhando a população civil a abandonar a área que vai ser bombardeada. Ou o telefone toca e do outro lado uma voz desconhecida avisa que têm dez minutos para fugir da casa em que se encontram.” (FONSECA & FIALHO, 2009: 54).

“Fugir para onde? Em Gaza, ao contrário do que sucede em Israel, não existem abrigos subterrâneos – a maioria da população vive em casas rudimentares, em gigantescos campos de refugiados, ou em torres de apartamentos, no centro das cidades” (FONSECA & FIALHO, 2009: 54).

Para um dos nossos entrevistados, a situação precária dos palestinianos em termos de habitação representa a despreocupação por parte das autoridades palestinianas enquanto que “o Governo israelita preocupa-se com a sua população e não há nem uma casa em Israel sem um abrigo, é obrigatório. Um abrigo anti-aéreo e anti-químico [...] a política é de poupar ao máximo a vida do seu povo [...] os palestinianos, eles são muito mais vulneráveis: primeiro, porque muitas vezes eles actuam no próprio seio da população civil e, segundo, não me consta que haja uma grande preocupação por parte das autoridades em construir esses abrigos e essas coisas. Assim, morre muito mais gente” (Entrevista 3).

Relativamente à posição do nosso entrevistado, cabe lembrar que ele não levou em consideração a quase total falta de recursos financeiros da Palestina. Manter todo aparato de segurança, tecnologia e padrão de vida da população de Israel (judeus), não é para todos os povos e, principalmente, para a Palestina que ainda luta para ser um Estado e cuja população se encontra numa situação de pobreza extrema.

O quadro geral da situação em Gaza é grave, pois segundo o relatório do PNUD, o desemprego aumentou depois do cessar-fogo. A pobreza entre os desempregados, no mesmo período, passou de 56% para 66%. Há muitas crianças com diarreia, pois 14% da água está contaminada e ainda pode piorar com a contaminação dos resíduos tóxicos deixados pelas munições dos explosivos que foram detonados em Gaza.

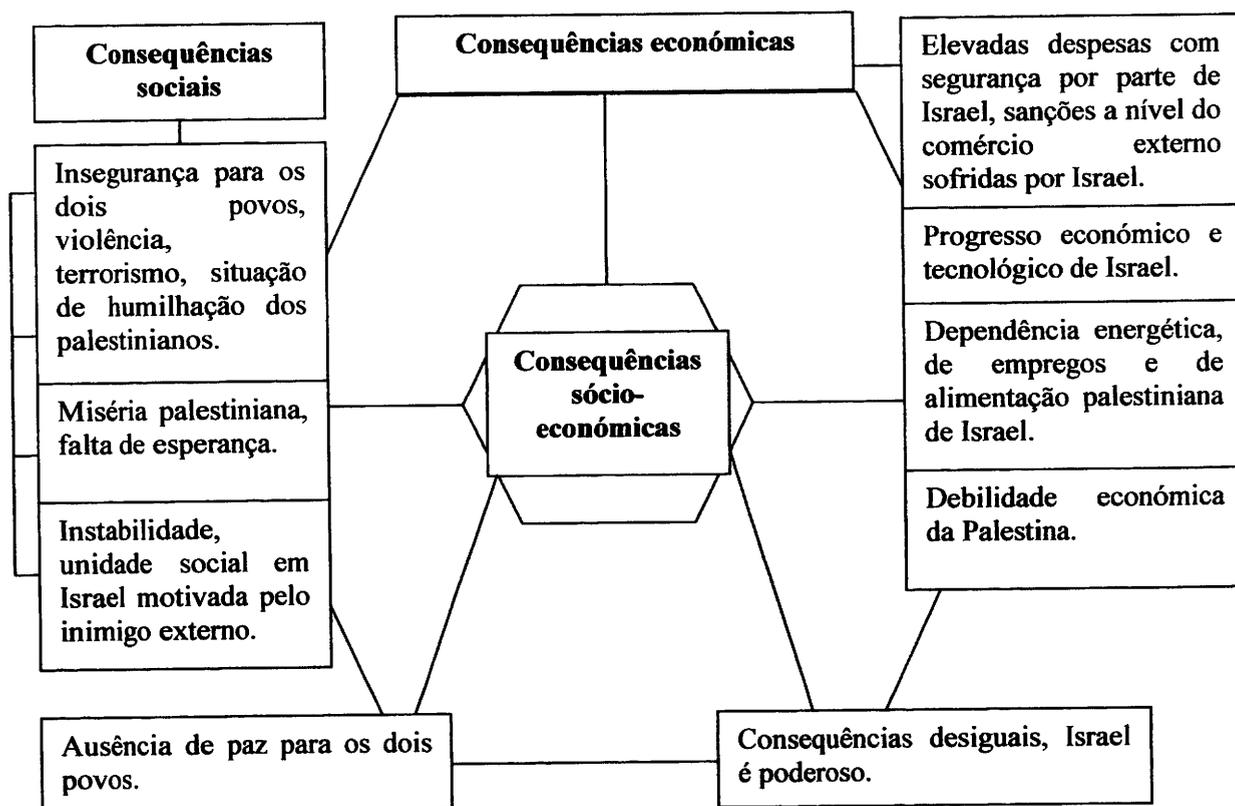
Enquanto prosseguem os estímulos para a luta sangrenta e o autoritarismo, mais se agrava a situação daqueles que se encontram à beira de um abismo que parece não ter solução e, com isso, os problemas amontoam-se e geram outros problemas ainda mais graves. É o inconsequente ciclo da violência que até ao momento não foi possível quebrar. Enquanto este ciclo se mantém, as dificuldades das mais diversas naturezas multiplicam-se e trespassam fronteiras para adentrarem os mais variados espaços, cujos significados e história se interligam através da conexão cultural a nível mundial, reflectindo mais uma vez no território em conflito.

Israel e a Palestina estão a deixar de atrair visitantes estrangeiros, principalmente americanos e europeus, pois o conflito constante tem desviado estes turistas para outros cantos do mundo, o que tem prejudicado não só a indústria turística israelita e palestinianiana, mas o acesso das pessoas a muitos lugares históricos e culturalmente importantes.

Muitos lugares sagrados que atraíam o turismo religioso, verificam a diminuição dos seus visitantes. Conseqüentemente, muitas riquezas naturais e patrimoniais da região deixam de ser visitadas, o que acaba por acarretar, além das perdas económicas, uma perda cultural, pois muitos lugares santos são, também, Património da Humanidade. Isto leva-nos a crer que este conflito tem capacidade de atravessar fronteiras internas e chegar a outros confins do mundo, provocando prejuízos não só de ordem material mas, principalmente, espiritual e cultural.

A guerra tem destruído patrimónios, cujas heranças são milenares e que não pertencem somente a um ou a dois povos, mas à humanidade. É uma região de significado espiritual para as três maiores religiões monoteístas: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo.

Com base nas informações recolhidas junto dos nossos informantes, passamos a apresentar a figura 3, na qual se sistematizam as principais conseqüências sócio-económicas do conflito israelo-palestiniano.



Fonte: Entrevistas

Figura 3 – Consequências sócio-económicas

As consequências sociais e económicas são desiguais. Isto é, enquanto Israel conseguiu avançar economicamente e conseguiu garantir melhores condições de vida para a sua população, a Palestina continua subdesenvolvida e o seu povo encontra-se em situação de miséria. Parte desta pobreza é consequência do conflito e das imposições feitas por Israel. Porém, as duas sociedades dividem o medo e a insegurança.

“As consequências são catastróficas e também não escondo que as consequências são catastróficas sobretudo para o povo palestino [...] a comunidade internacional, que é um termo que não quer dizer nada na realidade, para a comunidade internacional grande parte da responsabilidade da situação do povo palestino é de Israel. Não digo que não tenha responsabilidades, mas a verdade é que não acho que seja a principal responsabilidade” (Entrevista 3).

“As consequências são devastadoras [...] os judeus também não têm paz [...] no lado da Palestina no aspecto da alimentação e saúde, e nos aspectos sociais é caótico, mas também porque há um fechar de torneiras para ajudar a Palestina. O Ocidente, sobretudo, tem fechado um pouco os olhos às coisas, ajuda mais um lado, não é que Israel necessite de muita ajuda, mas vai ajudando Israel e vai esquecendo um pouco os palestinos, como se fossem filhos de outra natureza [...] vemos a degradação, não só degradação social, mas depois a degradação moral que ataca aquilo tudo” (Entrevista 12).

### **3.5. A ideologia como mola propulsora para o agravamento do conflito**

O conflito israelo-palestino é um dos mais complexos do actual cenário internacional, cuja resolução é permeada por dificuldades de diversas naturezas, das quais sobressaem as territoriais, políticas, militares, étnicas, sociais, ideológicas e religiosas. A origem, principalmente a do povo judeu, é marcada por uma história teocêntrica; a posição geográfica de Israel culmina com as descrições dos livros sagrados. Israel busca, incansavelmente, realizar o “sonho” de estabelecer as suas fronteiras dentro dos limites referidos nas Sagradas Escrituras.

Do lado árabe, quando chegaram ao fim os países de orientação política marxista-leninista, que eram vistos como modelos políticos a ser seguidos pelos árabes,

ocorreu uma perda ideológica e um espaço ficou em aberto, espaço esse que, posteriormente, foi preenchido pela ideologia fundamentalista islâmica.

A partir desse momento a situação passou a ficar cada vez mais complicada, não só em relação a Israel, mas também para a população destes mesmos países árabes quando na sociedade há uma religião distinta ao Islão. Surgiram perseguições e houve pessoas que passaram a ser combatidas com base no princípio de estarem voltadas para o erro.

Dentro deste choque ideológico-religioso, deram-se perseguições, como aquelas que aconteceram com os curdos e os druzos. Ocorreu uma intensificação interna do conflito perante as diferenças, mas ele acentuou-se em direcção a Israel no momento em que estes grupos religiosos também tinham um braço político e armado.

Mais um choque se deu entre os israelitas e os palestinianos. Foi um choque ideológico que teve uma base material de reivindicação, que é a antiga disputa territorial. Duas ideologias chocaram-se ante o mesmo objectivo, ou base material, na medida em que, simbolicamente, os judeus tinham a ideologia da Terra Santa divulgada e defendida por grupos sionistas que, no sentido de não só manter o sonho, mas de realizá-lo, ocuparam o território de outros países com a finalidade de estabelecer as suas fronteiras de acordo com o que acreditavam ter sido determinado por Deus.

Ao perseguir a realização de sua ideologia, Israel impôs-se através de uma política agressiva e expansionista contra o adversário palestiniano que reagiu à agressão numa resistência que, na actualidade, também está revestida de uma forte componente ideológica-religiosa, que se manifesta através do fundamentalismo religioso e da luta armada, na qual a consciência social passa a ser formada com base numa religiosidade fundamentada pelo extremismo e fundamentalismo, que consiste em estratégias violentas, mas salvaguardadas e estimuladas pelos valores divinos que prega.

A disputa territorial é o principal motivo do conflito israelo-palestiniano, que se acha permeado por ideologias antagónicas que se encontram enraizadas no seio da própria sociedade. Isto, para além de provocar distúrbios internos de ordem social e económica, gera a formação de importantes focos de interesse e ânimos exaltados na tentativa palestiniana de recuperar os seus territórios e honra perdidos para Israel.

Permeando a questão territorial, há várias ideologias que alimentam e mantêm a luta pelo território. Parece que, aquilo que está em jogo, não é somente a posse do território, mas para quem e para que ele está destinado e como será gerido. Podemos voltar à História e verificamos que nem todos os países árabes tiveram os seus

territórios anexados por Israel, mas são os seus adversários e isto denota a presença ideológica na defesa e resgate de uma moral árabe. Quanto à solidariedade com os demais irmãos árabes, que perderam as suas terras para os judeus, é compreensível e justo, mas não somente por serem todos árabes, mas por uma questão de justiça.

Neste contexto, parece prevalecer mais do que a justiça, o sentimento de nacionalismo árabe. Isto leva-nos a crer na existência de uma ideologia centrada no nacionalismo e na questão étnica, religiosa e cultural que visa prevalecer sobre as diferenças existentes na região. Quanto a isto, Israel também faz parte desta ordem ideológica e tem-se prevalecido de modo agressivo sobre os palestinianos que lutam para subverter a ordem estabelecida.

Ao abordarmos a questão do Líbano, por exemplo, verificamos que este país não tem o seu território sob a tutela de Israel, mas justifica a sua determinação na luta armada contra este país como forma de resistência aos judeus e tenta recuperar uma pequena faixa de terra que corresponde às chamadas Fazendas de Shebaa, que na verdade nunca pertenceram ao Líbano, mas pertenceram à Síria até 1967. O Líbano ou o Hezbollah não iriam travar uma guerra com Israel para recuperar esta faixa de terra e devolvê-la à Síria.

Neste caso, como em muitos outros, as “brumas da ideologia” estão em acção para ocultar e atingir os seus objectivos. As fazendas de Shebaa são uma ilustração daquilo que acabámos de afirmar, pois apesar de serem uma faixa de terra pequena que mede aproximadamente nove quilómetros de extensão, estão situadas nas proximidades dos Montes Golã e são, portanto, ricas em água. E a água, no Médio Oriente, assim como o sangue, significa vida.

Seria um erro refutar a ideia de que as ideologias presentes no conflito israelo-palestiniano também servem para camuflar os sentidos e relacionamentos sociais ao mesmo tempo que justificam atitudes e comportamentos e criam mais um obstáculo para a paz, na medida que a sociedade passa por um processo de desordem a nível social ou económico e praticamente anula a consciência de procurar por meios pacíficos a satisfação das suas necessidades e aspirações.

Não pretendemos dizer que a ideologia é o motivo do conflito, mas é um instrumento válido e utilizado por ambas as partes para conquistar adeptos e justificar as suas posições na luta pelo poder. Por exemplo, a concepção sionista visa um Estado judaico, isto é, um Estado para os judeus. A partir deste ideal de Estado, parece ficar patente o Estado laico e democrático conforme rege a Constituição de Israel e remete-

nos para a ideia de um Estado “étnico-confessional”, uma vez que há uma certa preocupação em limitar a presença de árabes no Estado e está ciente do crescimento da natalidade entre os árabes, tendo a preocupação de que isto poderá subverter a cidadania, ou seja, a maioria dos cidadãos seria, no futuro, de origem árabe.

“Este sentimento de uma espécie essencial nacional judaica ou espiritual judaica posta de manifesto nos assentamentos físicos na Cisjordânia não se limita aos nacionalistas ultra-ortodoxos ou de direita. De formas mais subtis estão também presentes nas correntes sionistas mais laicas, como as tendências de direita do sionismo trabalhista (que glorificava o trabalho manual dos judeus na terra), para as quais os assentamentos também representam uma encarnação muito particular do sentimento e a missão etnonacionalista e cujo usufruto por pessoa não judaica suporia por conseguinte uma profunda dor e ofensa” (TILLEY, 2007: 60)<sup>16</sup>.

É neste sentido que se manifesta ideologicamente a posição de Israel perante os seus oponentes na luta de conquista e manutenção do poder. O problema ideológico não termina por aqui, mas a política chega, também, à questão da diáspora judaica, que não pode ser esquecida, uma vez que representa a trajectória dos judeus pelo mundo, onde sofreram perseguições e influências culturais, tendo, ainda assim, conseguido manter a sua identidade através de organizações que conseguiram captar doações de judeus de várias partes da Terra, construindo o sonho do retorno ao lugar de origem e realizando-o.

Foi na construção da Pátria judaica que se deu o avanço desmedido do desejo de não só habitar, mas conquistar terras, ampliar territórios e fazer valer a sua posição não de povo errante, mas de um povo cuja identidade se volta para legitimar o seu poder na Terra Santa e se manter na posição de maior destaque entre os países do Médio Oriente. Consequentemente, houve uma revolta armada por parte dos árabes, com o propósito de recuperar não só o território, mas de resgatar o poder, a cidadania e a moral árabes e sair da posição inferior em que se encontravam.

---

<sup>16</sup> “Este sentimiento de una calidad esencial nacional-judía o espiritual-judía puesta de manifesto en los asentamientos físicos en Cisjordania no se limita a los nacionalistas ultraortodoxos o de derechas. De formas más sutiles está también presente en corrientes sionistas más laicas, como las tendencias de derechas del sionismo laborista (que glorificaba el trabajo manual de los judíos en la tierra), para las que los asentamientos también representan una encarnación muy particular del sentimiento y la misión etnonacionalistas y cuyo usufructo por gente no judía supondría por consiguiente un profundo dolor y ofensa.”

Enquanto a luta de longa duração se desenrola, sobrepõem-se à mesma vários factores de diversas origens e ordens e, entre eles, os factores ideológicos, que encontram campo fértil na disputa territorial e na perspectiva nacionalista de ambos os povos. É a posse do território aquilo que determina a ambição dos dois lados, pois é através dele que encontram a possibilidade de dominação e poder. Este poder acaba por revelar-se, no caso de Israel, que no momento é quem o detém, na supremacia de ver cumpridos até ao momento, os seus interesses e ideais de um Estado judaico.

“Fica claro então, que o poder da ideologia não pode ser superestimado. Ele afeta tanto os que negam a sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias. É de todo inútil pretender que seja de outro modo” (MÉSZÁROS, 2004: 64).

É importante relembrarmos que os próprios árabes já chegaram a acreditar que as vitórias de Israel nas guerras, a unidade política e a firmeza de objectivos, eram devidas ao facto de o Estado ter sido criado em torno do sagrado e do religioso e que eles deveriam adoptar a mesma postura, isto é, que os seus Estados deveriam ter, como alicerce, a religião.

Na verdade, as ideologias têm servido como impulso para o agravamento do conflito, dado que estimulam cada vez mais as rivalidades entre judeus e palestinianos e delimitam posições de construção, ataques e de defesa de um Estado nacional, onde as peculiaridades de cada povo são mais significativas que o próprio conceito de ser humano. Ou seja, as características específicas de cada nação servem não para unir, mas para separar povos e defenderem que a fonte de todo o poder político reside na nação de modo que os indivíduos possam identificar-se com a mesma e tornar possível a liberdade e a auto-determinação.

“Geralmente, a ideologia nacionalista sofre de uma falsa consciência generalizada. Os mitos invertem a realidade: diz defender a cultura popular, quando está, de facto, a forjar uma cultura erudita; alega proteger uma sociedade popular antiga, quando, na realidade, ajuda a construir uma sociedade massificada anónima” (GELLNER, 1993: 183).

Exclui-se a possibilidade de união e respeito entre as diferenças e “diaboliza-se” tudo aquilo que não corresponde ao ideal de um Estado-Nação centrado no carácter

único da identidade nacional, o que pode pôr em risco a lealdade para com o Estado que deve estar acima de tudo. Surge uma ideologia normativa do nacionalismo centrada no direito de auto-determinação deste mesmo Estado-Nação. Isto é o que podemos verificar entre palestinianos e judeus. “Um Estado para os judeus”. Uma Pátria judaica, cuja característica é a união ou reunião do povo judeu em torno de um mesmo Estado e de uma mesma cultura que, muitas vezes, se julga superior às demais, e assim procura garantir e manter uma unidade em prol da preservação da identidade, conquista e defesa de objectivos desse mesmo povo e, enquanto Estado, não parece importar-se com os meios utilizados para se chegar e manter a meta determinada.

Esta característica, ou ideologia nacionalista de Israel, não é algo recente, mas que vem desde o início da ocupação da Palestina. A preocupação de Israel em povoar o território com o maior número possível de judeus, e a própria insistência em permanecer nos Territórios Ocupados, é uma maneira de manter este território sob a sua posse de acordo com as determinações ideológicas derivadas do “Direito Bíblico”.

No Estado de Israel existe um conflito interno marcado pelo desejo de acumulação de poder e, para isso, os Territórios Ocupados aparecem como factor determinante. Embora as elites israelitas não tenham a mesma concepção e os mesmos interesses em relação ao conflito com os palestinianos, não se pode negar que, para alguns, este conflito é vantajoso e é o instrumento para aumentar o poder.

Neste contexto, cabe lembrar que a existência de Israel se deve à actuação das elites sionistas que, através do controlo de instituições do *yishuv* e da comunidade, agiram de modo eficaz e concertado anteriormente à fundação de Israel. As instituições criadas e controladas pelos sionistas foram o embrião de Israel, que nunca deixou de estar em mãos destas mesmas elites.

“O poder das elites social-sionistas, através das suas instituições sionistas, dos partidos da esquerda e da confederação sindical Histadrut, dependia totalmente de sua capacidade de controlo da maioria da população e da sua força de trabalho, porque era básico ter o monopólio sobre a ideologia, a educação, o capital, o emprego e os serviços sociais” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 68)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> “El poder de las elites social-sionistas, a través de las instituciones sionistas, de los partidos de la izquierda y de la confederación sindical Histadrut, dependía totalmente de su capacidad de control de la mayoría de la población y de su fuerza de trabajo, por lo que era básico tener el monopolio sobre la ideología, la educación, el capital, el empleo y los servicios sociales.”

Esta concentração de poder, nas mãos das elites sionistas, tornou-se possível mediante a utilização da ideologia nacionalista, que servia como justificação da acumulação do poder nas mãos de poucas pessoas. Para a realização desta meta, estas elites valeram-se da própria população que, através da democracia representativa, delegou poder para que esta mesma elite administrasse em seu nome e, inclusive, travasse as guerras contra os árabes e desencadeasse a política colonizadora sobre a Palestina, mesmo que isso já tenha custado milhares de vidas humanas.

Não obstante, não podemos deixar de referir que nesta busca e acumulação de poder, o sionismo valeu-se da sua própria ideologia de um lar judeu, para pôr em prática a ideologia das potências colonizadoras europeias, onde este movimento nasceu. Tanto que, a princípio, a localização geográfica não era factor determinante para se estabelecer o Estado judaico. Isto pode verificar-se na seguinte citação retirada do texto da Comissão Justiça e Paz:

“No contexto do triunfo das ideologias nacionalistas e da ideia do estado nacional, surgiu entre os judeus laicos da Europa central e oriental um movimento nacionalista secular cujo objectivo era a criação de um estado dos judeus, sendo este considerado como o único meio de assegurar a identidade e a sobrevivência da nação judaica, assim como de lhe garantir um lugar ao sol entre as demais nações. Para os seus partidários, o dito estado tomou de certo modo, sob uma forma secularizada, o lugar que a utopia da ‘redenção de Israel’ ocupa na tradição religiosa. Contrariamente à reunião de ‘Israel’ da utopia religiosa, o estado projectado pelos nacionalistas judeus não tinha necessariamente a Palestina por cenário. Com efeito, o seu principal promotor, Teodoro Herzl (1860-1904)<sup>3</sup>, encarou a possibilidade de o criar na Argentina. Falou-se também de Chipre, da África oriental e do Congo. Diga-se de passagem que a liberdade na escolha do futuro ‘território nacional’ de que deram mostras os nacionalistas judaicos se explica pelo fato de se viver então na Europa no apogeu do sonho colonialista. Consideravam-se colonizáveis todos os territórios situados fora da Europa. Colonizá-los era tido por uma obra benemérita, pois era ‘civilizá-los’” (COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ – CNIR/FNIRF, 2002, versão disponível online em 28-04-2009).

O próprio carácter nacionalista e colonialista do Estado de Israel ainda se mantém e, como consequência, surge a resistência palestina que também tem a sua ideologia nacionalista e reclama uma Pátria para o seu povo. O líder da Al Fatah, a

maior das facções da OLP e presidente da ANP desde 1969, Yasser Arafat que, no seu íntimo, não renunciou “como princípio a luta armada”, “defendeu incansavelmente o princípio da paz em troca da terra, o que implicava também a médio ou a longo prazo o nascimento de um Estado autónomo palestino” (CAMPANINI, 2007: 203).

Embora este Estado palestino se baseasse na ideologia de um Estado laico com viés socialista, que refutava qualquer forma de preconceito, estava revestido de forte sentimento de nacionalismo, uma vez que através das próprias intenções de Arafat, havia o desejo de destruir o Estado de Israel, afirmando que a Palestina pertencia aos palestinos. Para isso encabeçou uma luta popular pela libertação da Palestina e dispensou, a princípio, a via diplomática e política, adoptando a luta armada.

Yasser Arafat disse o seguinte:

*“A terra da Palestina é nossa. Somente nós podemos construir o Estado Palestino independente que almejamos como um asilo pacífico para os fiéis das três grandes religiões”* (MARQUES et al., 2007: 175).

*“O nosso objetivo jamais foi o de lançar os judeus no mar, mas de desintegrar o Estado de Israel”* (MARQUES et al., 2007: 175).

A própria Al Fatah possuía um carácter secular e nacionalista e os seus membros eram defensores da luta armada para se atingir os objectivos quanto à libertação da Palestina e não só, pois havia forte interesse pelo poder. Tanto era assim que muitos indivíduos deixaram de lutar contra a ocupação israelita com o propósito de acumular poder na própria sociedade palestina.

“Assim, a relação que estabeleceu a população palestina com suas elites, aqueles indivíduos que rompem a unidade na luta contra a ocupação para acumular poder na sociedade palestina como ocorreu antes dos anúncios de retirada israelita da Faixa de Gaza em 2003, acabam por pagar o preço que lhes impõe a maioria palestina. A união e a resistência se premiam com apoios, o enfrentamento fratricida se castiga com a perda de apoio de poder e de influência. Não obstante, ainda que sujeito ao conflito linear contra a ocupação, o conflito circular pela acumulação de

poder também existe e todos os actores utilizam os recursos a seu alcance para melhorar a sua posição” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 124 e 125)<sup>18</sup>.

Havia uma competição pelo poder entre as elites que mantinham sob seu domínio a ANP, a Al Fatah e o Hamas, bem como as milícias armadas. “Os dirigentes da AP e Fatah controlam o embrião de Estado criado pelo processo de Oslo, ainda que a destruição israelita durante a Intifada de Aqsa os tenha privado de um dos seus principais bastiões de poder. A visualização desta destruição da AP foi o mesmo Arafat, encerrado nos seus últimos três anos de vida na Muqata, um edifício semi-destruído e assediado que fazia as vezes de sede da Autoridade. Fatah e AP também utilizam a ideologia nacionalista para conseguir apoios, além disso o controlo de boa parte do capital e a ajuda que chegam do exterior. Isto permite-lhes criar redes de clientelas como fonte de poder. Sem obstáculo, dentro da Fatah e na AP, ao concentrar o maior poder, também se produzem as maiores tensões na hora de distribuir o controlo dos recursos de poder” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 125)<sup>19</sup>.

Em contrapartida, o Hamas mantém-na na competição mediante a adopção da ideologia islamita e, seguindo o modelo da Al Fatah e da ANP, também consegue clientes. Porém, o Hamas vai buscar a sua clientela junto à população carenciada e através de associações de caridade, assegurando para si, principalmente a população de Gaza, onde havia um vazio de poder deixado pela ANP, e que passou a ver no Hamas, a possibilidade de ver as reivindicações antigas serem atendidas como, por exemplo, o retorno dos refugiados de 1948 que retomam veementemente a pauta das reivindicações.

“A religião voltou também a assumir um papel mais importante na forma como os indivíduos reagem a uma realidade dura da qual não pareciam poder escapar. As

---

<sup>18</sup> “Así, en la relación que estableció la población palestina con sus elites, aquellos individuos que rompen la unidade en la lucha contra la ocupación para acumular poder en la sociedad palestina, como ocurrió ante los anuncios de retirada israelí de la Franja de Gaza en 2003, acaban pagando el precio que les imponía la mayoría palestina. La unión y la resistencia se premian con apoyos, el enfrentamiento fratricida se castiga con la pérdida de poder y de influencia. No obstante, aunque supeditado al conflicto lineal contra la ocupación, el conflicto circular por la acumulación de poder también existe y todos los actores utilizan los recursos a su alcance para mejorar su posición.”

<sup>19</sup> “Los dirigentes de la AP y Fatah controlan el embrión de Estado creado por el proceso de Oslo, aunque la destrucción israelí durante la Intifada del Aqsa les ha privado de uno de sus principales resortes de poder. La visualización de esta destrucción de la AP fue el mismo Arafat, encerrado en sus últimos tres años de vida en la Muqata, un edificio semiderruido y asediado que hacía las veces de sede de la Autoridad. Fatah y la AP también utilizan la ideología nacionalista para conseguir apoyos, además del control de buena parte del capital y la ayuda que llegan del exterior. Esto les permite crear redes clientelares como fuente de poder. Sin embargo, dentro de Fatah y la AP, al concentrar el mayor poder, también se producen las mayores tensiones a la hora de distribuir el control de los recursos de poder.”

peças sentiram-se inicialmente atraídas pela Irmandade Muçulmana, mas a organização era demasiado vaga politicamente para proporcionar uma solução concreta para os seus problemas, e voltaram-se antes para organizações palestinianas tais como o Hamas e a Jihad Islâmica, que tinham surgido com um claro projecto nacional-religioso” (PAPPE, 2007: 247).

Os refugiados, de certo modo, tinham sido postos de lado pela OLP, que os via como “potenciais recrutas” na luta pela libertação. Havia cursos de treino militar e de educação nacionalista para aqueles que os frequentavam e cuja aprovação permitia que se destacassem na sociedade palestiniana através de posições de influência que passavam a assumir através de associações de caridade importantes, que criaram em alguns campos de refugiados.

A luta estava acima dos objectivos a serem alcançados. “É essa a razão por que o artigo 9º da carta da OLP declara que a luta armada para a libertação da Palestina é uma estratégia, não uma tática. A luta em si era vista como a forma de manter a identidade nacional; não havia necessidade de resultados para além disso” (PAPPE, 2007: 232).

Ainda segundo Pappé, “na Jordânia, a OLP tornou-se demasiado confiante. Explorando ao máximo a inexperiência do rei Hussein e uma correlação demográfica de forças que fazia da Jordânia praticamente um Estado palestiniano, a Fatah montou uma infra-estrutura nos campos de refugiados como base para a guerra contra Israel. Ao contrário dos notáveis nacionalistas, esta elite nacional colocava a educação e o bem-estar social na sua lista de prioridades e, por consequência contava com um grande apoio popular, apesar dos seus muitos fracassos” (PAPPE, 2007: 235).

As cidades jordanianas passaram quase ao controlo de líderes da OLP e quando o rei Hussein reagiu na tentativa de desarmar a organização que actuava nos campos de refugiados, no ano de 1970, ocorreu um “banho de sangue”. A guerra quase se instalou na região quando a Síria, em apoio aos palestinianos, invadiu o Norte da Jordânia em clara oposição ao rei Hussein. Foi graças ao ultimato israelita e à intervenção de Nasser que os ânimos serenaram, tendo tornado possível o cessar-fogo. A OLP transferiu-se para o Líbano e isto fez com que enfraquecessem os laços entre OLP e os palestinianos, que estavam a viver sob a ocupação israelita nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Quando o movimento passou a actuar nos campos de refugiados, ocorreu uma transferência de actuação do movimento. Antes actuava na área urbana e, numa

sociedade mais emburguesada como aconteceu principalmente no Líbano e na Jordânia, o Quartel-General da OLP passou para as proximidades dos refugiados e das linhas de fronteiras com Israel.

“Os *fida'iyyun* podiam agora simultaneamente iniciar uma guerra de guerrilha contra Israel e competir com a UNRWA como reguladores da vida nos campos de refugiados, onde começaram a oferecer serviços sociais e económicos. Promoviam-se entre os refugiados como uma autoridade legítima, capaz de os governar e proteger. O facto de serem também combatentes, entrando em Israel, conferia-lhes uma aura de heroísmo. Contudo, a sua autoridade era principalmente ilusória, especialmente na Jordânia e na Síria. Ironicamente, devido ao total isolamento imposto nas zonas de refugiados no Líbano, foi somente nesse país que os *fida'iyyun* alcançaram real autoridade. A assunção efectiva de autoridade por parte da al-Muqawwama foi completada em 1968, quando impulsionada pela Fatah, se revoltou contra os líderes da OLP e nomeou Yasser Arafat seu líder em substituição de Ahmad al-Shuqairi” (PAPPE, 2007: 233).

A OLP passou a ser controlada pela Al Fatah, que era a preferida dos regimes árabes mais radicais e que reestruturou a organização segundo a ideologia marxista-leninista e uma democracia centralizada e hierarquizada. A estrutura assemelhava-se a estrutura sionista do período do Mandato Britânico, onde se verificou a criação de uma infra-estrutura que visava atender as necessidades económicas e sociais e o estabelecimento de uma pátria nacional.

O jogo de interesses entre a elite palestina torna-se evidente, mas é disfarçado pela luta de libertação e pela resistência contra Israel. As cartas não são mostradas às claras, mas evidenciadas nas manobras políticas no sentido da manutenção do poder dentro de um espaço de grandes disputas marcadas por posições divergentes e cisão do ideal de uma verdadeira unidade de luta.

O facto de que, no decorrer do conflito, a ANP tenha reconhecido o Estado de Israel, deveu-se à necessidade de ser aceite internacionalmente sem que tivesse havido uma mudança de ideologia por parte de todos os seus membros. Havia interesses divergentes que chocavam quanto à resistência e luta pelo Estado palestino. Prova disto é o facto de que, na medida em que a Al Fatah reconhece a existência do Estado de Israel, surgem os dissidentes como, por exemplo, *Fatah al Islam*, cujos militantes

(*jiihadistas*) não dispensam a luta armada e procuram estabelecer reformas nos campos de refugiados, tendo como base a *shari'ah*. Ideologicamente, os diversos grupos de resistência existentes na Palestina, não são homogêneos, e o que parece unificá-los em torno do mesmo objectivo é apenas a luta contra Israel em defesa do Estado palestino e, também, o combate por uma posição de destaque nesta mesma luta, que não é neutra nem desinteressada.

Com o longo período de duração do conflito, naturalmente surgem novos grupos de interesse e novas ideologias, (ou o resgate de ideologias antigas), as quais se vão sobrepondo umas às outras e criando distúrbios no interior destes grupos que se vêm confrontados e afrontados diante das diferenças de opinião e posição e têm dificuldades em aceitar aquilo que lhes é discordante. É o que aconteceu, por exemplo, entre a Al Fatah e o Hamas.

Em entrevista ao *Cenário Internacional*, Renatho Costa, especialista em questões do Médio Oriente, faz a seguinte análise sobre a Al Fatah e o Hamas:

“Suas propostas se distanciaram – o Hamas é islamita e o Fatah é secularista – e o Ocidente fez a opção pelo Fatah, o embate passou a ser uma questão de tempo. Como toda guerra civil, o fratricídio é inevitável e, por mais que entendamos que se trata de um embate dentro de um mesmo grupo religioso – muçulmano sunita -, somente a opção do Fatah por negociar com Israel e, conseqüentemente, com o Ocidente, já o transforma num ‘traidor do islã’, por isso suscetível à morte – conforme a visão islamita.” (COSTA, 2007, versão disponível online em 15-12-2008).

A Al Fatah, ao que parece, sempre esteve mais disposta às negociações, mas isto não a torna impune diante da luta armada que pregou e fez, nem justifica os seus actos também violentos, mas abre a possibilidade para as negociações a partir do momento em que não está presa a princípios religiosos de maneira radical, como é o caso do Hamas, que segue firme nos princípios do fundamentalismo islâmico.

O Hamas transferiu a luta política para a luta armada e religiosa. O próprio Estatuto Político do Hamas não lhe confere acção política, mas religiosa. É um estatuto político que diverge de qualquer outro, pois está fundamentado pelo Corão numa clara posição de rejeição a tudo aquilo que não corresponde ao Livro Sagrado muçulmano e tem como ponto-chave a destruição do povo judeu. Isto pode ser verificado no último parágrafo do artigo 7.º do Estatuto Político do Hamas que diz o seguinte:



“A hora do julgamento não chegará até que os muçulmanos combatam os judeus e terminem por matá-los e mesmo que os judeus se abriguem por detrás de árvores e pedras, cada árvore e cada pedra gritará: Oh! Muçulmanos, Oh! Servos de Alá, há um judeu por detrás de mim, venha e mate-o, exceto se se tratar da árvore Gharkad, porque ela é uma árvore dos judeus” (ORGANIZAÇÃO SIONISTA DO BRASIL, s. d., versão disponível online em 02-05-2009).

O Hamas parece ter-se esquecido, ou nunca teve, uma ideologia política, mas sim, religiosa. O facto de este grupo ter chegado ao poder através de eleições democráticas, não pode ser analisado de modo simples como em qualquer outra democracia. Temos que levar em consideração, como já foi referido anteriormente, a situação de desamparo da população de refugiados, que é o “curral eleitoral” do Hamas.

Nada se tem visto ou dito a respeito de como será a Palestina, quando o Hamas chegar a perder uma eleição. Será que este grupo vai aceitar pacificamente os princípios da democracia? Ou será que, pela força, assumirá de vez o controlo da totalidade dos Palestínianos? Talvez a segunda hipótese seja a mais provável.

Não podemos esquecer que o próprio conceito de democracia é ocidental, o que é rejeitado pelo fundamentalismo islâmico. Eles têm os seus próprios conceitos de justo ou injusto, certo ou errado, causas e efeitos. O objectivo do Hamas não é somente libertar a Palestina, mas criar uma pátria islâmica e isto deve ser verificado no artigo 8.º de seu Estatuto Político e, no capítulo II, artigo 9.º, verificam-se as causas e objectivos da organização.

Art. 8.º “Alá é a finalidade, o Profeta o modelo a ser seguido, o Alcorão a Constituição, a Jihad é o caminho e a morte por Alá é a sublime aspiração.”

Art. 9.º “O Movimento de Resistência Islâmica se encontra num período em que o Islã se acha ausente da vida diária. Conseqüentemente, o equilíbrio está rompido, conceitos se acham confusos, valores se acham alterados, as pessoas más galgaram o poder, a injustiça e a escuridão prevalecem, covardes se tornaram tigres, a pátria foi usurpada, o povo expulso e se encontra errante em todos os países do mundo. O governo dos justos está ausente, e prevalece o império da falsidade. Nada se acha no devido lugar. Pois, quando o Islã está ausente, tudo se acha modificado. Essas são as causas.”

“No que toca aos objetivos, compreendem o combate à falsidade, derrotá-la e eliminá-la, de forma que os justos venham a imperar. A pátria deve retornar (aos seus verdadeiros donos), e do alto das mesquitas tocará a conclamação para as orações, anunciando o surgimento do império do Islã, de maneira que as pessoas e as coisas retornem aos seus devidos lugares. De Alá buscamos o socorro.” (ORGANIZAÇÃO SIONISTA DO BRASIL, s. d., versão disponível online em 02-05-2009).

É importante não ignorar o facto de estarmos ante um grupo cuja ideologia é fundamentalmente religiosa e agressiva. Não existe um objectivo político claro em termos de aceitação das diferenças, o que coloca em risco a própria existência da Palestina, pois não há uma abertura em termos de aceitação ao que se opõe ao Islão. Isto leva-nos a mais questionamentos: o que irá acontecer na Palestina se, um dia, for realmente independente de Israel? Será que os diferentes grupos, com diferentes posições ideológicas, vão conformar-se ou confrontar-se ante da possibilidade do poder? Será somente a troca de um dominador por outro? São questões de difícil resposta no momento, mas que valem a pena ser pensadas e analisadas como forma de se evitar um confronto interno maior no futuro e impedir por mais uma via a possibilidade de as pessoas viverem em paz.

Enquanto as disputas existirem contra Israel, a Palestina fica internamente menos exposta às rivalidades destes grupos mas, se um dia a questão com Israel for resolvida, eles poderão enfrentar-se não só ideologicamente, mas provavelmente levarão a violência para o seu povo, porquanto cada um tem um ideal de Estado e objectiva o poder de acordo com os seus interesses. Se alguns pensam o Estado como laico e livre, outros, como o Hamas e a Jihad Islâmica lutam pela existência de um Estado que segue os preceitos da *shari'ah*, desejando que a Constituição seja o Corão.

No momento, estas questões podem até não estar na pauta do dia porque há um conflito maior com Israel, que acaba por prender a atenção das pessoas e provoca um desvio de pensamento sobre as questões internas da Palestina, mas tomemos, como exemplo, o Líbano. No Líbano, a existência do Hezbollah (Partido de Deus), já fez em 2006, o país ser praticamente destruído por Israel. Apesar disso, o Hezbollah diz-se vitorioso.

O Hezbollah é considerado uma organização política e militar dos muçulmanos xiitas do Líbano e tem como objectivo, tal como o Hamas, a resistência contra Israel e

os interesses dos EUA. Foi criado em 1982, quando Israel invadiu o sul do Líbano. Desde 1992, esta organização tem como secretário-geral o xeque Hassan Nasrallah, que tem como conselheiro religioso, o *Ayatolá* do Irão. Em 2005, o Hezbollah conseguiu eleger 14 deputados para a Assembleia Nacional do Líbano.

Este grupo, considerado terrorista, assumiu a oposição política no Estado e já entrou em crise com o Governo, quase levando o país a uma guerra civil. A sua ideologia prega a destruição de Israel e também pretende um Estado fundamentado pela *shari'ah*, porém quanto ao Estado muçulmano não tem, ultimamente, insistido muito no assunto. Por ser um partido de resistência a Israel e também através das suas obras sociais, tem conseguido muitos adeptos, ao mesmo tempo que tem aterrorizado aqueles que detêm o poder e que residem nos bairros sunitas. Isto serve de amostra do que pode ser um povo sob poder de um grupo fundamentalista.

Todas estas divergências juntas só servem para fortalecer os obstáculos para a paz. Israelitas e palestinianos negociam, atacam, fazem retaliações como se estivessem numa guerra comercial, mas não chegam a lugar algum. O que há, na verdade, é uma grande luta de interesses e disputa territorial que já fez milhares de mortos e ninguém sabe quando e onde vai parar.

“No entanto, há um promotor de violência ilimitada mais perigoso ainda. Trata-se da convicção ideológica (que dominou tanto os conflitos internacionais como internos desde 1914) de que a causa dos nossos é tão justa, e a do adversário tão terrível, que todos os meios para alcançar a vitória ou evitar a derrota não são apenas legítimos mas também necessários. Isto significa que tanto os Estados como os insurrectos sentem ter uma justificação moral para a barbárie” (HOBBSAWM, 2008: 117).

É importante analisarmos que, no embate entre a ideologia do sionismo e a islâmica, não há justificação para o desencadeamento dos acontecimentos para nenhuma das duas partes. Porém, é de vital importância não menosprezarmos a ideologia religiosa islâmica, pois ela tem grande capacidade política para mobilizar grande número de adeptos e tem um forte apelo moral que a torna mais resistente diante do oponente.

“No entanto, a oposição secular é mais vulnerável à repressão do que a oposição religiosa. Esta pode operar dentro e por detrás de uma rede de mesquitas, organizações de beneficência, fundações e outras instituições muçulmanas que os governos sentem que não podem suprimir. Os democratas-liberais não têm essa cobertura e, como tal, são

mais facilmente controlados ou eliminados pelos governos” (HUNTINGTON, 2001: 134-135).

Neste contexto, é válido não abdicar do facto de que uma ideologia, cuja base é religiosa, não diz respeito somente à irracionalidade ou ao fanatismo. A explicação, ou análise, não pode ser somente de carácter comportamental, pois há motivações que não são meramente ilusões irreflectidas, mas motivos reais, que não surgiram por acaso, mas que fazem parte ou estão, de alguma forma, ligados ao tecido social.

A luta pelo divino, ou pelo sonho, só terá sentido se os intervenientes estiverem motivados pelo real, pois enquanto tal, são apenas ideias. Uma ideologia não se toma como base de luta a si própria, pois já existe enquanto ideia e, neste caso, há a necessidade da existência de uma estrutura real ou material da qual ela se serve para transformar em instrumento tangível da realidade, onde possa exercer-se no sentido de conquistar determinado objectivo. É neste exercício ideológico que, muitas vezes, o verdadeiro objecto de desejo é camuflado pelo retorno à ideia e negação do próprio interesse ou da realidade.

Os judeus, segundo Michel Warschawski, conseguem desviar a atenção das verdadeiras causas do conflito com os palestinianos. A respeito deste caso, o autor diz o seguinte:

“Na nova análise do conflito palestino-israelense, este não aparece mais como um conflito político sobre temas políticos como a colonização, a independência, a soberania, as fronteiras e os recursos naturais mas um conflito étno-confessional, parte da história de dois milénios de ódio do judeu pelas nações. Esta análise tem a dupla vantagem, para os propagandistas israelenses, de fazer os israelenses as vítimas e dispensá-los de compreender o contexto político do conflito do Oriente Médio bem como encontrar uma solução, senão pela violência, vista como auto-defesa diante da ameaça de erradicação” (WARSCHAWSKI, *in* BALIBAR, 2004: 64-65).

É na questão da auto-defesa que se dão a discriminação e os embates ferozes. Ao mesmo tempo que Israel se vale dos direitos de Estado democrático, nomeadamente o direito e o dever de defender a sua população, dissimula e mascara o nacionalismo étnico: isto pode ser observado na construção do *muro da separação* na Cisjordânia e dos diversos enclaves impostos aos palestinianos desde boicotes, fragmentação do território palestiniano, destruição de estradas, entre outros. Estas medidas de “auto-

defesa”, que funcionam por um curto período de tempo, também servem para camuflar o desejo da limpeza étnica e aumentar a revolta do adversário que passa a agir cada vez mais com maior violência, o que acaba por justificar as medidas tomadas.

Em contrapartida, os diversos grupos terroristas, principalmente aqueles que se encontram radicados na Palestina, exercem um contra-poder em relação a Israel e à região, na medida em que, além da luta armada e do martírio, impõem uma espécie de prisão mental para a população de ambas as partes. Se os israelitas se sentem apreensivos com os ataques terroristas, os palestinianos não só se sentem apreensivos, mas sofrem, de maneira mais agressiva, as retaliações feitas por Israel.

Talvez seja ilusório pensarmos que as medidas de segurança adoptadas por Israel e as retaliações que leva a cabo sirvam para travar o terrorismo na região, pois trata-se de duas forças militarmente desiguais e o terrorismo, segundo Samuel P. Huntington, “é, historicamente, a arma do fraco, isto é, a do que não possui poder militar convencional” (HUNTINGTON, 2001: 218).

Não pode ficar esquecido, ainda, que muitos destes grupos terroristas estão fundamentados na ideologia da religião islâmica que, como já foi dito, tem grande capacidade de mobilização e ainda, parece ser anterior ao Estado. Isto dá legitimidade à luta a partir do momento em que reclama o direito de um povo e, através da exortação moral sofrida por este povo ou sociedade perante o adversário que passa a ter a sua ética e a sua moral postas em dúvidas. Consequentemente, este procura de imediato uma ideologia que não só o defenda, mas também justifique as suas atitudes e encontre adeptos favoráveis a sua causa.

Segundo um dos nossos entrevistados, “o problema básico do conflito israelo-palestiniano é político, social, económico e em termos práticos quase nada se alterou. Infelizmente coloca-se o aspecto religioso para dar um certo fundamento aos seus interesses. Quanto mais aspecto religioso colocarmos, porque não tem, agrava-se mais ainda a situação” (Entrevista 8).

Há, também, um embate quanto à capacidade de persuasão. Ambas as partes se justificam e tentam mobilizar o maior número de pessoas favoráveis aos seus interesses, pois “o significado de ideologia na mobilização não é que ‘causa que se faça’ mas que ‘dá uma causa para fazer.’ Proporciona fundamentos e garantias à actividade política envolvida. A relação com objectivos e avaliações confere significado às acções

políticas, tornando-as compreensíveis para nós e para os outros” (McLELLAN, 1987: 97).

As ameaças e acusações prosseguem e, indubitavelmente, buscam a legitimidade através da popularidade alcançada. Enquanto isto, a violência agrava-se, pois o medo que cada lado ou cada grupo impõem, surge como uma arma de pressão sobre o adversário. Cria-se a cultura da violência, com o propósito de atingir um grau elevado de medo e repressão através da violência física e psicológica para que um dos lados ceda aos interesses do outro.

É importante ser lembrado que, de entre os vários grupos existentes na Palestina, como já foi mencionado, ocorrem divergências ideológicas e violentos embates dado que nem todos os grupos são de mesma natureza, embora tenham o objectivo comum que é a Palestina. Neste sentido, temos que nos remeter para uma análise mais ampla para podermos distinguir as diferenças ideológicas dos diferentes grupos que actuam na Palestina e que são adversários de Israel.

Na verdade, há uma diferença entre o terrorismo tradicional e o “neoterrorismo”. Isto é, enquanto o primeiro tem como base uma ideologia laica e os atentados não atingem tanto a população civil e as acções são cometidas através de sequestros, ataques a líderes políticos, negociações de prisioneiros, utilização de carros-bomba e têm uma dimensão internacional, o segundo destaca-se por estar fragmentado em vários grupos e fundamentado pela ideologia religiosa islâmica, não excluindo dos seus ataques a população civil, ao mesmo tempo que o próprio ser humano se transforma em bomba e, assim, dão-se os ataques suicidas, que são mais localizados e visam pessoas comuns. Embora estas características não sejam totalmente fiéis, permitem-nos ver algumas diferenças capazes de identificarmos diferentes posturas e ideologias, as quais muitas vezes vemos na prática, através do enfrentamento fratricida.

São muitos os grupos distintos que operam na Palestina. De entre eles devemos destacar a Al Fatah, a FPLP (Frente Popular para a Libertação da Palestina), o Tanzin, a Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, a Jihad Islâmica e o Hamas. Enquanto os primeiros são laicos e o Tanzin é acusado de ser o braço armado da Al Fatah, os dois últimos são extremistas islâmicos e visam a criação de um Estado palestino islâmico. Embora em algumas ocasiões estes grupos armados se tenham unido contra a repressão de Israel, fica posto em xeque o futuro de um Estado palestino harmonioso e em paz.

Estes grupos fundamentalistas dificultam um fim definitivo do conflito, pois a partir do momento em que este se alongou por muito tempo, à margem da disputa territorial que é o epicentro do conflito, surgiram diversos grupos de orientação ideológica diferente, os quais contribuem para a escalada de violência sem precedentes e dificultam cada vez mais o processo das negociações para a paz. Se negociar a paz entre as duas partes não tem sido fácil, imaginam-se as dificuldades em satisfazer as reivindicações dos diversos grupos.

No patamar em que se encontra o conflito, no qual prevalecem os grupos terroristas a par das represálias feitas por Israel, os grupos ou pessoas árabes, palestinianos e israelitas que lutam pela paz, tornam-se insignificantes diante do mundo e a impressão de que esta região tem dado é a de ser uma terra unicamente de guerra quando, na verdade, aqui há pessoas que partilham a convicção da paz, mas quase nunca se fazem referências a elas.

O foco de interesse do mundo, geralmente, são os terroristas e a violência de Israel. Estes compõem o cenário obscuro da paz, mas que tem grande notoriedade nos meios de comunicação de massa e, consciente ou inconscientemente, há um reforço da violência que compromete, ainda mais, a paz.

## **CAPÍTULO IV**

### **Intolerância, formas de actuação no conflito, terrorismo e ideologia religiosa**

#### **4.1. Formas de actuação no conflito: terrorismo e ideologia religiosa**

A intolerância entre judeus e palestinianos, como já vimos, teve início no passado e sedimentou-se com o passar dos anos. A princípio, quando os judeus retornaram à Palestina, motivados por vários problemas, principalmente as perseguições anti-semitas, no Médio Oriente também não eram bem vistos pelos árabes. Mas a situação passou a ganhar mais impacto a partir do momento em que a presença dos judeus se tornou mais expressiva nesta região.

A presença dos judeus incomodava os árabes, pois para estes os judeus eram estrangeiros que competiam e disputavam com eles os empregos, compravam as suas terras e instalavam-se na região. Porém, neste período foi criado, na Síria, um movimento nacionalista que embora não fizesse claras referências à destruição dos judeus, o próprio ideal nacionalista determinava o direito de posse e usufruto do território árabe pelos árabes.

No ano de 1928, foi fundada, no Cairo, a Irmandade Muçulmana. Esta organização tinha por objectivo instaurar o Califado nos países árabes e fazer a união entre a religião e o Estado. Começa delinear-se, portanto, um cenário de apreensões e perseguições anti-sionistas e anti-semitas. Em 1930, a Síria estreitou os laços com a Alemanha nazi e, a partir desse momento, instaurou-se principalmente em Damasco, uma forte propaganda anti-semita. Surgia, então, a xenofobia do nacionalismo árabe contra os judeus.

“O movimento nacionalista sírio foi fortalecido ainda mais quando, em 1940, dois professores formados pela Sorbonne, em Paris, Michel Aflaq e Salah Bitar, fundam o ‘Movimento do Renascimento Árabe’, em Damasco. Um ‘clube de discussões’ que, em 1947, tornar-se-ia o partido Ba[']ath (ou renascimento, em árabe), até hoje no poder, na Síria. Apesar de pregar que a nação árabe devia livrar-se da nefasta influência do Ocidente, Aflaq e Bitar eram fascinados pelas idéias nazistas e o pan-germanismo. A grande admiração que o movimento nutria por Hitler, fez com que alguns grupos, como a Organização da Juventude Nacionalista Árabe, mantivessem estreito contato com a Alemanha nazista. Enquanto o país estava sob Mandato Francês, as autoridades francesas locais, mesmo na época de Vichy, defendiam os judeus de ataques de árabes extremistas” (REVISTA MORASHÁ, 2007: 1, versão disponível online em 04-05-2009).

Houve perseguições e práticas de violência contra os judeus. A tensão entre os dois povos intensificou-se e foram impostas medidas restritivas aos judeus, que não tinham o direito de retornar à Palestina e também estavam proibidos de ensinar, nas suas escolas, a língua hebraica. A xenofobia instalou-se no mundo árabe e, com ela, as motivações e justificativas para a prática da violência diante da recusa em aceitar o diferente.

Em contrapartida, o sionismo trabalhava numa união entre o nacionalismo e a afeição que nutria pela história mística dos judeus à sua terra de origem. Isto serviu de sustentáculo para o *Yishuv* (comunidade judaica) que, incansavelmente, trabalhava de modo criativo e dinâmico nos assentamentos agrícolas (*kibbutz*) utilizando os modelos ocidentais e eram pluralistas quanto à ideologia política. Na Palestina, os judeus acabaram por criar uma “economia socialista” que funcionava em harmonia e interesse de seu povo, onde os assentamentos eram divididos entre os *kibbutz*, que eram os bens comuns à comunidade, e os *moshav*, que funcionavam em termos cooperativos.

Durante o Mandato Britânico, o *Yishuv* foi reforçado com a chegada dos refugiados vindos da Europa devido às perseguições anti-semitas e fundaram instituições sociais, educacionais, económicas que superaram mesmo as instituições britânicas. Os judeus, através da irrigação e drenagem de terrenos alagadiços, fizeram a terra produzir e criaram uma infra-estrutura viável, capaz de garantir o bem-estar do seu povo. Como já havia bastante instabilidade quanto à segurança, os judeus criaram um exército clandestino, o *Haganah*.

O povo judeu, aos poucos, foi criando uma estrutura de Estado, embora ainda discreto enquanto tal, mas que já tinha uma infra-estrutura quanto à economia, educação, sistema estatal de saúde, entre outras, que funcionavam bem e permitiam vislumbrar o progresso não só económico e social, mas também na realização do sonho sionista quanto à criação de uma pátria judaica.

“Era exatamente disso que se ressentiam os árabes e os palestinos. Estabelecidos há séculos, representando a maioria da população do país, os árabes e os palestinos viam a *Yishuv* como um instrumento do imperialismo ocidental, uma cultura estrangeira hostil ao seu modo de vida tradicional. Embora os judeus fossem há muito tolerados, ainda que com um *status* inferior, pelo Islã, essa proteção em hipótese alguma significava que eles teriam direito de soberania sobre uma parte da terra-mãe do Islã ou

autoridade sobre populações muçulmanas. Tanto quanto seus correligionários sob domínio francês na Síria e na África do Norte, e sob domínio britânico no Iraque e no Egito, os árabes palestinos buscavam ardentemente sua independência. Também eles haviam recebido promessas britânicas e queriam vê-las cumpridas. Mas independência sob domínio judeu jamais poderia ser uma opção para os árabes, e sim uma forma ainda mais odiosa de colonialismo” (OREN, 2004: 23).

Na década de 1920, a emigração dos judeus causava cada vez mais reacções violentas e culminou na revolta árabe contra os britânicos e judeus. Os árabes saíram economicamente enfraquecidos desta revolta e perderam os seus líderes políticos, que foram deportados da Palestina, enquanto o *Yishuv* se fortaleceu e prosperou. Porém, a vitória não foi atribuída aos judeus e a Grã-Bretanha, temerosa de uma revolta muçulmana, anulou a Declaração Balfour através da publicação do chamado *Livro Branco*.

Enquanto reinavam na Palestina todos esses contratempos, na Europa, David Ben Gurion fundou o Movimento Sionista e a luta dos judeus em oposição aos árabes foi transferida para os sionistas. O pan-arabismo acirrava a oposição e luta mediante a ideologia de um “único povo árabe”, com o propósito de centrar na vingança contra o colonialismo ocidental e a destruição das fronteiras existentes. A união dos árabes pela cultura e sentimento transformou em facto político e os incidentes continuaram a existir e os seus reflexos a serem sentidos por todo o mundo árabe.

Havia instabilidade entre os árabes. Eles não tinham uma legitimidade constitucional e não eram favoráveis à liberdade de expressão. Os seus líderes manobravam a opinião pública, que já estava inflamada pelo ódio ao sionismo. Os líderes árabes envolveram-se com a questão da Palestina, o que trouxe como consequência o alargamento deste conflito para lá da dimensão local.

“Astutamente, os britânicos tiraram partido da neutralização do sionismo durante a guerra para aplacar o nacionalismo árabe, incentivando a criação de uma Liga Árabe, cujos membros pudessem ao mesmo tempo exibir sua unidade e preservar sua independência. Assegurada a vitória na Europa, porém, o sionismo veio cobrar sua desforra. Exasperados com a continuidade do Livro Branco e inflamados pelos seis milhões de vítimas do Holocausto, muitas das quais talvez estivessem vivas se tal documento não houvesse existido, os sionistas declararam guerra ao Mandato –

primeiro a milícia direitista *Irgun*, de Menachem Begin, depois a própria *Haganah*” (OREN, 2004: 24-25).

A Grã-Bretanha, cansada da guerra e sob pressão norte-americana, país que na altura tinha como presidente Harry Truman, que era favorável ao sionismo, em 1947 transferiu para a responsabilidade da ONU a qualidade de potência administrante. A Assembleia Geral da ONU, através da Resolução 181, estabeleceu a criação do Estado de Israel e do Estado palestino, na Palestina, e determinou para Jerusalém um regime internacional. Os sionistas aceitaram a determinação da ONU, ao contrário dos palestinos que rejeitaram a partilha, pois desejavam a totalidade da Palestina. Deste momento em diante, a frequência e intensidade da guerrilha palestina contra Israel tornou-se uma realidade.

Um dia após a ONU ter aprovado a existência de dois Estados em território da Palestina, os guerrilheiros palestinos começaram a atacar os assentamentos judeus e a bloquear estradas. Estas foram as primeiras medidas tomadas pelo lado rival aos judeus que, num primeiro momento, não desencadearam grandes ofensivas de defesa, pois sentiam-se inseguros e temerosos de a ONU voltar atrás na decisão, se os combates se agravassem.

Mas os guerrilheiros palestinos não desistiram nem diminuíram as suas acções, pelo contrário, tornaram-se mais potentes o que levou os judeus a, no ano de 1948, passarem a uma ofensiva mais aberta e forte. Ocorreram a guerra e os massacres. Assustados, muitos palestinos fugiram ou foram expulsos para os países vizinhos, com a perspectiva do retorno, pois contavam com a união dos países árabes para vencer os judeus. No entanto, a vitória não foi possível e além de perderem os seus lares e terras, Israel tornou-se um Estado.

Deu-se a ofensiva árabe, liderada pela Síria e pelo Iraque, seguida pelo Líbano, a Transjordânia e o Egipto. Embora recente, e com as IDF também recentemente criadas, Israel venceu os árabes. À frente do comando das forças israelitas estava David Ben Gurion que, astuto na arte da estratégia, soube explorar os momentos adequados e vencer a Guerra da Independência, tendo anexado mais 30% de terras ao território israelita, enquanto surgiam os refugiados.

Ao tempo que Israel se organiza como Estado, os palestinos parece terem rejeitado uma estrutura política para estabelecer um Estado independente, tendo optado pela luta armada. Eles foram, de certo modo, alimentados pela Liga dos Estados Árabes

na crença da possibilidade de não só negar mas impedir o plano de partilha feito pela ONU. Entretanto se alimenta o sonho de um território 100% árabe, abre-se espaço para a continuidade de acções guerrilheiras na região, com as consequentes represálias israelitas.

Com o passar dos anos, ocorreram mais quatro guerras, além da Guerra da Independência. Os problemas foram-se acumulando e, por vezes, explosivos através da luta armada que foi se adaptando através dos tempos, tendo-se tornado cada vez mais agressiva. É neste contexto que a guerrilha evoluiu para a criação de organizações de resistência e libertação da Palestina, que acabaram por culminar no desencadeamento de práticas e acções terroristas.

Inicialmente, os palestinianos atacavam os judeus através dos *pogroms* (destruição em massa de pessoas e bens pessoais) e, após a criação da OLP e da Al Fatah, em 1964, começaram ataques terroristas mais constantes, na medida em que a Al Fatah era o braço armado da OLP. Em contrapartida, Israel respondeu de modo violento às bases da OLP na Síria e no Líbano.

Nesta altura, o terror já estava organizado e passou a actuar através de organizações que tinham uma estrutura hierarquizada e os seus militantes não agiam por conta própria, mas seguiam as determinações superiores que procuravam, através do terrorismo, uma maneira de enfrentar e amedrontar o adversário numa clara demonstração de contra-poder perante aquele que era militarmente mais forte.

A OLP foi acusada de várias acções de terrorismo que consistiram em sequestros e mortes de israelitas e acelerou a escalada de violência, de modo que parece ter tido nos seus primeiros anos de existência, maior desejo pela luta armada do que pela luta política. Esta postura remete-nos ao ideal da Liga dos Estados Árabes de vencer pela força. Segundo Romualdo Bermejo, “a criação em 1964 da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) contribuiu para um ambiente hostil” (BERMEJO, 2002: 42)<sup>20</sup>.

Em 1970, a história do mundo árabe regista acontecimentos violentos e lamentáveis, os quais ficaram conhecidos por “Setembro Negro.” A presença de muitos palestinianos na Jordânia não agradava ao rei Hussein que via, paralelamente ao seu Estado, um Estado palestiniano. Os palestinianos começaram por desestabilizar a

---

<sup>20</sup> “la creación en 1964 de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) contribuyó a un ambiente hostil.”

sociedade jordaniana, pois tentavam minar a influência do rei sobre o seu povo, pois acreditavam que o rei tivesse uma ligação ao Ocidente.

As forças militares do rei Hussein começaram a movimentar-se no sentido de eliminar a guerrilha palestina na Jordânia, mas os acontecimentos foram evoluindo e acabou por haver combates entre o Exército real e os palestinianos. A luta foi brutal e sangrenta e o rei ordenou a expulsão da OLP da Jordânia. O saldo de mortos foi de 10 000. Estes acontecimentos ficaram conhecidos como Setembro Negro.

Em 1971, as consequências não foram somente a violência e o grande saldo de mortos e feridos, mas também a criação da organização terrorista Setembro Negro. Esta foi criada em Damasco, com o apoio da OLP e, em nome dos palestinianos sem Estado, praticou o terror, tencionando vingar-se do rei Hussein e do seu Exército. Esta organização não se limitou ao Médio Oriente, mas atravessou fronteiras e estabeleceu bases nos Estados Unidos, na Europa e na África do Norte, tendo, assim, praticado o terrorismo internacional. Além de acções a nível internacional, esta organização contou com células colaborativas independentes que através dos *fedayin* atacaram Israel.

O primeiro acontecimento marcante do Setembro Negro foi o assassinato do primeiro-ministro jordaniano Wasfi al-Tal, em 1971. Após este magnicídio, seguiram-se outros eventos, como ataques a embaixadas, bombas, o atentado dos Jogos Olímpicos de 1972, em Munique, com o sequestro e assassinato de atletas israelitas, como descreve o *Discovery Channel* sobre a intenção do ataque a estes atletas:

“A intenção do ataque de 1972 aos atletas olímpicos israelenses era chamar a atenção do mundo para a luta palestina. A lista de suspeitos de organizar o atentado incluía Ali Hassan Salameh, amigo próximo do líder da OLP, Yasser Arafat, assim como os dois líderes do ‘Al Fatah’, movimento de libertação palestino, Abu Daoud e Abu Ijad” (DISCOVERY CHANNEL, s. d., versão disponível online em 05-05-2009).

Embora Yasser Arafat tenha renunciado à luta armada e, em 1974, tenha feito pressões que resultaram na dissolução do grupo Setembro Negro, e se voltou para as negociações políticas, o passado da OLP contribuiu significativamente para o aparecimento de outros grupos considerados terroristas, impulsionados por dissidentes que, posteriormente, a OLP tentou combater, sem êxito.

O ano de 1981 foi, mais uma vez, um ano marcado pela actividade terrorista, que culminou no assassinato do presidente do Egipto, Muhammad Anwar al-Sadat.

Contrariando a posição árabe, Sadat assinou um tratado de paz com Israel e reconheceu este Estado. Isto provocou o descontentamento de grupos contrários que, organizados e infiltrados nas suas próprias Forças Armadas, planejaram a sua morte. O plano foi executado por membros dos Irmãos Muçulmanos, que tinham como base o fundamentalismo religioso e islâmico<sup>21</sup>.

O ano seguinte também foi sacudido pela invasão israelita do Líbano e o cerco a Beirute. O Líbano foi um dos destinos escolhidos pelos refugiados palestinos de 1948. Eles foram seguidos pelos refugiados da Guerra dos Seis Dias e do Setembro Negro, o que acabou por aumentar significativamente a população palestina refugiada no Líbano e provocou novas tensões. Devido à situação tensa em que o país vivia, a sua capital, Beirute, foi dividida de maneira que a parte Ocidental passou a ser habitada por cristãos e a parte oriental por muçulmanos.

Neste período, Israel estava em “guerra” com a OLP e a sua sede estava instalada em Beirute. Israel entrou no Sul do Líbano sob a alegação de criar uma “faixa de segurança” e neutralizar os ataques a Israel. Porém, o então ministro da Defesa israelita, Ariel Sharon, não se deu por satisfeito e ordenou o bombardeamento de Beirute ao mesmo tempo que forçou a saída da OLP desta cidade, que ficou destruída.

Em plena guerra, o presidente eleito do Líbano, Béchir Gemayel, foi assassinado e, em represália, milícias cristãs e pró-israelitas, invadiram e massacraram pessoas nos campos de refugiados de Sabra e Chatila. O massacre resultou num balanço total de “oitocentos mortos segundo a comissão de inquérito israelita presidida pelo juiz Kahane, mil e quinhentos segundo a OLP” (GRESH, 2002: 148).

Mesmo Israel, tendo retirado as suas tropas para o Sul do Líbano, e os EUA, que tinham enviado tropas aquando do massacre no campo de refugiados, saíram em 1984, sob pressão internacional e de países árabes, as rivalidades e violências não cessaram completamente. Quando estes dois países se retiraram do conflito, os cristãos enfraqueceram e os drusos assumiram o controlo, tendo expulsado os cristãos.

Nos anos de 1984 e 1985, a Síria apoiou as milícias xiitas e pró-Síria no Líbano e tentou o acordo de cessar-fogo com a falange cristã. Porém, o Hezbollah, apoiado pelo Irão, pelos sunitas e cristãos, boicotou o acordo assinado e a violência prosseguiu através de sequestros, combates e do assassinato do primeiro-ministro libanês, Rashid Karame, em 1987. Nos subúrbios de Beirute os combates deram-se em oposição à

---

<sup>21</sup> Para o aprofundamento das causas, e consequências políticas do assassinato de Anwar al-Sadat, vide KEPEL (2005: 17 e *passim*).

milícia xiita Amal, o Hezbollah e a OLP. O país vive uma situação de constantes conflitos e descontentamentos que aumentaram quando passa a ser governado por um gabinete militar, cujo chefe era um maronita, o que agravou os descontentamentos entre os muçulmanos.

Israel passou a ter, entre os libaneses, uma milícia aliada no Sul do Líbano, o Exército do Sul do Líbano (ESL). Os embates prosseguiram e, em 1989, foi assinada uma “carta de reconciliação nacional”, que teve o apoio dos EUA, da URSS, da França, do Reino Unido e de vários países árabes. Esta carta determinava o fim de todas as milícias, excepto as de resistência à ocupação israelita, e previa a participação igualitária dos cristãos e muçulmanos, no Governo. Mas Michel Aoun, general cristão, não aceitou tal proposta e se auto-proclamou-se presidente da República, o que provocou novos conflitos. Os EUA, que tinham por objectivo conquistar o apoio da Síria na coligação anti-Iraque após a invasão do Kuwait, autorizou a Síria a atacar as tropas leais a Michel Aoun. Uma paz frágil foi assinada em 1991.

Israel permaneceu no Sul do Líbano, mas a Síria, apoiada pelos EUA e pela Arábia Saudita, manteve o seu domínio sobre o Líbano. No Sul a tensão continuou entre Israel, o Hezbollah, os nacionalistas, os palestinianos e os comunistas. Em 1996, Israel iniciou uma ofensiva em direcção às bases guerrilheiras e acabou por atingir Beirute e provocar a morte de vários civis. Em 1998 Israel resolveu cumprir a Resolução 425 da ONU e retirou-se da distância de 15 Km no Sul do Líbano, como determinava esta Resolução.

Todos estes acontecimentos assinalam, de certo modo, a opção pela luta armada em detrimento da luta política. É neste contexto que os ânimos são revigorados em prol da existência de mais radicalismos e produzem-se acontecimentos que marcam não só o presente, mas uma ruptura com a paz através da existência de um preâmbulo de acontecimentos futuros que são determinados no presente. Foi na Guerra de Israel no Líbano em 1982, que se deu a génese do Hezbolah, que passa a existir no contexto da disputa isrelo-palestiniana e assume a postura radical para pôr em causa o futuro através das acções e da insegurança que provoca.

No decorrer de todos estes acontecimentos, a OLP acabou por não conseguir atender às necessidades dos palestinianos e os países árabes não demonstraram grande interesse por este povo, que se encontrava numa situação de pobreza e opressão. Enquanto Israel não só ocupava o território, mas aplicava medidas restritivas e humilhantes aos palestinianos, os sentimentos de ódio e revolta aumentavam e somava-

se, ainda, a possibilidade de os territórios palestinianos poderem ser anexados à Jordânia.

Israel isolava os palestinianos e estes enfrentavam o problema de abastecimento de água, que era monopólio dos israelitas, povo que a desviava para os seus colonatos, enquanto os palestinianos tinham que conviver com frequentes faltas de água. Todos estes factores se juntavam para explodir em mais um acto violento. Diante da impossibilidade de ter os seus direitos respeitados e repletos de revoltas, surgiu a Primeira Intifada, em 9 de Dezembro de 1987.

O rastilho para a sublevação popular foi o atropelamento accidental de quatro árabes na Faixa de Gaza por um blindado israelita. O incidente repercutiu como uma represália israelita motivada pelo facto de ter morrido um judeu na Faixa de Gaza. Os protestos contra Israel começaram no campo de refugiados de Jabaliyah, ao norte da Faixa de Gaza e, em pouco tempo, tomaram enormes proporções que se disseminaram em grande violência que foi reprimida pelos soldados israelitas. Esta Intifada chegou ao fim em 1993, através do Acordo de Oslo com um saldo de muitos mortos, principalmente do lado palestiniano.

“Esta Intifada marca uma viragem. David e Golias invertem os papéis, Israel aparece como um impiedoso ocupante. Os *media* internacionais transmitem imagens de adolescentes armados de pedras abatidos pelo exército. Mesmo em Israel cresce a consciência de que não se pode continuar impunemente a dominar a Cisjordânia e Gaza” (GRESH, 2002: 121).

Com o fim da Intifada, em 1993, para além dos registos da violência, cabe salientar no início da mesma, o aparecimento de mais um grupo fundamentalista islâmico, o Hamas, grupo paramilitar que viria, deste momento em diante, a dar uma nova tónica ao movimento de resistência palestiniana e, de certo modo, a inovar as práticas terroristas futuras e se impor como mais um obstáculo à paz devido ao seu radicalismo extremo e à indisposição para o diálogo.

Os extremismos, as rivalidades e os ódios de ambas as partes não cessaram com o fim da Primeira Intifada. Tudo parecia caminhar para a acumulação de problemas e rejeição mútua entre as partes. Isto pode ser verificado através do massacre da Mesquita de Hebron. Hebron está localizada na Cisjordânia e é uma cidade hebraica, embora a maioria de sua população seja árabe. O facto de a cidade ter uma maioria árabe serve

para aquecer os ânimos dos nacionalistas judeus quanto à necessidade de resistência e intolerância ante presença árabe e foi o que aconteceu com o colono Baruch Goldstein, militante do grupo Kahane Kach, que pregava a violência contra os árabes: ele assassinou 29 muçulmanos dentro da Mesquita enquanto faziam as suas orações.

Baruch Goldstein tomou a iniciativa de matar os muçulmanos após ter ouvido jovens árabes pedir a morte dos judeus. Mais uma vez a intolerância e a não-aceitação das diferenças por ambas as partes levou a violência ao extremo e ocasionou, na verdade, a morte imediata de 30 pessoas porque o colono judeu também foi morto pelos árabes, num acto de linchamento. Este acontecimento mergulhou a cidade de Hebron no caos e desencadeou mais mortes de israelitas e palestinianos.

A Lei de Talião parece imperar. A reciprocidade da violência ganha formas cada vez mais cruéis e os instintos de ambas as partes afloram em ataques e represálias. Uma causa parece criar outra, uma consequência transforma-se em mais um problema que se acumula e propicia a existência de novas directrizes e estruturas do conflito que se delineiam mediante a existência de mais intolerância e rivalidades que se expressam através de grupos armados ou indivíduos, cujas ideias radicais não aceitam as determinações legais e partem para a luta corpo a corpo a qualquer preço.

Para um dos nossos entrevistados, não há muita intolerância e há muitas pessoas que querem, e lutam em Israel, por uma solução pacífica. Porém, “Israel está chantageado, como é que posso dizer, está sob pressão dos movimentos colonizadores de tal maneira que não conseguem sequer resolver o (e mesmo se um dia quisessem) conflito [...] Quando vier o dia em que vier um acordo, vai ser uma guerra civil dentro de Israel. Há fascistas religiosos ou religiosos fascistas que consideram que a única lei a que eles deveriam de obedecer é a lei de Deus, e para eles Deus deu ao povo judaico toda a terra de Israel, e toda a terra de Israel ultrapassa de longe toda a terra do território do Estado de Israel proclamado em 1948 [...] hoje em dia o Sionismo, em grande parte, é um Sionismo messiânico e religioso ou um Sionismo expansionista” (Entrevista 7).

As rivalidades instalam-se no interior de políticas internas e chega às últimas consequências, como aconteceu com Israel, onde Yitzhak Rabin, que desempenhou um papel importante durante o Acordo de Oslo e no trabalho pela paz, tendo sido eleito pela segunda vez como primeiro-ministro de Israel, foi assassinado. Como neste conflito tudo que caminha contra o interesse de grupos sociologicamente significativos tem um preço, Yitzhak Rabin pagou com a vida o descontentamento do estudante israelita de extrema-direita, Yigal Amir, contrário às negociações com os palestinianos.

“Tragicamente, este estreitamento da discórdia ideológica no seio da política sionista resultou no assassinio de Rabin. O assassino representava a extrema-direita do movimento dos colonos, que receava, sem fundamentos, que Rabin estivesse resolvido a fazer cedências aos palestinos em nome da paz. Rabin estava disposto a dismantlar colonatos isolados, mas não a arriscar-se a um confronto generalizado com o movimento dos colonos, e acalentava a esperança de coagir os palestinos a aceitarem um mini-Estado em troca da paz total. Interessantes, até mesmo reveladoras, foram as razões dadas pelo assassino para o seu acto. Afirmou que Rabin tinha sido eleito com base no apoio da minoria palestina em Israel, legitimando-a dessa forma, e que tinha de ser detido a qualquer custo. O colapso do processo de Oslo no Verão de 2000 acelerou o processo de deslegitimação da minoria palestina de uma maneira que demonstrou que o assassino, de forma macabra, foi bem sucedido no seu principal objectivo” (PAPPE, 2007: 300).

Os confrontos e assassinatos não cessam. Eles têm continuidade numa verdadeira escalada de violência quer de um lado quer do outro. Israel foi acusado de assassinar um dos membros do Hamas no Líbano e, “como represália pelo assassinato de Yehia Ayache, o ‘arquitecto’ do Hamas, pelos serviços secretos israelitas, o Hamas organiza, em Jerusalém, Telavive e Ashkelon, uma série de sangrentos atentados terroristas que fazem mais de cem mortos e desestabilizam o governo de Peres” (GRESH, 2002: 150).

Diante deste acontecimento, torna-se mais clara a posição dos grupos de resistência palestina, ou seja, parece ter havido uma diferenciação quanto às acções desencadeadas em prol da sua luta. No início do aparecimento destes grupos, a maioria dos atentados cometidos não tinha como alvos imediatos os civis, mas personalidades importantes do cenário político. Parece ter havido uma viragem quanto à perspectiva dos alvos a serem atingidos, o que marca uma nova postura dos grupos radicais, sem esquecer o terrorismo tradicional, que vão estender-se até a actualidade.

#### **4.2. O conflito na actualidade: incremento e novas formas de actuação, novo terrorismo e ideologia religiosa**

Ao reflectirmos sobre a política internacional, imediatamente nos remetemos ao cenário social e político do Médio Oriente. O conflito entre judeus e palestinianos, após as várias guerras travadas, passou a ter como epicentro do conflito a Palestina, cuja população viu a sua situação piorar durante os anos de 1970 e 1980, quando Israel não reduziu o seu expansionismo mas, com apoio norte-americano, seguiu em direcção ao Líbano com o objectivo de expulsar a OLP daquele território. Foi exactamente diante deste panorama que se radicalizou o conflito e a luta palestiniana contra Israel passou a ser travada com a presença de grupos radicais que surgiram dotados de uma ideologia político-religiosa.

O contexto social, económico e político propiciou a sublevação palestiniana através de duas Intifadas, com a consequente radicalização de ataques e contra-ataques bem como com o agravamento e aprimoramento de formas de violência praticadas por ambos os lados. Consequentemente, verificou-se um maior número de mortos e feridos nesta disputa.

O embate entre Israel e os palestinianos ganhou rigor e a determinação de uma luta baseada na rivalidade entre dois povos que se enfrentam na tentativa de garantir para si o que consideram justo e de direito, a posse de uma mesma extensão territorial. Através da colonização, em que o ocupante se mostra firme nos seus propósitos e parece acreditar que tal colonização é seu direito, implica na impossibilidade da auto-determinação da Palestina, que fica comprometida, e fornece as bases para a sublevação que tem se acelerado de ambos os lados e procurado na História e na ideologia, estratégias de resistência cada vez mais radicais.

Segundo um dos nossos entrevistados, “desde a origem do conflito o que se modificou principalmente foi naturalmente o facto de cada vez haver mais judeus nascidos no território palestiniano e trazendo, por isso, cada vez mais direitos de permanência e, portanto, criando um Estado que se tem revelado viável e de forte implantação no local” (Entrevista 10).

Estes direitos não se referem mais a um povo que tenciona conquistar um espaço ou território, mas a um povo que já tem o seu próprio Estado, legalmente estabelecido e internacionalmente reconhecido, e visa intensificar o seu poder na região através da adopção de uma política de cariz colonialista, elitista e nacionalista, de modo que se

pode observar a existência de uma democracia que não contempla os direitos de todos, mas direitos específicos, ou seja, direitos feitos pelos judeus e para o cidadão judeu.

Há uma certa exclusividade étnica no que se refere às leis e direitos do Estado de Israel. “Não existe uma definição única para a fórmula ‘Estado judaico.’ Essa expressão sugere que o Estado é de algum modo a expressão política do povo judeu ou que tem algum papel especial na protecção do povo judeu. Qualquer destas interpretações implica que os judeus gozam do controlo do governo, e como o governo é democrático, que a maioria do país é e deve seguir sendo judaica” (TILLEY, 2007: 240)<sup>22</sup>.

Esta é a lógica adoptada por Israel para manter uma maioria judaica no controlo do Governo e do poder no sentido de se auto-preservar enquanto Estado judaico. Nesta concepção, ao permitir a possibilidade mais alargada da participação de árabes israelitas, Israel colocaria em risco a identidade judaica, ao mesmo tempo que correria o risco de perder o controlo do Estado e as características da sua cultura uma vez que a população árabe palestina tem um crescimento vegetativo superior em relação à população judaica.

No Médio Oriente, Israel contrasta com os demais Estados árabes pela sua política de orientação pró-ocidental e democrática. “Não existe actualmente no mundo árabe uma única democracia. O único regime democrático no Médio Oriente é Israel, mas dessa democracia só se beneficiam os israelitas porque os Palestinos estão sujeitos a múltiplas formas de discriminação. A maior parte dos regimes árabes/muçulmanos é do tipo autoritário, mesmo no caso dos chamados países moderados ou pró-ocidentais, como o Egipto e a Jordânia” (PINTO, 2008: 31).

Quanto a este pensamento por parte de Israel, de uma democracia limitada e aplicável somente aos judeus, não está apenas no plano das ideias, mas está em acção e desde há muito tempo que faz parte do programa sionista. Isto tem contribuído para acelerar e agravar as intolerâncias a partir do momento que esta atitude reflecte o desejo e a necessidade de manter a população palestina afastada e, para atingir este objectivo, aplica medidas cada vez mais restritivas e mais severas que, frequentemente, dão mostras de haver uma disposição para a limpeza étnica.

No passado, os judeus lutaram por um lar judeu, mas hoje este lar não só existe como foi ampliado por várias vezes. A luta pela conquista passou a ser a luta pela

---

<sup>22</sup> “No existe una definición única para la fórmula ‘Estado judío.’ Esa expresión sugiere que el Estado es de algún modo la expresión política del pueblo judío o que tiene algún papel especial en la protección del pueblo judío. Cualquiera de estas interpretaciones implica que los judíos gozan del control del gobierno, y como el gobierno es democrático, que la mayoría del país es y debe seguir siendo judía.”

preservação e controlo da posse que não é exercido através da legalidade. Isto remete-nos mais uma vez para a ideia de que a própria democracia do Estado judaico parece ser limitada e aplicável apenas para os judeus com maiores privilégios – a população *asquenazi*, como já foi dito no capítulo anterior – e, em relação aos palestinianos, ainda mantém as características de colonizador e nacionalista.

Enquanto os palestinianos ficam na tentativa de reconquistar os seus territórios perdidos, Israel adopta a política que decorre de um ideal nacionalista judaico que, mesmo a oposição entre os partidos políticos parece dissolver-se quando se trata de garantir a integridade e indissolubilidade do Estado. E “sobre certas questões há em Israel uma política de Estado que se situa por cima dos partidos políticos, coisa em parte digna de admirar” (BERMEJO, 2002: 94)<sup>23</sup>.

Não podemos negar que há um ideal comum entre os judeus que comandam politicamente Israel. Embora haja oposição partidária, esta parece dissolver-se quando se trata de garantir a manutenção da ordem e interesses do Estado. Talvez sejam exactamente os ideais e objectivos comuns que têm permitido, por vezes, o Governo de coligação em Israel, o que evidencia que os interesses nacionais estão acima das questões propriamente partidárias.

Na concepção de um Estado judaico para os judeus, os palestinianos são marginalizados e rechaçados por Israel. Porém, esta atitude não se aplica a todos os judeus, mas a uma elite de mandatários sionistas que não vêem com bons olhos a presença palestiniana e classificam-na como possuindo cidadãos de segunda classe, pensamento que reflecte o ideal colonizador. Isto não é novidade para o mundo que parece inerte diante de tais atitudes e situações impostas por Israel. “Até aos nossos dias, sempre que o Estado é criticado em termos morais, até mesmo internacionalmente, Israel apressa-se a silenciar tais críticas apresentando-se como a única comunidade legítima de sobreviventes do Holocausto” (PAPPE, 2007: 214).

O Holocausto foi uma das maiores, senão mesmo, a maior atrocidade que este mundo já viu, e ninguém que seja sensato vai ousar ignorá-lo. Mas esta tragédia humana tem que ser lembrada como símbolo da luta contra a perversidade humana e em respeito aos milhões de seres humanos, judeus, que foram assassinados nos campos de concentração, mas não como uma “chantagem”.

---

<sup>23</sup> “sobre ciertas cuestiones hay en Israel una política de Estado que se sitúa por encima de los partidos políticos, cosa en parte digna de admirar.”

A discriminação, o preconceito, a violência e o sofrimento pelos quais o povo judeu passou, não deveriam ser usados para calar o mundo, mas para lutar e evitar este tipo de atitude. Seria interessante que se começasse pelo próprio povo judeu em relação aos seus vizinhos palestinos, que também sofrem nos campos de refugiados, nos Territórios Ocupados, onde muitos nasceram e vivem até hoje sem conhecer o direito de ir e vir em liberdade e apenas conhecem o mundo através das muralhas físicas e mentais da separação.

Este panorama coloca-nos frente a frente com uma realidade que tem se agravado ao longo dos anos e que permanece num patamar de desrespeito dos Direitos Humanos e Civis quando interesses individuais ou de grupos determinam as bases de sustentação e motivações do conflito que conduzem ao clamor do oprimido que age não de modo pacífico mas, muitas vezes, de maneira violenta e acalentada por uma revolta diante da marginalização e exclusão do direito de ser livre e habitar em paz um pedaço de terra que também lhe pertence.

É na crença do direito sobre o território que ambos os povos se confrontam. A intolerância nutre-se da angústia, da revolta e dos ódios que dão forma às diversas estratégias militares e de guerrilha que assolam a região e se transformam em prisões físicas e mentais de uma população que tem o seu quotidiano marcado pelo terror.

No passado, o *Haganah*, enquanto milícia judaica, lutava para defender os judeus e não parava por aí. Também promoveu ataques contra a população civil árabe e disseminou as sementes da intolerância e o desejo de uma Pátria “livre de árabes”, os quais também não podem ficar isentos no que se refere à rejeição do povo judeu e à violência.

Se, no passado, o *Haganah* foi um grupo paramilitar clandestino, após a independência de Israel transformou-se numa das Forças Armadas mais poderosas do mundo e, hoje, actua na defesa de Israel, respondendo aos palestinos com grande intensidade de violência, naquela que é uma violência legalizada pelo Estado que, de certo modo, omite a violência oculta que estas mesmas Forças Armadas praticam.

Não pode ignorar-se o facto de que Israel já cometeu crimes de guerra que parecem ter ficado impunes. O que exemplifica bem esta situação é o que aconteceu no campo de refugiados em Jenin e em Nablus. Para pôr em acção o seu plano de actuação, segundo foi noticiado em Janeiro de 2002 pelo jornal israelita *Haaretz*, o Exército israelita estava a estudar acontecimentos relatados pela História, inclusive a invasão do

*ghetto* de Varsóvia, com a finalidade de se preparar para mais uma campanha que deveria ser bem sucedida.

O chocante é o facto de que, ao mesmo tempo que os judeus recorrem ao Holocausto para reafirmar ao mundo os sofrimentos que os seus antepassados passaram, o que não é nenhuma fantasia, têm a coragem de estudar a actuação do Exército alemão no maior *ghetto* judeu durante a Alemanha nazi, como meio de aprendizagem dos horrores sofridos pelo seu próprio povo, que serviriam de lições a serem aplicadas a outros seres humanos.

“Nablus e Jenin foram os únicos locais onde os Palestinos demonstraram uma resistência real e obstinada ao exército invasor de Israel. Em Nablus, o exército israelita empregou os mesmos métodos que em Jenin – intensos bombardeamentos e utilização de *bulldozers*, o que semeou a destruição na velha Casbah e matou setenta e cinco pessoas, muitas das quais civis. Mas, em seguida, o exército decidiu não se arriscar a passar a pente fino as ruelas estreitas da cidade e não se envolver em combates casa a casa. No caso de Jenin, a decisão antecipada do exército foi penetrar completamente e neutralizar completamente a resistência no seu centro” (REINHART, 2004: 144).

O mais assustador é que o massacre de Jenin foi silenciado. As casas que foram aplanadas pelos *bulldozers*, caíram no esquecimento e as imagens mostradas pelos meios de comunicação social não serviram para alertar o mundo sobre o que se tinha passado naquele campo de refugiados. Israel tratou de encobrir o massacre, que foi transformado em “tabu” pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres. Ao que parece, o mundo vê aquilo que lhe interessa e é conveniente e os Direitos Humanos também se mostram ausentes diante de um Estado poderoso, cujas Forças Armadas levam a cabo operações de limpeza étnica.

Hoje, também vemos uma constante disputa no que se refere aos meios de comunicação social, que se servem de duas vias, isto é, quando é de interesse de alguns, tudo fazem para atrair a atenção do público em geral, ao mesmo tempo que servem como meio de propaganda gratuita em favor de muitos poucos e, quando não há interesse em que a população mundial tome conhecimento de algum facto, estes mesmos meios de comunicação ou são afastados ou tudo se faz para ocultar e confundir a opinião pública sobre aquilo que realmente se passou. Isto mais uma vez aconteceu

em Jenin, onde a “conclusão final foi que não era possível saber realmente o que tinha acontecido” (REINHART, 2004: 145).

As lições oriundas do terrorismo têm sido incrementadas ao longo dos tempos e, na actualidade, reflectem assustadoramente no seio das sociedades israelita e palestiniana, como reflexo e consequência de um passado norteado por ódios e frieza de comportamentos que prevalecem sobre o diálogo no campo político. Se Israel foi buscar as lições do Exército alemão no *ghetto* de Varsóvia, os palestinianos também aprenderam através do massacre de Jenin, que uma máquina pesada pode ser usada como arma contra o inimigo.

Quando soldados israelitas usaram os *bulldozers* para arrasar as casas de Jenin, talvez não pudessem imaginar que esta mesma arma seria usada contra o seu povo nas cidades israelitas, por algum palestiniano. Devemos sublinhar o facto de que, actualmente, quando isto acontece, Israel é vítima de terrorismo. Mas por que os soldados israelitas não são considerados terroristas quando destruíram casas de muitas pessoas e aniquilaram parte de uma população? Talvez a resposta esteja no facto de que na guerra seja permitido e legítimo matar em grande quantidade e as Forças Armadas sejam o passaporte para a legalidade de poder destruir e matar em larga escala.

Não estamos a falar apenas em novos métodos de violência e de terrorismo, mas também de inovações que estes métodos de terrorismo foram ganhando com o passar dos tempos. Se de um lado alguém adopta alguma forma de ataque, podemos esperar que o adversário não vai preocupar-se em imitar o inimigo, e ainda incrementa as acções violentas, passando tudo a ser uma questão de tempo. Assim como as rivalidades, as disputas e os ódios vão servir de tempero para o conflito e os métodos da prática da violência ganham em capacidade de inovar e incrementar a luta armada.

No conflito israelo-palestiniano há a coexistência de duas forças e poderes desiguais. Quando isto acontece nada resta senão a prática do terrorismo como forma de se contrapor ao lado oposto e tentar desestabilizar através do medo e do terror o lado mais forte e poderoso, ao mesmo tempo que se chama a atenção do mundo para a sua luta que serve de justificativa para a violência praticada.

É no contexto destes acontecimentos que vemos, constantemente, uma batalha travada entre Forças Armadas e grupos não estatais, sendo estes últimos classificados de terroristas. Isto não é um fenómeno novo entre judeus e palestinianos, mas conforme Israel se foi firmando e se impondo enquanto Estado, a luta armada contra o mesmo deflagrou através de diversos grupos não estatais dos quais, hoje, não conseguimos ter

uma dimensão exacta em termos de quantidade, dado que eles se fragmentam e possuem células colaborativas.

Ao analisarmos os principais grupos terroristas que se opõem a Israel, na actualidade, observamos que estes grupos praticam um terrorismo diferenciado do que se deu até ao fim da década de 1960. Nos anos 60, o terrorismo, como já foi dito anteriormente, podia ser considerado como tradicional, ou seja, estava mais voltado para alvos definidos e verificava-se um menor número de ataques contra alvos civis; estes grupos tinham uma ideologia laica. A partir da segunda metade dos anos 70, começou a aparecer o que se pode chamar “neoterrorismo”, embora este se tenha tornado mais notório ao longo dos anos 90.

Este “neoterrorismo” caracteriza-se, geralmente, por uma ideologia religiosa que promove ataques indiscriminados contra civis, atentados suicidas e, embora tenha um alcance transnacional, é de feição mais regional, ou seja, actua com maior frequência dentro da sua região de interesse. Para além destas características, alguns destes grupos também estão ligados à política, como é o caso do Hamas e do Hezbollah, que são partidos políticos legais.

Enquanto Israel seguiu firme na sua política de colonização frente à fraqueza e inércia dos países árabes, a população excluída nos vários recantos da região e, principalmente, nos campos de refugiados, desesperançada e sem poder confiar nem no Estado ocupante, nem nos árabes, pois a maioria oferece apenas apoio teórico, favoreceu a existência de novos grupos e de práticas inovadoras de resistência, como é, por exemplo, o caso do Hamas.

A própria ideologia religiosa do Islão ganha uma perspectiva esquerdista e de luta contra a opressão e de resistência, ao mesmo tempo que desencadeia um ideal de sociedade justa uma vez que os nacionalismos árabes falharam e tornaram-se incapazes de dar apoio à construção de uma nação independente.

Toda a amálgama de acontecimentos favoreceu uma nova postura da sociedade ante o conflito. Ocorreu uma obstrução maior entre a sintonia de justiça e paz frente ao poder operante e passou a suscitar novas formas de resistência e inovações de actos terroristas como meio de reivindicação não só territorial, mas social para garantir a legitimação de um povo e da sua sociedade. Para isso, ocorreu a passagem de uma ideologia laica para uma ideologia religiosa que opera em nome de uma lei justa em clara oposição ao secularismo e exerce influência determinante sobre o “neoterrorismo” enquanto ideal de luta e meio de resistência palestiniana.

O terrorismo tradicional, que outrora também pregou a luta pela resistência e libertação da Palestina, como é o caso da Al Fatah, tinha como ideal uma luta nacionalista e anti-colonialista, tendo por base uma revolução socialista. O que contrapõe ao “neoterrorismo”, que sofre uma certa influência da Revolução Iraniana, o que permitiu ao Islamismo ganhar força e chegar aos anos 90 com sucesso.

“Aqui, uma das principais inovações do período veio a revelar-se invulgarmente terrível: o bombista suicida. Tendo originalmente surgido na revolução iraniana de 1979, munido da sua poderosa ideologia xiita e com a sua idealização do martírio, foi usado pela primeira vez pelo Hezbollah contra os americanos, no Líbano, em 1983, com um feito decisivo. A sua eficácia foi de tal forma patente que os Tigres de Tamil adoptaram o mesmo método em 1987, o Hamas na Palestina em 1993, e a al-Qaeda e outros extremistas islâmicos em Caxemira e na Tchetchénia, entre 1998 e 2000” (HOBSBAWM, 2008: 121).

Cada indivíduo extremista tem, na sua ideologia, o apoio necessário para cumprir uma missão. É no conflito israelo-palestiniano que estes grupos extremistas encontram a causa imediata e militarizam a política, que acaba por causar tensões cada vez maiores entre judeus e palestinianos, ao mesmo tempo que reivindicam o controlo e o poder da região através de uma concepção que acreditam ser moralmente correcta, uma vez que a interpretação religiosa justifica e glorifica os actos de terror cometidos contra o infiel e opressor.

O início dos atentados suicidas está registado num passado remoto que data do século XI quando, pela primeira vez, foi praticado um acto de tal tipo por uma seita denominada “Ordem dos Assassinos”, que se intitulava muçulmana e contestava o facto de o poder, na época, estar em mãos de um sunita, propondo a divulgação do ismaelismo. O seu fundador foi Hassan bin Sabbah Homairi, também conhecido como o “Velho da Montanha”. A prática desta seita acabou por chocar os fiéis do Islão da época. O primeiro registo deste tipo de crime data de 1092, contra um vizir turco, sunita, de nome Nizan el-Mulk.

Perante o acontecimento, “a loucura do expediente, que contrariava todos os ensinamentos do Alcorão, a resposta encontrada foi uma só: haxixe, eles só podiam fazer aquela loucura drogados. Nunca se provou a tese, mas os muçulmanos apelidaram

os adeptos daquele método de os *hashshashin* (os que fumam haxixe), palavra que entrou em muitas línguas como ‘assassinos’” (KAMEL, 2007: 220).

A prática dos atentados suicidas, resgatada pelos xiitas, encontra hoje adeptos também entre os sunitas, é um ponto comum entre estas duas vertentes religiosas e isto revela-nos que não são fiéis aos fundamentos do Islão, pois fazem uso deste para além da fé religiosa, no intuito de transformá-lo num instrumento capaz de os conduzir ao poder político.

A interpretação do Corão feita pelos fundamentalistas, não se remete na íntegra o que revela este livro. As interpretações sofrem desvios e tornam-se radicais, ultrapassando o grau de exigência dado pelo Livro Sagrado dos muçulmanos. Consequentemente, além de se contraporem aos verdadeiros fundamentos do Islão, aquilo a que os radicais chamam de restauração não passa da mediatização da religião em prol de finalidades políticas. “Nas sociedades muçulmanas hoje, a tomada de poder é o coração do programa não ultrapassa o plano dos meios, usado para fins políticos. Eles sabem que fundamentalista sem poder político é um leão sem dentes: não apedreja, não fere, não mata, não obriga a usar o véu; apenas prega a sua visão estreita do mundo” (KAMEL, 2007: 162).

O próprio interesse dos grupos radicais de ter um mundo segundo o seu interesse e ordem, exige a tomada de poder. Para isso, medidas extremas só serão possíveis de serem postas em prática em sociedades que estejam no limite da sobrevivência e é o que acontece na Palestina e, mais especificamente, em Gaza.

Em Gaza, o perfil dos bombistas está ligado directamente à situação em que a maioria vive, isto é, são jovens, pobres, desempregados, não têm curso universitário e frequentam as escolas religiosas do Hamas. “Tornar-se um homem-bomba dá prestígio e dinheiro à família do morto (Saddam costumava anunciar prêmio de US\$ 25 mil dólares)” (KAMEL, 2007: 223).

Não há o sacrifício voluntário numa acção suicida. A partir do momento em que o bombista receberá dinheiro e prestígio que reverterá para a sua família, ele está a ser pago pela acção que irá executar. O prestígio dado ao mártir também é uma forma de pagamento, pois este prestígio nada mais é do que um poder simbólico almejado pelo bombista e, se a acção for bem executada, consoante o número de mortos, isto também, significará mais poder para os responsáveis pela operação. Neste caso, o medo, o horror e a indignação representam uma soma que se converte em capacidade de execução e, consequentemente, em mais poder.

“Actualmente, os fundamentalistas disfrutam de uma posição privilegiada porque são a única oposição que apresenta à maior parte dos regimes árabes existentes. Estes regimes, repressivos e autoritários, foram ao longo dos anos eliminando as forças de oposição, como os liberais, seculares e os comunistas. Naquela altura, esses regimes não julgavam que o movimento de revivalismo religioso produzisse uma camada de islamistas profundamente empenhados na política. Eles tornaram-se uma formidável força com que estes poderes se defrontam. Estes mesmos regimes são responsáveis pela criação dos islamistas porque, durante os anos 60 e 70, encorajaram o movimento de islamização como forma de combater o comunismo que era muito popular entre as classes jovens e universitárias. Estas elites nunca pensaram que a oposição viesse das mesquitas, pois achavam o Islão uma força conservadora e quietista, promotora do consenso social” (PINTO, 2008: 31).

O grande impulso para o ressurgimento islâmico deu-se mediante a derrota árabe frente a Israel, na Guerra dos Seis Dias. O efeito psicológico na população somou-se ao facto de o próprio nacionalismo árabe ter ficado desacreditado. A humilhação e derrota sofridas pelos árabes passaram a ser atribuídas ao afastamento da religião e à aproximação aos costumes ocidentais. Neste sentido, em inícios dos anos de 70, o fundamentalismo islâmico surge como uma força não só religiosa, mas também política.

Para o Hamas, por exemplo, a libertação da Palestina não se restringe apenas à parte territorial, mas também espiritual e social. Este grupo tem como propósito fazer com que a Palestina se torne livre de Israel, ou “entidade sionista”, como é chamado pelo Hamas e, também, que os palestinianos não sejam governados por um Estado secular, mas por um Estado islâmico, cuja legislação seja islâmica tendo como códigos de lei o Corão e a *shari'ah*.

“A luta contra Israel, denominada ‘a entidade sionista’ em seus comunicados, adquire disfarces escatológicos ao considerar-se ‘uma luta entre o Bem e o Mal, entre a Verdade e o Erro.’ O conflito israelo-árabe interpreta-se como o choque entre duas civilizações – a muçulmana e a judaica – cujos projectos chocam frontalmente” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 149)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> “La lucha contra Israel, denominada ‘la entidad sionista’ en sus comunicados, adquire tintes escatológicos al considerarse ‘una lucha entre el Bien y el Mal, entre la Verdad y el Error.’ El conflicto árabe-israelí se interpreta como el choque entre dos civilizaciones – la musulmana y la judía – cuyos proyectos chocan frontalmente.”

Assim como os palestinianos ameaçam a cultura judaica, Israel também é uma ameaça para a identidade e pureza cultural palestinianas. O Estado de Israel, na concepção árabe-muçulmana, é um instrumento ao serviço do Ocidente, destinado a corromper e destruir os palestinianos, comprometer a integridade territorial da Palestina, ao mesmo tempo que conspira contra o Islão e atinge moralmente os ensinamentos do Profeta Maomé.

A questão religiosa, hoje, também é uma questão sociológica na medida que está a ser inserida no meio sócio-cultural da sociedade palestinianas. Os ídolos infantis, para as crianças de Gaza, não são aqueles saídos dos “contos de fadas”, nem os famosos jogadores de futebol tão admirados pelas crianças ocidentais, mas são os mártires dos quais as crianças palestinianas, na tenra idade, trocam cromos e sonham, um dia, tornarem-se um desses mártires.

As crianças, traumatizadas pela guerra, perderam também o referencial do pai protector. Segundo um psiquiatra de Gaza, uma vez que os pais já não conseguem proteger os seus filhos das ameaças contra a vida em consequência dos embates armados, quem passa a assumir esse papel é o Hamas. Segundo o psiquiatra-chefe de Gaza, Eyad el Sharraj:

“As crianças anseiam por armas e, posteriormente, algumas delas identificam-se com os activistas armados porque manifestam exercer poder. Quando a imagem do pai como símbolo do poder é destruída, as crianças precisam se identificar com novos símbolos e os novos símbolos do poder são os militantes armados” (CYMERMAN, 2004: 55).

Continua o psiquiatra:

“Na segunda Intifada quem substituiu ao papel do pai é um grupo organizado, o Hamas. O grupo converteu-se em pai. Realizámos um estudo com rapazes de doze anos e perguntámos quais eram os seus anseios. 24 por cento dos rapazes disse desejar converter-se em mártir. Os homem-bomba da actualidade são um resultado da Primeira Intifada que começou em 1987. O rapazinho que atirava pedras passou por diversas situações traumáticas, incluindo a identificação com um novo poder depois de ver destroçada a imagem do pai como figura de autoridade. Soma-se a isto a perda da

esperança, a desilusão quanto ao processo de paz e o profundo trauma da psicologia palestina” (CYMERMAN, 2004: 55).

Embora não possamos dizer que todos os grupos que actuam no conflito israelo-palestino sejam todos de ideologia religiosa e fundamentalista, muitos são-no e exercem o poder através da violência armada, que se transforma em poder simbólico para quem nasceu e vive sob constante ameaça dos seus Direitos Civis e Humanos.

De entre os grupos que actuam no conflito também há aqueles que não são apenas guiados pela religião e mesclam a ideologia laica com a religiosa. É uma situação complexa, da qual não se pode obter uma visão exacta da totalidade de grupos e da ideologia de todos, cabendo destacar os principais, isto é, aqueles que conseguiram sobressair pela via da ideologia religiosa e se têm destacado pelo teor de violência e influência na sociedade da qual são originários.

É na componente ideológico-religiosa que muitos grupos se notabilizam e, através da prática social, conseguem atrair grande quantidade de adeptos, principalmente junto da população refugiada e necessitada e, também, junto daqueles que não aceitam a forma de actuação e a ocupação de Israel ou que tiveram os seus países invadidos e destruídos pelas IDF, como é o caso do Líbano, que faz a sua resistência principalmente através do Hezbollah.

Deste modo, hoje, há um “neoterrorismo” assustador e violento e um contra-terrorismo, também violento, por parte de Israel. Assim, ambos os lados fundamentam o conflito através da prática da violência exacerbada. É um fenómeno que parece crescer a cada dia que passa e cada acção ou medida anti-terror adoptada por Israel, tem-se transformado em combustível para muitos grupos ou para o surgimento de novos, cuja prática está longe de estar voltada unicamente para a luta política, mas sim para a violência física e psicológica, o que acaba por comprometer o trabalho dos grupos pacifistas que tentam chegar a uma paz duradoura.

É no âmbito da violência que se destacam grupos como o Hamas, na Palestina, Hezbollah, no Líbano, a Jihad Islâmica, formada por jovens palestinianos no Egipto, nos anos 80, a Brigada dos Mártires de Al-Aqsa (não fundamentalista), entre outros. Estes grupos extremistas, que têm como alvos principais os civis, procuram chamar a atenção do mundo para a sua causa através dos assassinatos em grande escala. Porém, as consequências provocadas por estes atentados, longe de serem justas e revolucionárias,

são terroristas e, desde o seu início, têm por objectivo causar o medo e o terror na população do adversário, chocar e causar impacte na população mundial.

“Contudo, e desde essa altura, o alcance universal da televisão criou acções politicamente mais eficazes, cujo objectivo não era atingir os decisores, mas sim alcançar um impacto mediático significativo. Afinal, tais acções acabaram com a presença militar formal dos Estados Unidos no Líbano, na década de 1980, na Somália, na década de 1990 e, efectivamente, na Arábia Saudita depois de 2001. Um dos infelizes sinais de barbárie é o facto de os terroristas terem descoberto que, desde que esteja ao alcance dos ecrãs de todo o mundo, o assassínio em massa de homens e mulheres insignificantes tem maior valor noticioso do que os mais celebrados ou simbólicos alvos para as suas bombas” (HOBSBAWM, 2008: 121).

O terrorismo aparece como um contra-poder, mas também pretende o poder e tem por objectivo desestabilizar e desgastar o poder desafiante, no caso o Estado de Israel. Mas, para isso, este terrorismo necessita de mobilizar pessoas e chamar a atenção da opinião pública, deflagrando uma guerra psicológica contra o seu oponente. Pode ser considerada, talvez, uma guerra não convencional, mas não se pode descartar o carácter político-religioso que estes grupos possuem e que, em regra, se recusam a negociar e aceitar as determinações legais de qualquer instância de poderes competentes para tal, desde que não sejam islâmicas.

A posição de um Estado e de grupos não-estatais, cada vez mais radicais, implicam não só no confronto armado, mas fazem germinar a incapacidade de entendimento que se reflecte nas mesas de negociações, nas quais os integrantes destes grupos normalmente não participam, mas os seus países ou países simpatizantes que, embora se tenham mantido fora do confronto directo, parecem assumir a postura não de uma representação neutra, mas uma postura mesmo que discretamente, de representar os interesses de tais grupos e a abordagem do conflito não passa a ser pautada pela neutralidade e colaboração necessárias para se chegar ao entendimento e a um verdadeiro acordo de paz.

Desenvolve-se, como pano de fundo do conflito, a cultura da violência. A intolerância e a não aceitação de ambas as partes juntam-se à disputa territorial e constituem elementos essenciais no desenvolvimento do conflito e a relação pacífica entre os dois povos obscurece frente aos confrontos armados e as ameaças que abalam a

segurança e integridade humana e compromete o quotidiano dos cidadãos israelitas e palestinianos.

As próprias infra-estruturas económicas e políticas sofrem com as tensões e tornam-se desgastadas, dado que as tensões entre os dois povos não cessam e, dia após dia, parecem aumentar e ganhar novo fôlego e, conseqüentemente, acaba por atingir a infra-estrutura palestiniana já tão fragilizada, que se torna uma porta aberta para mais miséria, opressão, violência, desencorajando parte da população de lutar pelo entendimento e pela paz através do diálogo aberto e sem subterfúgios.

Quanto mais os grupos terroristas ampliam as suas acções, mais Israel radicaliza não só os ataques defensivos, mas também a adopção de medidas restritivas que evidenciam, não só uma barreira anti-terrorista, mas uma concepção de Estado, cujas medidas visam concretizar a inviabilidade de um Estado palestiniano.

Isto também pode ser verificado na intransigência de Israel em não aceitar a população palestiniana e destruir as infra-estruturas deste Estado embrionário, o que compromete a sua economia e instaura o conseqüente definhamento económico e social e a possibilidade de um Estado Palestino independente. Talvez, o maior terror, para Israel, seja o estabelecimento de um Estado palestiniano realmente independente.

“A contradição entre anseio de Israel por segurança e a esperança do povo palestino de ‘libertar as terras conquistadas’ não pode ser resolvida simplesmente pela geografia. Israel precisa de profundidade estratégica, e os palestinos reivindicam exatamente o mesmo território que é necessário para garantir a profundidade estratégica de Israel. Aos olhos israelenses, o mapa de seu país parece um corpo anoréxico: alto e de quadris estreitos. Quadris estreitos fraturam-se com um ataque repentino, bem organizado. Portanto, a oposição de Israel à criação de um Estado palestino é uma consequência direta desse medo. Mesmo que os palestinos aceitem que seu Estado não tenha um exército ou armas, quem garante que um exército palestino não venha a ser mobilizado mais tarde para acampar diante dos portões de Jerusalém e dos acessos às planícies? E se o Estado da Palestina não dispusesse de armas, como poderia impedir atos de terror cometidos por extremistas, fundamentalistas ou irredentistas?” (PERES, 1994: 213-214).

Israel antecipa uma situação, como podemos observar através das palavras de Shimon Peres, acima transcritas. É neste sentido que o país tem orientado a sua política

visando a defesa e manutenção do Estado a qualquer custo, mesmo que para isso tenha que recorrer a métodos violentos e discriminatórios, que constituem uma verdadeira exclusão da população palestina, ao tempo que desrespeita os princípios dos Direitos Humanos, fazendo prevalecer a lei do mais forte numa política autoritária em relação ao outro, na medida que cria barreiras para impedir que o povo palestino também tenha o direito de ter o seu Estado, a sua Pátria.

Todo o Estado tem o direito de defender-se, mas não tem direito de impedir a existência de um outro Estado apenas baseando-se no desejo de manter a ordem territorial vigente, em detrimento de outrem e em supostas ameaças de destruição por parte de um Estado que, na verdade, ainda não existe de facto.

Enquanto isso, milhares de pessoas, israelitas e palestinas, ficam expostas à violência de toda natureza e a uma política voltada para a manutenção de um poder que tem contribuído para agravar o conflito através do estímulo à resistência armada cada vez mais forte e feroz, o que acaba por provocar o choque entre os valores culturais, éticos e morais de ambos os povos.

Embora não tenha justificativas para actos terroristas, a acção política de Israel tem alimentado esta situação na medida em que impõe obstáculos, barreiras físicas e económicas, exclui, discrimina e humilha os palestinos. A luta incansável de Israel dá-se no sentido de assegurar o controlo da região, ao mesmo tempo que amplia medidas de segurança que, na verdade, têm efeitos apenas a curto prazo. Muitas vezes, também utiliza manobras políticas e propagandísticas para inverter os papéis e passar de dominador a vítima. Sempre que necessário, recorre ao Holocausto para se auto-justificar e, com este mesmo argumento, tenta inibir a crítica e, quem ousa fazê-la, é taxado de anti-semitismo.

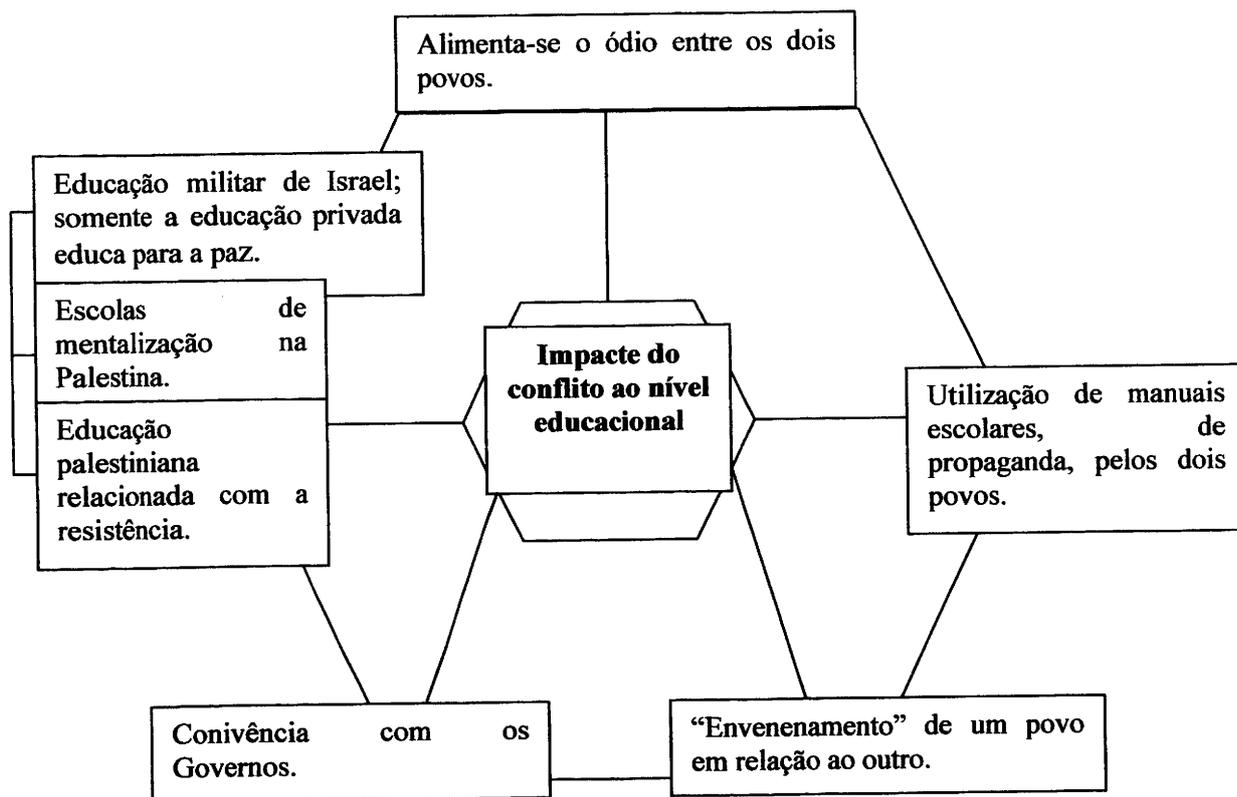
Se os atentados suicidas constituem o modo de agir das resistências palestinas, estes têm uma via de mão dupla, ou seja, é a resistência palestina que, em simultâneo, constitui o argumento para a auto-defesa para Israel. Isto torna-se mais complexo ainda quando países como o Irão e a Síria tomam a iniciativa de apoiar e financiar grupos terroristas contra Israel.

Neste caso, o envolvimento de outros países, tradicionalmente com políticas centralizadas e de forte ideologia islâmica, fazem com que o espectro de um rival radical possa ser ainda mais aviltante e torna-se mais acirrada a empreitada de preparativos de contra-ataques que passam a ser pensados não somente na perspectiva de enfrentamento de um Estado contra grupos não-estatais e com poucos recursos, mas

como grupos que se armam com o financiamento de outros Estados, também politicamente legalizados.

As ameaças de alguns Estados árabes concretizam-se na prática de grupos terroristas, que ampliam a escalada de violência e travam as possibilidades de paz, não respeitam leis nem determinações, mas só levam em consideração a própria ideologia e perspectiva do conflito, reforçadas pelo apoio que recebem dos seus financiadores. “Os autênticos párias do Direito Internacional serão aqueles Estados que apoiam, financiam ou servem de santuário a estes grupos terroristas, e destes Estados existem no Médio Oriente” (BERMEJO, 2002: 202)<sup>25</sup>.

Tendo por base as informações recolhidas junto dos nossos entrevistados, passamos a apresentar a figura 4, que sistematiza os principais impactes do conflito no meio educacional.



Fonte: Entrevistas

Figura 4 – Impacte do conflito ao nível educacional

<sup>25</sup> “Los auténticos parias del Derecho internacional serán aquellos Estados que apoyan, financian o sirven de santuario a estos grupos terroristas, y de estos Estados algunos hay en el Medio Oriente.”

Ambos os lados valem-se da propaganda agressiva contra o adversário e a educação passa a ser mais um veículo que dissemina a rejeição de um povo em relação ao outro, principalmente nas escolas públicas. Segundo um dos nossos entrevistados, “do lado israelita, um pequeno oásis, chama-se mesmo *Neve Shalom*, Oásis da Paz, é uma espécie de aldeamento, onde vivem israelitas e palestinos lado a lado, constroem lá as suas casas e os filhos vão em conjunto para uma escola comum. E um dos princípios básicos é, cada um aprende a linguagem do outro e aprende sobre a cultura do outro.[...] em Gaza, desde miúdos o que é visto é muitos dos programas educacionais desenvolvem-se à volta da demonização do outro” (Entrevista 5).

Na perspectiva de impor o terror para causar o medo e o enfraquecimento do adversário, quem mais sofre é a população de ambos os lados que, à margem de tudo isto, se vê destituída de qualquer poder para decidir sobre a condução do conflito ou sobre a própria vida. O descalabro tem-se instalado no meio social e económico, onde as esperanças de um porvir melhor estão obstruídas pelo medo, insegurança e terror vividos no quotidiano.

Segundo Romualdo Bermejo, aquilo que os judeus reprovam nos palestinos são as seguintes atitudes: “institucionalizar um sentimento anti-israelita e anti-judeu, não deter os terroristas; a falta de controlo das armas ilegais; conduzir operações violentas; permitir ataques terroristas sobre civis israelitas e, por último, a reprovação que tem violado a sua renúncia ao terrorismo, o que tem corroído significativamente a confiança entre as partes” (BERMEJO, 2002: 171)<sup>26</sup>.

O não-cumprimento dos acordos estabelecidos tem sido quase uma constante entre ambos os povos. Os palestinos continuam com os ataques terroristas, embora esta questão tenha sido condenada pela ONU e, ao mesmo tempo, Israel também permanece nos Territórios Ocupados, tendo construído o *muro da separação*, que também sofreu condenação por parte da ONU.

Para um dos nossos entrevistados, “basta uma pequena tensão que se quebra logo a paz. Portanto, acontece que há interesses, há um certo interesse [...] Ao ver uma reacção negativa quebra-se o acordo de paz. Basta um pequeno ataque, basta que uma

---

<sup>26</sup> “institucionalizar un sentimiento anti-israelí y antijudío; no detener a los terroristas; la falta de control de las armas ilegales; conducir operaciones violentas; permitir ataques terroristas sobre civiles israelíes y, por último, le reprocha que ha violado su renuncia al terrorismo, lo que ha erosionado significativamente la confianza entre las partes.”

pessoa que seja manipulada cometer um ataque suicida, nem sequer foi enviado por algum partido, é o suficiente [...] há de ambas as partes pessoas que não querem, porque aquilo é nosso” (Entrevista 8).

O desrespeito pelas determinações da ONU foi-se efectuando tanto por Israel quanto pelos palestinianos, agravando mais o conflito. Não é segredo que os Direitos Humanos têm sido violados por Israel e não é mentira o facto de que, desde criança, é incentivado o ódio de um povo contra o outro. Tem havido uma transmissão de ódios através de gerações e, para isso, os palestinianos também se valem dos meios de educação formais.

É comum ouvirmos falar em assassinatos de crianças em decorrência do conflito, mas pouco ou nada se fala que estas mesmas crianças estão a ser educadas numa cultura do ódio e preparadas para o combate, para serem bombistas, o que constitui o gérmen para a continuidade do conflito, uma vez que esta perspectiva de luta e de vida com base numa religiosidade se insere no tecido social e cultural mediante a concepção de um martírio que garante o Paraíso no Céu, a ascensão social e *status* na terra para a família do suicida.

Israel é intolerante com os palestinianos e estes, por sua vez, também não escondem a sua rejeição pelos judeus. Através da ideologia islâmica, fortalecem e procuram disseminar este sentimento numa “propaganda anti-judaica que se leva a cabo nos meios oficiais palestinianos e no sistema educativo” (BERMEJO, 2002: 90)<sup>27</sup>.

Trata-se de manobras adoptadas no sentido de não se estabelecer a paz, mas de fortalecer os ânimos entre as partes envolvidas no conflito para se manter a ordem vigente de um lado e do outro, para se resistir ao opressor. A guerra sai dos campos de batalha e adentra os meios onde a sociedade está inserida. A propaganda negativa de um povo contra o outro não é algo estranho à nossa realidade. Cada lado procura conciliar-se e ganhar apoio do mundo ao mostrar os seus mortos e feridos do presente e do passado, que precisam de ser referendados pela opinião pública mundial.

A guerra de propaganda acaba por beneficiar ora um ora outro dos contendores e parece que quem leva mais vantagem é aquele que tem o maior número de vítimas. Neste caso, por se tratar de forças bélicas desiguais, há mais palestinianos mortos, o que leva Israel a adoptar estratégias e planos, que visam camuflar as verdadeiras intenções para evitar que este Estado se exponha diante da opinião pública.

---

<sup>27</sup> “propaganda antijudía que se lleva a cabo en los medios oficiales palestinos y en el sistema educativo.”

No ano 2000, durante a Intifada, Israel adoptou a “política de ferimentos” de modo que os disparos que atingiram muitos palestinianos não visavam auto-defesa, mas almejavam tornar estas pessoas incapacitadas. “Por conseguinte, unidades israelitas especialmente treinadas disparam de forma calculada para causar incapacidade, mantendo simultaneamente baixas as estatísticas de Palestinos mortos” (REINHART, 2004: 108).

Quando os meios de comunicação social divulgam o número de mortos, deveriam também estar alertas para o número de pessoas que morrem algum tempo depois, vítimas de ferimentos graves ou por falta de tratamento adequado. Como é sabido, a Palestina não dispõe de recursos suficientes e adequados para cuidar dos seus doentes e feridos. Eles possuem meios hospitalares precários, pelo que se torna inviável atender os pacientes de modo satisfatório em ordem a garantir a vida da sua população.

Na lista de mortos e feridos também não fazem parte pessoas que foram usadas como escudos humanos tanto por Israel quanto pelo Hamas. Segundo Tanya Reinhart, que cita o resumo do director do Palestinian-American Research Center (Centro de Investigação Palestino-Americano), Mouin Rabbani, a respeito de Abril de 2002, diz-nos:

“Como foi confirmado por soldados israelitas em relatos da imprensa, não combatentes palestinianos foram usados como escudos humanos, forçados a bater às portas, abrir embrulhos suspeitos e até mesmo a ser utilizados em operações de combate” (REINHART, 2004: 142).

Por outro lado, o Hamas também não dispensa o uso de civis nas suas táticas de guerra e isto pode ficar comprovado segundo a *Folha Online*, onde a Amnistia Internacional denuncia este tipo de atitude adoptada tanto por Israel quanto pelo Hamas, no último confronto que se deu, entre Dezembro de 2008 a Janeiro de 2009. O jornal declara:

“A Anistia Internacional (AI) acusou nesta quinta-feira tanto os soldados israelenses quanto os combatentes do grupo radical islâmico Hamas de colocarem em risco a vida da população civil palestina, com práticas ‘nas quais se inclui seu uso como escudo humano’” (FOLHA ONLINE, 2009, versão disponível online em 23-05-2009).

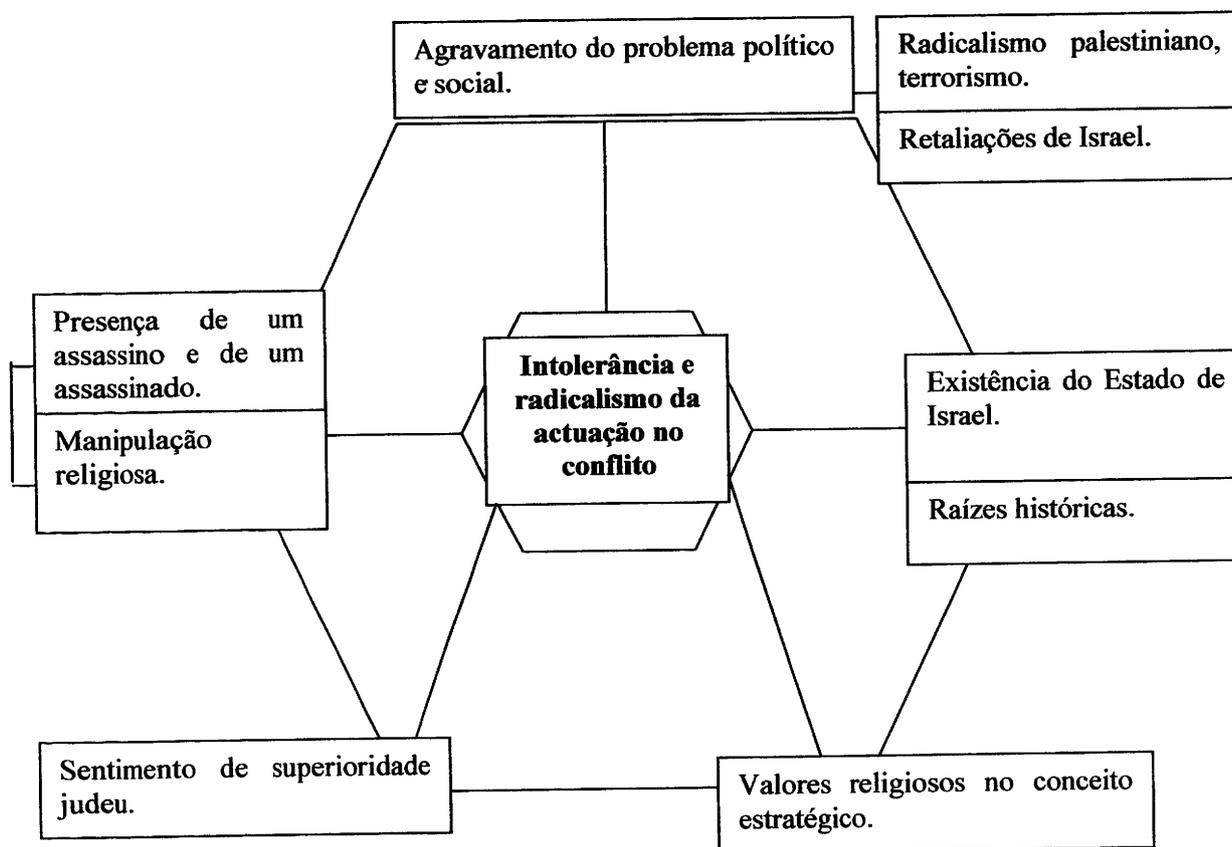
Pode verificar-se a falta de complacência para com civis e inocentes que, inevitavelmente, não conseguem proteger-se da violência instalada na região e que são usados para dar cobertura aos algozes do conflito. Torna-se difícil pensarmos que estes civis não têm possibilidades de se negarem a expor as suas próprias vidas, mais do que já se expõem no dia-a-dia, pois também são vítimas de ameaças e não lhes resta senão ceder à partes que comandam o conflito.

É na tentativa de uma resistência inabalável que a exposição de seres humanos se torna a vanguarda de uma luta que procura, através da violência, salvaguardar a possibilidade de que as terras perdidas para Israel voltem às mãos dos palestinianos. Porém, é nesta incansável busca pela posse da terra que vai deflagrando a lastimável proposta de vigilância e batalha com o objectivo de resgatar a moral perdida e libertar-se do estigma da humilhação perante a falta de piedade e ética que tem permeado o conflito.

Diante do panorama conflituoso que aflige o Médio Oriente, têm-se dado de modo brusco e violento os embates que se renovam quanto às diferentes maneiras de actuação dos oponentes nesta guerra que, muitas vezes, nos fere pelo tipo de confrontos que parecem ser intermináveis.

O que temos visto é que, a cada medida de acção e reacção, mais aumenta a violência e o dia-a-dia parece repleto de incertezas diante da perspectiva de paz que se encontra impossibilitada pelos diversos obstáculos que se põem através de visíveis intolerâncias que acabam por culminar em ataques e contra-ataques cada vez mais violentos e posteriormente, pela falta de neutralidade daqueles que poderiam tentar pôr nas mesas de negociações, pontos essenciais para ambas as partes, em ordem a colocar um fim definitivo ao conflito.

Passamos, com base nas informações recolhidas junto dos nossos entrevistados, a apresentar a figura 5, que sistematiza a intolerância e o radicalismo da actuação no conflito.



Fonte: Entrevistas

Figura 5 – Intolerância e radicalismo na actuação no conflito

A intolerância não é algo recente entre os dois povos e, à medida que o conflito se prolongou, ela tornou-se mais evidente e mais violenta quanto ao modo de actuação, tendo chegado ao extremo nas duas sociedades. Segundo dois dos nossos entrevistados

“A intolerância reside sobretudo na diferença política do estabelecimento do Estado de Israel em terras que os palestinianos consideram suas há muitos séculos” (Entrevista 10);

“Porque há um assassino e um assassinado. Portanto, se nós olharmos ao número dos mortos dos palestinianos e ao número dos mortos dos judeus não há uma comparação entre palestinianos e israelitas” (Entrevista 2).

## **CAPÍTULO V**

### **Tratados de paz, obstáculos para a paz e principais intervenientes**

### **5.1. Os diversos tratados de paz**

As raízes do conflito israelo-palestiniano remontam ao final da I Guerra Mundial e ao fim do Império Turco-Otomano. O mandato britânico estendeu-se sobre o território palestino até 1947. Neste período, o Reino Unido abriu mão do seu mandato e passou o problema para a ONU que, nesse mesmo ano, através da Resolução 181, criou dois Estados na região, isto é, o Estado de Israel e o Estado da Palestina, segundo proposta dos EUA e da URSS. Porém, o território foi dividido de maneira desproporcional, ou seja, o número de palestinos, que superava a casa de um milhão, ficou com a parcela menor do território, que correspondia a 43% da área total, enquanto Israel, que tinha cem mil judeus, ficou com uma área de 57% do território. Os árabes não aceitaram tal proposta.

Quando, em 1948, as tropas britânicas se retiraram do território, Israel proclamou a sua Independência e, a partir desse momento, lançaram-se as sementes do actual conflito. A não aceitação e o não reconhecimento do Estado de Israel pela Liga dos Estados Árabes, composta pelo Egipto, Síria, Líbano e Jordânia, foi o ponto crucial para o primeiro conflito israelo-árabe nos anos de 1948 e 1949. Na sequência das derrotas árabes em todas as guerras travadas contra Israel, este anexou terras árabes e estendeu os seus domínios sobre 77% do território palestino. O restante da Palestina foi dividido entre o Egipto e a Jordânia, sendo que o primeiro ocupou a Faixa de Gaza e o segundo anexou a Cisjordânia. Estes territórios, e Jerusalém Ocidental, passaram para as mãos de Israel em 1967, no decurso da Guerra dos Seis Dias.

Em 1949, o armistício que assinalou o fim da guerra deixou mais uma semente que germinaria no decorrer do tempo, visto que Israel não só venceu a guerra, mas anexou mais terras ao seu território, acabando por provocar uma grande leva de refugiados que se espalharam pelos países vizinhos. Israel delimitou as suas fronteiras e, pouco tempo após a independência, teve o seu território em expansão. A partir daí passou a exercer a sua vontade e determinação para lutar e garantir os seus interesses na região.

Para além dos territórios ocupados e anexados em virtude da guerra, ocorreu a fuga de milhares de palestinos, que perderam as suas casas e terras e passaram a

integrar a população refugiada. Este facto também veio alimentar os conflitos futuros que culminaram em mais quatro guerras, duas Intifadas e vários confrontos armados que chegaram à actualidade. Porém, a questão dos refugiados continua patente até aos dias de hoje, apesar de a questão já ter sido posta na mesa das negociações e de acordos terem sido firmados para a resolução do problema.

Os anos que se seguiram ao conflito de 1948/1949 foram marcados por acontecimentos imperativos em termos históricos, tais como a criação da OLP, actos terroristas, sequestros de aviões e de judeus e combate por parte de Israel aos guerrilheiros da OLP, problemas que levaram à invasão do Líbano, em 1978. Como consequência, a ONU, nas Resoluções 225 e 226 determinou a retirada das forças militares israelitas do Sul do Líbano, o que veio acontecer apenas parcialmente, pois Israel deixou, em seu lugar, uma milícia libanesa pró-Israel.

A paz definitiva não aconteceu pois, em 1982, Israel invadiu novamente o Líbano e expulsou a OLP daquele país, deixando registado na história do conflito, o massacre nos campos de refugiados palestinianos de Sabra e Shatila, anteriormente já comentado.

Neste mesmo ano de 1978, foi estabelecido o acordo de Camp David, cujo anfitrião foi o então presidente dos EUA, James Carter. O acordo foi assinado em 1979 pelo presidente do Egipto, Anwar al-Sadat, e pelo primeiro-ministro de Israel, Menachem Begin. Tratava-se da negociação da paz entre os dois países em que os demais países árabes não participaram. Neste sentido, abriu-se espaço para a revolta árabe contra o Egipto, que foi expulso da Liga dos Estados Árabes, tendo conseguido uma aproximação aos EUA e beneficiado de ajuda financeira norte-americana, mas que não serviu para aplacar o ódio árabe e levou ao assassinato de Anwar al-Sadat, em 1981, por um extremista dos Irmãos Muçulmanos.

Há trinta anos que este acordo de paz foi celebrado e, apesar da oposição árabe, Israel foi pela primeira vez reconhecido como Estado por um país árabe. O Egipto foi ostracizado pelos árabes e apenas a Jordânia seguiu o exemplo e assinou um tratado de paz com Israel, em 1994. Mas, num contexto geral, estes dois primeiros tratados de paz não significaram o fim da instabilidade na região. No entanto, o acordo de Camp David abriu a possibilidade de uma possível paz entre árabes e judeus, que culminou no tratado com a Jordânia, celebrado em Oslo.

Embora nenhum dos tratados de paz tenha sido suficiente para desmilitarizar a região e pôr um fim definitivo ao conflito há mostras, como no caso acima mencionado, de que é possível um entendimento entre os dois povos quando há boa vontade para negociar e trocar as armas pelo diálogo, encetando a luta puramente política.

Infelizmente, os acordos assinados até hoje não têm sido pautados por um entendimento e satisfação bilateral, o que tem culminado em mais revoltas e animosidades, principalmente entre os palestinianos que reivindicam os seus direitos, que não têm sido totalmente atendidos nas mesas de negociações, o que tem permitido o rompimento e o não cumprimento de várias resoluções e acordos até hoje assinados.

Conforme diz um dos nossos entrevistados, “sempre que havia uma coisa por cumprir, Israel arranjava uma desculpa, fomentava qualquer coisa, e obrigava-os a fazer actos terroristas” (Entrevista 4), negando-se, depois, a cumprir os acordos.

Em 1991, enquanto ainda decorria a Primeira Intifada, reuniram-se, em Madrid, os representantes de Israel, do Egipto, uma delegação jordano-palestiniana e representantes de outros países como observadores, numa conferência internacional de paz que se seguiu após a guerra do Golfo, e teve como anfitrião o ex-primeiro-ministro espanhol, Felipe González. Nesta conferência foram tratadas de questões sobre a região e questões específicas a judeus e a árabes.

A Conferência de Madrid, que foi co-patrocinada pelos EUA e pela URSS, teve como princípio a troca “paz por território”, com o propósito de trabalhar com o objectivo de se estabelecerem as bases para futuras negociações bilaterais.

No decorrer da conferência foi colocado um obstáculo por Israel e pelos EUA, ao não permitirem a participação directa de uma delegação palestiniana e da OLP, que tiveram que participar conjuntamente com os representantes da Jordânia. Após o término da conferência, em Novembro de 1991, há-de destacar-se um ponto positivo, isto é, tornaram-se possíveis conversações bilaterais entre Israel e os países árabes e uma conversa em separado com os palestinianos.

Em 1992, estes países estiveram reunidos em Moscovo para conversações multilaterais, sob o patrocínio dos EUA e da ex-URSS, com a participação da ONU para conversações multilaterais. Infelizmente, com o passar do tempo, as conversações bilaterais pareceram esfriar em relação às questões referentes à política e

segurança. Mas, secretamente, Israel e a OLP estavam reunidos na Noruega para conversações que posteriormente permitiram os Acordos de Oslo.

Os Acordos de Oslo permitiram o surgimento de vários acordos posteriores, como o Acordo de Gaza-Jericó ou Acordo do Cairo, de 1994, que Israel e a OLP assinaram e no qual se comprometeram com a autonomia da Faixa de Gaza e Jericó e com a retirada das IDF dos Territórios Ocupados.

Em 1994, após três anos de conversações que seguiram à Conferência de Madrid, o rei Hussein da Jordânia e Yitzhak Rabin, então primeiro-ministro de Israel, assinaram um tratado de paz. Foi estabelecido o segundo acordo de paz entre Israel e um país árabe, onde o desejo de acordo ficou manifesto pelo rei Hussein e, como testemunha do mesmo, esteve presente o presidente dos EUA, Bill Clinton.

O acordo marcou não só o fim do estado de guerra entre os dois Estados, mas também a normalização das relações entre ambos. No ano seguinte, foi estabelecido um novo acordo em Washington. Este acordo teve, como base, os protocolos de Oslo, em que o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin e Yasser Arafat, presidente da OLP, assinaram acordos e comprometeram-se a estabelecer a paz na região.

Estes acordos previam o fim dos conflitos e as negociações sobre os Territórios Ocupados e a saída de Israel do Sul do Líbano, bem como a questão do *status* de Jerusalém. O mediador destes acordos foi o presidente Bill Clinton e as conversações foram iniciadas pelo presidente da Noruega, que manteve uma posição de neutralidade.

O Acordo de Taba, ou Oslo II, cuidou de negociações complexas ao tratar do futuro da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Este acordo foi assinado em Taba. Através dele os palestinos recuperaram a cidade de Hebron. Durante todo o processo de Oslo surgiu a esperança de um cessar-fogo definitivo entre israelitas e palestinos e a possibilidade de se estabelecer uma paz duradoura na região, mas os acontecimentos que se seguiram a Oslo não permitiram avanços significativos nos tratados de paz e, de certo modo, abriram um fosso que permitiu a retomada das rivalidades entre os dois povos em níveis mais elevados.

“O Acordo II de Oslo assentou as bases para a criação da Autoridade Provisória Palestina, mais tarde conhecida como Autoridade Nacional Palestina (ANP), e parecia indicar que se poderia estar a preparar uma retirada paulatina das forças

militares israelitas, o desmantelamento dos assentamentos, um Estado palestino viável e uma paz estável; mas aquela impressão era uma ilusão. Nos Acordos II de Oslo não se mencionava explicitamente a retirada de nenhum assentamento; toda a questão se postergou (como sempre) para as conversações sobre um ‘status permanente’ que nunca tiveram lugar. De facto, a malha de assentamentos cresceu rapidamente, sem muitas confusões, durante o mandato de Rabin, e continuou a expandir-se no dos primeiros-ministros trabalhistas Shimon Peres e Ehud Barak, assim como com Benjamin Netanyahu, do Likud, duplicando pelo menos sua população durante a década de 1990” (TILLEY, 2007: 56)<sup>28</sup>.

A base dos protocolos de Oslo “especificava melhor as iniciativas israelitas com vista a uma parcial retirada dos territórios ocupados e Yitzhak Rabin, quem negociou em 1993 e quem parecia ter vontade política para as negociações, acabou por pagar um preço muito elevado devido a sua iniciativa de negociação com os palestinianos. Pois, Rabin pagou com a vida o seu projecto, sendo assassinado por um extremista judeu em Novembro de 1995. Não obstante as boas intenções de Peres, que lhe sucedeu como primeiro-ministro, o processo de paz acabou por ir ao encontro de um abrandamento e de uma involução, até porque a exasperação estava a conduzir lentamente os palestinianos a uma viragem no sentido do terrorismo” (CAMPANINI, 2007: 204).

O Hamas não aceitou os termos do Tratado de Oslo e negou-se a reconhecer o Estado de Israel, ao contrário da OLP que, em 1993, reconheceu Israel como Estado e aceitou a Resolução 242, do Conselho de Segurança da ONU, segundo a qual se comprometia a renunciar ao terrorismo; em contrapartida, Israel reconheceu a OLP.

Os extremistas do Hamas tinham cada vez mais ouvintes junto da população e a OLP estava desacreditada, pelo menos, parcialmente. Yasser Arafat continuava a ser, indiscutivelmente, o chefe da resistência palestiniana, mas muitos começavam a

---

<sup>28</sup> El acuerdo II de Oslo de 1995 sentó las bases para la creación de la Autoridad Provisional Palestina, más tarde conocida como Autoridad Nacional Palestina (ANP), y parecía indicar que se pudiera estar preparando una retirada paulatina de las fuerzas militares israelíes, el desmantelamiento de los asentamientos, un Estado palestino viable y una paz estable; pero aquella impresión era una ilusión. En los Acuerdos II de Oslo no se mencionaba explícitamente la retirada de ningún asentamiento; toda la cuestión se posponía (como siempre) a conversaciones sobre un ‘estatus permanente’ que nunca han tenido lugar. De hecho la malla de asentamientos creció rápidamente, sin muchas alharacas, durante el mandato de Rabin, y siguió expandiéndose bajo los primeros ministros laboristas Shimon Peres y Ehud Barak, así como con Benjamin Netanyahu, del Likud, duplicando cuando menos su población durante la década de 1990.”

acreditar que somente uma “viragem islâmica” permitiria à Palestina chegar à independência.

Os atentados organizados pelo Hamas contra os judeus aumentaram substancialmente e o mundo presenciou a explosão de bombas sobre alvos judeus. Isto foi o início de ações suicidas que “a longo prazo prejudicaram não só os palestinos, cujas reivindicações se ofuscaram perante a opinião pública internacional, mas também o próprio partido trabalhista israelita que em 1996 perdeu as eleições” (CAMPANINI, 2007: 204).

A resistência protagonizada pelo Hamas permitiu que este chegasse ao poder em 1996, pela via democrática, o que, ao princípio, pareceu surpreendente. Neste sentido, a eleição do Hamas surgiu como mais um obstáculo para as negociações de paz, uma vez que Israel se nega a negociar com grupos que considera terroristas e que são uma ameaça à sua segurança e, por outro lado, o Hamas recusa-se a reconhecer o Estado de Israel.

Em 1998, as negociações passaram a ser realizadas entre Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu no chamado Acordo de Wye River, mais uma vez sob o patrocínio de Bill Clinton. O acordo visava retomar as negociações e adoptar as decisões tomadas durante o Acordo de Oslo II, que tinham sido interrompidas. Este acordo teve como ponto importante as negociações sobre a situação final dos territórios palestinianos.

O ano de 1998 não foi decisivo em relação às negociações, o que implicou a existência de um segundo acordo para tratar das questões suscitadas pelo acordo de Wye River. Surgiu, então, o Acordo Wye River II, assinado em Sharm-al-Sheikh, em 1999, e que contou com a presença do rei Abdullah, da Jordânia, Madeleine Albright, então secretária de Estado dos EUA e de Muhammad Hosni Said Mubarak, presidente do Egipto.

Em 1998 ficou acertado, através do Acordo de Wye River, que Israel procederia à retirada das suas tropas do território da Cisjordânia, que passaria a ficar sob controlo palestiniano. A retirada das tropas israelitas dar-se-ia em conformidade com o estabelecido, ou seja, os palestinianos teriam que fazer a sua parte no acordo comprometendo-se a combater o terrorismo, estarem vigilantes e punirem as pessoas envolvidas com o terrorismo e, também, a fazer o controlo e a apreensão de armas ilegais. Mediante o cumprimento de tais medidas por parte dos palestinianos, Israel iria fazer a retirada gradual das suas tropas.

Antes do Acordo de Wye River II, houve uma série de acontecimentos como a morte do rei da Jordânia, Hussein, que trabalhou no processo do estabelecimento da paz entre Israel e os países árabes e a antecipação das eleições em Israel, que levou Ehud Barak a primeiro-ministro daquele país, o que configurou a derrota de Benjamin Netanyahu e marcou o fim do Governo de coligação, em Israel, enfraquecido pela tentativa de pôr em prática as medidas do Acordo de Wye River, que posteriormente caiu num estado letárgico e só foi retomado em Setembro de 1999.

Com Ehud Barak como primeiro-ministro, as negociações foram retomadas e, juntamente com Yasser Arafat, procuraram chegar a um consenso do que foi estabelecido no Acordo Wye River, e que consistia na retirada das tropas israelitas da Cisjordânia, bem como o *status* da Autoridade Palestiniana e a devolução de pequena parcela da Cisjordânia, 6,1%, que ficou sob a responsabilidade da administração palestiniana, após dois longos anos de negociações.

No decorrer do ano 2000, reuniram-se em Camp David Ehud Barak e Yasser Arafat. O anfitrião foi, mais uma vez, o presidente dos EUA, Bill Clinton. Uma nova tentativa se fez no sentido de se estabelecerem as directrizes para uma paz verdadeira na região, mas os objectivos opostos e a não disponibilidade de ambas as partes de ceder nos seus propósitos, levou a mais um fracasso e mais uma possibilidade de um acordo de paz ficou frustrada.

O clima passou a ficar cada vez mais tenso diante da situação económica e social em que vivia a população palestiniana, situação que se agravou pela incapacidade de pôr em prática o que havia sido acordado em Oslo. Perderam-se as esperanças de uma perspectiva de paz diante do fracasso de Oslo e a situação agravou-se ainda mais, com a visita de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas, lugar santo para os muçulmanos, que entenderam esta visita como uma provocação e, assim, desencadearam a Segunda Intifada, que marcou os anos de 2000 a 2006 pelo alto grau de violência naquela região.

Em 2002 a situação conflituosa tornou-se caótica e várias iniciativas de paz foram tomadas. Formou-se um grupo internacional de trabalho que tinha por objectivo a reforma palestiniana. Assim, surgiu o chamado Quarteto, formado pelos EUA, pela Rússia, pela UE e pela ONU. O Plano de Paz proposto pelo Quarteto também se denominou *Hoja de Ruta*, uma proposta que seria posta em prática gradativamente e em três etapas que finalizariam em 2005, com a criação do Estado palestiniano.

“Com os fracassados Acordos de Oslo, a Hoja de Ruta estabelecia um processo por etapas baseado ‘no princípio território em troca da paz’ das resoluções 242 e 338’, mas, e aqui está a novidade, também ‘na resolução 1.397 do Conselho de Segurança, assim como nos acordos previamente alcançados pelas partes, e na iniciativa árabe proposta pelo príncipe herdeiro saudita Abdallah e respaldada pela Cimeira Árabe de Beirute.’ Quer dizer: um processo que ofereça aos palestinianos um Estado independente num contexto de plena normalização de relações entre Israel e o mundo árabe. Esta é uma novidade assinalável, tendo em conta que o anterior processo de Oslo estava baseado na ‘ambiguidade construtiva’ segundo a qual não se deveria clarificar nitidamente o objectivo das conversações para evitar o seu fracasso. Apesar de tudo o que foi dito, a Hoja de Ruta deixava a Israel as mãos livres durante três anos para que intensificasse a sua política de factos consumados mediante a qual pretendia modificar a fisionomia dos Territórios Ocupados para que, transcorrido este tempo, fosse completamente impossível a criação de um Estado viável” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 56-57)<sup>29</sup>.

Enquanto os acordos pareciam insuficientes para determinar o caminho da paz, a insatisfação e a insegurança atingia a população dos dois lados, que via as suas expectativas frustradas após cada tentativa de firmar um acordo. É no campo político que as falhas se sucederam e permitiram o reacender cada vez mais violento do conflito. Quando tudo parecia caminhar em direcção de uma solução para a paz, dava-se uma marcha atrás e novamente se desvaneciam todos os projectos de vida e de cidadania pautada pela paz e possibilidade de viver num ambiente mais harmonioso e propício ao desenvolvimento da sociedade.

Em 2001, foi feita uma nova tentativa para se chegar a um acordo entre israelitas e palestinianos. Reunidos em Camp David, Ehud Barak e Yasser Arafat tiveram outra vez como anfitrião Bill Clinton, para tentarem novamente chegar a um acordo

---

<sup>29</sup> “Como en los fracasados Acuerdos de Oslo, la Hoja de Ruta establecía un proceso por etapas basado ‘en el principio ‘territorio a cambio de paz’ de las resoluciones 242 y 338’, pero, y aquí está la novedad, también ‘en la resolución 1.397 del Consejo de Seguridad, así como en los acuerdos previamente alcanzados por las partes, y en la iniciativa árabe propuesta por el príncipe heredero saudí Abdallah y respaldada por la Cumbre Árabe de Beirut.’ Es decir: un proceso que ofrezca a los palestinos un Estado independiente en un contexto de plena normalización de relaciones entre Israel y el mundo árabe. Esta es una novedad reseñable habida cuenta que el anterior proceso de Oslo estaba basado en la ‘ambigüedad constructiva’ según la cual no se debería clarificar nítidamente el objetivo de las conversaciones para evitar su fracaso. A pesar de todo lo dicho, la Hoja de Ruta dejaba a Israel las manos libres durante tres años para que intensificara su política de hechos consumados mediante la cual pretendía modificar la fisionomía de los Territorios Ocupados para que, transcurrido este tiempo, fuese completamente imposible la creación de un Estado viable.”

definitivo. Talvez seja Camp David o local que presenciou a melhor proposta feita por Israel aos palestinos até hoje, em contrapartida, essa proposta israelita também suscitou, e suscita, até aos nossos dias, a desconfiança sobre o que estaria por detrás da proposta de Ehud Barak. “A proposta de Barak em Camp David baseava-se num documento conhecido como os entendimentos Beilin-Abu Mazen” (REINHART, 2004: 27).

Em 2000, Ehud Barak levou para a mesa das negociações o plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e que também reconhecia o Estado palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi melhorado por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para a quase totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias.

À primeira vista, esta foi uma proposta que parecia pôr um fim definitivo no conflito, mas Yasser Arafat recusou-se a entrar em acordo com Ehud Barak e submeteu a proposta israelita a uma consulta da população palestina que a rejeitou, uma vez que desejava a totalidade do território de antes da Guerra dos Seis Dias. Para Romualdo Bermejo, a recusa de Arafat foi “um grande erro histórico” (BERMEJO, 2002: 123)<sup>30</sup>. Perdeu-se a possibilidade de ter um Estado palestino, cujas fronteiras seriam demarcadas praticamente nos limites originários e ainda, não enfrentaria a recusa do Estado de Israel em reconhecer o Estado da Palestina.

Conforme um dos nossos entrevistados declarou, a percentagem do território que Israel ofereceu aos palestinos era ainda maior, isto é, “são 97%. Nos últimos meses de 2000, ocorreu uma série de negociações em Taba. Arafat também recusou os 97%. Arafat disse que não poderia aceitar porque o mundo árabe não aceitava e queria 100% do território. Pensamos até hoje que Arafat não era um líder da paz, mas queria ser um líder da ideologia. Para Arafat, era mais importante a ideologia do Movimento Palestino para a libertação dos palestinos do que buscar uma solução. O líder deve tomar decisões complicadas e Arafat não queria” (Entrevista 1).

Para muitos estudiosos, também foi a intransigência de Yasser Arafat que não permitiu chegar ao acordo e estabelecer uma paz definitiva mas, ao mesmo tempo, há aqueles, e não são poucos, que duvidam da boa intenção de Ehud Barak e apontam para

---

<sup>30</sup> “un gran error histórico”.

situações obscuras desta proposta, que ocultaram o verdadeiro objectivo por parte de Israel. Na verdade, há muitas controvérsias e um certo mistério deixa no ar o que realmente fez Arafat recusar uma proposta que parecia tão generosa para o seu povo.

“O ponto de viragem crucial em Camp David consistiu na exigência de Barak de que as partes assinassem um ‘acordo final’ acompanhado por uma declaração palestina de um ‘fim do conflito.’ Se os Palestinos tivessem assinado uma tal declaração, teriam perdido toda a base legal para futuras reclamações baseadas nas resoluções da ONU” (REINHART, 2004: 31).

Neste sentido, a autora continua a dizer o seguinte:

“Até ao momento, a base legal vinculadora para as negociações é constituída pelas resoluções da ONU – especialmente a Resolução 242, aprovada em 22 de Novembro de 1967, que requer a ‘retirada das forças armadas israelitas dos territórios ocupados no conflito recente’, mas também a Resolução 194, de 11 de Dezembro de 1948, relativa ao direito de regresso dos refugiados palestinos, bem como outras resoluções aprovadas ao longo dos anos. Se os Palestinos declararem um ‘fim do conflito’ e assinarem um acordo final tal como exigiu Barak, então, formalmente, este novo acordo é que será legalmente vinculativo no futuro e as resoluções anteriores da ONU serão anuladas” (REINHART, 2004: 31-32).

Diante de tal proposta, Yasser Arafat levou ao conhecimento do seu povo e o plano foi rejeitado. Arafat saiu como responsável por não se chegar a um acordo definitivo em Camp David, mas não podemos deixar de nos questionarmos sobre o porquê de questões tão importantes como o retorno dos refugiados, a que se remete a Resolução 194, não terem sido previamente pensadas e discutidas para que não ficassem à margem do acordo.

Assim, talvez pudéssemos ter uma ideia mais clara do que realmente Ehud Barak pretendia, pois os refugiados são um grande problema a ser resolvido e não se trata de um problema de menor monta, mas que se refere à constituição de uma sociedade que tem o direito à liberdade e de se estabelecer na sua terra de origem, assim como os judeus passaram muitos anos a lutar para retornar à sua terra.

“O único facto incontestável sobre as ofertas de Barak em Camp David é a sua proposta de que os grandes blocos de colonatos – nos quais estão concentrados 150000 colonos – sejam anexados a Israel no acordo final. No Plano Beilin-Abu Mazen, apenas os próprios colonatos seriam anexados a Israel, o que se conseguiria através da elaboração de um mapa tortuoso que circunscreve estes colonatos sem incluir quaisquer terras onde viviam palestinos. A estratégia de Israel ao optar por esta via era evitar a necessidade de conceder a quaisquer palestinos a cidadania israelita e os direitos sociais inerentes, tais como os cuidados de saúde ou o direito de voto. Contudo, isso não bastava a Barak, que ‘endireitou’ os mapas, expandindo assim as áreas a serem anexadas. A anexação proposta em Camp David inclui também as áreas entre os colonatos, contendo aproximadamente 120000 residentes palestinos. A solução de Barak para o ‘problema da cidadania’ não era a cidadania israelita, visto que ‘eles votarão pelo Estado palestino.’ Tal possibilita a anexação da terra sem conceder quaisquer direitos aos residentes palestinos anexados” (REINHART, 2004: 33-34).

O acordo de Camp David é detentor de uma certa complexidade na medida que mascara certos pontos, ao mesmo tempo que deu a ideia de quebrar tabus, como é o caso da indivisibilidade da cidade de Jerusalém. Na proposta de Barak, Jerusalém seria compartilhada com a Palestina e seria a capital do novo Estado. Este é, sem dúvida, um ponto bastante problemático e discutível.

Ao contrário do que se possa pensar, a oferta feita a Arafat em relação a Jerusalém, não se tratava da Jerusalém Oriental, cujo significado histórico e cultural pertence ao Islamismo. Na verdade, há um ponto essencial que foi o jogo de palavras e que merece ser esclarecido. A área que Israel ofereceu para ser a capital da Palestina não foi Jerusalém Oriental, mas uma área chamada Al-Quds, que ultrapassava antes da Guerra dos Seis Dias, as terras anexadas por Israel em 1967.

Israel tentou, com esta proposta, solucionar um problema. “As fronteiras municipais de Jerusalém sob o domínio da Jordânia eram mais amplas no lado sudeste do que as fronteiras municipais definidas por Israel quando anexou Jerusalém Oriental. Incluíam também a vila de Abu-Dis que no Plano Beilin-Abu Mazen é designada como capital do Estado palestino. O truque verbal consistia em dar a Abu-Dis o nome de Al-Quds – o nome árabe para Jerusalém, cujo significado é ‘a cidade santa.’ Somente através da utilização enganadora de definições pode Israel reclamar que propõe que a

cidade seja dividida numa parte judaica, ‘Jerusalém’, e numa parte palestina, ‘Al-Quds’” (REINHART, 2004: 35-36).

Para além de Jerusalém, a própria autonomia da Palestina ficaria comprometida com este acordo pois, conforme determinava este plano, configurar-se-ia um mapa tortuoso e incapaz de oferecer ao Estado palestino a capacidade de se auto-determinar uma vez que os colonatos israelitas não iriam ser desmantelados, como determina o plano original de Beilin-Abu Mazen. Consequentemente, as áreas destinadas à Palestina ficariam isolada uma da outra, o que inviabilizaria a autonomia desse futuro Estado. Era-lhe, ainda, negado o controlo do espaço aéreo e o acesso à água.

Com o passar do tempo, e com a proximidade das eleições em Israel, as negociações foram interrompidas, pois não contaram com a avaliação positiva da população israelita. Ehud Barak acabou por perder as eleições e Ariel Sharon assumiu o Governo de Israel, como primeiro-ministro, e tratou de “endemoinhar” Yasser Arafat, pois desmoralizar politicamente Arafat era vantajoso para Israel, na medida em que foi este país que fez as propostas mais generosas e os palestinos recusaram-nas todas. Com isto, passaria a ideia de que Israel queria a paz e, ao contrário, a Palestina tinha feito a opção pela luta armada e pela violência.

Na contabilidade das várias tentativas de paz, Camp David soma-se aos Acordos de Oslo, que foi mais um fracasso e mais uma frustração para as sociedades israelita e palestina que esperam, incansavelmente, o fim do conflito e a possibilidade de uma vida em paz. Ao invés disso, ambas conviveram com uma escalada de violência sem precedentes no âmbito da Segunda Intifada, que poderia ter sido evitada se um de tantos acordos tivessem surtido algum resultado justo para ambas as partes.

No meio da violência, três anos após o fracasso de Camp David, um novo acordo despontava em 2003, embora não fosse oficial. Foi através da iniciativa de personalidades políticas israelitas e palestinas que, com o propósito de levar a paz aos seus povos, elaboraram a “Iniciativa de Genebra”, ou Acordo de Genebra, cujo objectivo era estar acima de todos os acordos anteriores, sem prejuízo para nenhuma das partes e, ao mesmo tempo, também implicava o reconhecimento do Estado da Palestina por Israel de modo que ambos os Estados pudessem manter relações cordiais com perspectivas de colaboração entre ambos.

O Acordo de Genebra contemplou pontos essenciais como a segurança, Jerusalém e os lugares sagrados, a questão da água, os refugiados e a disputa territorial. Tal Acordo reportava às Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, dos anos de 1967 e 1973. Lembremos que a Resolução 242 condena a anexação de terras por meio da guerra e a Resolução 338 determina o cessar-fogo. As fronteiras seriam definidas de acordo com as linhas divisórias anteriores à Guerra dos Seis Dias, com ressalva para pequenas alterações e respeito mútuo entre os dois Estados quanto à independência e soberania.

Este acordo também determinava a construção de um Médio Oriente seguro mediante a ausência de armas convencionais ou de destruição em massa. A Palestina seria desmilitarizada, mantendo a compra e acesso a armas somente para a Força de Segurança Palestiniana (PSF) agente controlador das fronteiras e força de manutenção da segurança e combate ao terrorismo. A rejeição e o combate ao racismo competiriam tanto a Israel quanto à Palestina e a segurança para ambas as partes seria garantida através de uma Força Multinacional (MF) a agir preventivamente e a supervisionar a adopção das medidas deste acordo.

“A Iniciativa de Genebra foi muito mais além. O primeiro aspecto a destacar é que, ao contrário dos Acordos de Oslo, esta iniciativa não tinha carácter oficial dado que os seus negociadores não desempenhavam responsabilidades políticas nem contaram com o apoio dos seus respectivos governos. Esta é talvez a diferença principal: trata-se mais exactamente de um exercício de relações públicas destinado a pôr em evidência que, apesar da deriva militarista do governo Sharon e da intensidade dos atentados suicidas, era possível retomar a negociação e existiam interlocutores válidos dispostos a fazê-lo” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 59)<sup>31</sup>.

Os negociadores do acordo eram representantes da esquerda israelita, que fazia oposição ao Governo de Ariel Sharon, e do lado palestino estava o homem de confiança de Yasser Arafat, Yasser Abd-Rabbuh, que tinha participado em vários Governos da ANP como ministro da Informação. Os demais membros representantes da

---

<sup>31</sup> “La Iniciativa de Ginebra fue mucho más allá. El primer aspecto a destacar es que, al contrario que los Acuerdos de Oslo, esta iniciativa no tenía carácter oficial puesto que sus negociadores no desempeñaban responsabilidades políticas ni contaron con el respaldo de sus respectivos gobiernos. Esta es quizás la principal diferencia: se trata más bien de un ejercicio de relaciones públicas de cara a poner en evidencia que, pese a la deriva militarista del gobierno Sharon y de la intensidad de los atentados suicidas, era posible retomar la negociación y existían interlocutores válidos dispuestos a hacerlo.”

Palestina eram integrantes da Al Fatah e também havia integrantes do Tanzin, grupo que participou activamente na Intifada.

Embora este acordo contemplasse pontos essenciais para se estabelecer uma paz duradoura, uma vez mais foi rejeitado pela direita israelita que o via como um plano “subversivo” e por a Palestina não assumir um compromisso formal. Para além dos dois actores principais envolvidos no conflito, os EUA também negaram a viabilidade do plano sob a alegação de que este não poderia substituir o plano de paz em que esteve envolvido o Quarteto.

Na verdade, o Acordo de Genebra mexia com os interesses de Israel uma vez que teria que desocupar grande parte dos Territórios Palestinos Ocupados desde 1967. Assim como em Oslo, este acordo foi marcado por forças desiguais o que impossibilitou a viabilidade de um acordo definitivo e coerente para ambas as partes e, deste modo, Israel e a Palestina continuam a manter praticamente inalterada a persistência da posição, estando o poder de decisão do lado mais forte que, indubitavelmente, é Israel.

A questão dos refugiados foi o problema mais delicado a ser tratado, pois este problema é um ponto central para se estabelecer uma paz justa. O documento elaborado por Israel não se referia ao direito de retorno e não assumia qualquer responsabilidade em relação aos refugiados. Assim, a esperança de uma paz justa e definitiva, com o Acordo de Genebra, não foi possível, embora os líderes não políticos tivessem tocado em pontos essenciais para se chegar a uma possibilidade de paz duradoura entre os dois povos.

“Quiçá o maior êxito de Sharon tenha sido precisamente que as negociações não transcorram por canais oficiais mas extra-oficiais, tirando qualquer legitimidade política aos acordos consensuados entre as partes. Não é o seu único êxito. Também conseguiu impor a sua lógica à comunidade internacional, que aceitou a sua agenda sem sequer ripostar. Assim, a negociação sobre o estatuto definitivo ficou relegada para um segundo plano, ainda que se tenha imposto uma nova agenda: a reforma da AP, as competências do primeiro-ministro, o papel do presidente, o combate contra o terrorismo, a unificação das forças de segurança e, por último, o plano de desconexão da Faixa de Gaza. A aceitação desta nova agenda, imposta unilateralmente pelo governo Sharon, não só tem acarretado o congelamento das negociações de paz oficiais mas, além disso, tem servido para questionar a legitimidade da liderança palestina, que se

responsabiliza por inteiro pela deterioração da situação sobre o terreno” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 61-62)<sup>32</sup>.

Em 2003, o Quarteto elaborou um plano de paz para se chegar a 2005 como marco para o fim do conflito: Israel e a Palestina comprometer-se-iam a agir reciprocamente para se chegar ao objectivo final. Porém, este acordo foi quebrado pela violência que eclodiu depois da morte de Yasser Arafat, entre israelitas e palestinianos.

Com a morte de Yasser Arafat, Mahmoud Abbas foi eleito presidente da Palestina e restabeleceu os contactos com Israel. Mahmoud Abbas trabalhou internamente para reorganizar as forças de segurança da Palestina, conforme as exigências da Hoja de Ruta. Foi anunciada a suspensão temporária, de um mês, dos ataques dos grupos armados palestinianos contra Israel que, em contrapartida, teria que libertar os palestinianos presos em jurisdição israelita, pôr fim aos “assentamentos selectivos” e retirar as IDF dos Territórios Ocupados.

Os países que intermediaram esta trégua temporária foram o Egipto e os EUA. O Egipto actuou como interlocutor do lado palestiniano, dado que o Hamas e a Jihad Islâmica passaram a contactar com os governantes egípcios, enquanto os EUA fizeram a ponte de ligação com os israelitas. A Cimeira de Sharm el-Sheikh realizou-se no mês de Fevereiro e contou com a presença do rei da Jordânia e do presidente do Egipto.

O Governo de Israel passou a negociar com a nova liderança palestiniana. Em finais desse mês de Fevereiro, em Londres, sob o patrocínio do Governo britânico, teve lugar o Encontro Internacional sobre a Palestina, com a participação de 23 países, que “protegeram o Plano de Desconexão desenhado pelo Governo israelita para a retirada da Faixa de Gaza”(FISAS, 2008: 172)<sup>33</sup>.

A retirada israelita de Gaza foi estratégica, pois como já foi dito anteriormente, Ariel Sharon considerava a área onerosa e pouco lucrativa e, portanto, não havendo

---

<sup>32</sup> “Quizás el mayor éxito de Sharon haya sido precisamente que las negociaciones no transcurran por canales oficiales sino extraoficiales, restando cualquier legitimidad política a los acuerdos consensuados entre las partes. No es éste su único éxito. También há conseguido imponer su lógica a la comunidad internacional, que ha aceptado su agenda sin apenas rechistar. Así, la negociación sobre el estatuto definitivo ha quedado relegada a un segundo plano, mientras que se ha impuesto una nueva agenda: la reforma de la AP, las competencias del primer ministro, el papel del presidente, el combate contra el terrorismo, la unificación de las fuerzas de seguridad y, por último, el plan de desconexión de la Franja de Gaza. La aceptación de esta nueva agenda, impuesta unilateralmente por el gobierno Sharon, no sólo ha conllevado la congelación de las negociaciones de paz oficiales, sino que además ha servido para cuestionar la legitimidad del liderazgo palestino al que se le responsabiliza por entero del deterioro de la situación sobre el terreno.”

<sup>33</sup> “protegeron el Plan de Desconexión diseñado por el Gobierno israelí para la retirada de la Franja de Gaza.”

motivações económicas para continuar com a ocupação. Além da vantagem de reduzir os gastos, Sharon passaria a ser considerado flexível, generoso e bom. Com esta medida, Sharon enfrentou a oposição dentro do seu próprio partido (o Likud), mas contou com o apoio do Partido Trabalhista e, também, conquistou a compreensão de muitos em relação à manutenção da ocupação nas outras áreas, como a Cisjordânia, uma vez que os colonos de Gaza saíram sob protesto e descontentes com a medida tomada pelo Governo de Israel, o que poderia ser pior se se mexesse nos outros assentamentos judeus em terras palestinas.

Ao retirar da Faixa de Gaza, Israel realizou a operação em quatro etapas, sendo que a primeira consistiu na retirada dos residentes, a segunda correspondeu à desocupação da propriedade civil e, em seguida, procedeu à demolição das casas; a última etapa foi a retirada e realocização do Exército israelita.

Ao analisarmos a retirada unilateral de Israel de Gaza, a própria situação denuncia o facto de que a devolução da Faixa de Gaza aos palestinianos foi, também, um modo de evitar que os mesmos migrassem para Israel. Esta atitude de Sharon também serviu para coibir uma possível ameaça à maioria judaica.

Ao adicionarmos a retirada da Faixa de Gaza às barreiras existentes, como o *muro* na Cisjordânia, observamos que Israel não apresenta medidas que clarifiquem objectivamente o desejo de pôr fim ao conflito, mas mostra-nos com tais medidas que as mesmas não são tomadas ao acaso ao contrário. Elas são, pelo contrário, planeadas, demonstrando assim um modo de administrar o conflito e não de finalizá-lo.

Segundo um dos nossos entrevistados, “os líderes israelitas preocupam-se em legitimar, proteger e promover o Estado israelita na sua luta contra os palestinianos que permanecem na Palestina [...] diabolizar os palestinianos e isso dá muito trabalho. Até o próprio Exército israelita produz manuais de propaganda para orientar os seus defensores apologistas do Estado israelita de como lidar com as questões da comunidade internacional, dos jornalistas e como defender-se contra as acusações dos grupos promotores dos Direitos Humanos [...] Mas não é uma preocupação para resolver o conflito” (Entrevista 7).

Tudo isto é reflexo de falhas nos acordos que foram assinados bilateralmente mas, na prática, as medidas tomadas são unilaterais. Consequentemente, novos elementos surgem e são acrescentados à relação entre israelitas e palestinianos. Estes novos elementos correspondem a novos problemas que vão agregar-se aos problemas

antigos e que se transformam em obstáculos cada vez maiores, impedindo o fim do conflito.

Se, por um lado, Israel se valeu de medidas unilaterais para atingir os seus objectivos mais imediatos; por outro lado, o Hamas também não perdeu a oportunidade de se auto-proclamar como o responsável pela desocupação da Faixa de Gaza que, segundo este grupo, se deu graças às suas pressões e acções. Empreendeu uma campanha de convencimento da população de Gaza, no sentido de esta se convencer que a retirada unilateral de Israel foi fruto da atitude do Hamas frente a Israel.

A História acabou por registar um momento singular, a chegada ao poder de um grupo radical islâmico eleito democraticamente e cuja ideologia religiosa e também radical, mantém na sua Carta de Princípios, o objectivo de destruir o Estado de Israel. Este grupo passou a ocupar a maioria do Parlamento palestino.

“No início de dezembro, os quatro parceiros das negociações no Oriente Médio - Estados Unidos, Rússia, União Européia e Nações Unidas - afirmaram que não aceitariam como membro do governo palestino ninguém que estivesse envolvido em atividades terroristas. Agora, com maioria absoluta no Parlamento, o Hamas não apenas terá assento, como também pode organizar o governo sozinho, se quiser” (CAVALLARI, 2006, versão disponível online em 12-06-2009).

Com a vitória do Hamas, Israel teve que enfrentar uma nova situação, pois nem este Estado nem a comunidade internacional poderiam ter clareza em que terreno estariam a pisar. Isto gerou um certo incómodo por se estar diante do desconhecido, o que levou Israel, juntamente com o Quarteto, a impor ao Hamas algumas condições para que houvesse diálogo, mas o Hamas recusou-as liminarmente. Ocorreu, então, o “bloqueio internacional ao novo Governo islamita, condicionado ao reconhecimento de Israel, ao fim da violência e à aceitação dos acordos assinados pela ANP” (FISAS, 2008: 173)<sup>34</sup>.

Por outro lado, o Hamas demonstrou interesse em negociar internamente com os outros partidos políticos, com o objectivo de formar um Governo de Unidade Nacional, no chamado Acordo de Meca, em 2007, que tinha como propostas o fim do derramamento de sangue, o compromisso de ambas as partes em reformar a OLP –

---

<sup>34</sup> “bloqueio internacional al nuevo Gobierno islamista, condicionado al reconocimiento de Israel, al fin de la violencia y la aceptación de los acuerdos firmados por la ANP.”

passando a actuar conjuntamente na ANP, tendo em vista um pluralismo político. Porém, o Quarteto não aceitou bem o tal acordo e deu a conhecer uma ruptura com a ANP, no sentido de interromper a transferência de dinheiro para este órgão, o que comprometeria o seu orçamento.

Talvez este Governo de Unidade Nacional pudesse ter proporcionado um avanço em direcção à paz, na medida em que a Palestina não estaria politicamente dividida e passaria a ter um representante legítimo na sua totalidade, mas houve questões postas pelo Quarteto que viam neste Governo de Unidade Nacional a impossibilidade de resultar por se tratar de partidos políticos que possuem um braço armado e, ainda, por não reconhecer o Estado de Israel.

Como escreve a *Folha Online*, “o Alto Representante de Política Externa e Segurança Comum da União Europeia (UE), Javier Solana, disse que os membros do bloco querem saber como o futuro governo de unidade da Autoridade Nacional Palestina (ANP) ‘porá em prática’ o Acordo de Meca, feito entre os partidos políticos, ambos com braço armado, Fatah e Hamas” (FOLHA ONLINE, 2007, versão disponível online em 19-06-2009).

Um dos principais líderes do Hamas, K. Meshaal, “declarou que sua organização estaria preparada para dar um passo em direcção à paz se Israel fizesse o mesmo, e falou de uma possível trégua de longa duração se Israel se retirasse dos territórios ocupados da Cisjordânia, reconhecesse o direito ao retorno dos refugiados palestinianos e desmantelasse todos os assentamentos” (FISAS, 2008: 173)<sup>35</sup>.

Em contrapartida, as propostas do Hamas para uma possível negociação retomaram os pontos tradicionais, que pareciam ser insolúveis. Isto colocou a população palestiniana em face do agravamento da sua situação ante o bloqueio internacional feito pelo Quarteto, que não pôde assumir a responsabilidade pela vitória do Hamas nas eleições. De certa maneira, o Quarteto esteve tão envolvido com a questão dos marcos territoriais, que descuidou as questões internas inerentes à Palestina, tendo beneficiado o Hamas, que passou a responder melhor aos problemas internos, depois de já ter dado mostras do seu poder, ao vencer as eleições municipais.

---

<sup>35</sup> “declaró que su organización estaría preparada para dar un paso hacia la paz si Israel hiciera lo mismo, y habló de una posible tregua de larga duración si Israel se retiraba de los territorios ocupados de Cisjordania, reconocía el derecho al retorno de los refugiados palestinos y desmantelaba todos los asentamientos.”

As divergências que surgiram com a chegada do Hamas ao poder reflectiram internamente de modo que os desacordos entre o Hamas e a Al Fatah chegaram a confrontos armados e quase levou a Palestina a uma guerra civil. O Hamas passou a representar, para além de mais um poderoso obstáculo para um acordo definitivo de paz, um obstáculo interno sustentado por uma ideologia religiosa que, ao mesmo tempo que glorifica Deus, prega a destruição de Israel.

Todas as medidas adoptadas por Israel como, por exemplo, o impedimento da passagem de palestinianos para Israel e a intervenção para os palestinianos não receberem a ajuda da Assistência Social proveniente de remessas internacionais, contribuíram para fortalecer o Hamas enquanto alternativa à ANP, que perdeu a sua credibilidade junto da população, na sua maioria pobre, jovem, desempregada e sem grandes esperanças, o que facilita a absorção desta população pelo Hamas que, através do trabalho social, encontrou a sua fonte de poder.

O Hamas não abandonou a luta armada. Consequentemente, este foi mais um obstáculo para as negociações de paz, uma vez que Israel se recusa a negociar com um grupo que considera terrorista. O objectivo do Hamas é reconquistar a Palestina na sua totalidade, desocupando todos os Territórios. Quando se tem este objectivo, o que se pode esperar das suas lideranças nada mais é do que o estabelecimento de tréguas, mas não de uma paz definitiva. É assim que pensam os integrantes do Hamas, que não tencionam um cessar-fogo definitivo porque definitivo para este grupo significa, na verdade, a expulsão total dos judeus da Palestina.

No ano de 2006 tudo parecia estagnado em relação ao processo de paz. As atenções estavam voltadas para a tentativa de recompor as relações entre a Al Fatah e o Hamas. Em Agosto do mesmo ano, através da iniciativa de Meretz e Belin, com a intenção de realizar uma segunda Conferência de Madrid sobre o Médio Oriente, como aconteceu em 1991, convidou a UE para pôr em andamento esta iniciativa. O primeiro-ministro israelita, Ehud Olmert, e o presidente palestiniano, Mahmoud Abbas, mostraram-se dispostos a negociar sem exigências prévias. As intenções dos dois líderes políticos levaram à visita do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, a ambos os líderes.

Independente da atitude dos líderes israelita e palestiniano, a Al Fatah e o Hamas continuaram os confrontos, que só cessaram com a mediação do Egipto e depois da suspensão dos trabalhos dos Ministérios, conforme foi anunciado pelos membros do Hamas pertencentes ao poder executivo. Mahmoud Abbas, com a finalidade de evitar

uma guerra civil, aceitou negociar um Governo de Unidade Nacional. Enquanto isso, as IDF entraram em Gaza numa grande incursão.

A nova incursão das IDF na Faixa de Gaza foi motivada pelo fim das negociações para a libertação de um soldado israelita, Gilad Shalit, que foi raptado em Junho de 2006. Este soldado, também possuidor da nacionalidade francesa, foi sequestrado por palestinianos extremistas, e não foi libertado, nem com a intermediação do Egipto, nem com a intervenção de França. Esta incursão, segundo autoridades israelitas, tinha a aprovação do primeiro-ministro Ehud Olmert e pretendeu ser uma incursão limitada para atingir somente as infra-estruturas dos terroristas e resgatar o soldado sequestrado.

“Na primeira quinzena de Novembro, França e Itália manifestaram o seu apoio à proposta espanhola de um plano de paz para o Próximo Oriente do Presidente do Governo, J. L. Zapatero, que apresentou depois ante o Conselho Europeu no mês de Dezembro. O plano incluiria colocar observadores internacionais na Faixa de Gaza e culminaria com a convocatória de uma conferência internacional de paz, em sintonia com o chamamento expresso no relatório do Grupo de Alto Nível para a Iniciativa da Aliança de Civilizações. Na segunda quinzena de Novembro, a Autoridade Palestiniana, Jihad Islâmica e as milícias do Comité de Resistência Popular acordaram um cessar-fogo com o Governo israelita, comprometendo-se com a retirada das Forças Armadas israelitas da Faixa de Gaza em contrapartida de um cessar dos ataques com foguetes Qassam contra os assentamentos judeus, enquanto ambas as partes se mostraram dispostas a ampliar o cessar-fogo a Cisjordânia se se mantivesse a trégua” (FISAS, 2008: 173)<sup>36</sup>.

O cessar-fogo foi uma proposta palestiniana, que impôs condições a Israel. Mahmoud Abbas comunicou a Ehud Olmert que as milícias armadas palestinianas haviam chegado a um acordo para o cessar-fogo. Estes grupos comprometer-se-iam a

---

<sup>36</sup> “En la primera quincena de noviembre, Francia e Italia manifestaron su apoyo a la propuesta española de un plan de paz para Oriente Próximo del Presidente del Gobierno, J. L. Rodríguez Zapatero, que presentó después ante el Consejo Europeo en el mes de diciembre. No obstante, Israel rechazó de pleno la propuesta de España. El plan incluiría el despliegue de observadores internacionales en la franja de Gaza y culminaría con la convocatoria de una conferencia internacional de paz, en sintonía con el llamamiento expresado en el informe del Grupo de Alto Nivel para la Iniciativa de la Alianza de Civilizaciones. En la segunda quincena de noviembre, la Autoridad Palestina, Yihad Islámica y las milicias del Comité de Resistencia Popular acordaron un alto el fuego con el Gobierno israelí, comprometiéndose a la retirada de las FFAA israelíes de la franja de Gaza a cambio del cese de los ataques con cohetes Qassam contra los asentamientos judíos, mientras ambas partes se mostraron dispuestas a ampliar el alto el fuego a Cisjordania si se mantenía la tregua.”

parar com os lançamentos de foguetes Qassan contra Israel e terminariam a escavação de túneis na fronteira de Gaza e no Egito por onde passavam os terroristas suicidas. Todo o tipo de violência seria encerrada. Porém, dois grupos dissidentes da Al Fatah, o braço armado da Jihah Islâmica e a milícia de Abu Rish, anunciaram que só parariam os seus ataques após a retirada total das IDF da Faixa de Gaza.

Segundo os israelitas, a presença das suas IDF em Gaza era em virtude da ameaça dos lançamentos dos foguetes. Ehud Olmert aceitou a proposta dos palestinianos que, em contrapartida, exigiram para além da retirada das tropas israelitas de Gaza, o fim dos assassinatos selectivos por parte de Israel, que visavam atingir os chefes dos grupos armados palestinianos.

Em 2006, Israel teve dois embates com grupos radicais. Não nos podemos esquecer de que a guerra entre Israel e o Líbano, neste mesmo ano, também é marcada pelo confronto entre as IDF e o grupo extremista Hezbollah. A táctica dos grupos armados é muito parecida, pois o Hezbollah utilizou como forma de ataque a Israel, o lançamento de foguetes Katyusha e a invasão do território israelita por militantes xiitas do Hezbollah que sequestram dois soldados israelitas.

Após mais um conflito que destruiu grande parte das infra-estruturas libanesas e, depois de longas negociações, foi declarado em 11 de Agosto de 2006, o cessar-fogo. Sob a determinação da Resolução 1701, estabeleceu-se o cessar-fogo, a retirada das tropas israelitas do território libanês e o desarmamento do Hezbollah. Determinava-se, também, que as forças libanesas passariam a actuar no Sul do Líbano bem como uma Força Armada Internacional (UNIFIL), que ficaria centrada na mesma região. Israel impôs ao Líbano o bloqueio marítimo.

Observamos, mais uma vez, que as resoluções não são cumpridas na íntegra e sempre surgem motivos que geram a perspectiva de mais combates armados entre um Estado e um grupo paramilitar. Se, outrora, as guerras eram travadas entre Estados, o que se verifica no caso particular de Israel, vemos forças estatais que se confrontam com grupos armados não-estatais, que não assumem a condução das negociações para o cessar-fogo. As consequências das guerras e as negociações passam a ser feitas através dos Estados, mas indirectamente, estes grupos armados acabam por interferir a partir do momento em que impõem condições e ditam as regras a serem seguidas pelos Estados, como condição para pôr fim ao conflito ou, se não for do seu agrado, continuarem com o mesmo.

As tréguas ou acordos de paz e as resoluções são constantemente desrespeitadas como, por exemplo, acontece com o Hezbollah, que já se armou novamente. A falta de cumprimento das Resoluções e dos acordos abre, cada vez mais, um fosso para a possibilidade de uma paz verdadeira. Os grupos extremistas não estatais não têm um compromisso enquanto Estado, mas um compromisso com as suas ideologias e aspirações particulares que na verdade, visam o poder. Torna-se difícil estabelecer um acordo de paz quando as negociações passam pelo Estado, mas não dependem somente dele, mas sim de forças e poderes paralelos que actuam à revelia desse mesmo Estado.

A diplomacia do Estado e os seus negociadores, no caso de uma guerra, deveriam estar preparados para responder pela instituição Estado num sentido mais alargado que responde às necessidades, segurança e bem-estar de toda a sociedade sem interferências de elementos que acabam por se chocarem frontalmente contra o seu próprio Estado e comprometem a credibilidade deste face à intransigência de alguns indivíduos da sua própria sociedade que, através da força, inibem a actuação do Estado, passando impor aquilo que consideram ser justo e correcto.

O compromisso com os acordos assinados e com as determinações das Resoluções é um compromisso do Estado, dado que é esta instituição que assina e se compromete com o cumprimento dos mesmos. Os grupos existentes na sociedade, sejam eles de que natureza forem, como já foi dito acima, não se sentem obrigados por tais acordos ou resoluções, ainda mais se estes mesmos grupos formarem um poder paralelo, pois estas questões não fazem parte dos seus compromissos e, mesmo quando os aceitam, e se comprometem a cumpri-los, sentem-se livres para quebrar o compromisso quando acharem oportuno ou necessário.

É neste sentido que o conflito israelo-palestiniano tem caminhado e várias tentativas de acordos de paz se têm delineado ao longo da história do conflito. Como mais uma tentativa de solucionar o problema, em 2007, um novo acordo de paz entrou na agenda dos israelitas e palestinianos. Novos passos foram dados nesta direcção, inclusive a reactivação do Quarteto e a retomada as negociações, o que demonstra que não houve avanços significativos para se estabelecer a paz. Para um dos nossos entrevistados, o que tem acontecido é que “ainda não houve Tratados de Paz completos, houve ‘round maps’, houve roteiros para a paz” (Entrevista 5).

“Dias depois da reunião oficial entre o Primeiro-Ministro israelita e o Presidente palestiniano, a Ministra do Exterior israelita, T. Livni, reuniu-se em segredo com

dirigentes palestinos para apresentar um plano de paz concreto e directo que renunciava à condição prévia tradicional de lutar contra o terrorismo, tal como era definida na Hoja de Ruta; numa entrevista posterior manifestou que o seu plano se baseava na fórmula de dois Estados nacionais e assinalou que a proposta da Liga Árabe impulsionada pela Arábia Saudita tinha elementos positivos. O Primeiro-Ministro israelita também manifestou a sua disposição para abordar seriamente dita proposta” (FISAS, 2008: 174)<sup>37</sup>.

Ambos os povos assumiram o compromisso bilateral de solucionar o conflito de modo a resolver todas as questões pendentes nos acordos anteriores até ao final de 2008 e, através de um acordo de paz definitivo, comprometeram-se a acabar com o derramamento de sangue entre os dois povos, que passariam a viver lado a lado em dois Estados, Israel e Palestina, em segurança e em paz.

A conferência foi aberta pelo então presidente dos EUA, George W. Bush, em Annapolis, e contou com a presença do primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, e representantes de nações árabes, num total de 50 países e organizações.

Embora as negociações pudessem pôr um fim definitivo ao conflito, não podemos esquecer de que a Palestina estava dividida e Mahmoud Abbas representava, na verdade, a Cisjordânia e não a Palestina como um todo, uma vez que a Faixa de Gaza estava sob o controlo do Hamas, que encontrava como justificativa para a sua atitude de domínio em Gaza, o argumento da legitimidade dos votos que o elegeram. Fica patente a assinatura e concordância de Mahmoud Abbas em relação a um acordo sem a presença do Hamas nas mesas de negociações.

O Hamas parece ignorar pressões sejam de que lado for e não reconhece Israel, nem as determinações tomadas pelo Quarteto de Madrid. Paralelamente às negociações de paz que estavam a acontecer, este grupo extremista não cessou o lançamento, desde Gaza, de foguetes Qassan sobre comunidades israelitas. Ao contrário das Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa, na Cisjordânia, que renunciaram à luta armada e se integraram nos

---

<sup>37</sup> “Días después de la reunión oficial entre el Primer Ministro israelí y el Presidente palestino, la Ministra de Exteriores israelí, T. Livini, se reunió en secreto com dirigentes palestinos para presentar un plan de paz concreto y directo que renunciaba a la condición previa tradicional de luchar contra el terrorismo, tal y como era definida en la Hoja de Ruta; en una entrevista posterior manifestó que su plan se basaba en la fórmula de dos Estados nacionales y señaló que la propuesta de la Liga Árabe impulsada por Arabia Saudí tenía elementos positivos. El Primer Ministro israelí también manifestó su disposición a abordar seriamente dicha propuesta.”

Serviços de Segurança da ANP, o Hamas continuou irreduzível quanto ao seu objectivo da luta armada contra Israel.

Para um dos nossos entrevistados, “há resoluções dos tratados que não agradam a grupos, quer de Israel quer da Palestina, e portanto vão executar novamente. E são grupos minoritários. É o Hamas [...] mataram o Primeiro-Ministro Israelita e quem o matou não foi um palestino, foi um israelita [...] Porque esse Primeiro-Ministro tinha assinado um acordo com os Palestinos, que esse indivíduo achou, ele e o grupo dele, que era injusto e que não se devia aceitar” (Entrevista 11).

Diante de tal situação Israel e o Hamas assinaram um cessar-fogo sob intermediação do Egipto, em 18 de Junho de 2008. Porém, este cessar-fogo era frágil e ambas as partes sabiam que não teria um longo período de vida. É importante considerarmos o facto de que um acordo de tréguas foi firmado entre as duas partes que partilham, além da rivalidade motivada pelo conflito, uma desconfiança mútua.

O cessar-fogo visava pôr fim aos ataques de Gaza sobre Israel e também aos ataques aéreos desferidos por Israel. Para além disso, as autoridades israelitas e palestinianas anunciaram que esta trégua também serviria para diminuir gradualmente o bloqueio de Israel a Gaza, já há um ano, em vigor desde que o Hamas assumiu o controlo da região.

A trégua contemplava, também, as negociações de entrega de um refém, o soldado Gilad Shalit, sequestrado em 2006 por integrantes do Hamas. Em contrapartida, Israel reabriria a passagem de Gaza e Rafah, que dá acesso ao Egipto. Esta passagem é fundamental para Gaza e, durante o bloqueio de Israel, quando o Hamas assumiu o controlo dessa região, acabou por dificultar a vida de mais de um milhão de habitantes que se encontraram em sérias dificuldades, pois a saída de Gaza foi obstruída e a população viu-se privada até mesmo aos serviços médicos, ao acesso a escolas e aos contactos com a família.

Embora este acordo fosse importante para ambas as partes, não se pode ignorar o facto de que não basta negociar somente com a Al Fatah, pois o Hamas tem a capacidade de impor a sua vontade e não tem interesse em ceder. O Hamas declarou, segundo a BBC – Brasil em 27 de Novembro de 2007, no dia anterior à conferência, “que não vai se sentir obrigado a cumprir com resoluções tomadas em Annapolis” (BBC – BRASIL, 2007, versão disponível online em 13-06-2009).

Todo o esforço para se chegar a um acordo de paz antes do final de 2008 tratou de questões importantes, embora não tenha sido negociada a questão dos dois Estados.

As questões que compuseram o estatuto final foram: “o futuro de Jerusalém, as fronteiras, a água, os refugiados e os assentamentos” (FISAS, 2008: 175)<sup>38</sup>.

Em Dezembro deste mesmo ano, em Paris, teve lugar uma Conferência Internacional que prometeu ajuda financeira à ANP e “a concessão de 7.400 milhões para a ANP por um período de três anos. A cifra foi superior à inicialmente solicitada (5.600 milhões). A conferência, em que participaram 87 países e instituições internacionais, foi classificada pelo Hamas de perigosa conspiração. Não obstante, o Hamas pediu um diálogo urgente e incondicional com Mahmoud Abbas em meio dos ataques israelitas sobre Gaza. Um colaborador de Abbas indicou que tinham recebido uma mensagem do Hamas neste sentido através da Arábia Saudita, que havia auspiciado previamente um acordo entre as duas formações” (FISAS, 2008: 175)<sup>39</sup>.

A fragilidade do cessar-fogo entre Israel e o Hamas começou a dar mostras quando este grupo se recusou a libertar o soldado israelita. O Egipto tentou reactivar as negociações através da adesão de Israel a um projecto de tréguas em Gaza, mas as exigências dos grupos palestinianos não correspondiam às intenções de Israel que persistiu no bloqueio na Faixa de Gaza e respondeu com as IDF aos ataques do Hamas. Este foi, justamente, o fim do bloqueio na Faixa de Gaza e da resposta das IDF às exigências dos grupos extremistas.

Seis meses após o acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas, este rompeu a trégua motivado pela permanência do bloqueio de Israel à Faixa de Gaza e, também, sob a alegação de que Israel não parou com os ataques aos territórios palestinianos. O Hamas passou a lançar foguetes sobre o Sul do território israelita e a resposta do Estado de Israel veio em 27 de Dezembro de 2008.

Alguns dias depois do anúncio do fim das tréguas, o Hamas fez uma proposta de renovação do acordo de cessar-fogo, colocando como condição, a retirada das tropas israelitas do território palestiniano no prazo de uma semana.

---

<sup>38</sup> “el futuro de Jerusalén, las fronteras, el agua, los refugiados y los asentamientos.”

<sup>39</sup> “la concesión de 7.400 millones para la ANP por un periodo de tres años. La cifra fue superior a la inicialmente solicitada (5.600 millones). La conferencia, en la que participaron 87 países e instituciones internacionales, fue calificada por Hamas de peligrosa conspiración. No obstante, Hamas pidió un diálogo urgente e incondicionado con Mahmoud Abbas en medio de los ataques israelíes sobre Gaza. Un colaborador de Abbas indicó que habían recibido un mensaje de Hamas en este sentido a través de Arabia Saudí, quién había auspiciado previamente un acuerdo entre las dos formaciones.”

Segundo Khaled Mechaal, chefe da Comissão Política do Hamas, que vive em Damasco, em entrevista a Alain Gresh, ao responder sobre o por quê da *tahdi'a*<sup>40</sup> (período de trégua, calma), fez a seguinte afirmação:

“O cessar-fogo não acabou por causa de uma decisão. Devia terminar ao fim de seis meses, e foi isso que aconteceu. Não é preciso que alguém anuncie o seu fim. O acordo incluía três pontos: o cessar-fogo entre as partes; a extensão do cessar-fogo à Cisjordânia ao fim de alguns meses e o levantamento do bloqueio de Gaza. Por outro lado, existia um compromisso do Egito de abrir a passagem de Rafah” (GRESH, 2009, versão disponível online em 18-06-2009).

Para a liderança do Hamas, o cessar-fogo, ou *tahdi'a*, não era definitivo, mas provisório, uma vez que o grande problema que envolve a questão reside na ocupação que leva à resistência. Na concepção de Khaled Mechaal, em virtude disso, o Hamas leva a cabo “uma guerra defensiva, não de agressão”. Por outro lado, o Hamas alega que Israel cumpriu apenas parcialmente o acordo tendo em vista a diminuição da violência e agressão contra a Faixa de Gaza. Os pontos que deveriam ser abertos, só o foram parcialmente, o que complicou ainda mais a situação em Gaza. Segundo este responsável do Hamas, só se manteve este acordo em respeito ao Egito, que foi o negociador deste cessar-fogo.

De acordo com Alain Gresh, “o problema para o Hamas continua a ser a atitude do Egito. O Cairo, que administrou a Faixa de Gaza entre 1949 e 1967, dispõe de uma influência real. O Egito foi o padrinho do acordo de *tahdi'a* entre Israel e o Hamas, mas não considera que o Hamas, que ganhou as eleições de 2006, seja a autoridade legítima. Vê o como uma simples extensão dos Irmãos Muçulmanos, que são a principal força de oposição – muito reprimida – ao regime do presidente Mubarak. Finalmente, o Egito, que assinou um acordo de paz com Israel, prefere a ‘sensatez’ de Mahmud Abbas à ‘intransigência’ do Hamas” (GRESH, 2009, versão disponível online em 18-06-2009).

Porém, a mediação do Egito também fracassou e o que se pôde presenciar foi mais uma escalada de violência. A incursão de Israel sobre Gaza foi a maior desde a Guerra dos Seis Dias. “O relator especial da ONU sobre a situação de Direitos Humanos

---

<sup>40</sup> em árabe, regresso à calma (cessar-fogo).

em Gaza, Richard Falk, afirmou que Israel cometeu crimes de guerra na sua última ofensiva contra o território palestino” (ADAMGY, 2009: 10).

Os vinte e dois dias de acção israelita sobre Gaza deixaram um rasto de violência e feriram as leis humanitárias. Pessoas foram usadas como escudos humanos por ambas as partes e os constantes ataques não poupavam civis e, mais uma vez, deixaram um efeito psicológico devastador na população de Gaza, que terá registado na mente, mortos, feridos e escombros das suas casas, escolas e Universidades. Toda esta situação permite o aliciamento de jovens pelas ideologias extremistas, nas quais vêem a possibilidade de não só resistirem à ocupação israelita, mas de se vingarem através da luta armada e dos atentados suicidas. É uma escapatória diante de uma não-vida.

Foi nesta avalanche de violência e destruição que Israel declarou o cessar-fogo unilateral, em 18 de Janeiro de 2009. Neste caso, é importante ressaltar que Israel sofreu grande pressão internacional, o que pode ter levado este Estado a contabilizar as perdas que poderia sofrer com a continuação dos ataques.

O Hamas, por seu lado, declarou-se vitorioso e esta percepção de vitória torna-se preocupante pois, ao que parece, a população palestina não está em primeiro lugar para o Hamas, uma vez que a resistência que este grupo prega ultrapassa o bom senso e é alimentada por uma ideologia extremista e suicida, que leva os seus militantes a não terem limites nem a pouparem a vida do seu próprio povo, mesmo diante de uma vitória militar implausível.

De acordo com um dos nossos entrevistados, “os valores religiosos foram inscritos no conceito estratégico e por isso é natural, embora não aceitável, que os líderes desses conflitos, invoquem motivos religiosos, até porque os territórios que estão em discussão têm vinculação à espiritualidade. São centros de espiritualidade [...] quando os valores religiosos são inscritos no conceito estratégico a renúncia à vitória é mais difícil” (Entrevista 9).

O Hamas, ao princípio, resistiu ao cessar-fogo, pois continuou com as mesmas exigências tais como a retirada total das tropas israelitas de Gaza, a reabertura das fronteiras e o fim do bloqueio imposto por Israel. Em troca, Israel queria o fim do lançamento de foguetes pelo Hamas sobre o seu território e, para isso, tentou reduzir a capacidade de combate desse grupo. Nesta situação, podem observar-se mais impasses do que uma solução definitiva. Enquanto o Hamas se justificou em relação ao lançamento de foguetes como forma de resistência e para a chamada de atenção para o

sofrimento do seu povo, Israel tentou destruir os túneis usados para possível contrabando de armas, endurecendo o bloqueio.

Mais uma trégua foi negociada e teve, mais uma vez, como mediador, o Egito, na cidade do Cairo, dado que Israel se recusou a negociar directamente com o Hamas. Durante as negociações, o Egito propôs um acordo a ser realizado em várias etapas, de modo que a fase inicial seria o cessar-fogo duradouro e longo e, em seguida, tratar-se-ia da possibilidade da troca de prisioneiros, fim do encerramento dos postos fronteiriços e o estabelecimento do diálogo entre as facções palestinianas rivais, com a finalidade de pôr um fim as hostilidades e se chegar à reconciliação.

“As autoridades de ambos os países dizem que só vão abrir os portões se o Hamas aceitar o envio de fiscais de fronteira para impedir o contrabando de armas para Gaza”, de acordo com a correspondente da BBC no Cairo, Yolande Knell (KNELL, 2009, versão disponível online em 19-06-2009).

No decorrer das negociações, houve um impasse entre Israel e o Hamas e o projecto de reconciliação entre o Hamas e a Al Fatah também foi adiado. Neste último, torna-se necessária a reconciliação que, para além de colocar um fim às hostilidades entre os dois grupos rivais, permitirá à Palestina ter um representante e um interlocutor legítimo para as negociações, uma vez que Israel não reconhece o Hamas senão como grupo terrorista.

Em relação ao cessar-fogo entre Israel e o Hamas, este último rejeitou as condições de Israel para uma trégua de dezoito meses na Faixa de Gaza. Israel impôs, como condição, a libertação do soldado Gilad Shalit, que rejeitou tal condição e acabou por obstruir os esforços do Egito na tentativa de se chegar a um acordo de cessar-fogo.

Israel foi acusado, pelo Hamas, de estar a usar as negociações para a libertação do soldado israelita com objectivos políticos. Amos Gilad, negociador israelita para a trégua, criticou a posição do Governo de Ehud Olmert de trazer para as negociações da trégua, o caso do soldado Gilad Shalit. Por outro lado, o empenho do Egito foi no sentido de uma trégua duradoura na região e Hosni Bubarak recusou-se a vincular a questão do soldado às negociações da trégua.

As tensões não giraram somente em torno de Israel mas, também, da ANP. Em Maio de 2009, as tensões entre o Hamas e a ANP atingiram um patamar que pôs em risco o acordo de tréguas que o Egito pretendia alcançar até Julho de 2009. Na

Cisjordânia, deu-se o enfrentamento entre a ANP e os milicianos do Hamas, que deixaram seis mortos. Segundo informou o *Último Segundo*, “o Hamas qualificou a troca de tiros, na qual morreram dois milicianos de seu braço armado – Brigadas Ezedin Qassam – de ‘uma conspiração da ANP e de Israel para acabar com a resistência e erradicar o Hamas’ na Cisjordânia” (ÚLTIMO SEGUNDO, 2009, versão disponível online em 21-06-2009).

Tudo isto fez aumentar os obstáculos para uma trégua tão necessária para a região. A ANP, conforme foi estabelecido no plano de paz em 2003, pelo Quarteto, tinha por obrigação combater as milícias armadas e o terrorismo, mas com isto as animosidades entre as duas facções palestianas rivais, cresceram e dificultaram a estabilidade da Palestina, tão necessária para negociar e garantir a paz na região.

Enquanto se processa um possível acordo de tréguas entre Israel e a Palestina, vive-se a insegurança e incerteza quanto à possibilidade de um reavivar do conflito em termos militares. A impossibilidade diante da intransigência que vigora em ambas as partes, transpõe o nível de expectativas de um acordo que possa satisfazer os protagonistas envolvidos. Um novo acordo de paz parece querer desenhar-se, mas não é inovador a partir do momento em que traz os mesmos argumentos de antigos acordos como, por exemplo, o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu que, em 15 Junho de 2009, disse estar disposto a negociar a paz sem exigências prévias. Mas as exigências prévias tornam-se presentes uma vez que Israel aceita a existência de um Estado palestino, desde que este seja um país desmilitarizado.

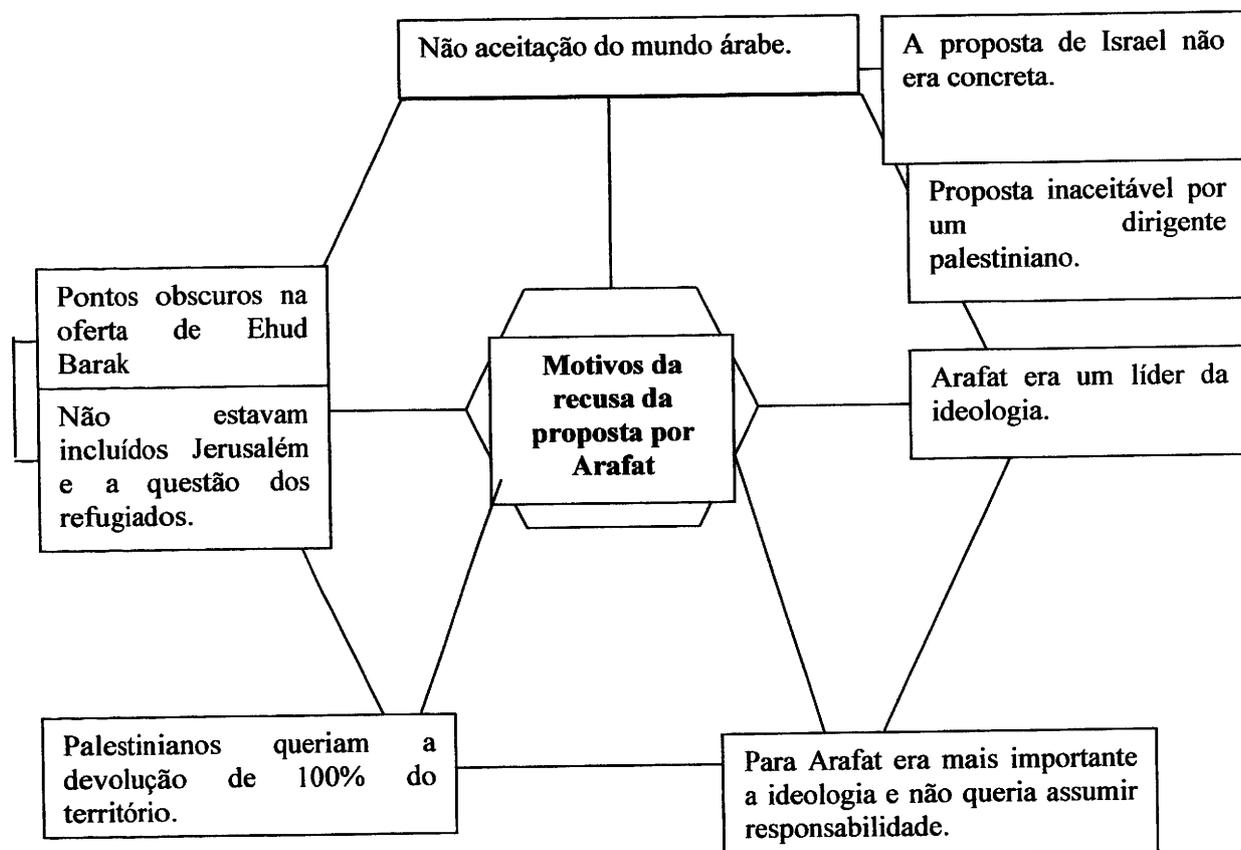
A imposição de Israel para um possível Estado palestino desmilitarizado remete-nos a uma possível ideia de que a Palestina, como está, não oferece perigo efectivo para Israel, pois somente como Estado poderá ser uma ameaça, de acordo com o pensamento de Shimon Peres. Neste caso, é importante a atenção da comunidade internacional para evitar apenas uma administração do conflito e não o seu fim.

Segundo um dos nosos entrevistados, “o ideal é a paz definitiva, mas há diferenças entre os dois em relação ao território, colonatos e segurança. Hoje em dia, para uma solução final, tem que ser dada passo a passo assim como, o primeiro passo foi fechar Gaza e criar a ANP” (Entrevista 1).

Enquanto as exigências das partes residem em questões inaceitáveis quer de um lado quer do outro, israelitas, palestinos e o mundo vivem a expectativa de um porvir que parece indefinido quanto a uma paz duradoura que possa reflectir o reacender de

uma nova era e um renovar de esperanças para ambas as sociedades que vivem no dia-a-dia a impossibilidade de determinar um futuro.

De acordo com as informações recolhidas junto dos nossos entrevistados, apresenta-se a figura 6, que sistematiza os motivos da recusa, por Yasser Arafat, da proposta de devolução de território feita por Ehud Barak, em Camp David.



Fonte: Entrevistas

Figura 6 – Recusa da proposta de devolução de território, por Arafat. O fracasso de Camp David

Arafat recusou uma proposta que parecia ser irrecusável. Se muitos analistas salientam a intransigência do líder palestino, há muitos pontos obscuros na oferta de Ehud Barak. Tal como afirma um dos nossos entrevistados

“Não sei, isso é um período que é um bocado confuso na parte relacional e eu realmente não sei o que é que houve por debaixo da mesa das negociações [...]. Uma

coisa é aquilo que eles negociam para a notícia, outra é aquilo que eles negociam com a porta fechada em que não entra lá ninguém” (Entrevista 12).

## **5.2. Obstáculos para a construção de uma paz duradoura**

O conflito israelo-palestino é antigo e tem vários elementos novos que foram sendo acrescentados ao longo dos tempos e que compõem um capítulo novo nesta História. Ao abordarmos um processo de paz duradouro, temos que nos remeter a pontos fundamentais que residem na origem do conflito como, por exemplo, a partilha da Palestina, em 1947, pela ONU, e a criação do Estado de Israel, bem como as consequências advindas daquela partilha.

Os elementos que se apresentam como maiores obstáculos para a paz são de difícil resolução porque mexem com os interesses de Israel e de nações estrangeiras suas apoiantes, pois nos termos que os palestinos consideram justos para porem fim ao conflito, a diplomacia ainda não foi capaz de chegar a um ponto crucial que não se refira apenas ao que os palestinos julgam justo, mas trata-se de justiça humana e implica a garantia da existência de Israel e da criação de um Estado palestino soberano com as fronteiras anteriores a 1967, tornando-se necessária a desocupação de todo o território ocupado por assentamentos israelitas que, dificilmente abrirá mão deles, pois representam, na prática, além de outros interesses, a garantia de um recurso escasso na região, que é a água.

Outro ponto delicado, que é necessário ser resolvido para se alcançar a paz, é a questão da cidade de Jerusalém, que tem uma simbologia do Sagrado para os muçulmanos, judeus e católicos. Os primeiros têm como aspiração que esta cidade faça parte do futuro Estado palestino, enquanto para os judeus, não é diferente, pois Jerusalém está repleta de significados históricos e tem uma forte relação com os seus antepassados.

O problema dos refugiados é outro factor que deverá estar presente na mesa de negociações, pois são mais de dois milhões de pessoas que fugiram do conflito rumo aos países vizinhos e outros e que desejam retornar à sua terra de origem.

As questões acima expostas merecem ser tratadas como pontos fundamentais para se estabelecer a paz, na medida em que elas estão na raiz do problema e, a cada tentativa de acordo de paz, elas têm estado presentes nas negociações, gerando impasses

porque a resolução destas problemáticas interfere directamente nos interesses e aspirações de Israel.

Enquanto isto acontece, o que tem permanecido é a esperança de paz, mas com sérias dificuldades para se conseguir chegar até ela. Ainda não foi possível um acordo cujas propostas sejam justas e aceitáveis por ambas as partes. Mas, neste caso, quando se trata de um acordo pautado pela justiça, há um lado que deixa de ter vantagem em nome daquilo que é justo e correcto e é aí que reside a intransigência e o impasse. Nenhum dos lados envolvidos está disposto a abrir mão daquilo que considera ser justo para si.

Como afirma um dos nossos entrevistados, “havendo um conflito de interesses, cada um tem de ceder o necessário para que se salvguarde o possível para todos. É simples. Isso obriga a que as pessoas não sejam extremistas [...] O conflito não está à espera de acordo. O conflito armado está à espera de submeter o adversário” (Entrevista 9).

Em relação aos palestinianos, não se lhes pode tirar a razão quando se trata da configuração geográfica do futuro Estado da Palestina, pois o território a eles destinado está fragmentado de tal modo que isola uma comunidade da outra, não existe uma ligação efectiva entre o espaço físico e o tecido social e estão desprovidos de água, o que é inviável para um Estado que se pretende eficiente em termos económicos e sociais.

A própria relação de estado de humilhação, a que é submetida a população palestiniana, gera a revolta e tem propiciado o aparecimento de novos componentes no conflito. A resistência palestiniana, que ao longo do conflito deixou de ser laica, tornou-se ideologicamente religiosa, mais agressiva e violenta, em consequência da indignação e insatisfação em face da situação vigente.

A composição de um quadro económico e social desigual entre israelitas e palestinianos tem permitido acusações de um povo em relação ao outro. A inestimável capacidade de Israel para se impor e dominar a situação a seu favor, tem contribuído para uma crescente componente de agressividade no conflito que encontra, na prática da violência e do terrorismo, um modo de enfrentar uma força desigual que se impõe categoricamente através do rigor bélico e estratégico.

Não obstante, os sucessivos fracassos dos tratados de paz têm influenciado práticas agressivas, na medida em que não dão conta de solucionar os problemas que se vão arrastando ao longo dos anos. A desconfiança de um povo sobre o outro também

tem originado focos de desavenças e descrenças quanto à possibilidade de entendimento.

No cenário internacional muito se fala do conflito e tem havido várias tentativas de intervenção no sentido de se estabelecer a paz através de acordos mediados por alguns países, o que tem suscitado desconfiança e falta de credibilidade por parte dos palestinianos, principalmente em relação aos EUA, cuja tendência não é a da neutralidade, dado que este Estado se representa, para os palestinianos, como pró-Israel.

A mediação por parte de países estrangeiros torna-se necessária, mas seria importante uma posição realmente neutra, onde os interesses estratégicos na região não tivessem influência na condução das negociações para a resolução do conflito. Isto não é algo fácil de alcançar nos dias de hoje, pois no âmbito do processo de globalização a neutralidade é discutível na medida em que há uma relação de interdependência entre os países, cujos compromissos visam adequar-se, também, aos interesses dos parceiros estratégicos, económicos e comerciais.

Não podemos desconsiderar o facto de que o Médio Oriente corresponde a uma região rica em petróleo, que é o motor do Ocidente. Esta fonte de riqueza mineral, desde a II Guerra Mundial, tem-se situado vital no contexto estratégico e económico de várias potências mundiais e os interesses dos antigos países colonizadores não cessaram, mas até aumentaram conforme aumentou a demanda da necessidade das grandes potências em relação a este combustível fóssil.

Israel é, incontestavelmente, um aliado importante dos EUA e do Ocidente na região. Porém, não se pode colocar Israel numa posição de submissão e de mero dependente económico dos EUA, porque não o é. O Estado hebraico exerce, também, influência importante sobre os EUA, pois o *lobby* sionista é forte e influencia o sistema eleitoral norte-americano.

O AIPAC é o “grupo de pressão oficial que tem promovido brilhantemente os interesses de Israel ante o governo norte-americano desde a década de 1960. Desde princípios da década de 1980 o AIPAC desfrutou de uma influência quase exclusiva sobre a atitude do Congresso e sobre a decisão das suas políticas com respeito a Israel e tem-se convertido de longe no grupo de pressão mais hábil ao serviço de um interesse estrangeiro (e um dos melhores em qualquer categoria). Dispõe certamente de grande apoio material, apesar de não ser – como se pensa às vezes – primordialmente financeiro. Ainda que a influência do AIPAC no Congresso se veja lubrificada por milhões de dólares de doações empregues em campanhas de acção directa de seus

60.000 membros, que realçam significativamente a sua influência no Congresso, a sua eficácia provém sobretudo da capacidade demonstrada para coordenar a um eleitorado sionista bem organizado e muito mais amplo. Para o Partido Democrata trata-se do voto judeu tradicionalmente liberal-esquerdista, que durante muito tempo foi um dos seus pilares principais. Para o republicano trata-se do voto cristão-sionista de direita tradicionalmente conservador que se converteu durante as últimas duas décadas num bastião eleitoral muito organizado e decisivo (e que influenciou muito desde as suas posições populistas na vitória de Bush nas eleições presidenciais de 2000)” (TILLEY, 2007: 105)<sup>41</sup>.

A ideologia sionista manifesta-se num poder organizado que passa a conferir uma cumplicidade norte-americana, cuja influência se espalha em alguns tecidos sociais americanos como a política e o próprio sector financeiro, no qual parte das empresas registadas na NYSE, pertencem a judeus sionistas. Na verdade, há uma pressão sionista sobre o Governo norte-americano que também contribui para o apoio incondicional a Israel.

Os EUA têm seguido as lideranças sionistas apoiando praticamente todas as Resoluções favoráveis a Israel sem questionar, seriamente, as implicações relativas ao lado palestino. Os lobistas da AIPAC actuam não como agentes que estão registados no Governo de Israel, o que contraria a lei americana que determina que os lobistas estrangeiros estejam registados. Porém, para Israel há uma excepção quanto ao registo e, sob sua influência, os pedidos deste Estado são prontamente atendidos pelos EUA.

Não é correcto afirmar que os EUA sejam obrigados a atender os pedidos e aspirações de Israel, não se trata disso. Trata-se, sobretudo, de questões relacionadas com interesses próprios americanos internos e, também, como assuntos de índole externa, visto que Israel é um aliado externo forte e que conta com os lobistas da

---

<sup>41</sup> “el grupo de presión oficial que ha promovido brillantemente los intereses de Israel ante el gobierno estadounidense desde la década de 1960. Desde principios de la de 1980 el AIPAC ha disfrutado de una influencia casi exclusiva sobre la actitud del Congreso y sobre la decisión de sus políticas con respecto a Israel y se ha convertido de lejos en el grupo de presión más hábil al servicio de un interés extranjero (y uno de los mejores en cualquier categoría). Dispone ciertamente de gran respaldo material, aunque no – como se piensa a veces – primordialmente financiero. Aunque la influencia del AIPAC en el Congreso se vea lubricada por millones de dólares de donaciones empleados en campañas de acción directa de sus 60.000 miembros, que realizan significativamente su influencia en el Congreso, su eficacia proviene sobre todo de la capacidad demostrada para coordinar a un electorado sionista bien organizado y mucho más amplio. Para el Partido Demócrata se trata del voto judío tradicionalmente liberal-izquierdista, que durante mucho tiempo ha sido uno de sus pilares principales. Para el republicano se trata del voto cristiano-sionista de derechas tradicionalmente conservador que se ha convertido durante las dos últimas décadas en un bastión electoral muy organizado y decisivo (y que influyó mucho desde sus posiciones populistas en la victoria de Bush en las elecciones presidenciales de 2000).”

AIPAC que agem nos bastidores da política americana, garantem apoio a Israel e conseguem intervir até mesmo na administração interna norte-americana. Israel é uma importante ponte de ligação dos EUA com o Médio Oriente com vista aos interesses regionais que viabilizam a própria economia americana.

No decurso de algumas das situações que o mundo já pôde presenciar ao longo do conflito, a relação entre os EUA e Israel tem sido um obstáculo para a instauração da paz. Talvez não possamos chamar a isto uma relação promíscua, mas podemos chamá-la de forte relação de interesses e, provavelmente, não estaremos a cometer um erro grave. Trata-se, efectivamente, de uma relação de apoio a Israel que já vem de longe, desde o período do presidente Harry Truman.

Os tratados de paz têm-se caracterizado, até hoje, por poderes desiguais que não têm permitido a obtenção de uma paz duradoura porque ante o mais poderoso e o menos poderoso não tem havido neutralidade suficiente ao contrário.

Questões éticas importantes ficam relegadas para segundo plano e assistimos a uma abordagem vulgar em torno do bem e do mal, a partir de uma opinião mediática formada através de ideologias que saem da esfera regional por meio dos meios de comunicação de massa e atingem o globo que se manifesta, às vezes, de modo difuso no momento em que não se analisa nem se discute a ausência da Ética, ramo do conhecimento necessário não para emitir juízos de valor, mas para se chegar à justiça e à paz.

A própria incapacidade de decisão política e a falta de neutralidade dos envolvidos nos processos de negociação da paz, tem levado para o centro do conflito a desconfiança, principalmente por parte dos palestinianos, que se têm radicalizado cada vez mais através dos grupos extremistas que, ao adoptarem uma ideologia religiosa, se sentem mais fortes no embate com o poder superior de Israel. Eles fazem mergulhar a sua própria população e a região numa situação de insegurança e de risco total na medida em que não apenas resistem, mas combatem violentamente, o que dificulta ainda mais a paz que fica a mercê de poderes ideologicamente divergentes e pouco hábeis para o diálogo.

“A frustração sentida pelos Palestínianos em face da aparente falta de vontade dos Estados Unidos em forçar Israel a endereçar as pretensões palestinianas, explica o recrudescer do extremismo nos Territórios Ocupados e grande parte do terrorismo muçulmano. As acções terroristas levadas a cabo pelos movimentos HAMAS, Jihad e as

Brigadas de Mártires de al-Aqsa, são considerados meios legítimos para avançar os interesses palestinos. Este ponto de vista parece tanto mais lógico quanto grande parte da população, tanto na Faixa de Gaza, como na Margem Ocidental, sente que a OLP (Organização de Libertação da Palestina) e Yasser Arafat aceitaram acordos de paz com Israel que não servem minimamente os interesses palestinos. Alegam que os Acordos de Oslo de 1993 terão servido antes para dar legitimidade ao Estado de Israel, para assegurar a sua aceitação por parte dos seus vizinhos árabes, e para pôr fim ao embargo económico dos Estados árabes a Israel” (PINTO, 2008: 43).

Tudo isto é consequência de um conflito sobre o Estado palestino, que ainda está por resolver, conforme foi determinado pela própria ONU. Como a situação se arrasta e não se resolve de modo definitivo, a tendência é aumentar o sentimento de desconfiança em relação àqueles que se dizem responsáveis por negociar e estabelecer a paz. Associada à desconfiança, aparece a revolta e a indignação, que encontram a possibilidade de serem extravasadas, em muitos casos, por meio de ideologias radicais.

Neste caso, mais um obstáculo para a paz se sobrepõe aos já existentes. Sabemos que as motivações originais do conflito israelo-palestino são territoriais e não ideológico-religiosas mas, na tentativa de se chegar ao objectivo final que, para a Palestina é ser realmente um Estado e, para Israel, em querer manter-se como Estado na sua integridade, surge a ideologia para impulsionar a luta de legitimação do poder, ou para conquistá-lo e, aí, estamos ante mais um obstáculo difícil de ser superado.

A aposta na viragem islâmica, pelos palestinos, através da ideologia religiosa, é o meio que aqueles que se sentem humilhados e injustiçados dispõem para, na sua concepção, atingir a justiça que pode ser social ou divina. Toda a acção passa a ser coordenada por um contra-poder na tentativa de se mostrar forte e coerente com os seus princípios ideológicos-religiosos e, assim, se vingar dos ultrajes sofridos por parte de um poder estatal muito mais poderoso.

Ideologicamente, há-de reconhecer-se que a posição islâmica de resistência é forte, mas não podemos esquecer que Israel, de certo modo, é fruto da forte ideologia sionista que, até nos dias actuais, exerce grande influência no Estado e em parte da sociedade judaica. Ao ser uma ideologia étnico-racial, o sionismo impera no sentido da negação da possibilidade de coexistir com os palestinos, que são considerados inferiores. A ideologia gera, demanda e comanda o poder na vertente de assegurar, na totalidade, o Estado judaico para os judeus.

O sionismo abarca variações ideológicas e concepções diferenciadas. O sionismo trabalhista, por exemplo, forma a esquerda do sionismo e tem a perspectiva socialista. Acredita no Estado judaico a partir da luta de classes e dos esforços da classe trabalhadora. Esta ideologia fundamentou a existência do trabalho no campo através da formação dos *kibbutzim*. O sionismo político tem a visão do Estado judaico que seria criado através do apelo internacional ou a uma potência importante, enquanto o sionismo cultural, cujo propósito não estava centrado em solucionar o “problema judeu”, mas do judaísmo que se via ameaçado pela civilização secularizada.

Urge falar, também, numa nova vertente ideológica, que compreende o pós-sionismo. Esta corrente ideológica diferencia-se do sionismo tradicional na medida que critica o Estado sionista e põe-no na posição de colonizador, o que para os sionistas coloca em risco o Estado judaico porque representa o nacionalismo israelita.

Os pós-sionistas idealizam a desconstrução dos mitos e “um pensamento cujos representantes mais conhecidos fazem parte da nova geração de historiadores. Seus estudos críticos, essenciais para uma visão mais equilibrada do conflito árabe-israelense, abriram uma brecha que, desde então, transformou-se em uma ruptura para a sociedade em Israel”(GOLDBERG, 2004, versão disponível online em 13-08-2009).

O embate entre os pós-sionistas e os sionistas tradicionais pode representar, também, a desestruturação do pensamento único em torno não só de uma ideologia, mas avançar criticamente para uma posição mais moderada e, conseqüentemente, mais flexível quanto ao problema com os vizinhos palestinos. Esta flexibilidade é importante ser percebida pelos palestinos que estejam mais dispostos para as negociações de paz, na medida em que poderão encontrar interlocutores interessados e mais independentes que os ocidentais que interpelam as negociações do ponto de vista do Ocidente.

Os próprios islamitas estão mais centrados na ideologia e na cultura ocidentais. O Ocidente responde com Israel, por querer impor a cultura ocidental a outros povos, aos fracassos nos acordos de paz deste conflito, entre outras tantas questões. Neste caso, não se pode negar que o Ocidente, muitas vezes, é pretensioso e procura ditar as regras. Tudo aquilo que é bom é ocidental e aquilo que não é torna-se inaceitável e errado.

Os ocidentais ainda não perceberam que os valores ocidentais não têm significado e interesse no mundo islâmico e, aqui, ocorre mais um embate ideológico, uma vez que os palestinos acusam o Ocidente de apoiar Israel e de enfraquecer a cultura islâmica por meio da influência da cultura ocidental.

“Após a guerra de 1967, muitos muçulmanos começaram a identificar o apoio ocidental a Israel como parte de uma conspiração Judaico-Cristã contra o Islão. Os Muçulmanos acreditam que a intransigência de Israel e a sua inobservância das resoluções da ONU favoráveis aos Palestinos (nomeadamente da Resolução 242 do Conselho de Segurança), é uma consequência do facto de Israel se sentir escudada pelo apoio incondicional prestado pelos Estados Unidos. Este apoio é de facto impressionante e traduz-se não só em apoio financeiro e militar, mas também na acção diplomática junto das Nações Unidas. Para os islamistas, é o apoio americano que impede a comunidade internacional de resolver o problema de uma forma satisfatória” (PINTO, 2008: 42-43).

Tudo pode não passar de mera intransigência islâmica, mas não se pode negar que o Ocidente tenta impor-se perante as diferenças culturais, embora negue o confronto civilizacional, como escreveu Samuel Huntington. Mais uma vez, a neutralidade ante um conflito da natureza do conflito israelo-palestino é essencial mas, ao analisarmos a posição adoptada pelo maior representante ocidental, os EUA, a neutralidade perde-se diante da atitude norte-americana na região a partir da II Guerra Mundial.

Os interesses económicos e estratégicos norte-americanos como por exemplo, o petróleo do Golfo Pérsico, o apoio financeiro e militar a Israel não deixam dúvidas de que há um jogo de interesses e de manobras que é realizado para se atingirem os objectivos pretendidos e que estão em primeiro plano enquanto que a resolução do conflito fica dependente desses mesmos interesses. Os interesses são evidentes assim como são evidentes o confronto e a propaganda ideológica.

Para os ocidentais é mais fácil identificar e, ao mesmo tempo, considerar como errado e inaceitável aquilo que lhes é diferente e que lhes foi ensinado ou ideologicamente inculcado como o sinónimo de atraso ou não civilizado. Enquanto isso, presenciamos, nos meios de comunicação de massa, várias referências ao modo de vida islâmico o que, muitos ocidentais, que nasceram e cresceram acreditando que a sua cultura é a correcta, a civilizada, não conseguem perceber que por detrás do politicamente correcto, tratando-se dos valores ocidentais, está oculto um autoritarismo em relação ao que é verdadeiro, bom e humano.

Com isto, não pretendemos fazer uma apologia da cultura muçulmana, nem da religião islâmica, mas analisarmos o facto de que, muitas vezes, o Ocidente age como

um colonizador, isto é, considera aquilo que não for Ocidental como atrasado ou inculto. Ao ser assim, para além dos poderes desiguais entre Israel e Palestina, o mediador principal das negociações de paz não só tem poder desigual, mas superior aos demais, principalmente sobre a Palestina, onde parte de sua população, além de pobre, é também muçulmana.

Ao partir do pressuposto de ser o maior e melhor poder, a tendência ocidental é, sempre que necessário, pender para o lado de Israel, que tem um estilo de vida parecido e é estrategicamente importante na região. Se a lógica do poder obedecer ao factor de aproximação por ordem hierárquica, a Palestina será sempre, para o Ocidente, o futuro Estado e um juguete para grupos extremistas que encontram na carência social os dispositivos necessários para o convencimento a adesão da ideologia religiosa que fomenta a “paz” através do ódio e da violência.

Cabe salientar que, antes de a Palestina se tornar efectivamente um Estado, é necessário romper com as intransigências e ambos os lados assumirem a responsabilidade de pôr um fim definitivo aos ataques e represálias. Renunciar à violência e ao terrorismo requer uma maior capacidade de autoridade por parte da ANP bem como o fim das retaliações, garantia de liberdade de ir e vir e interrupção da colonização por parte de Israel.

Um acordo final de paz só será possível mediante a concordância de ambos os lados e com base numa justiça que requer a renúncia das ideologias extremistas que porá fim ao terrorismo e à ideologia sionista no tocante à paralisação dos colonatos e o regresso às fronteiras originais. Tudo isto terá que ser posto de lado em nome de uma perspectiva futura, cujos alicerces sejam a Ética e o Humanismo.

O verdadeiro acordo de paz não pode estar submetido apenas aos pontos apontados por George W. Bush, em 2000, quando traçou a linha a ser seguida para a criação de um Estado palestino. A visão de paz e as condições para a sua obtenção, Bush resumiu em dois pontos: “que ‘o povo palestino tenha novos líderes, novas instituições e novos acordos de segurança com os seus vizinhos’ e que ‘a questão se resolva dentro do contexto de um acordo final para todo Médio Oriente’”. Obviamente não se exigia à sociedade israelita que devolvesse o seu apoio aos trabalhistas, único partido sionista maioritário interessado em alcançar um acordo com os palestinos, nem tão pouco que Israel se retirasse dos territórios que ocupava para, desta maneira, seguir a senda reiterada pelos Estados árabes com a Declaração de Beirute de 28 de Março de 2002, que chamava a uma completa retirada israelita dos territórios árabes

ocupados desde 1967, incluídos os sírios e os libaneses” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 203)<sup>42</sup>.

Ao analisarmos estes pontos apontados por Bush, percebemos qual é a visão norte-americana em relação ao conflito, bem como a receita que estes apontam para solucionar a questão. Em momento algum a proposta de Bush se volta para a chave do problema, que é a ocupação israelita. Ao longo dos seus discursos o presidente norte-americano sempre se referiu ao terrorismo palestino, mas esquivou-se e não tocou na ocupação feita por Israel nos territórios palestinos.

Para qualquer tipo de terrorismo não há justificativa, mas temos que ter em consideração que ele não surge do nada e sem nenhuma causa. A origem do terrorismo palestino é a situação deste povo, gerada pela ocupação feita por Israel. É neste ponto que o terrorismo palestino encontra as suas justificativas para executar ações violentas. A partir do momento em que a ocupação é apontada como causa da violência, isto pressupõe que qualquer acordo para se chegar à paz tenha, obrigatoriamente, o dever de partir deste ponto, pois todos e quaisquer problemas só são possíveis de resolução se partir das causas e não das consequências e, como vemos, o terrorismo é uma consequência.

Não é novidade que há uma relação simbiótica entre os EUA e Israel. Neste caso, não existe a neutralidade norte-americana para estar à frente das negociações de paz. Em 1996, o recém-eleito Benjamin Netanyahu recebeu de importantes políticos e académicos dos EUA, um documento que aconselhavam como Netanyahu deveria governar no sentido de defesa dos interesses israelitas numa perspectiva ultranacionalista, o que chocava com a política de Bill Clinton quanto ao processo de paz. Estas personalidades importantes do mundo da política norte-americana estavam próximas do grupo de pressão sionista, cujos interesses estavam bem representados por americanos preeminentes.

“Assim, defendiam que Israel deveria reclamar o direito milenar do povo judeu ao território palestino, que deveria defrontar as negociações desde a ideia de ‘paz por

---

<sup>42</sup> “que ‘el pueblo palestino tenga nuevos líderes, nuevas instituciones y nuevos acuerdos de seguridad com sus vecinos’ y que ‘la cuestión se resuelva dentro del contexto de un acuerdo final para todo Oriente Medio’. Por supuesto no se exigía a la sociedad israelí que devolviese su apoyo a los laboristas, único partido sionista mayiritario interesado en alcanzar un acuerdo com los palestinos, ni tampoco que Israel se retirase de los territorios que ocupaba para, de esta manera, seguir la senda reiterada por los Estados árabes com la Declaración de Beirut del 28 de marzo de 2002, que llamaba a una completa normalización com el mundo árabe a cambio de una completa retirada israelí de los territorios árabes ocupados desde 1967, incluidos los sirios y libaneses.”

paz' e de 'paz mediante a força' em vez de 'terra por paz', que deveria adoptar o direito de perseguição no interior dos territórios que estava sob o controlo da Autoridade Palestiniana, que deveriam aplicar o princípio de ataque preventivo em vez da represália, que deveriam separar Arafat da liderança palestina, que deveria derrubar Sadam Husein [*sic*] no Iraque para assim debilitar a posição da Síria, e que se tinha que fazer um esforço para aumentar ainda mais o apoio a Israel na sociedade e na Administração norte americanas" (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 197-198)<sup>43</sup>.

É incontestável não só a ideia, mas o plano de uma política de linha dura, com o propósito de desarticular e enfraquecer os palestinianos ao mesmo tempo, que deveriam ser forçados a aceitar a paz segundo o modelo israelita. Esta ideia norte-americana não se extinguiu no passado e, talvez, nem sequer no presente. Prova disto é que, posteriormente, no Governo George W. Bush, os autores deste plano continuaram a exercer influência na política americana, de forma ainda mais directa.

"Richard Perle foi o director de influente Conselho de Política de Defesa até que saltou o escândalo do conflito de interesses entre sua actividade privada e a política. Contudo, continua a ser um membro influente do Conselho. Por outro lado, Perle colocou Paul Wolfowitz, um dos seus protegidos, como secretário adjunto de Defesa. Outro autor e também protegido de Perle é Douglas Feith, Subsecretário de Defesa, terceiro na hierarquia do departamento. David Wurmser, é o ajudante especial de John Bolton, subsecretário de Controlo de Armas no Departamento de Estado e o homem do grupo de pressão neoconservador e pró-israelita imposto a um reticente Colin Powell" (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 198)<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> "Así, defendían que Israel debía reclamar el derecho milenario del pueblo judío al territorio palestino, que debía afrontar las negociaciones desde la idea de 'pa por paz' y de 'paz mediante la fuerza' en vez de 'tierra por paz', que debía arrogarse el derecho de persecución en el interior de los territorios que estaban bajo el control de la Autoridad Palestina, que debían aplicar el principio de ataque preventivo en vez de la represalia, que debían apartar a Arafat del liderazgo palestino, que se debía derrocar a Sadam Husein en Irak para así debilitar la posición de Siria, y que se tenía que hacer un esfuerzo para aumentar todavía más el apoyo a Israel en la sociedad y en la Administración norteamericanas."

<sup>44</sup> "Richard Perle fue el director del influyente Consejo de Política de Defensa hasta que saltó el escándalo del conflicto de intereses entre su actividad privada y la política. Sin embargo continúa siendo un miembro influyente del Consejo. Por otra parte, Perle colocó a Paul Wolfowitz, uno de sus protegidos, como secretario adjunto de Defensa. Otro autor y también protegido de Perle es Douglas Feith, Subsecretario de Defensa, tercero en la jerarquía del departamento. David Wurmser, es el ayudante especial de John Bolton, subsecretario de Control de Armas en el Departamento de Estado y el hombre del grupo de presión neoconservador y pro- israelí impuesto a un reticente Colin Powell."

Mais do que incerto, é improvável que o mediador norte-americano seja adequado no processo de negociação de paz. Isto não se refere somente ao passado, pois há um compromisso entre Israel e os EUA e ambos caminham na direcção dos seus próprios interesses. Não se pode negar o facto de que Israel é o país mais desenvolvido do Médio Oriente, sendo o aliado adequado para os norte-americanos.

As ilusões apagam-se não em virtude da inexistência de uma causa a ser negociada, dado que esta existe e é bem real. As ilusões desvanecem-se ante o perigoso jogo de poder que não deixa espaço para a génese do novo através de negociações que estejam além dos projectos e objectivos unilaterais. É importante não dissociarmos totalmente o conflito israelo-palestiniano da política internacional e, talvez, esta ligação ao exterior possa ter dificultado ainda mais a obtenção de uma solução definitiva de paz.

Israel é um importante instrumento da política exterior norte-americana no Médio Oriente, mas também não devemos ignorar o facto de que os judeus exercem forte influência na política norte-americana. Há uma forte troca de interesses entre estes dois países, onde Israel não merece a posição de pobre país inocente, porque sabe com quem trata e do que está a ser tratado, tendo-se beneficiado muito de tudo isso, pois além de ajuda económica, tem recebido forte ajuda em termos militares.

Israel não só recebe, mas também fornece importante ajuda aos EUA como, por exemplo, serviços de inteligência, pois possuem alguns dos operacionais mais bem treinados do mundo. Esta relação com os EUA tem influenciado decisivamente a política interna israelita, principalmente em relação aos palestinianos. É válido não esquecer que a política adoptada por Israel conta com o apoio quase incondicional dos EUA, seja para a adopção de melhorias internas, seja a nível de armamentos, seja na política de linha dura contra os palestinianos.

Todo o empenho em se chegar à paz durante o Governo Bush, em 1991, por exemplo, nada mais foi do que a necessidade de manutenção estrutural das alianças dos EUA no Médio Oriente. A presença dos EUA na região está alicerçada nos compromissos assumidos com Israel, Egipto e as indústrias petroquímicas. Tornou-se fundamental, para manter as alianças com os países árabes, uma certa estabilidade na região. Porém, esta estabilidade não se remete a um compromisso realmente sério e desinteressado, mas apenas para evitar que a “paz fria” entre Israel e o Egipto pudesse desencadear numa “guerra fria”, o que implicaria o envolvimento dos demais Estados árabes.

“O assentamento militar norte-americano na Arábia Saudita e no Golfo e os pactos de segurança com os Estados árabes aliados supunham um forte custo político para os regimes próximos aos Estados Unidos, que dificilmente poderiam suportar em caso de novas tensões com Israel. Impunha-se impelir um processo de paz, uma *pax americana*, que impedisse o estalido de novas crises na região e que desse argumentos aos regimes árabes aliados para justificar os seus pactos com os Estados Unidos e a tibieza da sua política em direcção a Israel” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 190)<sup>45</sup>.

Deste modo, Israel passou a ser um problema em relação à política exterior o que se tornou conveniente para os americanos, dado que era uma paz que poderia garantir certa estabilidade na região, uma vez que os inimigos de Israel não eram os mesmos inimigos dos americanos. Mas esta paz estava submetida à política tradicional dos EUA acerca do conflito, de modo que os interesses de Israel estariam assegurados mediante a condução do processo de paz pelos EUA, que travaram qualquer intenção que pudesse prejudicar os interesses israelitas.

A lógica da política norte-americana tem sido construída no sentido de entorpecer sistematicamente uma resolução justa para o problema e travar a possibilidade de participação neutra durante os processos de negociação de paz. A interferência dos EUA e das potências ocidentais são evidentes no contexto do processo de paz e influenciam as decisões finais que, quase sempre, beneficiam Israel.

Não restam dúvidas de que Israel é mais poderoso e, económica e militarmente, é superior aos palestinianos. São dois poderes desproporcionalmente desiguais envolvidos num mesmo conflito, no qual a capacidade de decisão e negociação parece ter estado, até hoje, nas mãos de Israel.

Na verdade, antes de partir para uma negociação directa com os palestinianos Israel, previamente, já fez uma negociação interna e conta, para isso, com o apoio dos EUA bem como de potências ocidentais sobre os quais também exerce influência, para garantir os seus intentos, o que acaba por não deixar saída aos palestinianos, que se vêem diante da única possibilidade que têm, que é rechaçar esses acordos.

---

<sup>45</sup> “El asentamiento militar estadounidense en Arabia Saudí y en el Golfo y los pactos de seguridad con los Estados árabes aliados suponían un fuerte coste político para los regímenes cercanos a los Estados Unidos, que difícilmente podrían soportar en el caso de nuevas tensiones con Israel. Se imponía impulsar un proceso de paz, una *pax americana*, que impidiera el estallido de nuevas crisis en la región y que diera argumentos a los regímenes árabes aliados para justificar sus pactos con los Estados Unidos y la tibieza de su política hacia Israel.”

Os diferentes segmentos da sociedade israelita não são homogêneos quanto à questão palestina. Enquanto há aqueles que são pacifistas e desejam simplesmente a paz, há importantes sectores que estão politicamente ligados às circunstâncias internacionais e ainda contam com o peso da capacidade decisória daqueles que são afectos aos diferentes matizes da ideologia sionista, cujas concepções diferem como, por exemplo, o sionismo trabalhista, político e cultural, cuja base é comum às três tendências, ou seja, elas partem do pressuposto da necessidade de uma maioria judaica, mas por razões distintas entre si.

Sobre essas diferentes concepções ideológicas sionistas incidem questões internacionais, que não passam despercebidas e são analisadas em contextos diferenciados. O próprio processo da globalização envolve pontos que não são ignorados por nenhuma corrente sionista e nenhum sector da sociedade israelita, mas são pensados de modos diferentes, embora todas as tendências convirjam num denominador comum, que é a eliminação dos obstáculos que se interpõem ao progresso do Estado e, indubitavelmente, o conflito com os palestinianos e os Estados árabes é um grande obstáculo.

A paz não é uma necessidade exclusiva da Palestina, mas também de Israel que, no mundo globalizado, necessita de estabilidade para atrair investidores e, principalmente, para o sector económico e financeiro poder participar no mercado globalizado. Em virtude disto, podemos compreender a atitude e viragem de alguns sectores da sociedade israelita, tais como os trabalhistas que têm se mostrado mais abertos ao diálogo e dos próprios sionistas.

“Além disso, no novo contexto, a ocupação territorial e a simbologia nacionalista do sionismo mais radical perdiam grande parte do seu sentido, pois a soberania, a segurança e o poder deslocavam-se para âmbitos que não dependiam do território e da força militar, e a ideologia convertia-se numa rémora que impedia a consecução dos novos objectivos” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 66)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> “Además, en el nuevo contexto, la ocupación territorial y la simbología nacionalista del sionismo más radical perdían gran parte de su sentido, pues la soberanía, la seguridad y el poder se desplazaban a ámbitos que no dependían del territorio y la fuerza militar, y la ideología se convertía en una rémora que impedía la consecución de los nuevos objetivos.”

A viragem do pensamento e de atitude pôde verificar-se durante o Tratado de Oslo e na oposição ao Partido Trabalhista. Muitos eram os interesses internos e divergentes em Israel e, por isso, parece bem claro com quem estava o poder de decisão sobre o conflito e o quanto se tornava difícil um processo de paz satisfatório, uma vez que havia muitas divergências de opinião e de atitude no próprio Estado de Israel.

Quanto à Palestina, ainda persiste o objectivo original, isto é, recuperar as suas terras e fundar o Estado palestino. Indubitavelmente, a Palestina também tem objectivos económicos e tem tentado construir uma economia de facto, mas necessita, primordialmente, de se constituir enquanto Estado e, quem sabe?, diminuir nem que seja minimamente o distanciamento quanto ao poder de Israel que, hoje, não reivindica terras ou Estado, mas luta pela manutenção e pelo desenvolvimento das suas estruturas estatais e sociais mesmo que tenha que se envolver em situações que esmagam ainda mais os palestinianos.

A diferença esmagadora de poder entre Israel e a Palestina faz subscrever um rascunho de Estado palestino, sob a égide das grandes potências mundiais que, lamentavelmente, se retraem diante da justiça e permitem que as arbitrariedades imperem ao serviço de interesses da política externa, na perspectiva de garantir os próprios interesses financeiros numa visão meramente economicista, onde a Ética e a Justiça ficam em último plano.

Enquanto a possibilidade de paz parece esvair-se ante os diversos interesses que se sentam à mesa das negociações, muitos palestinianos e israelitas sonham com a possibilidade de uma vida sem tantos contratemplos como os do presente, onde as perspectivas de uma sociedade justa são minadas pela incerteza e pela falta de credibilidade naqueles que se dispõem, em nome dos dois povos, a negociar um projecto de paz que é, acima de tudo, para muitos, um projecto de vida.

Há aqueles que pensam na possibilidade de os dois povos coexistirem dentro de um único Estado, mas isto não parece ser a melhor solução, pois o desentendimento entre judeus e palestinianos transcende os limites capazes do convívio social harmonioso num único espaço físico e social. Sabemos que isto não se aplica a todos os judeus e palestinianos, mas grande parte dos dois povos, além de sofrerem com o rumo que tomou o conflito, criaram certa desconfiança e mesmo ódios de ambos os lados.

Segundo um dos nossos entrevistados, “o Estado binacional é muçulmano. Os árabes, palestinianos hoje, são 5, 6 milhões e só tem 5 milhões de judeus. [...]”

Perderemos o Estado judaico. Tem 22 Estados árabes e só um país judaico. [...] O país binacional é, para nós, mais uma vez o Holocausto” (Entrevista 1).

Muitos também ainda estão ligados à História dos seus antepassados, cuja origem remonta a milénios, e reivindicam o direito legítimo sobre o território com base nesta simbologia, o que amplia os antagonismos, pois o poder simbólico exerce grande influência em ambos os contendores.

Como argumenta uma entrevistada em relação à destruição das oliveiras por parte dos judeus, que além de prejudicar economicamente os palestinianos, feriu a identidade cultural desse povo, na medida em que “há uma relação íntima entre o povo palestiniano e as oliveiras. Esta relação está relacionada com uma identidade palestiniana, e tirar estas oliveiras significa tirar umas centenas de anos” (Entrevista 2) aos palestinianos.

Israelitas e palestinianos têm a sua História, costumes e tradições e têm o direito legítimo de os preservar e transmitir aos seus descendentes, o que implica a necessidade da soberania, para ambos os povos viverem em paz e de acordo com os seus costumes e tradições, dentro do seu próprio espaço territorial longe de quaisquer tipos de ameaças ou dominação.

Torna-se impensável vermos os dois povos dentro de um mesmo Estado depois de anos de conflito marcados pela superioridade, dominação e humilhação impostos por um lado sobre o outro. O perdão pode ser algo divino e humano, mas não podemos iludirmos, pois o povo palestiniano não parece estar disposto a esquecer tudo o que já passou, resignar-se ao mesmo tempo que convive e partilha da mesma sociedade, economia e política com os judeus e vice-versa.

Actualmente, Israel limita os direitos aos cidadãos palestinianos. Isto pressupõe que este Estado não está disposto a partilhar com o seu adversário as mesmas decisões a nível de Estado e sociedade. Há que questionar a hipótese do Estado binacional, que não parece comportar uma ideia capaz de dois povos rivais e de diferentes culturas dividirem o mesmo corpo político, social e institucional.

“Actualmente vivem na Terra Santa dois povos, um israelita, outro palestiniano. Pode-se sonhar, como alguns intelectuais palestinianos e israelitas, juntá-los num único Estado; é uma bela utopia que a nossa geração não verá concretizar-se. E, em qualquer dos casos, nenhuma solução poderá ser imposta de forma unilateral, nem aos palestinianos nem aos israelitas” (GRESH, 2002: 65).

A opção genuinamente romântica para a resolução do conflito israelo-palestiniano não condiz com a realidade do problema. Vários são os pontos divergentes, como vimos, que dificultam uma solução que permita a paz. Chegar a um consenso requer o empenho de ambos os povos, onde cada um possa agir conscientemente e renunciar ao terrorismo e Israel tem que se comprometer, perante a comunidade internacional, na sua intenção de se retirar das terras palestianas, mas não pode ficar somente nas intenções, há necessidade de se porem em prática todos os compromissos assumidos, o que tem faltado até hoje.

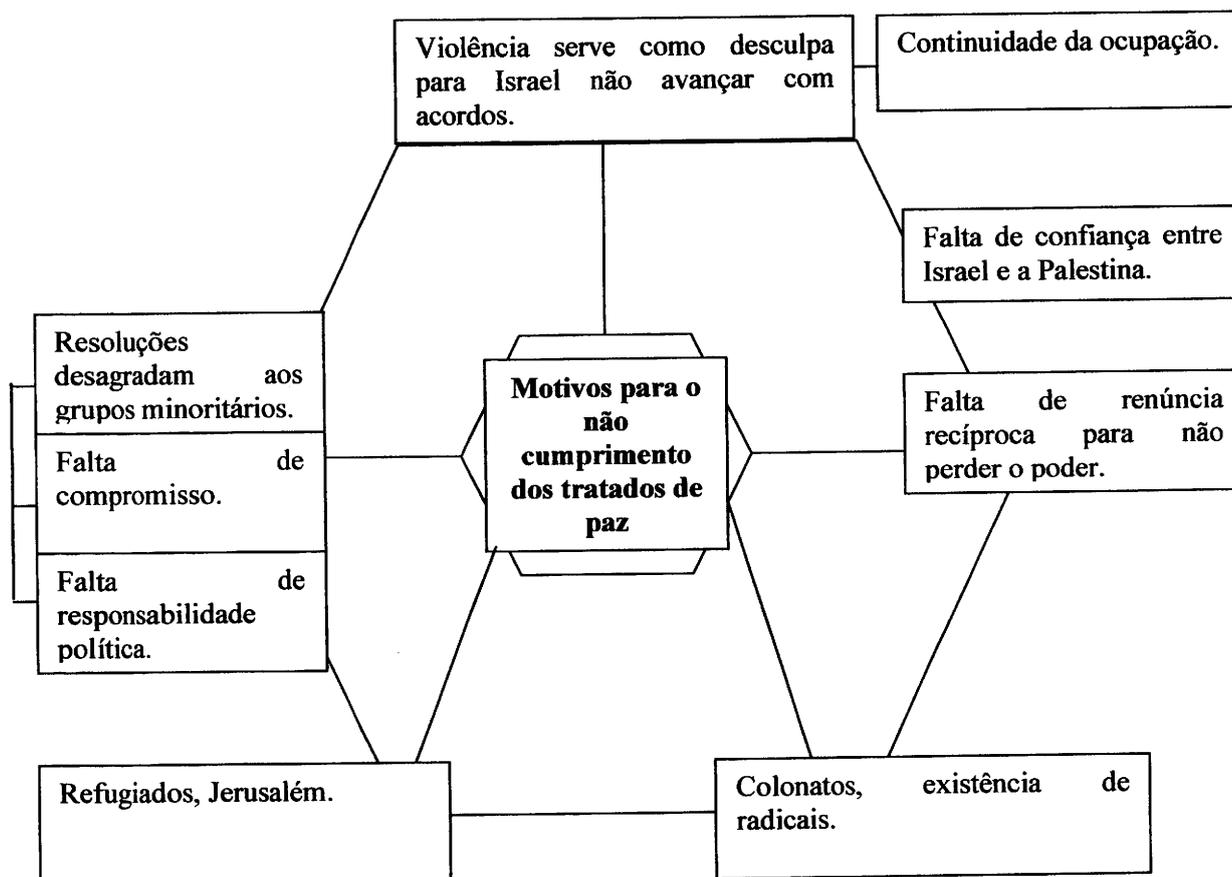
A mediação dos acordos de paz não dispensa a actuação da comunidade internacional, mas esta, mais uma vez vale a pena repeti-lo, tem que ser neutra e ter autoridade suficiente para exigir a ambos os povos que as decisões tomadas sejam colocadas em prática. Em nome da paz há a necessidade de se repensar também a posição dos Estados com poder de decisão e exigir aos mesmos uma mudança de postura na condução das negociações para pôr fim ao conflito.

“O papel das corporações internacionais existentes, nomeadamente a ONU, precisa também de ser repensado. Sempre presente, e usualmente requerida, não tem um papel definido na resolução de disputas. A sua estratégia e operação estão sempre à mercê de poderes políticos em mutação. A ausência de um intermediário neutral, e que seja capaz de agir sem autorização prévia do Conselho de Segurança, tem sido a falha mais óbvia no sistema de gestão de disputas” (HOBSBAWM, 2008: 33).

Tudo isto compreende uma série de pontos essenciais para pôr fim ao conflito entre israelitas e palestinianos. É justo e necessário que a intervenção internacional seja no sentido de ajudar para que haja dois Estados com fronteiras efectivamente reconhecidas internacionalmente e com plena liberdade de acção, de acordo com os seus costumes e culturas.

É importante que a paz negociada não seja meramente económica ou diplomática, mas política e decidida bilateralmente, sem imposições quer de um lado quer do outro. Enquanto uma das partes se sentir prejudicada, como tem acontecido até hoje, dificilmente se chegará a uma paz duradoura, que é tão necessária, pois o preço da guerra é muito alto tanto para os israelitas quanto para os palestinianos.

Tendo presentes as informações obtidas junto dos nossos entrevistados, apresentamos a figura 7, que explicita os motivos para o não cumprimento dos tratados de paz.



Fonte: Entrevistas

**Figura 7 – Motivos para o não cumprimento dos tratados de paz**

Os motivos que impedem o cumprimento dos tratados de paz são muito diversos. Eles vão desde as reivindicações particulares ou de grupos à falta de compromisso político, servindo-se os beligerantes de actos violentos para romper os acordos assinados. Como afirma um dos nossos entrevistados:

“Penso que, em Israel, os líderes nunca aceitaram inteiramente a chave de uma paz viável, duradoura e justa que é a desocupação dos territórios conquistados em 67. Continuam a querer manter as vantagens derivadas dessa conquista [...], intransigência

israelita em relação aos colonatos, a certos aspectos dos colonatos e de outras questões: a dificuldade em encontrar uma fórmula para satisfazer a reivindicação necessária dos palestinianos que têm a ver com o direito ao retorno à Palestina dos refugiados” (Entrevista 7).

### **5.3. Principais intervenientes políticos no processo de paz entre Israel e a Palestina**

A intensificação do conflito entre Israel e a Palestina tornou necessária a presença de mediadores políticos externos para negociar um possível acordo de paz entre os dois povos. Embora até aos dias actuais ainda não tenha sido efectivada uma paz duradoura, vários intervenientes têm actuado nos processos de negociação de paz. De entre estes intervenientes, destaca-se o Quarteto, que tem participado nas negociações no sentido de mediar e apontar soluções para o conflito e estabelecer a paz entre israelitas e palestinianos.

O Quarteto está na linha de frente na condução das negociações de paz. A ONU, que votou pela partilha da Palestina em 1947 e, em 1951, também passou a actuar na região, procedendo à distribuição de ajuda humanitária aos refugiados palestinianos, através da agência UNRWA prestando, neste âmbito, auxílio a este povo até à actualidade. A presença da ONU, na região em conflito, tem sido marcada pela acção política e humanitária que, muitas vezes, tem encontrado obstáculos ao prosseguimento do seu trabalho mediante a actuação de um outro membro do Quarteto, os EUA.

Os EUA, na verdade, não são um interveniente neutro e têm demonstrado nas suas acções políticas para a região e durante as negociações para a paz, um posicionamento fiel aos interesses de Israel e aos seus próprios interesses, tendo-se mostrado contrários a uma negociação justa em relação aos palestinianos. Relativamente aos obstáculos criados pelos EUA, devemos remeter-nos ao ano de 2006, quando o Quarteto manifestou a necessidade de fornecer ajuda aos palestinianos através de um mecanismo internacional temporário, após o alerta do Banco Mundial à ANP sobre as dificuldades em organização e serviços básicos.

Sobre esta questão, o jornal *Público* escreveu o seguinte:

“Os Estados Unidos, que inicialmente se opuseram a uma proposta europeia para que a ajuda ao povo palestino fosse canalizada através de um mecanismo internacional como o Banco Mundial, afirma agora que qualquer decisão nesse sentido terá que ter em conta algumas limitações, de forma a que o Hamas, que lidera a Autoridade Palestiniana, não receba esse apoio” (PÚBLICO, 2006, versão disponível online em 09-05-2009).

Os mais recentes posicionamentos norte-americanos contrários à ONU deram-se em finais de Setembro de 2009 quando, ao participar pela primeira vez como membro no Conselho de Direitos Humanos da ONU, criticaram o relatório elaborado por este organismo, referente ao último ataque israelita contra Gaza, por ser “parcial e anti-israelita.” Segundo o *DN Globo por Lusa*, “o secretário de Estado Adjunto para a Democracia, Direitos Humanos e Trabalho dos Estados Unidos, Michael Posner, afirmou que o documento é ‘profundamente parcial’ e ‘débil’ na sua metodologia” (DN GLOBO – por Lusa, 2009, versão disponível online em 29-09-2009).

Ao serem um interveniente de grande peso, os EUA têm conseguido travar, ou retardar, certas acções na região da Palestina, sobretudo no que se refere aos palestinianos. A presença americana segue não somente pelo viés político, mas também económico e militar uma vez que presta ajuda económica e apoio militar a Israel. A atitude norte-americana tem contribuído para agravar as rivalidades e aumentar as desconfianças entre os actores do conflito, o que se torna inconcebível por se tratar de um interveniente importante e com poder de decisão.

A Rússia é um outro membro importante do Quarteto, embora mais discreto, mas que, por vezes, adopta atitudes ambíguas. Em determinadas ocasiões, a Rússia tem-se posicionado de maneira oposta aos demais membros do Quarteto e noutras, tem entrado em colisão com os EUA e a UE. Embora seja parte integrante de um grupo destinado a trabalhar para a paz e com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, a Rússia tem manifestado, como afirma Henrique Rattner, na *Revista Espaço Académico*, apoio à “Síria e continua a fornecer armas e equipamentos ao Irã para a construção de centrífugas de urânio, matéria-prima para a produção de artefactos nucleares” (RATTNER, 2007, versão disponível online em 01-10-2009).

O trabalho da UE, assim como o da ONU, não se limita às negociações políticas, mas executa acções humanitárias através da agência ECHO, que foi criada em 1992, e

trabalha em rede com outros parceiros, tais como a ONU, a Cruz Vermelha e ONGs da região. A agência ECHO visa actuar, também, em situações de emergência.

“Segundo a Delegação da Comissão Europeia, na qualidade de doador humanitário activo, a Comissão Europeia, através do ECHO, coopera estreitamente com os parceiros que prestam assistência no terreno – organizações não governamentais, organismos da ONU e Cruz Vermelha/Crescente Vermelho – para fornecer alimentos e equipamento, água potável e saneamento, abrigo, instalações médicas e sistemas temporários de comunicações” (DELEGAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA, s. d., versão disponível online em 05-10-2009).

O trabalho para a paz envolve também a comunidade internacional e ONGs, regionais e internacionais, com a participação de vários países, e tem contribuído para a resolução de determinadas questões e para o restabelecimento da paz, mesmo que temporária. Neste contexto, cabe destacar a participação da Noruega, cuja actuação tem sido importante na mediação do conflito israelo-palestiniano. A neutralidade e a experiência deste país em intervir e mediar conflitos com o propósito de se chegar à paz deve, aqui, ser posta em evidência.

A Noruega já desempenhou um papel fundamental no processo de paz e no conflito israelo-palestiniano como, por exemplo, no Acordo de Oslo, em 1993, que resultou na paz entre Israel e a OLP. Através do Mapa da Paz (*Road Map to Peace*), a Noruega desenvolve o seu trabalho e mantém certa discrição nos esforços para a obtenção da paz, mantendo-se sempre em sintonia com os intervenientes principais. As ONGs locais também são mantidas em sintonia, numa concepção da necessidade de que a comunidade internacional fale a mesma linguagem.

Cada conflito é tratado na sua especificidade, o que decorre da capacidade do mediador em se adaptar a diferentes situações, pois se cada conflito é único, não existe uma fórmula que se aplique a todos. Neste sentido, a Noruega enquanto interveniente imparcial, mantém o diálogo com as partes envolvidas, a partir do conhecimento prévio do conflito em questão.

A participação norueguesa nos processos de paz não ocorre somente nas negociações entre as partes conflitantes, mas também se torna visível no apoio aos responsáveis para que os acordos estabelecidos sejam cumpridos, apoiando a

reconstrução imediata de áreas afectadas pela guerra, para possibilitar melhorias para a população das áreas atingidas.

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, “os esforços da Noruega em processos de paz e reconciliação têm, com frequência, a sua origem nas actividades de ONGs norueguesas em zonas de conflito. Redes de igreja, organizações humanitárias, instituições de investigação e sindicatos têm, muitas vezes, um grande conhecimento da situação nas zonas afectadas e contactos nessas áreas e, desse modo, as autoridades norueguesas tiveram a possibilidade de contribuir para o conhecimento e as redes desenvolvidas pelas ONGs. As ONGs norueguesas ajudaram a preparar o caminho para negociações e desempenharam um papel de especial importância nas fases em que era necessário estabelecer confiança entre as partes” (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NORUEGA, s. d., versão disponível online em 05-06-2009).

A nível regional, no conflito israelo-palestiniano, destaca-se como interveniente a Liga dos Estados Árabes. Embora os membros desta organização se encontrem em diferentes continentes, como a África e a Ásia, aquela é considerada pela ONU, como uma organização regional, cujo principal factor comum entre os países-membros é a religião islâmica e a língua árabe.

A Liga dos Estados Árabes, enquanto interveniente regional, objectiva uma “paz total” com Israel (Israel em paz com todos os países árabes) mediante o fim dos colonatos e o retorno às fronteiras anteriores a 1967, o estabelecimento do Estado palestino soberano nos territórios da Cisjordânia e Gaza, com capital em Jerusalém Oriental. Estes são os pontos essenciais para a paz, do ponto de vista árabe.

Os árabes também exigem de Israel a libertação dos presos palestinianos e de árabes de outros países. Embora a quase totalidade destas exigências esteja na raiz do conflito, a Liga dos Estados Árabes tem-se posicionado de modo mais flexível quanto ao problema dos refugiados.

Sobre este problema, é possível verificarmos a posição dos líderes árabes mediante a informação fornecida pelo *Arabesq – com EFE*, que nos relata o seguinte:

“Os Líderes árabes não mencionaram o direito de retorno dos refugiados palestinianos às terras ocupadas por Israel, ao invés disso mencionaram a necessidade de encontrar uma solução justa para a questão. O que pode incluir indenizações financeiras

ou compensações em territórios fronteiriços” (ARABESQ – Com EFE, 2009, versão disponível online em 11-10-2009).

Para além das intervenções directas ao nível de negociações para a paz, onde estão envolvidas diferentes nações, cabe ressaltar a importante presença das ONGs, cuja intervenção é indirecta ao nível das negociações dos tratados de paz, mas pode dizer-se que são, também, intervenientes directas na medida em que mantêm contactos de proximidade com a população local e exercem um importante papel, não só ao nível da ajuda assistencial imediata, como da oferta de importantes contributos políticos e de oposição ao conflito.

Através das ONGs presentes na região tem se tornado possível a denúncia de injustiças sociais, de violação de Direitos Humanos e Civis. Isto proporcionado pela proximidade destas ONGs à realidade regional. O valioso contributo destas organizações pode ser verificado através das ONGs norueguesas como, por exemplo, a Agência Norueguesa de Assistência, a Nowac que, como já foi dito anteriormente, contribui para a intervenção deste país na mediação dos tratados de paz a partir do conhecimento directo que tem da realidade, a partir do seu trabalho junto às comunidades.

A actuação de diversas ONGs tem ajudado na luta pela paz entre israelitas e palestinianos e tem mostrado que é possível ambos os povos trabalharem juntos em torno de um objectivo comum. Este é o caso da ONG israelita B' T Selen, que trabalha em prol dos Direitos Humanos e exerce um importante papel de denúncia dos crimes cometidos por israelitas contra os palestinianos. Ou, ainda, o “Fórum de Famílias Enlutadas”, que reúne cerca de 500 famílias israelitas e palestinianas que tiveram pessoas da família vítimas do conflito e, ao invés do ódio, adoptaram a postura de trabalharem juntos pela paz.

A iniciativa do “Fórum de Famílias Enlutadas”, não é imediatista e tem o objectivo de promover uma cultura da paz por acreditar que não é através do ódio, mas da união, que se poderá construir um mundo melhor para as futuras gerações. Em reportagem realizada pelo jornalista Ari Peixoto, da TV Globo do Brasil, foi mostrado no *Jornal Nacional* que, “hoje, lado a lado, e ao lado de outras pessoas como Jona, Jamil, Nir e Muhamad, percorrem o país de norte a sul. Fazem palestras em escolas, fábricas e centros comunitários israelenses e palestinos, para mostrar, principalmente

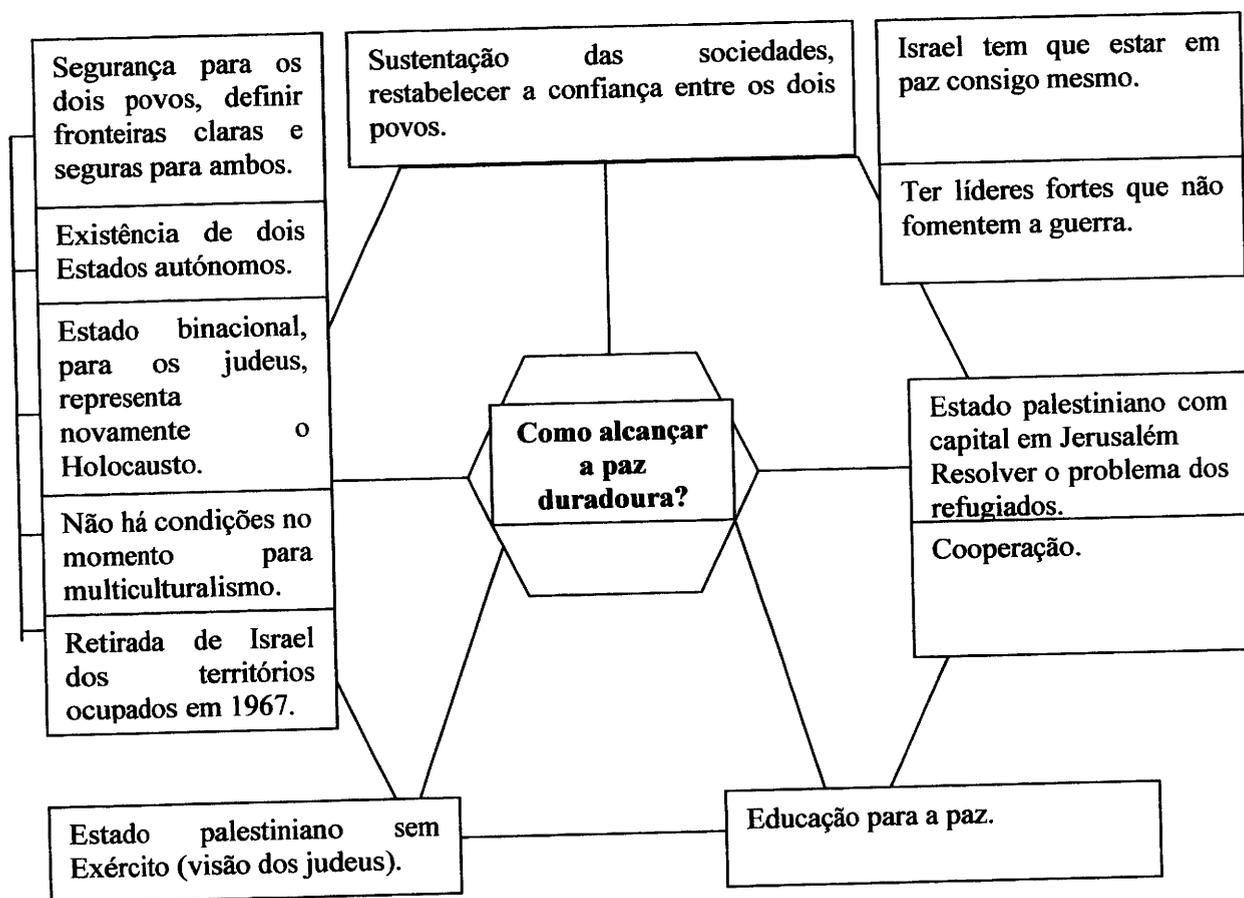
aos jovens, que é possível mudar essa situação” (PEIXOTO, 2009, versão disponível online em 16-06-2009).

Todas estas iniciativas de intervenção em prol da paz conduzem à possibilidade de uma nova perspectiva de vida para israelitas e palestinianos que travam, no dia-a-dia, a luta pela sobrevivência no meio de bombas e da violência. As ONGs, como B' T Selen, Free Gaza Movement, Defence for Children International, PHR (Médicos pelos Direitos Humanos), Al Haq, Yesh Din (Existe Lei) e tantas outras, incluindo as ONGs internacionais, intervêm de modo muito significativo junto à sociedade e não deixam morrer as possibilidades de paz, de justiça humana e social, num trabalho incansável ante os embates travados pelos dois povos e na perspectiva da construção de uma paz duradoura.

A construção de uma paz duradoura entre Israel e a Palestina requer dos intervenientes que o diálogo e as aspirações para solucionar o problema estejam na mesma sintonia. Os objectivos não podem ser díspares, nem desconexos, mas unidos por um objectivo comum, que é a construção de um ambiente mais harmonioso, onde seja capaz os dois povos conviverem e se exercerem pacificamente.

A intervenção e mediação feitas entre as partes conflituantes que já contou e ainda conta com nomes importantes do cenário internacional, não pode desmerecer nem isolar-se dos intervenientes locais que actuam através da proximidade com os dois povos e conhecem a realidade em que vivem. É na afinidade profunda entre todos os trabalhadores para a paz que se torna possível a construção de um elo entre aqueles que fazem do seu dia-a-dia o percurso para desconstruir os ódios e rivalidades e alcançar uma paz justa e duradoura.

Passamos a apresentar a figura 8, que sistematiza as informações proporcionadas pelos nossos entrevistados acerca dos meios necessários para se alcançar uma paz duradoura entre Israel e a Palestina.



Fonte: Entrevistas

Figura 8 – Medidas para se alcançar a paz duradoura

A paz é uma necessidade para israelitas e palestinos. Para atingir um tal desiderato, torna-se necessária a resolução de problemas antigos como, por exemplo, a questão dos refugiados, o estabelecimento de um Estado palestino independente e a devolução dos Territórios Ocupados por Israel. São, ainda, necessários o desenvolvimento de relações de cooperação mútua e um esforço incansável para

restabelecer a confiança entre os dois povos, promovendo-se uma educação voltada para a paz.

Sobre esta questão, dois dos entrevistados afirmaram o seguinte:

“Dividir o território e depois, construir um país palestino democrático, liberal, sem Exército, sem terrorismo” (Entrevista 1)

“Dar aos palestinos os seus direitos assim podemos ter uma paz duradoura. Acabar com a extensão dos colonatos, retirar dos territórios os de 1967, retirar de Jerusalém de Leste... Dar aos refugiados o direito para voltar e ter um Estado que tem o direito que qualquer Estado tem [...] um Estado com autonomia” (Entrevista 2).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve por finalidade analisar as questões relevantes do conflito israelo-palestino, bem como a disputa territorial, os interesses, as motivações e os obstáculos que impedem a possibilidade de uma paz duradoura entre judeus e palestinos.

A principal motivação continua a ser aquela que está na origem do conflito ou seja, a questão territorial, porém esta permitiu a gênese de outras motivações ao longo dos tempos, o que tem levado a uma luta acirrada nesta faixa de terra e tem gerado ódios e intolerâncias entre os dois povos que se debatem na perspectiva de alcançar o objectivo de habitar a Terra Santa.

O conflito israelo-palestino, que começou no século XX, chegou ao século XXI sem diminuir significativamente as rivalidades que, pelo contrário, se agravaram e se arrastam neste novo século, sem a grandeza do entendimento capaz de pôr fim aos longos anos de luta, violência e intolerância.

“O problema da convivência de dois povos (e de duas diferentes culturas) na mesma terra tornou-se logo um factor decisivo. E a maior parte das comissões que trabalharam para estudar a situação (por exemplo a Peel de 1937) chegaram à preocupante conclusão de que árabes e judeus eram irredutíveis e que portanto poderia parecer a solução mais lógica e desejável uma partilha do território” (CAMPANINI, 2007: 80).

A partilha territorial foi feita, mas a situação conflituosa permanece até aos dias actuais e, pior, parece ter ampliado as rivalidades e disputas, pois uma partilha nem sempre satisfaz a todos e, neste caso específico, devemos ter em consideração que, embora os palestinos fossem em maior número na época, ficaram com uma extensão territorial menor do que Israel, que ampliou a sua parte através da anexação de territórios após as vitórias alcançadas nas guerras contra os árabes e, ainda, estão sob o domínio judaico os lugares sagrados que, simbolicamente também são importantes para os palestinos.

Este conflito parece ser insolúvel e, desde a sua origem, tem sido marcado por uma grande rivalidade e tem-se agravado por uma disputa territorial que tem justificado

grandes embates e guerras que foram incrementadas pelos avanços tecnológicos e pelo aparecimento de grupos terroristas palestinos, que almejam o fim de Israel como causa de um passado pouco glorioso e de um futuro incerto.

Segundo Edgar Morin, “quando se perdeu o futuro e quando o presente está agonizante e infeliz que resta a fazer? O único meio de escapar a esta aporia é a de voltar sobre o passado, que deixa de ser um tecido de superstições para se tornar um recurso. É por isso que surgem no mundo fenómenos – chamados de integrismo, fundamentalismo, nacionalismo – que ganham formas extremamente diversas mas que têm por ponto comum o emergirem em situações de crise” (MORIN, 2007: 48-49).

No decorrer dos anos, permaneceram e ainda permanecem, importantes questões a ser resolvidas como, por exemplo, o problema dos refugiados e uma decisão definitiva para a formação de um verdadeiro Estado palestino. “A humilhação sistemática sofrida pelos Palestinos é sentida em maior escala por uma imensa maioria da população árabo-islâmica. Se este cancro não está resolvido e o direito à nação não for reconhecido à Palestina, a situação mundial pode agravar-se” (MORIN, 2007: 52).

Neste contexto, agravam-se os sentimentos de revolta e, mesmo, de humilhação frente a uma disputa incansável pela Terra Santa. Não se trata somente de um desentendimento por motivos culturais ou religiosos, mas sim no controlo de território e de fronteiras que, desde há muitos anos, se encontram sob a tutela de Israel.

Verifica-se que o constante embate que se dá nesta região é, também, fruto de uma diversidade de interesses que ultrapassam as fronteiras locais e adentram em territórios estrangeiros. Sabemos que, nesta região, o Ocidente tem tido interesses próprios, o que permite aos Estados ocidentais estarem não só atentos à região e, sempre que lhes é possível, intervêm no sentido de garantir os próprios interesses, principalmente no que se refere aos recursos petrolíferos.

Ao ser Israel um país de hábitos ocidentais, isto permite-lhe uma maior aproximação ao Ocidente; em contrapartida, o mundo árabe declara-o inimigo. Neste sentido, podemos ver mais um agravante na situação, pois além dos problemas originários do conflito, é acrescida mais esta problemática, que acaba por incitar ainda mais à repulsa em relação a Israel por parte de grupos contrários a este Estado, o que aumenta a desconfiança entre israelitas e palestinos.

Através da movimentação em direcção a interesses díspares e, ao mesmo tempo, com um ponto comum que é a posse ou domínio do território, israelitas e palestinos têm participado em batalhas, ceifado vidas humanas numa violência desproporcional, o

que tem gerado a desconfiança de um povo em relação ao outro e tem travado a possibilidade de negociações políticas eficazes no sentido de se pôr um fim neste conflito.

Como afirmámos, o conflito israelo-palestiniano tem longa duração e os motivos originários não permaneceram inertes, o que permitiu a acumulação e sobreposição de motivações que chegaram à actualidade e são extremamente explosivas e violentas.

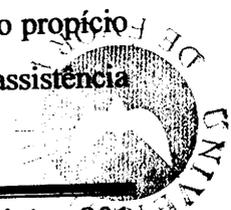
Trata-se de uma violência física e psicológica sofridas tanto pela sociedade israelita quanto pela sociedade palestiniana, mas sofrida com maior vigor por esta última. Isto porque os palestinianos, no decorrer do conflito, enfrentam uma força bélica e económica desproporcional que se reflecte nas retaliações feitas por Israel em resposta aos ataques palestinianos e que ultrapassam a destruição de casas, expandindo-se até às infra-estruturas já tão frágeis do “projecto” de Estado palestiniano.

Embora rival de Israel, a Palestina depende da boa vontade e da disposição deste Estado, que não parece ser muita. Israel tem dificultado a entrada da própria ajuda humanitária em território palestiniano para prestar socorro a uma população jovem, desempregada, cada vez mais empobrecida e desesperançada diante da instabilidade política, económica e social em que vive, em consequência do conflito.

Empobrecidos e isolados num território fragmentado, praticamente impedidos do acesso aos poucos recursos hídricos, energia eléctrica e com um sistema de saúde igualmente deficitário, com falta de trabalho, os palestinianos, principalmente os de Gaza, enfrentam uma situação de miséria extrema e, muitas vezes, quando conseguem romper as barreiras impostas por Israel, trabalham e são explorados pelos colonos judeus.

“O prolongamento do conflito árabe-israelense fez, inelutavelmente, com que milhões de pessoas continuassem na miséria. Frustradas, muitas dessas pessoas recorreram ao misticismo, rejeitaram o Estado moderno e imergiram no fundamentalismo religioso. Esses fatores hoje ameaçam a estabilidade e a paz da área e fazem periclitare interesses globais. Mais de um bilhão de muçulmanos em todo o mundo voltam os olhos para o Oriente Médio como o manancial da vida e a fonte da crença” (PERES, 1994: 57).

A fragilidade económica e social dos palestinianos tornou-se um campo propício para a dominação de grupos radicais, como o Hamas, que encontrou na assistência



social a esta população descrente na resistência laica e no próprio futuro, a via de acesso para a tomada de poder, cujo veículo é a ideologia religiosa que, com uma conotação política, se materializa na luta armada e nos atentados terroristas contra Israel.

Segundo um dos nossos entrevistados, o atentado “é uma forma do impotente, da pessoa que não tem poder nenhum, que está no fundo do poço, ninguém o ouve, ninguém quer saber das suas explicações, portanto é a única maneira que ele tem de se fazer ouvir” (Entrevista 11).

O Hamas assumiu a ponta da luta contra a ocupação e pela resistência frente a Israel. Aquele grupo passou a protagonizar o nacionalismo e a resistência palestinianos numa vertente ideológica que a princípio se mostrou imbuída num conservadorismo religioso mas que, principalmente após os fracassos de Oslo, se envolveu activamente na política e na acção social junto das camadas mais empobrecidas da sociedade palestiniana, que outrora tinha sido relegada para segundo plano pela Al Fatah.

Rapidamente o Hamas conseguiu atingir popularidade e pôde divulgar, junto das massas, um projecto de Estado palestiniano a partir de uma ideologia, cuja base é religiosa e propõe uma nação islâmica, negando-se a reconhecer a existência do Estado de Israel, o que para muitos se torna mais um empecilho no processo de paz.

A popularidade do Hamas permitiu-lhe vencer as eleições autárquicas e parlamentares, tendo entrado em choque com a Al Fatah, o que deu origem à divisão política da Palestina que, neste momento, não tem um único interlocutor capaz de satisfazer as partes. Isto implica indirectamente num certo obstáculo quanto a validade das negociações a partir do momento em que, num mesmo território, há duas facções com interesses políticos divergentes quanto ao objectivo e ideal a atingir.

É no contexto das divergências entre a Al Fatah e o Hamas que deparamos com os embates ideológicos e políticos. Se, por um lado, no momento actual, verificamos acções políticas direccionadas por uma ideologia, cuja base é religiosa, por outro lado também deparamos com o movimento sionista, que tem como alicerce uma ideologia, também ela nacionalista, na medida em que prega a auto-determinação do seu povo e a existência de um Estado judaico.

A criação de um Estado judaico significou alterações étnicas e geográficas na região. O país imaginado sempre esteve ligado a uma religião e culturas próprias, onde os hábitos peculiares ainda prevalecem. Este projecto de Estado judaico nunca foi rejeitado pela comunidade internacional, uma vez que a ONU aprovou os princípios desta pátria.

“O sionismo não é o corolário obrigatório, fatal, da continuidade de uma identidade judaica – assinala Maxime Rodinson –; é apenas uma das opções possíveis’. “E esta opção é criticável, não apenas como qualquer ideologia nacionalista, mas também porque a sua concretização – a criação de um Estado judaico – não é possível sem o desapossamento dos palestinianos. O sionismo inscreveu-se plenamente – numa aventura colonial. Esta foi e continua a ser a sua principal falta” (GRESH, 2002: 59).

Embora o ódio entre israelitas e palestinianos seja antigo, mesmo que ele não atinja a totalidade dos dois povos, estas concepções ideológicas têm acelerado ainda mais a rejeição de um povo em relação ao outro, a partir do momento em que as ideologias e concepções do mundo se propagam no dia-a-dia e penetram os meios sócio-culturais, acicatando as rivalidades.

“As pessoas não vivem só pela razão. Não podem calcular e agir de modo racional à procura do seu interesse próprio sem se definirem. A política do interesse pressupõe identidade. Em períodos de mudanças sociais rápidas as identidades estabelecidas dissolvem-se. É necessário redefinir e criar novas identidades. Às pessoas que perguntam quem são e donde vêm a religião fornece uma resposta indispensável e os grupos religiosos proporcionam pequenas comunidades sociais para substituírem as perdidas aquando do processo de urbanização. Todas as religiões, como disse Hassan al-Turabi, oferecem ‘um sentido de identidade e uma direcção na vida’. Neste processo as pessoas redescobrem ou criam novas identidades históricas. Quaisquer que sejam os objectivos universalistas que possam ter, as religiões dão às pessoas identidade, distinguindo entre crentes e não crentes, entre os membros superiores do grupo e os outros, diferentes e inferiores” (HUNTINGTON, 2001: 113-114).

Torna-se difícil negar que a rejeição e os ódios têm alastrado de um povo em relação ao outro e a situação dos palestinianos tem dado fôlego aos radicais islamitas, que encontram cada vez mais adeptos diante da crescente revolta e na busca de algo perdido no mundo em que vivem e, assim, tem propiciado os atentados suicidas e os contra-ataques violentos por parte de Israel.

As acções violentas, por parte dos radicais do Hamas e de outros grupos islâmicos, contam com o apoio financeiro de países contrários a Israel, e só têm servido para justificação dos contra-ataques deste país que mantém a ocupação do território

palestiniano. Em nome deste ideal, os palestinianos têm recorrido à resistência e à luta pela libertação através das acções terroristas.

À medida que os palestinianos radicalizam o movimento de resistência, Israel aperta o cerco através de medidas mais restritivas em relação à Palestina, alegando a necessidade de segurança e protecção dos seus cidadãos ante as ameaças e acções de grupos radicais palestinianos que deixaram a luta política propriamente dita e optaram pela luta armada sob a liderança do Hamas, da Jihah Islâmica e de outros grupos radicais. O contra-poder, representado por radicais palestinianos, justifica as suas acções terroristas como medidas necessárias para chamar a atenção da comunidade internacional para a sua causa. Como vemos, ambos os lados têm justificativas, e todos estão cientes de suas razões e verdades, mas alheios à necessidade de diálogo e de posturas políticas flexíveis e capazes de darem um novo rumo para a região e caminhar em direcção à paz e permitir para os seus cidadãos, uma verdadeira cidadania e garantia dos Direitos Humanos e Cíveis a que todos temos direito.

Neste enfrentamento interminável, as posturas inflexíveis e a intolerância caminham lado a lado, ora desmantelando acordos firmados, ora permitindo abusos dos Direitos Humanos inalienáveis. Sempre voltados para os parâmetros estabelecidos por uma elite dirigente revestida de astúcia quanto à capacidade de ludibriar parte dos seus cidadãos e angariar adeptos, ambos os lados rejeitam uma verdadeira negociação política em prol da colectividade e empreendem até mesmo uma guerra de propaganda na perspectiva de encontrarem apoio cada vez maior para os seus objectivos e numa crescente intolerância..

Segundo um dos nossos entrevistados, “essa intolerância é uma consequência da perpetuação do conflito. Digamos, não existia intolerância, ou pelo menos, não existia na medida em que ela hoje existe quando vagas sucessivas de imigração judaica começaram a chegar à Palestina e a comprar terras, ocupar terras, a expulsar aldeias palestinianas. Essa intolerância é o veneno visível do agudizar e da perpetuação deste conflito” (Entrevista 14).

Esta guerra desigual tem minado o lado mais fraco e implantado o terror físico e psicológico que atinge tanto os israelitas quanto os palestinianos e os acordos de paz, quase sempre, não têm passado do plano das tréguas enquanto os ânimos para o confronto armado continuam a ser alimentados pela desconfiança que impera entre as partes.

Diante de tal situação, as animosidades aumentam e a luta política cada vez mais, cede espaço para a luta armada na qual, por um lado se alega a resistência pelo direito à sua pátria e, por outro lado, as represálias efectivam-se no sentido de garantir a integridade de um Estado reconhecido internacionalmente.

Foi a partir da concepção de um Estado judaico que Israel conquistou a sua independência e se mantém ligado à ideologia sionista, que se remete para uma espécie de matriz etno-nacionalista capaz de fazer a distinção entre judeus e não judeus, de modo que a igualdade de direitos fica comprometida perante o ideal de Estado democrático.

É na oposição dissociada da capacidade de tolerância e flexibilidade presentes entre as partes e, principalmente, em muitos dos dirigentes políticos, que se tem dificultado as possibilidades de negociações e mantido a presença de ideologias, cujo poder acaba por se impor e impede uma visão real, mais humanitária e menos radical e elitista na condução das negociações dos processos de paz, que se têm se perdido frente a atitudes inflexíveis e, muitas vezes, detentoras de grandes interesses locais ou transnacionais.

Embora o conflito israelo-palestiniano seja um conflito local, ele consegue ultrapassar os limites fronteiriços porque se trata de uma região cujas riquezas petrolíferas constituem o sustentáculo das economias ocidentais e mexe com os interesses estrangeiros, de modo que as grandes potências com poder de decisão na ONU, parecem mais preocupadas na defesa e garantia dos seus interesses do que dar um voto pela paz e para a paz.

Praticamente todos os desenvolvimentos políticos, internos ou internacionais, têm sido infrutíferos quanto a uma solução para ir mais além do estabelecimento de tréguas e para se chegar a uma paz duradoura. Isto não significa que não se tenha conhecimento dos pontos essenciais a serem negociados para finalizar o conflito. Talvez o que possa ter ocorrido até hoje também, seja a falta de verdadeira vontade política e indubitavelmente, a consciência de que acabar definitivamente com o conflito ou, estabelecer uma paz duradoura, implica mexer em interesses estratégicos do Estado de Israel ou de potências estrangeiras na região.

A solução apontada até hoje para resolver o conflito envolve a devolução do território palestino anterior à Guerra dos Seis Dias, por parte de Israel, fim dos assentamentos judeus que são estratégicos não só em termos militares mas, principalmente, em termos de recursos hídricos; resolver o problema dos refugiados que

envolve o seu o retorno e uma solução para a cidade de Jerusalém que se encontra num impasse, uma vez que destina a ser capital não só de Israel, mas também da Palestina.

“Por sua parte, Israel deve deixar claro ante a comunidade internacional a sua real disposição em retirar-se dos territórios palestinianos, garantindo-se por suposto a sua segurança e a dos seus cidadãos, algo que não só é um direito, mas um dever de todo o Estado” (BERMEJO, 2002: 235)<sup>47</sup>.

Solucionar tais questões requer negociações políticas sérias e disposição por parte de Israel, que é o poder mais forte, de abrir mão para além do território, mas dos interesses estratégicos inerentes a esse território. Isto implicaria colocar em primeiro plano não um ideal de paz, mas um objectivo real de paz no sentido da existência de duas nações poderem coexistir pacificamente e permitir que a sociedade de ambas as nações possam auto-determinar-se e desenvolver-se social e economicamente dentro dos princípios da liberdade e com respeito pelas diferenças culturais e religiosas, assim como aos Direitos Humanos e Civis.

Para isso, cabe repetir um dos nossos entrevistados, quando ele afirma que a paz é a mesma para ambos os povos e é o “reconhecimento das razões e é ali procurar através, possivelmente, de um intermediário que consiga falar as duas línguas ao mesmo tempo e que as coisas tenham o cuidado de não serem vexatórias para um e bonificadoras para outro. Por que senão a história vai se repetir” (Entrevista 12).

Trabalhar politicamente neste conflito envolve a comunidade internacional, para a qual a neutralidade e a Ética são elementos essenciais tendo em vista a retomada das negociações pautadas por objectivos claros no sentido de salvaguardar o direito à vida, em sociedade, de modo saudável e em paz, tanto para a sociedade israelita quanto para a sociedade palestiniana. O valor humano e social saudável, para ambas as sociedades, deve estar acima dos interesses individuais ou dos grupos locais ou estrangeiros.

O trabalho político também tem que ter uma visão clara do conflito e deve actuar para não permitir a administração do mesmo por Israel ou por qualquer outra parte, que é, em nosso entender, o que está a acontecer na actualidade e é aquilo que tem mantido apenas tréguas nos combates em curto e médio período de tempo, enquanto o agravamento económico e social palestiniano é constante.

---

<sup>47</sup> “Por su parte, Israel debe dejar claro ante la comunidad internacional su real disposición a retirarse de los territorios palestinos, garantizándose por supuesto su seguridad y la de sus ciudadanos, algo que no sólo es un derecho, sino un deber de todo Estado.”

Sabemos que não é fácil Israel devolver o território aos palestinianos, mas tal não é impossível desde que haja disposição para tanto. Anteriormente, Israel já devolveu o Sinai para o Egípto e também a Faixa de Gaza aos palestinianos, embora esta última tenha sido feita como medida de contenção de despesas, dado que não era economicamente rentável.

Cabe entender que a devolução do território não implica o fim do Estado de Israel, pois ninguém que deseja a paz pretende a destruição de Israel. O que se é necessário é a possibilidade real de condições para um Estado palestiniano dotado de infra-estruturas e de autonomia para garantir uma vida digna para a sua população dentro de um território viável sob o ponto de vista geográfico, económico e social.

Assim como a devolução dos Territórios Ocupados não pressupõe o fim de Israel, isto também vale perante a existência de um verdadeiro Estado palestiniano, ao qual caberá o compromisso de se auto-determinar, garantir a segurança dos seus cidadãos e coibir os grupos terroristas que semeiam a violência dentro e fora do território nacional e ameaçam de destruição o Estado vizinho.

A solução para o conflito não pode estar norteadada pelo desejo de limpeza étnica de nenhuma das partes, mas numa solução justa e centrada no objectivo de garantir a segurança de Israel e num propósito de um Estado palestiniano democrático e laico que possa conviver pacificamente com os vizinhos judeus, independente de confissão religiosa, ideologias, sendo pautado pela igualdade de direitos e deveres.

A existência de um Estado palestiniano independente pressupõe a superação da fragmentação territorial e a sua recomposição através de uma infra-estrutura capaz de garantir as condições básicas de cidadania para a sua população, tais como trabalho digno, serviços médicos e hospitalares eficientes e uma educação dissociada de ideologias extremistas, quer sejam religiosas ou não, sem interferir na cultura e nos modos de vida da população e com capacidade para desarmar os grupos radicais existentes.

É nesta perspectiva que podemos vislumbrar o fim dos combates que têm ceifado muitas vidas humanas e têm levado a cabo a destruição de perspectivas de vidas por meio de um terror que fere e mata física e psicologicamente um sem-número de seres humanos. Isto não pode ser visto como algo inalcançável, pois alguns tratados de paz já poderiam ter permitido que se chegasse à tão almejada paz e a condições de vida em harmonia para os dois povos, se tivessem sido cumpridos na íntegra.

“O processo de paz é visto pela Assembleia Geral da ONU como um meio imprescindível para a paz, porque expressa o seu apoio para que continue com a esperança de chegar a uma paz justa e duradoura, sendo necessário para isso que se cumpram os acordos já alcançados” (BERMEJO, 2002: 159)<sup>48</sup>.

É justamente o cumprimento dos acordos que esbarra, principalmente, nas divergências de interesses entre israelitas e palestinos, acabando por se tornarem sem efeito diante das múltiplas intransigências das partes. Diante de tal situação, os israelitas ainda contam com o apoio norte-americano, defensor dos seus interesses particulares, e fazem malograr as possibilidades de se chegar a uma paz duradoura, condição essencial para, gradativamente, diminuírem os ânimos exaltados e se traçar um modo de vida mais justo e pacífico.

Na verdade, os acordos estabelecidos já traçaram os pontos essenciais para pôr fim ao conflito. A ONU já determinou os requisitos básicos para que se possa chegar a uma paz duradoura, mas aquilo que ainda não aconteceu foi a confiança e a disposição, entre as partes envolvidas, em estarem dispostas a cumprir o que foi estabelecido.

O estabelecimento da paz na região da Terra Santa talvez passe, também, por envolver menos os EUA, que não se mostram capazes de assumir a neutralidade diante do conflito, em detrimento não só dos interesses palestinos, bem como de todos aqueles que almejam a paz na região e o bem-estar de ambos os povos.

É imprescindível que as alternativas apresentadas pela ONU sejam respeitadas e cumpridas para por fim ao conflito entre israelitas e palestinos e em prol de um ambiente de paz para as duas sociedades envolvidas. O respeito tem que ser mútuo e centrado nos princípios dos Direitos Humanos, fazendo valer a verdade e a ética sem recorrer a subterfúgios.

Como já dissemos, Israel ocupou grande parte do território palestino e chegou a reconhecer a necessidade de fazer concessões à Palestina, no plano territorial, mas estas negociações e a possibilidade de concessões até hoje não foram efectivadas na totalidade, o que parece tratar-se apenas de um negócio. Todos os povos precisam de um território onde possam exercer-se livremente, como também necessitam de ser reflectidos como seres humanos e não como uma mercadoria à espera de um local onde possa ser depositada.

---

<sup>48</sup> “El proceso de paz es visto por la Asamblea General de la ONU como un medio imprescindible para la paz, por lo que expresa su apoyo para que continúe con la esperanza de llegar a una paz justa y duradera, siendo necesario para ello que se cumplan los acuerdos ya alcanzados.”

Verifica-se que, além das interferências externas, a população de ambos os povos não participa claramente num projecto de paz. Até hoje, temos visto negociações para a paz que parecem passar apenas pelos governantes à revelia da opinião e do desejo dos povos envolvidos. Isto porque, geralmente, as propostas de acordos são feitas de fora para dentro e não são originárias a partir dos povos envolvidos.

Fazer cumprir um acordo, ou um tratado, requer o bom senso de sentir a opinião pública, pois não se trata de um acordo individual, mas colectivo, e é necessário que as partes envolvidas manifestem o seu consentimento. Se tal não acontecer, estaremos ante tempo perdido e os protestos irão ocorrer, mas como reacção contrária, podendo abrir caminho para uma escalada de violência e para o aumento da desconfiança.

É imprescindível repensar a forma como tem sido tratada a questão da paz. Não basta a “boa vontade”, tem que se querer uma paz sustentável. A paz não pode ser negociada externamente e distante daqueles que vivem o conflito.

Como bem ressaltam José Manuel Pureza e Teresa Cravo, “o desafio de uma paz sustentável não pode em nosso entender, significar menos do que um distanciamento inequívoco das receitas institucionais, das relações de poder e dos códigos de relacionamento social que o neo-liberalismo transporta consigo” (PUREZA; CRAVO, 2005: 15).

É inquestionável que, para se estabelecer a paz numa área de conflito, como a Palestina, não estamos ante uma problemática de fácil alcance, pois trata-se de uma região onde há interesses e poderes diversos e antagónicos que são capazes até de fornecer “receitas” ineficazes de paz em benefício dos seus próprios interesses e em detrimento do futuro das populações.

“Colocar o objectivo de uma paz sustentável no horizonte dos processos de consolidação da paz passa, não só pela erradicação da guerra e das suas sequelas imediatas, como pela criação de condições para impedir que à violência militar venha substituir-se, a curto ou a longo prazo, uma violência social em intensidade crescente, traduzida em índices de violência doméstica e de criminalidade exponencialmente aumentados, ou na reconfiguração do relacionamento entre forças políticas e entre elas e a população em geral em termos verdadeiramente clonados das relações que propiciaram e perpetuaram a guerra” (PUREZA & CRAVO: 15).

Não basta uma atitude imediatista no sentido de se extirpar aquilo que é mais evidente pois, num conflito como o israelo-palestiniano, mesmo que não haja “ataques”, ele permanece latente e tem causas muito profundas, as quais exigem muita persistência e cuidados no tocante à resolução da situação.

Se as causas do conflito são antigas e fortes, torna-se necessário repensá-las no sentido não de tentar ocultá-las, ou sufocá-las, mas de criar condições para que as mesmas sejam trabalhadas por meios pacíficos e sérios quanto à possibilidade de as sanar e de criar condições económicas, sociais e políticas suficientemente estáveis para, aos poucos, dismantelar as fontes originárias da marginalização social e conquistar a confiança da sociedade em geral.

A Palestina não está fragmentada somente em termos territoriais mas, também, politicamente o que a torna mais frágil ainda. A partir do momento que vive uma instabilidade ante o domínio do poder político dividido entre dois grupos antagónicos acaba por acarretar um distanciamento visível da tão indispensável união em torno de um objectivo comum, capaz de superar as diferenças ideológicas, as concepções de mundo e de sociedade e partir para uma luta puramente política em busca da construção de um Estado democrático que garanta aos seus cidadãos e aos países vizinhos a harmonia e a segurança.

Esta divisão no interior da Palestina leva instabilidade à região, especificamente, em relação a Israel. Não há um controlo efectivo da ANP sobre as facções terroristas que actuam dentro e fora do território nacional. Isto acaba por permitir cada vez mais as ameaças sobre Israel, que responde de imediato com represálias violentas, ou toma medidas “preventivas” que subtraem as possibilidades de um cessar-fogo definitivo.

Partilhar uma mesma ideia ou uma mesma concepção de mundo, não é o que se pede, pois são modos de vida e culturas diferentes que têm que ser respeitados. Mas, é justamente no respeito que se centra a capacidade de, se não solucionar, encontrar as bases para um possível acordo capaz de superar a barreira da desconfiança, intolerância e rejeição entre os dois povos e tornar possível dois Estados política e socialmente estáveis.

Neste sentido, não bastam os discursos, mas urgem as acções concretas capazes de resgatar a cidadania daqueles que, há muito tempo, a perderam ou nunca a chegaram a ter. Estamos a falar de pessoas que nasceram e hoje vivem num mundo globalizado e “sem fronteiras”, mas que têm o seu direito de ir e vir cerceado.

Agir hoje, neste conflito, significa derrubar não somente as barreiras físicas que interpõem entre as pessoas e a paz mas, indubitavelmente, as barreiras económicas, sociais e mentais que discriminam os indivíduos e inibem o avanço nas questões fundamentais quanto aos direitos e deveres de todo e qualquer cidadão e principalmente, dos Direitos Humanos e Civis.

Para pôr em prática a resolução pacífica do conflito basta valermos-nos das várias Resoluções da ONU. Estas Resoluções já desaprovaram a ocupação de terras através das guerras, condenaram as acções terroristas, aprovaram a devolução das terras palestinianas, o direito de retorno aos refugiados, entre tantas outras questões fundamentais para por fim ao conflito e, portanto, basta cumpri-las bilateralmente e as futuras negociações talvez, não sejam para firmar novos acordos, mas para cumprir aqueles que já foram estabelecidos. Quando isto acontecer, pode-se começar a falar em resgate da cidadania e do respeito dos Direitos Humanos e Civis.

A estabilidade económica, social e política do ser humano é, sem dúvida, um pressuposto primordial para a paz. Enquanto os indivíduos continuarem a ser violados nos seus Direitos Cívicos e Humanos, dificilmente será possível se falar em Ética e numa paz duradoura. No caso do conflito israelo-palestiniano, a confiança entre os dois povos tem que ser resgatada gradativamente, cuja finalidade diminuir os ânimos exaltados e desarticular mediante esta confiança e através de diálogo aberto e franco, a vertente e a disposição para a luta armada. Como afirmou um dos nossos entrevistados, “enquanto não se desanuviar ou fizer desaparecer o clima de desconfiança, não é fácil uma solução que seja aceite” (Entrevista 9).

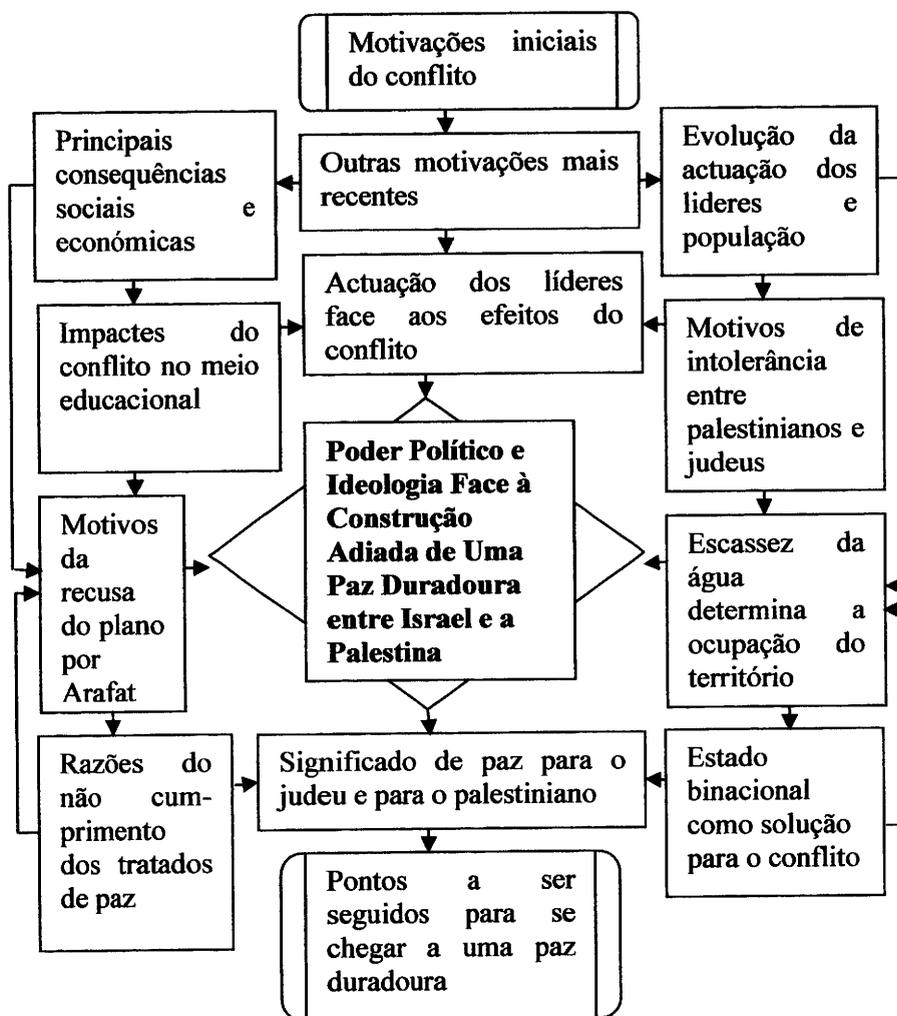
As ideologias radicais só terão fim quando cada indivíduo se libertar de todas as contrariedades impostas na sua vida pela guerra e pela destruição. Os ódios e os desejos de vingança terão que ser superados mediante possibilidades concretas de respeito pelo ser humano, independentemente de raça, cultura ou confissão religiosa. Esta tarefa, como bem sabemos, não é fácil e até se configura como utopia, mas é a única via plausível para finalizar o conflito e resgatar a paz e a dignidade humanas.

Fazer a guerra para se chegar à paz, isto israelitas e palestinianos já fizeram muitas e, aquilo que obtiveram até hoje, foi aumentar a rivalidade, o ódio, a intolerância e desprezo de um povo em relação ao outro. A paz não caminha à boleia dos blindados, dos aviões, das armas inteligentes, do lançamento de mísseis contra civis nem sequer através dos atentados suicidas. Estes mais são, na verdade, desejo de poder e obstáculos para a paz.

A paz há-de encontrar as suas raízes fecundantes no entendimento e respeito entre os seres humanos, na capacidade de negociar, não à revelia do bem geral e em defesa dos interesses próprios, mas com o sentimento de responsabilidade e em defesa da verdade dos factos, com vista a um futuro estável e em conexão com a liberdade, o que não desobriga o ser humano de cumprir com as suas obrigações e respeito ao próximo, para criar o alicerce de uma sociedade que exclua, definitivamente, a cultura beligerante e a substitua pela cultura da paz.

Conforme diz um dos nossos entrevistados, “a paz é o desejo de viver sem o sobressalto da intolerância, sem o sobressalto da guerra e nomeadamente no caso do povo judaico, o muito que sofreram durante a II Guerra Mundial, com o Holocausto [...] Para os árabes é o regresso ao estado de ausência de guerra, que é o estado de *salam*, ou a Paz entre todos” (Entrevista 10).

Apresentamos, através da figura 9, as linhas orientadoras e estruturantes deste trabalho, por nós analisadas ao longo das páginas anteriores.



Fonte: Entrevistas

**Figura 9** – Poder Político e Ideologia Face à Construção Adiada de Uma Paz Duradoura entre Israel e a Palestina

As questões fundamentais que nortearam a nossa investigação e as nossas entrevistas encontram-se sistematizadas na figura 9. As entrevistas contribuíram, em muito, para clarificar as questões por nós suscitadas. As categorias inventariadas representaram o alvo da nossa análise e permitiram-nos conjugar os pontos fundamentais que estão presentes desde o princípio do conflito israelo-palestiniano até às motivações mais recentes e às suas consequências sócio-económicas.

Consideramos que tais categorias nos permitiram obter uma visão mais ampla e pormenorizada do conflito, formando um conjunto coeso quanto à pertinência de diferentes problemáticas, que foram tratadas individualmente, mas não de modo isolado

umas das outras, na medida em que a nossa atenção esteve voltada para a singularidade de, embora diferentes, estarem intimamente ligadas enquanto causas e consequências.

A partir da análise das categorias acima sistematizadas, surgiram-nos novas interrogações sobre o conflito-israelo palestino. O trabalho que agora se conclui nunca teve a pretensão de responder a todas as questões suscitadas pelo conflito, na medida em que nenhum texto de índole académica pode ser considerado acabado. No momento em que o pano cai sobre esta dissertação, algumas hipóteses de trabalho ulterior se nos colocam: será que o fim do conflito israelo-palestino estará ligado ao cessar dos interesses externos na região? O fim da ajuda económica e militar dos EUA a Israel implicará o fim do conflito? Se o Hamas assumir o poder na Palestina esta transformar-se-á num Estado democrático ou, pelo contrário, cairá nas malhas do fundamentalismo islamita?

Estas questões, que ficam em aberto, deverão ser investigadas futuramente. Elas têm a sua tessitura na Ética, na Sociologia Política, mas também no Direito e nas Relações Internacionais, áreas do saber que terão um papel decisivo na hora das respostas a um conjunto de problemáticas que, sendo geograficamente situadas, possuem amplitude geo-estratégica de feição mundial.

## **BIBLIOGRAFIA**

AAVV (Edição preparada por Julio Cortés)

2005 *El Corán*, 9.<sup>a</sup> ed., Barcelona: Herder Editorial.

ADAMGY, Yiossuf Mohamed (Organização)

2009 *Palestina – Genocídio em Gaza*, Loures: Al Furqán.

ALLEN, Mark

2007 *Árabes*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, trad. Denise Bottmann.

ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio & IZQUIERDO Ferran

2005 *¿Por qué ha Fracassado la Paz? Claves para Entender el Conflicto Palestino-Israelí*, Madrid: Catarata.

BALIBAR, Étienne et al.

2004 *Anti-Semitismo: A Intolerável Chantagem, Israel-Palestina, Um “Affaire” Francês?*, Rio de Janeiro: Anima Editora, trad. Leneide Duarte-Plon.

BARDIN, Laurence

2007 *Análise de Conteúdo*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Edições 70, trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BERMEJO GARCÍA, Romualdo

2002 *El Conflicto Árabe-Israelí en la Encrucijada: ¿Es Posible la Paz?*, Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

BISHARA, Marwan

2003 *Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid*, São Paulo: Paz e Terra, trad. Regina Vasconcellos.

BURUMA, Ian e MARGALIT, Avishai

2006 *Ocidentalismo – O Ocidente aos Olhos de Seus Inimigos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, trad. Sérgio Lopes.

CAMPANINI, Massimo

2007 *História do Médio Oriente*, Lisboa: Editorial Teorema, trad. José Colaço Barreiros.

CHOMSKY, Noam

2004 *Ilusiones de Oriente Medio – Con la Inclusión de ¿Paz en Oriente Medio? Reflexiones Sobre Justicia y Nacionalidad*, Madrid: Editorial Popular, trad. Marcel Coderch.

COUTTE, Alain

2005 *A Manipulação Sionista*, São Paulo: Editora Imaginário, trad. Plínio Augusto Coelho.

COSTA, Helder dos Santos

2001 *O Revivalismo Islâmico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Centro de Estudos Islâmicos da Universidade Técnica de Lisboa.

CYMERMAN, Henrique

2004 *Entrevistas no Centro do Mundo*, 2.<sup>a</sup> ed., Parede: Prime Books Sociedade Editorial.

DAHRENDORF, Rolf

1982 *As Classes Sociais e Seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília: Universidade de Brasília, trad. José Viegas.

DONINI, Giovanni Pier

2008 *O Mundo Islâmico: Do Século XVI à Actualidade*, Lisboa: Editorial Presença, trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo.

FISAS, Vicenç

2008 *Anuario 2008 de Procesos de Paz*, Barcelona: Içaria Editorial, S.A.

FROMKIN, David

2008 *Paz e Guerra no Oriente Médio – A Queda do Império Otomano e a Criação do Oriente Médio Moderno*, Rio de Janeiro: Contraponto Editora, trad. Teresa Dias Carneiro.

GELLNER, Ernest

1993 *Nações e Nacionalismo – Trajectos*, Lisboa: Gradiva, trad. Inês Vaz Pinto.

GILBERT, Martin

2009 *História de Israel*, Lisboa: Edições 70, trad. Patrícia Xavier.

GRESH, Alain

2002 *Israel, Palestina – Verdades Sobre Um Conflito*, Porto: Campo das Letras, trad. Lígia Calapez Gomes.

HALLIDAY, Fred

2008 *100 Mitos Sobre o Médio Oriente*, Lisboa: Edições Tinta-da-China, trad. Pedro Serras Pereira.

HARMS, Gregory, FERRY M. Todd

2008 *The Palestine-Israel Conflict – A Basic Introduction*, 2.<sup>a</sup> ed., London: ANN Arbor, MI: Pluto Press.

HOBSBAWM, Eric

2008 *Globalização, Democracia e Terrorismo*, Lisboa: Editorial Presença, trad. Miguel Romeira.

HOBSBAWM, Eric

2001 *A Era das Revoluções*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Editorial Presença, trad. António Cartaxo.

HOBBSAWM, Eric

2008 *Guerra y Paz en El Siglo XXI*, 2.<sup>a</sup> reimp., Barcelona: Crítica, trad. Beatriz Eguibar, Ferran Esteve, Tomás Fernández y Juanmari Madariaga.

HUNTINGTON, P. Samuel

2001 *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Gradiva Publicações, trad. Henrique M. Lajes Ribeiro.

KAMEL, Ali

2007 *Sobre o Islã – A Afinidade entre Muçulmanos, Judeus e Cristãos e as Origens do Terrorismo*, 7.<sup>a</sup> reimp., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

KASSIR, Samir

2006 *Considerações Sobre a Desgraça Árabe*, Lisboa: Edições Cotovia, trad. António Gonçalves.

KEPEL, Gilles

2005 *The Roots of Radical Islam*, 3.<sup>a</sup> ed., London: SAQI, trad. John Rothschild.

KIDRON, Peretz (Org.)

2007 *Refusenik! Os Rebeldes do Exército Israelense*, São Paulo: Editora Casa Amarela, trad. Renato Pompeu.

LADA, José Luís Ferrando

2008 *Palestina e Israel – El Interminable Laberinto de la Paz*, Valência: UNED Alzira-Valencia.

LAQUEUR, Walter; RUBIN, Barry (Eds.)

2008 *The Israel-Arab Reader – A Documentary History of the Middle East Conflict*, 7.<sup>a</sup> ed., New York: Penguin Books.

LAWRENCE, Bruce

2008 *O Corão – Uma Biografia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, trad. Maria Luiza X. de A. Borges.

LEVI, David Meir

2006 *Grandes Mentiras*, s. l.: Via Occidentalis Editora, trad. Gaspar Libermman.

LEWIS, Bernard

2002 *O que Deu Errado no Oriente Médio?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, trad. Maria Luiza X. de A. Borges.

MAGNOLI, Demétrio (Org.)

2008 *História da Paz*, São Paulo: Editora Contexto.

MAcNAIR, M. Rachel (Ed.)

2008 *Trabajar por La Paz – Manual de Recursos Teóricos y Prácticos*, Bilbao: Ediciones Mensajero, trad. Andrea Alvarez Sáez.

MARQUES, Martins Ademar et al.

2007 *História do Tempo Presente*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Editora Contexto.

McLELLAN, David

1987 *A Ideologia*, Lisboa: Editorial Estampa, trad. M. F. Gonçalves de Azevedo.

MEIR, Marglit; SVIRSKY, Gila; YAHNI, Sergio et al.

2008 *La Respuesta Pacifista – Conversaciones con Miembros Israelíes y Palestinos de los Movimientos por la Paz*, Madrid: Catarata.

MÉSZÁROS, István

2004 *O Poder da Ideologia*, São Paulo: Boitempo Editorial, trad. Paulo Cezar Castanheira.

MORIN, Edgar & BAUDRILLARD, Jean

2007 *A Violência do Mundo*, Lisboa: Instituto Piaget, trad. Ana Paula de Viveiros.

MORRIS, Benny

2009 *One State. Two States – Resolving the Israel/Palestine Conflict*, Yale University Press New Haven&London.

MORRIS, Benny

2001 *Righteous Victims – A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881-2001*, New York: Vintage Books – A Division of Random House.

MORSE, Janice M.

1994 “Designing Funded Qualitative Research”, in NORMAN DENZIN & YVONNA S. LINCOLN, *Handbook of Qualitative Research*. Newbury Park, Sage: 220-235.

MUCZNIK, Esther; RUAH, Joshua

2007 *Israel – Ontem e Hoje*, Algés: Difel 82 – Difusão Editorial.

OLIVEIRA, Sérgio

1993 *Sionismo x Revisionismo x Fantasia x Realidade*, Pelotas: Revisão Editora.

OREN, B. Michael

2004 *Seis Dias de Guerra – Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, trad. Pedro Jorgensen Jr.

PAPPE, Ilan

2007 *História da Palestina Moderna – Uma Terra, dois Povos*, Lisboa: Editorial Caminho, trad. Ana Saldanha.

PERES, Shimon

1994 *O Novo Oriente Médio*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, trad. Donaldson M. Garschagen.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira

2008 *Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*,

2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van

1998 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Gradiva – Publicações, trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho.

REINHART, Tanya

2004 *Destruir a Palestina – A Segunda Metade da Guerra de 1948*, Lisboa: Editorial Caminho, trad. Ana Saldanha.

RODINSON, Maxime

1997 *O Islão Político e Crença*, Lisboa: Instituto Piaget, trad. Vasco Casimiro.

RUBIN, Barry

1992 *Cauldron of Turmoil – America in the Middle East*, New York-San Diego-London: Harcourt; San Diego: Harcourt-Brace-Jovanovich.

RUSSELL, Bertrand

1993 *O Poder: Uma Nova Análise Social*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Fragmentos, trad. Isabel Belchior.

SAID, Edward W.

2002 *Nuevas Crónicas Palestinas – El Fin del Proceso de Paz*, Barcelona: Mondadori, trad. Francisco Ramos.

SCHILLING, Voltaire

2003 *Ocidente x Islã – Uma História do Conflito Milenar entre Dois Mundos*, Porto Alegre: L&PM Editores.

SMITH, Dan

2008 *Atlas do Oriente Médio: Conflitos e Soluções*, São Paulo: Publifolha, trad. Mário Vilela.

SOUSA, Maria Carmelita Homem de

1986 *As Ilusões da Razão – Ensaios de Filosofia*, Porto: Brasília Editora.

TESSLER, Mark

2009 *A History of the Israeli-Palestinian Conflict*, 2.<sup>a</sup> ed., Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press.

TILLEY, Virginia

2007 *Palestina/Israel Un País, Un Estado: Una Iniciativa Audaz para la Paz*, Madrid: Ediciones AKAL, trad. Juan Mari López de Sá y de Madariaga.

UNESCO (Org.)

2006 *Imaginar a Paz*, Brasília: Paulus Editora, trad. Guilherme de Freitas.

ZIZEK, Slavoj (Org.)

2007 *Um Mapa da Ideologia*, 3.<sup>a</sup> reimp., Rio de Janeiro: Contraponto Editora, trad. Vera Ribeiro.

WARSCAWSKI, Michel

2004 *En la Frontera – Israel-Palestina: Testimonio de Una Lucha por la Paz*, Barcelona: Editorial Gedisa, S.A., trad. René Palácios More.

WEYER, Van de Robert

2003 *O Islã e o Ocidente – Uma Nova Ordem Política Religiosa Pós-11 de Setembro*, São Paulo: Edições Loyola, trad. Cláudio Queiroz de Godoy.

### **Revistas**

AAVV

2009 Al Furqán (O Critério do Bem e do Mal), 169:1-22.

CAMARGO, Cláudio et al.

2009 “Terrorismo de Israel.” *Isto É*, 2044: 70-79.

FONSECA, Patrícia & FIALHO, Filipe

2009 “Viver e Morrer em Gaza.” *Visão*, 827: 50-61.

McGIRK, Tim

2009 “Pode Israel Sobreviver a Mais Uma Guerra?” *Visão*, 828: 58-60.

PUREZA, José Manuel & CRAVO, Teresa

2005 “Margem Crítica e Legitimação nos Estudos para a Paz.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 71: 15.

### **Jornais**

MALLEY, Robert

2009 “Uma Guerra Sem Vencedores.” *Folha de S. Paulo*, n.º 29 135 – Ano 88, 8 de Janeiro de 2009: 11.

NINIO, Marcelo

2008 “Cresce Pressão Mundial por Trégua – Israel Analisa Proposta de Cessar-Fogo na Faixa de Gaza Após Atuação Diplomática das Grandes Potências.” *Folha de S. Paulo*, n.º 29 127 – Ano 88, 31 de Dezembro de 2008: 8-11.

NINIO, Marcelo

2009 “Bombardeio de Israel Mata Líder do Hamas.” *Folha de S. Paulo*, n.º 29 129 – Ano 88, 2 de Janeiro de 2009: 8- 9.

NINIO, Marcelo

2009 “Israel Reduz Ataques e Analisa Cessar-Fogo.” *Folha de S. Paulo*, n.º 29 135 – Ano 88, 8 de Janeiro de 2009: 10.

NINIO, Marcelo

2009 “Israel e Hamas Rejeitam Plano de Cessar-Fogo.”, Folha de S. Paulo, n.º 29 137 – Ano 88, 10 de Janeiro de 2009: 8

NINIO, Marcelo

2009 “Israel Comunica a Moradores de Gaza que Ampliará Guerra.” Folha de S. Paulo, n.º 29 138 – Ano 88, 11 de Janeiro de 2009: 13-17.

NINIO, Marcelo

2009 “Israel congela Avanço Militar à Espera de Solução Diplomática.” Folha de S. Paulo, n.º 29 141 – Ano 88, 14 de Janeiro de 2009: 10.

REDACÇÃO

2009 “Israel Matou Civis em Abrigo, Denuncia ONU.” Folha de S. Paulo, n.º 29 137 – Ano 88, 10 de Janeiro de 2009: 9.

REDACÇÃO

2009 “Plano Egípcio de Trégua tem Lacunas.” Folha de S. Paulo, n.º 29 135 – Ano 88, 8 de Janeiro de 2009: 12.

REPORTAGEM LOCAL

2009 “Relator da ONU Expulso de Israel Vê ‘Crime de Guerra.’” Folha de S. Paulo, n.º 29 135 – Ano 88, 8 de Janeiro de 2009: 12.

SCHENKER, Hillel

2009 “Pecados Originais da Guerra e Uma Saída.” Folha de S. Paulo, n.º 29 137 – Ano 88, 10 de Janeiro de 2009: 9.

### **Sites Consultados na Web**

ARABESQ – Com EFE

2009 “Em Reunião de Urgência Liga Árabe se Declara Disposta a Colaborar com Obama”,

<<http://www.arabesq.com.br/Principal/Pol%C3%ADtica/PoliticsArticle/tabid/79/ArticleID/1409/Default.aspx>>, (11-10-2009).

BALFOUR, Arthur James

1917 “The Balfour Declaration”,

<<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/The+Balfour+Declaration.htm>>, (27-02-2010).

BBC – BRASIL

2007 “Israel e Palestinos Lançam novo Processo de Paz nos EUA”,

<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071127\\_bush\\_annapolis2\\_dg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071127_bush_annapolis2_dg.shtml)>, (13-06-2009).

BICUDO, Francisco & MARCONI, Elisa

2008 “O Terrorismo e as Suas Manifestações Contemporâneas”,

<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=947>>, (03-07-2009).

BOCCANERA, Sílio

2008 “Entrevista – Ilan Pappé”,

<<http://video.google.com/videoplay?docid=7393572071611328722#>>, (26-08-2009).

CAVALLARI, Musa Marcelo

2006 “Dá para Conciliar Terror com Democracia? A Vitória Eleitoral do Hamas, Principal Grupo Terrorista Palestino, Põe a Humanidade Diante de uma Pergunta Insólita”, ed. n.º 402, <<http://revistaepoca.globo.com/revista/epoca/0,,EMI52983-15227,00DA+PARA+CONCILIAR+TERROR+COM+DEMOCRACIA.html>>, (12-06-2009).

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ – CNIR/FNIRF

2002 “A Palestina”,

<http://www.alfredo-braga.pro.br/discussoes/palestina.html> (28-04-2009).

COSTA, Renatho

2007 “A Crise no Oriente Médio entre Hamas e o Fatah”,

<<http://rcacademico.blogspot.com/2007/07/entrevista-publicada-em-cenrio.html>> (15-12-2008).

DELEGAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

(s. d.) “Ajuda Humanitária”,

<[http://ec.europa.eu/delegations/delgnb/eu\\_global\\_player/5.htm](http://ec.europa.eu/delegations/delgnb/eu_global_player/5.htm)>, (05-10-2009).

DISCOVERY CHANNEL

(s. d.) “Setembro Negro”,

<<http://www.discoverybrasil.com/munique/setembro/index.shtml>>, (05-05-2009).

DN GLOBO – por Lusa

2009 “EUA Criticam Relatório da ONU sobre Ofensiva Iisraelita”,

<[http://dn.sapo.pt/inicio/globo/Interior.aspx?content\\_id=1375949&seccao=M%E9dio%20Oriente](http://dn.sapo.pt/inicio/globo/Interior.aspx?content_id=1375949&seccao=M%E9dio%20Oriente)>, (29-09-2009).

FOLHA ONLINE

2007 “UE Questiona Funcionalidade do Acordo de Meca aos Palestinos”,

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104645.shtml>>, (19-06-2009).

FOLHA ONLINE

2009 “AI Acusa Israel e Hamas de Usarem Civis Palestinos Como Escudos Humanos”,

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u487919.shtml>>, (23-05-2009).

FOLHA ONLINE

2009 “Historiador de Origem judaica faz Crítica ao Movimento Sionista”, <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u489594.shtml>><<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u489594.shtml>>, (27-08-2009).

GOLDBERG, Itzhak

2004 “A Visão Corrosiva dos Artistas Israelenses”, <<http://diplo.uol.com.br/2004-11,a1016>>, (13/08/2009).

GRESH, Alain

2009 “Entrevista ao líder do Hamas – Khaled Mechaal: ‘Queremos um Estado nas fronteiras de 1967’”, <<http://pt.monediplo.com/spip.php?article419>>, (18-06-2009).

IOL DIÁRIO

2008 “Israel: Bush Quer Fim dos Colonatos Ilegais : O Presidente Norte Americano Espera Também que Terminem os Disparos de Rokets”, <[http://diario.iol.pt/noticia.html?id=901307&div\\_id=4071](http://diario.iol.pt/noticia.html?id=901307&div_id=4071)>, (11-02-2009).

KNELL, Yolande

2009 “Hamas Anuncia Programa para Compensar Palestinos em Gaza”, <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090125\\_hamasreconstruc\\_ao.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090125_hamasreconstruc_ao.shtml)>, (19-06-2009).

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NORUEGA  
(Sociedade&Política)

(s. d.) “Os Esforços da Noruega em Favor da Paz e Reconciliação em Diferentes Partes do Mundo”, <<http://www.noruega.org.pt/policy/peace/peace/peace.htm>>, (05-06-2009).

NETO, Luiz Salgado

(s. d.) “Tendências do Neoterrorismo em Israel”, <[http://www.consorciorj.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=88&Itemid=149](http://www.consorciorj.com/index.php?option=com_content&task=view&id=88&Itemid=149)>, (25-06-2009).

#### ORGANIZAÇÃO SIONISTA DO BRASIL – trad.

(s. d.) “Estatuto do Hamas”, <<http://hebreu.blogspot.com/2009/01/estatuto-do-hamas.html>>, (02-05-2009).

#### PEIXOTO, Ari

2009 TV Globo, Jornal Nacional, “*ONG Tenta a Paz entre Israelenses e Palestinos*”, <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,10406-p-16032009,00.html>>, (16-06-2009).

#### PÚBLICO

2006 “Quarteto Encarrega UE de Criar Mecanismo Internacional de Apoio ao Povo Palestino”, <[http://www.publico.clix.pt/Mundo/quarteto-encarrega-ue-de-criar-mecanismo-internacional-de-apoio-ao-povo-palestiniano\\_1256597](http://www.publico.clix.pt/Mundo/quarteto-encarrega-ue-de-criar-mecanismo-internacional-de-apoio-ao-povo-palestiniano_1256597)>, (09-05-2009).

#### RATTNER, Henrique

2007 “O Impasse no Oriente Médio”, Revista Espaço Acadêmico, n.º 78, mensal, Ano VII, Novembro de 2007, <<http://www.espacoacademico.com.br/078/78rattner.htm>>, (01-10-2009).

#### REVISTA MORASHÁ

2007 “História das Comunidades – O Pogrom de Alepo”, ed. 59, <[http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos\\_view.asp?a=707&p=0](http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=707&p=0)>, (04-05-2009).

#### ÚLTIMO SEGUNDO

2009 “Confronto na Cisjordânia eleva tensão entre Hamas e ANP”, <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2009/05/31/confronto+na+cisjordania+eleva+tensao+entre+hamas+e+anp+6452903.html>>, (21-06-2009).

YIOSSUF [, Mahomed Adamgy]

2006 “O Conflito da Palestina”, <<http://sol.sapo.pt/blogs/yusuf/archive>>, (05-01-2009).

## **ANEXOS**

## **GUIÃO DE ENTREVISTA**

1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?
2. Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestino e judeu?
3. Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?
4. Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?
5. Como os líderes e a população palestina e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?
6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por palestinos quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?
7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?
8. A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?
9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?
10. O que é a paz para o palestino e para o judeu?
11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?
12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?

### **GRELHA EXPLICATIVA<sup>1</sup>**

<b>OBJECTIVO GERAL</b>	<b>OBJECTIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>PERGUNTAS</b>
<p>Analisar como o poder político e a capacidade de domínio através da ideologia, no conflito israelo-palestiniano, têm contribuído para o sucessivo adiamento de uma paz duradoura, consubstanciada na devolução de autonomia e capacidade de cada indivíduo se autodeterminar, de acordo com os princípios do respeito ao direito e à liberdade de viver segundo os seus padrões socio-culturais.</p>	<p>1. Analisar as principais formas de motivações do conflito israelo-palestiniano, desde a sua origem até à actualidade.</p>	<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>
	<p>2. Identificar as principais consequências deste conflito, nomeadamente as de cariz sócio-económico, para as comunidades israelita e palestiniana.</p>	<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p> <p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p> <p>4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>
	<p>3. Sistematizar a existência de diferentes tipos de actuação no conflito das partes envolvidas, tais como intolerância, terrorismo tradicional/neoterrorismo, ideologia religiosa/sionista, entre outros.</p>	<p>5.Como os líderes e a população palestiniana e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>
	<p>4. Contribuir para a apreciação dos diversos tratados de paz já celebrados e das suas implicações no processo negocial do conflito israelo-palestiniano.</p>	<p>6.Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por palestinianos quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?</p> <p>7.Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado</p>

<sup>1</sup> Articulação entre os objectivos traçados para a investigação e o modelo / guião para a recolha de informação provocada junto dos entrevistados (informantes privilegiados).

		<p>Palestiniano. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?</p> <p>8.A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?</p> <p>9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?</p> <p>10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?</p> <p>11.Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?</p> <p>12.Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?</p>
--	--	--

## GRELHA INTERPRETATIVA

### Análise de conteúdo – Categorical temática

Perguntas	Categorias (Sub-Categorias)	Entrevista 1
1. Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação territorial</li> <li>• Reivindicação de valores históricos</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recusa da determinação da ONU por parte dos palestinianos</li> </ul>	<p>“Para Israel não há nenhum motivo para o conflito. A Terra Santa é a pátria dos judeus há mais de 5000 anos.”</p> <p>O Conflito começou porque na terra há mais um povo, o povo palestiniano, mas não há nenhuma formação palestiniana [...].</p> <p>“O conflito deve-se a dois povos viver na mesma terra. Primeiro, os palestinianos aceitaram a divisão da ONU, mas os países árabes e os palestinianos não queriam dividir a terra e não aceitaram o direito do povo judeu.”</p>
2. Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Insegurança constante</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevadas despesas militares</li> <li>• Sanções ao nível do comércio externo</li> </ul>	<p>“As consequências são graves. Hoje em dia, Israel tem 61 anos de independência e até hoje, não teve nem um dia sem conflito e com segurança. O orçamento militar de Israel é 25%, 30% do PIB. Até hoje, as consequências também são indirectas [...]. Durante muitos anos, o Japão não queria fazer negócios com Israel nem exportar carros e electrodomésticos por causa do petróleo dos árabes.”</p> <p>“As crianças, desde quando nascem já têm esse medo mental por causa de segurança, de guerra. O impacto na psicologia da criança e do adulto é grave”.</p>
3. Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não procuram ajuda exterior</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel é democrático.</li> </ul>	<p>“Para os países não democráticos é diferente [...] quando há problemas domésticos, sociais devem procurar uma solução exterior [...] No mundo árabe, quando há problemas a culpa é de Israel. Israel não é o problema do mundo árabe, o problema é a pobreza, a educação, a falta de participação no trabalho. [...] O povo árabe deveria perguntar-se que, com ou sem Israel, para eles não tem importância.”</p>
4. Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Palestinianos educados para o medo e o ódio aos judeus, Israel não existe</li> <li>• Israel não educa para o medo, nem para o ódio.</li> </ul>	<p>“Tem impacto. Em Israel não faz a educação do medo, do ódio mas, no mundo árabe, o problema é grave. Educam as crianças e, para eles, em primeiro lugar, Israel não existe no mapa. Sendo assim, Israel não existe. São educados para o ódio aos judeus. Israel é uma democracia.”</p>

<p>5. Como os líderes e a população palestina e israelita têm atuado no conflito? O que se alterou em termos de atuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b>  a) <u>Israelitas</u>  • Alternância entre períodos mais calmos e mais conflituosos  b) <u>Palestinos</u>  • Há períodos mais calmos  • Falta de democracia</p>	<p>“Existem épocas com mais conflitos e outras com menos conflito, isto também na política palestina. Os povos árabes não têm opção para discutirem ideias.”</p>
<p>6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por palestinos quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?</p>	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b>  • Diferenças em relação ao território, colonatos, apoio ao terrorismo  • Segurança, procurar a solução final gradativamente, criar um Estado palestino desmilitarizado</p>	<p>“O ideal é a paz definitiva, mas há diferenças entre os dois em relação ao território, colonatos e segurança. Hoje em dia, para uma solução final, tem que ser dada passo a passo assim como, o primeiro passo foi fechar Gaza e criar a ANP [...] Arafat mudou e apoiou os terroristas. Isto está bloqueado e hoje, tem que começar de outro modo: criar um Estado palestino desmilitarizado. Talvez, não uma solução final que podemos avançar hoje, mas gradativa.”</p>
<p>7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?</p>	<p><b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b>  • Não aceitação do mundo árabe, queriam 100%  • Arafat não era um líder da paz, mas um líder da ideologia  • Para Arafat, era mais importante a ideologia do Movimento Palestino do que buscar solução para libertar os palestinos  • Arafat não queria tomar decisões complicadas</p>	<p>“São 97%. Durante Taba, nos últimos meses de 2000, ocorreu uma série de negociações em Taba. Arafat também recusou os 97%. Arafat disse que não poderia aceitar porque o mundo árabe não aceitava e queria 100% do território. Pensamos até hoje que Arafat não era um líder da paz, mas queria ser um líder da ideologia. Para Arafat, era mais importante a ideologia do Movimento Palestino para a libertação dos palestinos do que buscar uma solução. O líder deve tomar decisões complicadas e Arafat não queria.”</p>
<p>8. A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?</p>	<p><b>Escassez da água determina a ocupação do território</b>  a) <u>Sim</u>  b) <u>Não</u>  • É a solução final, o problema da água depende de dinheiro, é um</p>	<p>“Esta é mais ou menos a solução final. Podemos mudar de território [...]. O problema da água envolve dinheiro. O problema da água é mais fácil. Israel tem quatro cisternas de dessalinizar a água. O território também podemos trocá-lo.”</p>

	problema de fácil resolução. Israel tem cisternas de dessalinização e podem trocar o território.	
9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Motivos de intolerância entre palestinos e judeus</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agravamento de problema político e social, medo, ódio, dois povos a habitar a mesma terra</li> <li>• <i>Ibidem</i> ao anterior</li> </ul>	“O problema político e social durante os anos ficaram mais graves. O problema do medo, do ódio. Primeiro é o problema de dois povos na mesma terra.”
10. O que é a paz para o palestino e para o judeu?	<b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) <u>Palestino</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Importante</li> </ul> </li> <li>b) <u>Judeu</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para o povo judeu a paz é algo importante e superior</li> </ul> </li> </ol>	“Sempre queremos viver em paz. A paz para o povo judeu é superior. [...]. A paz é mais importante. Penso que para o povo árabe, palestino também é importante.”
11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<b>Estado binacional como solução para o conflito</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não para os judeus</li> <li>• Superioridade dos palestinos em termos demográficos</li> <li>• Para os judeus o Estado binacional representa, mais uma vez, o Holocausto</li> </ul>	“Não para os judeus. O Estado binacional é muçulmano. Os árabes, palestinos hoje, são 5, 6 milhões e só tem 5 milhões de judeus. [...] Perderemos o Estado judeu. Tem 22 Estados árabes e só um país judeu. [...] O país binacional é, para nós, mais uma vez, o Holocausto.”
12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?	<b>Pontos a serem seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divisão do território, dois Estados, Estado palestino democrático, sem Exército e sem terrorismo</li> </ul>	“Dividir o território e depois, construir um país palestino democrático, liberal, sem exército, sem terrorismo.”

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 2</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórica em relação ao sionismo</li> <li>• Constituição do Estado judeu</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Extensão dos colonatos</li> <li>• Construção do muro</li> <li>• Projecto de um Estado judeu na Palestina</li> </ul>	<p>“As motivações principais têm que ver com a história que está relacionada com o projecto sionista de fazer um Estado israelita na Palestina [...] o problema começou quando se tornou um projecto político de construir um Estado onde já havia pessoas, um estado. Portanto, depois, com a ajuda dos ingleses, que estava com o mandato inglês na Palestina, conseguiram os judeus o acordo de Balfour de construir lá um Estado que começou em 1948 [...] há sempre esta extensão dos colonatos, o muro, todos os dias o Estado israelita, vamos dizer, inventa mais motivos para mais conflitos porque sempre têm este projecto de fazer da Palestina toda um Estado só israelita e sobretudo um Estado de etnia judaica.</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestino e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequências desiguais</li> <li>• Fim da vida social após 1948</li> <li>• Perda das casas – refugiados</li> <li>• Destruir as oliveiras implica na destruição da identidade palestina</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Destruição das oliveiras afectou a vida económica palestina baseada na agricultura</li> <li>• O muro</li> <li>• Perda dos recursos hídricos</li> </ul>	<p>“As consequências, não são uma parte igual no conflito, portanto não há balança neste conflito [...] já não havia uma vida social depois de 1948 porque as famílias saíram das suas casas [...] é uma mudança social que traz com ela uma mudança económica e social muito grave [...] hoje os problemas sociais e económicos também estão sobretudo relacionados com o muro, que também prejudica a vida social e económica dos palestinos; a questão da água, como o muro, por exemplo, as zonas que têm água o muro entra e tira as zonas que tinham água da terra dos agricultores palestinos desde 1967 [...] a destruição de milhares de oliveiras na terra da Palestina que afectou muito a economia das famílias palestinas, que era a base da vida de muitos palestinos, que estava baseada na agricultura [...] há uma relação íntima entre o povo palestino e as oliveiras. Esta relação está relacionada com uma identidade palestina, e tirar estas oliveiras significa tirar umas centenas de anos.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupam-se, mas sofrem pressão dos líderes árabes e dos americanos</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há preocupação, é o lado</li> </ul>	<p>“Os líderes israelitas porque é que têm de se preocupar? Não há uma preocupação porque são o lado mais forte, estão a tirar territórios, a tirar força, a ter uma ajuda dos Estados Unidos [...] a preocupação do lado dos líderes palestinos é, de certeza, que estão preocupados porque estão a cada dia a perder mais [...] mas com muita pressão do lado dos líderes árabes tal como do lado dos americanos.”</p>

	mais forte e tem apoio dos EUA.	
4. Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?	<b>Impactes do conflito no meio educacional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação palestina voltada para a paz</li> <li>• Educação relacionada com a resistência</li> <li>• Educação militar em Israel</li> </ul>	<p>“A educação em Israel é muito relacionada com a educação militar [...] não é um exagero dizer que a educação do lado palestino está mais virada pela paz enquanto que há uma educação que está relacionada com a guerra pelo lado de Israel [...] não posso dizer que a guerra não existe na educação do lado palestino porque por exemplo, os miúdos palestinos aprendem sobre cidades palestinas que era a terra dos avós e dos bisavós que eles nunca visitaram e nunca podem visitar e portanto percebem que esta terra foi algo tirado [...] a educação é muito importante para o povo palestino, é muito relacionada com a resistência.”</p>
5. Como os líderes e a população palestina e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?	<b>Evolução da actuação dos líderes e população</b> <ol style="list-style-type: none"> <li><u>Israelitas</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há preocupação israelita</li> </ul> </li> <li><u>Palestinos</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Início - resistência através da espingarda</li> <li>• Viragem para a resistência diplomática</li> <li>• Intifada</li> </ul> </li> </ol>	<p>“Bem no início como é que nós sabemos que havia resistência, através da espingarda, e depois, em meados dos anos 70, acho que Yasser Arafat disse nas Nações Unidas “eu venho cá com a espingarda numa mão e com o ramo de oliveira na outra mão”. Isto quer dizer que a espingarda é dos revoltados tal como o ramo de oliveira é da paz [...] aqui começou a parte diplomática da resistência [...] temos a intifada [...] Oslo [...] como nós sabemos Israel não quis avançar [...] Israel nunca quis resolver a questão.”</p>
6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?	<b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arafat sofreu o bloqueio</li> <li>• Bloqueio a Arafat</li> <li>• Israel não quis avançar com o processo de paz</li> <li>• Estado terrorista.</li> </ul>	<p>“Foi Israel que nunca quis avançar com esta paz e uma evidência é o que é que fizeram com Arafat nos últimos dois anos da vida dele, havia um bloqueio que Arafat durante dois anos ele não podia sair [...] é um Estado terrorista, que faz o bloqueio de um presidente por dois anos.”</p>
7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras	<b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerusalém não estava incluída no plano</li> <li>• São 95% dos 22 %</li> </ul>	<p>“Esta coisa de Camp David de nós vamos dar 95%, e parece para todo o mundo que Arafat não aceitou estes 95% mas quais são as condições de dar estes 95%? Primeiro, a questão de Jerusalém. Jerusalém Leste não está dentro destes 95%, e as pessoas esquecem que estes são 95% de 22% só dos territórios... portanto não são 95%, são 95% dos 22%. A questão de Jerusalém não está dentro destes territórios.</p>

voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?		
8.A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez de água na região? Por quê?	<b>Escassez da água determina a ocupação do território</b> c) <u>Sim</u> • Israel tem piscinas. Na Palestina falta água nas casas. d) <u>Não</u>	“Enquanto Israel tem piscinas, em muitas casas na Palestina não chega a água às casas [...] Em 1967 Israel começou a controlar o rio Jordão, portanto, todas as fontes de água são controladas por Israel [...] os acordos aí nunca chegaram a entrar nos detalhes.”
9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Intolerância entre palestinos e judeus</b> • Presença de um assassino e de um assassinado.	“Porque há um assassino e um assassinado. Portanto, se nós olharmos ao número dos mortos dos palestinos e ao número dos mortos dos judeus não há uma comparação entre palestinos e israelitas.”
10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?	<b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b> a) <u>Palestinos</u> • A paz é importante, pois já perderam tudo • A paz é a única solução b) <u>Judeus</u> • Não quer paz • Está a reforçar o Exército	“Nós não queremos nada mais do que a paz. Nós queremos paz porque já perdemos tudo, e queremos paz e eu acho que por isso a importância da paz, porque já perdemos tanto, já perdemos muito e agora a única solução para nós é encontrar paz, já estamos muito acabados. Pelo lado de Israel [...] quem é que está a reforçar um exército mais forte, um dos três mais fortes do mundo eu acho, não está a procurar paz, obviamente.”
11.Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<b>Estado binacional como solução para o conflito</b> • O palestino quer um Estado • Neste momento o Estado binacional é imaginação • Estado judeu é racista e inviável como Estado binacional.	“Para o povo palestino, eu acho que querem ter um Estado, uma liberdade e paz e não há, não interessa se isto fosse em dois Estados ou num Estado binacional. Agora posso dizer que a ideia de um Estado binacional é uma ideia muito, vamos dizer, é uma imaginação. Porque para um Estado que quer fazer um Estado judeu, um Estado assim racista, não pode ser um Estado binacional.”
12.Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?	<b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b> • Dar os direitos aos palestinos • Fim dos colonatos • Devolução de Jerusalém • Retorno dos refugiados • Estado palestino autónomo	“Dar aos palestinos os seus direitos assim podemos ter uma paz duradoura. Acabar com a extensão dos colonatos, retirar dos territórios os de 1967, retirar de Jerusalém de Leste... Dar aos refugiados o direito para voltar e ter um Estado que tem o direito que qualquer Estado tem [...] um Estado com autonomia.”

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 3</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflito pela terra</li> <li>• Aversão e não aceitação da implantação do Estado judaico.</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Motivação territorial</li> <li>• Consciência nacional palestina</li> </ul>	<p>“A causa inicial, a raiz mais propriamente do conflito israelo-palestiniano é um conflito pela terra [...] embora hoje também seja um conflito de nacionalidades [...] a consciência nacional palestina foi forjada ironicamente, do ponto de vista histórico é uma ironia, mais uma, em contacto com o nacionalismo judaico [...] naquela altura a consciência palestina ainda não tinha, por um lado, liderança, não tinha líderes, por outro lado ela assumia-se como parte integrante da nação árabe, portanto não tinha consciência de uma nação palestina própria, e a prova disso é que o seu destino foi traçado pelos países árabes na altura [...] No início a motivação nasce simplesmente porque há uma aversão, por uma não aceitação, primeiro da implantação judaica [...] Na minha opinião a raiz do conflito é a não aceitação por parte do mundo árabe islâmico da região da criação de um Estado judaico na região [...] Depois o conflito toma uma característica obviamente territorial; e nomeadamente essa característica começa a desenvolver-se sobretudo com o nascimento da consciência palestina nos anos Sessenta.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestino e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequências catastróficas para os palestinos</li> <li>• Campos de refugiados hoje são cidades</li> <li>• Violência e falta de esperança nos campos de refugiados</li> <li>• Problemas psicológicos</li> <li>• Moral</li> <li>• Humilhações sofridas pelos palestinos</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pobreza nos campos de refugiados</li> <li>• Economicamente Israel não sente muito, pois é uma economia forte.</li> </ul>	<p>“As consequências são catastróficas e também não escondo que as consequências são catastróficas sobretudo para o povo palestino [...] a comunidade internacional, que é um termo que não quer dizer nada na realidade, para a comunidade internacional grande parte da responsabilidade da situação do povo palestino é de Israel. Não digo que não tenha responsabilidades, mas a verdade é que não acho que seja a principal responsabilidade [...] os campos de refugiados, hoje em dia, já não são bem campos, são cidades mas continuam a ser focos de violência, de pobreza, de uma vida sem horizontes [...] os refugiados palestinos, que não eram os cinco milhões que são agora, eram setecentos mil, oitocentos mil na época [...] A primeira consequência foi dramática e é mais da responsabilidade dos países árabes e das Nações Unidas, na minha opinião. A segunda situação é de facto também a própria liderança palestina que foi extremamente incapaz de aceitar qualquer tipo de compromisso, isso é um facto [...] a liderança palestina tem um grande medo sempre de ser considerada colaboradora com Israel e, portanto, muito dificilmente aceita os compromissos [...] da parte da liderança israelita existe uma inflexibilidade, por vezes, que também não ajuda [...] Consequências psicológicas, e tem havido, por vezes, situações de humilhação dos palestinos que são absolutamente inaceitáveis, que são punidas, mas é muito mau. E, portanto, é muito negativo. Do ponto de vista económico Israel não se faz tanto</p>

		sentir, é uma economia muito forte mas, do ponto de vista psicológico, moral, é muito mau.”
3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes palestinianos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se preocupam, de facto, com a população</li> <li>• Ausência de abrigos para proteger a população.</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação da própria população</li> <li>• Preocupação do Governo em proteger o seu povo</li> <li>• Política voltada para poupar a vida dos seus cidadãos</li> <li>• Autoridades preocupam-se em construir abrigos.</li> </ul>	<p>“Em relação à população de Israel há imensos cuidados, mas esses cuidados partem muitas vezes da própria população [...] há imensos trabalhos de psicólogos e de psiquiatras que ajudam, por exemplo, as crianças estão muito traumatizadas porque em qualquer momento lhes pode cair algo em cima, na escola, em casa, em qualquer lado e as crianças sofrem de um <i>stress</i> traumático muito grande. Têm constantemente equipas de profissionais que os ajudam [...] o governo israelita preocupa-se com a sua população e não há nem uma casa em Israel sem um abrigo, é obrigatório. Um abrigo anti-aéreo e anti-químico [...] a política é de poupar ao máximo a vida do seu povo [...] os palestinianos, eles são muito mais vulneráveis: primeiro porque muitas vezes eles actuam no próprio seio da população civil e, segundo, não me consta que haja uma grande preocupação por parte das autoridades em construir esses abrigos e essas coisas. Assim, morre muito mais gente.”</p>
4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preconceito palestiniano contra os judeus nos manuais escolares</li> <li>• Judeus comparados aos animais proibidos do Corão</li> <li>• Anti-sionismo – equiparado a racismo</li> <li>• Anti-semitismo</li> <li>• Anti-Israel</li> <li>• Em Israel há a ausência da educação do ódio nos manuais escolares</li> <li>• Educação do ódio através do radicalismo religioso judeu</li> </ul>	<p>“Pelos povos árabes e palestinianos infelizmente é horrível e isso eu tive ocasião de fazer um estudo (aliás está na Internet): manuais escolares palestinianos ou árabes e vê coisas horríveis. O judeu é (o judeu, não é só o israelita) um foco de anti-semitismo, não é só de anti-sionismo, é anti-semitismo. O judeu é tratado, muitas vezes, como dizem lá, os animais mais proibidos do <i>Corão</i>, é o cão [...] há outros manuais menos anti-semitas, mas profundamente anti-Israel [...] o mapa de Israel nunca aparece. Aparece a Palestina toda sem Israel, isso é típico e permanente, por outro lado, o Sionismo é sempre equiparado a racismo, a beber o ódio no leite da mãe [...] Talvez até menos nos palestinianos do que nos povos árabes por uma razão muito simples: porque eles lidam muito (as pessoas não sabem); há muitas relações, há relações comerciais entre as pessoas [...] da parte judaica, do ensino normal, público dos manuais não existe absolutamente nenhuma educação ao ódio. Agora, começa a crescer, na minha opinião é preocupante, nos meios sobretudo do radicalismo religioso uma educação ao ódio, que não é generalizada (à população laica israelita) mas existe [...] nos manuais escolares de Israel não vai encontrar absolutamente nada.”</p>
5.Como os líderes e a população palestiniana e israelita têm actuado no	<b>Evolução da actuação dos líderes e população</b>	“Digamos que a consciência nacional palestiniana nasce em finais dos anos Cinquenta, nomeadamente com Yasser Arafat e não só é aí é uma disputa iminentemente pela terra

<p>conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não provocou mas venceu a guerra</li> <li>• Ocupação de território</li> </ul> <p>b) <u>Palestinianos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consciência nacional palestiniana</li> <li>• Evolução da disputa territorial e consequente influência religiosa</li> </ul>	<p>[...] vai evoluindo e assumindo um ingrediente religioso que não tinha à partida [...] sobretudo com 1967, a conquista por Israel de territórios (conquista de uma Guerra que não desejou e não provocou, mas que ganhou e ganhou ocupando territórios).</p>
<p>6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?</p>	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de vontade política de ambos os lados</li> <li>• Inexistência de interlocutores políticos entre as duas partes</li> <li>• Radicalização palestiniana</li> <li>• Hamas dificulta a situação</li> <li>• Rivalidade interna da Palestina</li> </ul>	<p>“Tem de haver vontade política dos dois lados [...] tem de haver vontade política e interlocutor político de parte a parte [...] o presidente da Autoridade Palestiniana dá um passo no sentido de um compromisso, imediatamente o radicalismo palestiniano, representado pelo Hamas, grita à capitulação [...] os dois problemas juntam-se para, de facto, dificultarem a resolução da situação. O Hamas é uma grande, grande questão. Porque é uma questão não só com Israel e com o Irão [...] é o problema da rivalidade palestiniana e interpalestiniana.</p>
<p>7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinianos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?</p>	<p><b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arafat não deixou de ser guerrilheiro</li> <li>• Arafat não tinha o mesmo discurso</li> <li>• Desencadeou intifadas</li> <li>• Arafat foi fundador da luta palestiniana, mas não um conciliador</li> <li>• Arafat nunca reconheceu, de facto, o Estado de Israel</li> </ul>	<p>“Arafat nunca ultrapassou o estágio do guerrilheiro. Para ele o compromisso era para dizer em inglês e não em Árabe; ele tinha dois tipos de discurso. O discurso para as Nações Unidas, o discurso para o internacional, e depois tinha o seu verdadeiro discurso para o mundo árabe e para o mundo palestiniano que era sempre desencadear as Intifadas [...] Arafat nunca consegui sair, e é verdade os dirigentes históricos raramente conseguem ou são os fundadores da luta, outros são os conciliadores. Nunca são os mesmos, é raro que um homem seja o mesmo [...] nunca acreditou no reconhecimento do Estado de Israel. Ele nunca, na realidade, reconheceu; a ideia dele era sempre, a Palestina toda é que vai ser nossa.”</p>
<p>8. A questão territorial é, também, pensada por palestinianos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?</p>	<p><b>Escassez da água determina a ocupação do território</b></p> <p>a) <u>Sim</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Há negociações</li> <li>• Há projecto comum entre Israel</li> </ul>	<p>“Sim, há muitas negociações sobre isso. Há um projecto comum, judaico-palestiniano de distribuição da água; há muitos acordos em relação à água [...] os palestinianos recusaram um apoio de Israel sobre a dessalinização da água porque Israel já faz isso.”</p>

	<p>e a Palestina de distribuição de água</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recusa palestina do apoio de Israel sobre a dessalinização da água</li> </ul> <p>b) <u>Não</u></p>	
9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<p><b>Intolerância entre palestinos e judeus</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Radicalismo palestino</li> <li>• Atentados terroristas</li> <li>• Luta armada</li> <li>• Feridos e incapacitados</li> <li>• Reposta de Israel</li> </ul>	<p>“O Arafat e o radicalismo palestino optou pelos atentados da luta armada e dos atentados terroristas [...] Morreu muita gente e ficou muita gente ferida e incapacitada e criou um ódio muito grande, um horror. Isso por um lado. Por outro lado, é óbvio que Israel não facilitou muito as coisas, mas é um facto.”</p>
10. O que é a paz para o palestino e para o judeu?	<p><b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b></p> <p>a) <u>Palestino</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de guerra e de hostilidades</li> </ul> <p>b) <u>Judeus</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem guerras e sem hostilidades</li> </ul>	<p>“A paz é simplesmente um estado de não guerra em primeiro lugar, não hostilidade [...] Ninguém vai cair nos braços uns dos outros, vai-se tecendo uma rede de laços comerciais, turismo, culturais.”</p>
11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não para Israel, pois seria maioria palestina e minoria judaica</li> <li>• Estatuto de inferioridade dos judeus</li> <li>• Intolerância e perseguição aos judeus</li> <li>• Pouca tolerância do mundo islâmico</li> </ul>	<p>“Não, nem pensar. Não há ninguém em Israel que aceite isso. Um Estado binacional é impossível porque um Estado binacional seria rapidamente um Estado nacional palestino com uma minoria judaica remetida em poucas décadas a um estatuto de inferioridade, de intolerância e de perseguição. Porque não esqueçamos uma coisa: o mundo islâmico ainda hoje é muito pouco tolerante [...] Está completamente fora de questão [...] Claro que seria um objectivo dos palestinos e do mundo árabe porque, obviamente, eles são uma população que se reproduz mais.”</p>
12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Devolução quase total do território da Cisjordânia</li> <li>• Estado palestino</li> </ul>	<p>“Os planos estão feitos, os acordos no papel estão feitos, não vejo muitas outras possibilidades do que aquela que já está, ou seja, o retorno quase total do território da Cisjordânia e de Gaza (Gaza já está), um Estado desmilitarizado, que é uma questão aceite por palestinos e israelitas, a compensação da parte não ocupada pelas implementações judaicas em compensação em relação ao Estado palestino de um</p>

	<p>desmilitarizado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não retorno total dos refugiados</li> <li>• Jerusalém Leste como capital da Palestina</li> <li>• Compensação aos palestinianos</li> <li>• Vontade política</li> <li>• Reconhecimento efectivo do Estado judaico</li> <li>• Fim da educação do ódio</li> <li>• Aceitar os compromissos políticos</li> <li>• Confiança</li> </ul>	<p>território equivalente que hoje é Israel, não ao retorno dos refugiados de uma forma global [...] Jerusalém Leste como capital de um futuro Estado palestiniano [...] É preciso vontade política para que isso aconteça [...] vontade política quer de Israel, por exemplo é preciso garantias do lado palestiniano, e quais são essas garantias? Em primeiro lugar o reconhecimento do Estado judaico naquela zona. Sem isso não há nada. Reconhecimento real, concreto do Estado judaico e isso traduz-se em coisas concretas: o fim da educação para o ódio, aceitação de compromissos políticos, por exemplo, a questão dos refugiados (retirar essa questão). Tem de haver passos realmente nesse sentido, mas se há uma desconfiança imensa de parte a parte é muito complicado.”</p>
--	---	--

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 4</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de judeus em terra de palestinianos</li> <li>• Culpa da Europa</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesses</li> </ul>	<p>“Deveria ter sido a Europa a ter arranjado um sítio para os judeus se instalarem. Eles foram arranjar um sítio que não era deles, existiam lá desde o tempo de Canaã os palestinianos. Portanto, a Europa fez o que fez, a Alemanha e a Europa. Culpados não são os árabes do que foi feito aos judeus, e a Europa poderia ter arranjado um lugar sem criar conflitos [...] São os interesses e, enquanto houver isso, eles continuarão em guerra. Eles estão a viver há cinquenta anos em guerra.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alvorço</li> <li>• Problema mundial</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pobreza da Palestina</li> </ul>	<p>“Hoje é todo o mundo. Enquanto não se resolver o problema do Médio Oriente ou por outra, o problema entre a Palestina e Israel, o Médio Oriente estará sempre em alvoroço. E, por arrastamento, por inércia todo o mundo sofre [...] Não vai haver paz no Médio Oriente e por arrastamento vai prejudicar a Europa porque a Europa terá que tomar posição. Esta situação dúbia da Europa não pode continuar muito tempo [...] A Palestina está de rastos.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Têm feito pouco</li> <li>• São monarquias e aliados dos EUA</li> <li>• Não se impõem</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel continua</li> <li>• Israel tem que cumprir acordos</li> </ul>	<p>“Os árabes, regra geral, têm feito pouco. Porque a maioria dos Estados árabes são monarquias e a maioria deles são aliados dos Estados Unidos, e a maioria deles são pupilos, bonecos colocados pelos Estados Unidos [...] Eles falam muito da democracia; vem o Obama fazer o seu discurso numa ditadura, no Egipto [...] Os países árabes não conseguem impor nada, por isso é que Israel continua [...] o povo palestino, só que eles não têm outra solução senão depois fazerem esses actos de ataques para mostrar ao mundo que nós continuamos aqui sem a terra, infelizmente [...] Israel pode continuar a existir, mas tem que entregar os territórios de acordo com as resoluções da ONU. Cumprir o que está por cumprir [...] Se acabarem com isso, mais de metade do terrorismo acaba. Porque a injustiça é que provoca o terrorismo.”</p>
<p>4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação palestiniana determinada pelo governo</li> <li>• Educação palestiniana conveniente com a situação</li> <li>• Israel segue as determinações do governo</li> <li>• Conveniência de Israel</li> </ul>	<p>“Cada um puxa a brasa à sua sardinha. Eles escrevem nos seus livros o que o governo de um diz e o que o governo de outro diz.”</p>

<p>5. Como os líderes e a população palestina e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Judeus contrários à situação vigente</li> <li>• Interferência de intelectuais e cientistas</li> </ul> <p>b) <u>Palestinianos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Terrorismo não é nova forma de actuar no conflito</li> <li>• Única hipótese para quem não tem nada é o terrorismo</li> </ul>	<p>“Hoje alterou. Eu conheço muitos judeus que estão contra esta situação. Há judeus que estão a pressentir um fim muito mau para Israel a longo prazo. Então eles já estão a abrir os olhos, a chamar a atenção que o que se está a fazer não está certo. Grandes intelectuais, cientistas já se pronunciaram que o que Israel está a fazer não está correcto. Mas isso não chega [...] O problema não é os judeus. O problema é o sionismo. O governo israelita é sionista, é igual a racista [...] eles sempre praticaram esses ataques [...] Eles só podem ser terroristas com bombas, e morrerem, e mais nada, e matarem uns quantos. Não têm outra hipótese.”</p>
<p>6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por palestinianos quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?</p>	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel arranja desculpa para não cumprir acordos</li> <li>• Israel “obrigava” actos terroristas para desculpar o não cumprimento de acordos</li> <li>• Israel protela o problema</li> <li>• Continuidade da ocupação do território por Israel</li> </ul>	<p>“Sempre que havia uma coisa por cumprir Israel arranjava uma desculpa, fomentava qualquer coisa e obrigava-os a fazer actos terroristas. Não, eles fizeram actos terroristas, agora fica sem [...] eles não estão interessados em resolver. Ou por outra: eles já viram, já pressentiram que não podem continuar eternamente nesta situação. Eles protelam o máximo que podem até dizimar/ enfraquecer essa gente e depois é que vão dar; entretanto vão usurpando mais territórios, fazem mais colónias, mais colonos e continuam assim.”</p>
<p>7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinianos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?</p>	<p><b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Culpa não é só de Arafat</li> <li>• EUA não quiseram resolver problema</li> <li>• Americanos manipulados pelos sionistas</li> </ul>	<p>“Penso que não se pode culpar só Arafat porque se os Estados Unidos quisessem resolver o problema tinham resolvido o problema. Os Estados Unidos não quiseram resolver o problema. Porquê? Porque os Estados Unidos estão manipulados pelos judeus sionistas. Enquanto isso funcionar os próprios Estados Unidos estão em dificuldades.”</p>
<p>8. A questão territorial é, também,</p>	<p><b>Escassez da água determina a</b></p>	<p>“É por isso que eles não querem entregar os Montes Golã. Os Montes Golã, eles têm</p>

<p>pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?</p>	<p><b>ocupação do território</b>  a) <u>Sim</u>  • Domínio israelita sobre os Montes Golã  b) <u>Não</u></p>	<p>que entregar, mas se eles entregam eles ficam sem água. Esse é um problema. É, por isso eles não têm nenhuma intenção de entregar. Eles estão lá a proteger isso.”</p>
<p>9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?</p>	<p><b>Intolerância entre palestinos e judeus</b>  • Questão territorial  • Ódios gerados  • Manipulação religiosa  • Implantação do Estado de Israel</p>	<p>“Por causa da questão territorial, por causa de ódios gerados, por causa de manipulação da religião, tudo isso [...] os judeus sempre viveram com os árabes e nunca tiveram problemas desde a expansão do Islão [...] os problemas começaram depois da implementação de Israel.”</p>
<p>10. O que é a paz para o palestino e para o judeu?</p>	<p><b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b>  a) <u>Palestino</u>  • Ambos não sabem o que é a paz há muito tempo. Necessidade de determinação justa da ONU para ter paz  b) <u>Judeus</u>  • Já não sabem o que é a paz</p>	<p>“É coisa que eles não sabem o que é há muitos anos. Enquanto não houver uma ONU forte sem dois pesos e duas medidas não há de haver paz. O serem justos para um lado e injustos para outro, isso é em qualquer lado.”</p>
<p>11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?</p>	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b>  • Dois Estados com fronteiras anteriores a 1967</p>	<p>“Vai ser difícil, penso eu. Terão que criar a Palestina e Israel com fronteiras até 1967. Já estão as resoluções feitas, já estão. E se os árabes estão a aceitar isso é de aproveitar porque a longo prazo Israel perde. E os judeus conscientes sabem disso [...] Israel é uma coisa assim que o mundo árabe é tolo. No dia em que aqueles indivíduos acordam, eles ainda estão a dormir. No dia em que eles despertarem vai haver problemas.”</p>
<p>12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?</p>	<p><b>Pontos a serem seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b>  • Volta às fronteiras de 1967  • Retorno dos refugiados</p>	<p>“Eles estão a exigir voltar às fronteiras de 1967, autorizar que todos os palestinos, os que estão no exterior, regressem. Acho que é um direito normal. Toda a gente consciente pode aceitar isso. E que Israel continue a viver até às fronteiras de 1967, e que haja a paz e harmonia no Médio Oriente.”</p>

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 5</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflito vasto, não se restringe ao conflito israelo-palestiniano</li> <li>• Volta do povo judeu na História internacional foi terror para os árabes</li> <li>• Ressurgimento de Israel na cena internacional</li> <li>• Rejeição árabe ao reaparecimento de Israel</li> <li>• Intolerância palestina</li> </ul> <p>b) <b><u>Outras motivações mais recentes</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade da intolerância palestina ao Estado judeu</li> <li>• Não aceitação do Estado de Israel</li> </ul>	<p>“O conflito é bastante mais vasto do que apenas o que se conhece como conflito israelo-palestiniano. Isto porquê? Porque após dezanove séculos e meio ou dezoito séculos e meio de silêncio o povo judeu voltou a estar presente na história mundial, voltou a ser um <i>partner</i> na História internacional. [...] 14 de Maio de 1948, e foi um terror para o mundo árabe que pensava que era a última revelação no contexto adâmico, [...] os motivos do conflito têm a ver, por um lado, com o ressurgir de Israel na cena internacional, e por outro lado, a rejeição dessa reaparição de Israel surgir num contexto que até aí era tido como totalmente árabe e muçulmano. [...] Da parte do povo palestino houve uma intolerância que continua, infelizmente, a existir até hoje e não aceitaram um Estado.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestino e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <b><u>Sociais</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade social em Israel motivada pelo inimigo externo</li> <li>• Maior população palestina</li> <li>• Palestinos não aproveitaram para se integrar</li> <li>• Uso dos campos de refugiados como arma política</li> <li>• Condições infra-humanas nos campos de refugiados</li> <li>• Interesse por parte dos líderes palestinos manter situação caótica para não exigir outros recursos e direitos</li> </ul>	<p>“Do ponto de vista social, em Israel, o facto de haver um inimigo externo que é uma contínua ameaça, cria uma unidade social enorme, por outro lado, e portanto, o facto desse inimigo ser por vezes feroz leva a que haja um desenvolvimento quer económico quer tecnológico muito grande para fazer face e antecipar porque a proporção em Israel é cerca de um para cinquenta, um israelita para cinquenta vizinhos. [...] mesmo quando havia condições para a integração da população palestina, quer em exílio, quer dentro de Israel, não aproveitaram [...] talvez pela má gestão dos recursos a que os líderes palestinos tiveram acesso [...] os campos de refugiados foram utilizados como arma política para obrigar Israel a manter as pessoas em condições infra-humanas, para obrigar a comunidade internacional a reconhecer um direito de retorno e uma reposição das condições anteriores [...] Portanto, para eles interessava manter a situação tão caótica quanto possível porque quando há necessidades básicas as pessoas não vão exigir outro tipo de recursos, direitos e, portanto, era uma maneira também de imputar a Israel todas as dificuldades.”</p>

	<p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande desenvolvimento económico e tecnológico em Israel para fazer face e antecipar-se perante o vizinho palestino</li> <li>• Má gestão de recursos pelos palestinos</li> </ul>	
<p>3. Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Há preocupação com as consequências sofridas pela sociedade</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação com a sociedade</li> </ul>	<p>“Estão profundamente preocupados. E estão preocupados com o modo como este conflito afecta as suas sociedades.”</p>
<p>4. Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Palestinos em casa, a educação voltada para a demonização do outro</li> <li>• Pequeno oásis da paz em Israel</li> <li>• <i>Neve Shalom</i> – israelitas e palestinos vivem lado a lado</li> <li>• Escola comum</li> </ul>	<p>“Do lado israelita, um pequeno oásis, chama-se mesmo <i>Neve Shalom</i>, Oásis da Paz, é uma espécie de aldeamento, onde vivem israelitas e palestinos lado a lado, constroem lá as suas casas e os filhos vão em conjunto para uma escola comum. E um dos princípios básicos é, cada um aprende a linguagem do outro e aprende sobre a cultura do outro.[...] em Gaza, desde miúdos o que é visto é muitos dos programas educacionais desenvolvem-se à volta da demonização do outro.”</p>
<p>5. Como os líderes e a população palestina e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Líderes e Movimentos pela paz</li> <li>• Luta pelos direitos fundamentais do outro</li> </ul> <p>b) <u>Palestinos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação com o nacionalismo militante</li> </ul>	<p>“Israel, não só pelos líderes, mas por imensos, dezenas, há quinze anos contavam-se uma centena de movimentos pela paz em Israel, o que têm tentado fazer é eles próprios, alguns desses grupos assumirem aquilo que os Estados deviam de assumir, ou seja, a luta pela defesa dos direitos fundamentais dos outros [...] há uma preocupação nos líderes árabes de que um certo tipo de nacionalismo que se exerce e portanto se torne demasiado militante, isso acontece também no Egipto, acontece na Arábia Saudita, acontece no Líbano e noutros sítios.”</p>
<p>6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não</p>	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve tratados de paz, mas</li> </ul>	<p>“Creio que ainda não houve Tratados de Paz completos, houve ‘round maps’, houve roteiros para a paz [...] Porque tem havido uma predominância das perspectivas extremistas quer de um lado, israelita, quer no lado palestino e, infelizmente, a voz</p>

foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?	roteiros para a paz <ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomínio das perspectivas extremistas de ambos os lados</li> <li>• Não aceitação da “voz” de pessoas moderadas</li> </ul>	das pessoas moderadas não é aceite [...] essas posições mais extremistas, é ganhar tudo em troca de nada.”
7.Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?	<b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Do ponto de vista formal foi a questão do retorno dos refugiados</li> </ul>	“Eram noventa e seis por cento do território [...] Mas creio que tem a ver com algumas questões difíceis. A questão técnica nessa altura tinha a ver com o direito de retorno dos refugiados palestinos [...] esse ponto foi talvez um dos pontos que terá levado Arafat a não aceitar esse acordo. Pelo menos do ponto de vista formal.”
8.A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?	<b>Escassez da água determina a ocupação do território</b> <p>a) <u>Sim</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem fundamental</li> <li>• É parte técnica no conflito e passível de resolução</li> <li>• Existência de água em ambos os lados do rio Jordão</li> </ul> <p>b) <u>Não</u></p>	“ A água é de facto um bem fundamental [...], mas creio que é uma parte técnica dentro do conflito, mas certamente resolúvel, porque dos dois lados do Jordão existe água e, portanto, creio que não é por aí que não se chega a um acordo.”
9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Intolerância entre palestinos e judeus</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Raízes profundas</li> <li>• Raízes históricas</li> </ul>	“São raízes muito profundas. São raízes com quatro mil anos de História.”
10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?	<b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b> <p>a) <u>Palestino</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento em verdade, justiça e direito de igualdade, é</li> </ul>	“Paz tem uma conotação da palavra <i>Shalom</i> que vem da raiz <i>Shalem</i> que quer dizer ‘pleno’, ou seja, que não lhe falta nada. Só quando o <i>Ser</i> está pleno, está completo se pode considerar um <i>Ser</i> e é também interessante sobretudo do ponto de vista bíblico a <i>paz</i> vem sempre associada a outros dois valores fundamentais: associada ao valor da verdade e ao valor da justiça. E, portanto, consegue-se atingir a paz quando se vive a

	<p>semelhante a paz para os judeus</p> <p>b) <u>Judeu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conotação da palavra Sahalon – raiz Sahalem (pleno)</li> <li>• Completo, Ser pleno</li> </ul>	<p>verdade e o reflexo dessa vida em verdade implica uma actuação justa [...] creio que, também para o árabe, se for reconhecido em verdade, se for reconhecido com justiça, portanto, com direito de igualdade fundamental, creio que o resultado será uma paz semelhante àquilo que poderá ser visto pelo ponto de vista judeu.”</p>
<p>11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?</p>	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não Estado binacional</li> <li>• Superioridade populacional palestina sobre a população judaica</li> </ul>	<p>“Acho que neste momento não é solução para o conflito porque se lhe dermos um carácter democrático muito em breve a população palestina é superior à população judaica. Portanto, um Estado binacional não.”</p>
<p>12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?</p>	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer direitos e valores no outro</li> <li>• Respeito mútuo</li> <li>• Longo tempo de preparação e de modo autónomo</li> <li>• Entajuda educacional, tecnológica, cultural e social</li> <li>• Criar laços de confiança entre os dois povos</li> </ul>	<p>“Do ponto de vista filosófico diria que é reconhecer no outro iguais direitos com que queremos ser reconhecidos, com iguais valores. Isso é fundamental. Respeitar o outro como gostaria de ser respeitado. Até se estar pronto para isso acho que será necessário trinta anos de vida em separado e de forma autónoma para, e talvez, assumindo alguma entajuda do ponto de vista educacional, do ponto de vista tecnológico, cultural e social, criar possíveis laços de confiança nos dois povos que permitam uma continuação a longo curso de dois Estados a viver lado a lado.”</p>

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 6</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Problema criado pelos aliados após a II Guerra Mundial</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão de Israel que continua</li> <li>• Continuidade da teimosia de Israel</li> </ul>	<p>“Foi criado pelos Aliados depois da II Guerra Mundial [...] as consequências da expansão de Israel é que há muita razão para guerra e ainda está a continuar, e a teimosia de Israel também.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <b>Sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequências para o povo palestiniano</li> <li>• Pobreza do povo palestiniano</li> </ul> <p>b) <b>Económicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Palestina pobre</li> <li>• Rápido progresso de Israel</li> </ul>	<p>“Quem está a pagar agora por este conflito político é o povo palestiniano. Porque o povo palestiniano quer trabalhar, o povo palestiniano é pobre [...] Israel está em progresso com muita rapidez.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <b>Líderes árabes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ?</li> </ul> <p>b) <b>Líderes israelitas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Isac Rabin é que queria a paz, mas foi morto</li> </ul>	<p>“Tudo o que é bom Israel aproveitou com extensão e para fazer colónia nova na terra dos palestinianos [...] Yitzhak Rabin [...] Quem queria fazer paz com os palestinianos foi assassinado.”</p>
<p>4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticos e teimosia de Israel estragam tudo</li> <li>• Teimosia de Israel envenena a sociedade</li> </ul>	<p>“O povo Palestino e Israelita querem viver em paz [...], mas os políticos e a teimosia outra vez, de Israel está a estragar tudo [...] assim, Israel está a criar mais conflitos e está a meter mais veneno na sociedade contra Israel.”</p>
<p>5.Como os líderes e a população palestiniana e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos</p>	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <b>Israelitas</b></p>	<p>“Os líderes, quando Arafat estava vivo, actuaram como sombra dos americanos [...] Agora, o partido é muito extremista, não querer saber, não quer fazer paz [...] Com Rabin vivo a paz já estava feita nessa região.”</p>

de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com Rabin haveria paz</li> <li>• Partido extremista</li> <li>b) <u>Palestinianos</u></li> <li>• Sombra dos americanos</li> </ul>	
6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Palestina cumpriu tratados</li> <li>• Israel não cumpriu tratados</li> <li>• Israel tomou decisão sob pressão do governo e do Parlamento</li> </ul>	“Parte da Palestina foi cumprido, mas parte de Israel não foi cumprido porque o líder tomou decisão sob pressão política dentro do governo e no parlamento, eles forçaram para parar aquela decisão.”
7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinianos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?	<p><b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arafat queria mais</li> <li>• Os 96% não incluíam Jerusalém</li> </ul>	“Arafat recusou porque queria mais [...] 96% cortava Jerusalém e ele queria Jerusalém.”
8. A questão territorial é, também, pensada por palestinianos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?	<p><b>Escassez da água determina a ocupação do território</b></p> <p>a) <u>Sim</u></p> <p>b) <u>Não</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesse de Israel é a segurança</li> <li>• Fronteira com a Síria – Israel queria um corredor entre os dois países e Beirute para evitar os ataques do Hamas</li> </ul>	“Não, porque Israel queria era o extremo para segurança deles. Como está aí as fronteiras com a Síria nos Montes Golã e ainda está na posição de Israel. Israel queria era fazer o corredor entre Israel e w Síria e também com Beirute, também para o Hamas os atacar.”
9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<p><b>Intolerância entre palestinianos e judeus</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atitude má de Israel irritou os</li> </ul>	“Porque Israel tem uma atitude tão má que irritou o povo palestiniano [...] Em Gaza [...] eles partiram tudo. Não deixaram observadores entrar para Gaza para ver o que eles fizeram. Israel está a chorar por causa do Holocausto mas ele próprio está a fazer

	<p>palestinos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel está a fazer o Holocausto com os palestinos</li> </ul>	Holocausto com os palestinos.”
10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?	<p><b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b></p> <p>a) <u>Palestino</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quer a paz</li> </ul> <p>b) <u>Judeus</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambos querem a paz porque ninguém quer guerra</li> </ul>	“ Os dois querem a paz. Porque quem quer guerra no mundo? Ninguém quer, não é?”
11.Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dois Estados estáveis</li> </ul>	“Dois Estados estáveis.”
12.Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerusalém como Estado independente</li> </ul>	“Estava quase a chegar a acordo em Camp David e não houve por causa de Jerusalém. Como entendo, em Jerusalém deveria ter feito uma parte independente, dizer pronto, ninguém vai colocar Jerusalém na oposição, e aquela ficava como está o Vaticano, ficava um Estado independente dos dois.”

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 7</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Luta entre dois povos pelo mesmo território, mas com pretensões diferentes</li> <li>• Colonização judaica na Palestina legitimada pela Declaração Balfour</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém algumas características iniciais</li> <li>• Conflito actual definido pela ocupação do território em 1967</li> <li>• Luta dos palestinianos pelo próprio Estado</li> <li>• Tendências expansionistas por parte de Israel</li> <li>• Ilegalidade da ocupação israelita e expulsão dos palestinianos do resto da Palestina</li> </ul>	<p>“O conflito deve-se a uma luta entre dois povos para, basicamente, o mesmo território, com pretensões diferentes: um povo indígena, que é o povo palestiniano, e um povo colonizador, o povo judaico [...] Declaração de Balfour que deu legitimidade à colonização judaica da Palestina [...] Portanto, o conflito actual é um conflito que continua com algumas das mesmas características de sempre dependendo da perspectiva do israelita ou do palestiniano, mas com outros contornos devido às resoluções das Nações Unidas após 1948 e após a guerra de 1967 [...] Neste momento, o conflito principal é um conflito que é definido pela ocupação dos territórios de 1967 e a luta dos palestinianos para o estabelecimento de um Estado próprio que ainda resta ao povo para, eventualmente, ter uma soberania. E um conflito com as tendências ainda expansionistas do Estado de Israel que ilegalmente procura transformar a ocupação numa anexação e continua a expulsar o resto do povo palestiniano do resto da Palestina.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação económico-social para Israel</li> <li>• Miséria palestiniana</li> <li>• Árabes-palestinianos cidadãos de segunda classe em Israel</li> <li>• Segregação residencial</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação económica de Israel</li> <li>• Ordenamento e tecnologia de</li> </ul>	<p>“A consolidação do Estado de Israel para os judeus é, digamos, o início de um período de desenvolvimento económico-social muito importante [...] Certamente em termos de tecnologia de ponta, em termos de ordenamento Israel é capaz de ser o país mais avançado do mundo [...] Para os palestinianos o resultado da guerra de 1948, a sua derrota em todos os planos resultou em consequências de misériação [...] em termos sócio-económico para essa população foi totalmente serem transformados em cidadãos de segunda classe e isso em todos os sentidos, económicos, sociais, desde a educação, desde segregação residencial.”</p>

	<p>ponta em Israel</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pobreza palestiniiana</li> </ul>	
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Posição contrária a Israel ao nível da retórica</li> <li>• Relações com Israel</li> <li>• “Não há solidariedade de borla.”</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação em legitimar, proteger e promover o Estado de Israel</li> <li>• Diabolização dos palestinianos</li> <li>• Preocupação em lidar com as questões da comunidade internacional e defender-se de acusações</li> <li>• Não há preocupação em resolver o conflito</li> </ul>	<p>“Claro que se preocupam. Mas os líderes israelitas preocupam-se em legitimar, proteger e promover o Estado Israelita na sua luta contra os palestinianos que permanecem na Palestina [...] diabolizar os palestinianos e isso dá muito trabalho. Até o próprio Exército israelita produz manuais de propaganda para orientar os seus defensores, apologistas do Estado israelita, de como lidar com as questões da comunidade internacional, dos jornalistas e como defender-se contra as acusações dos grupos promotores dos direitos humanos [...] Mas não é uma preocupação para resolver o conflito [...] Geralmente ao nível de retórica e tomadas de posições políticas nas instâncias internacionais, os países árabes e outros muçulmanos, geralmente tomam posições contra Israel [...] Ao mesmo tempo e também têm muitas relações com Israel [...] não há solidariedade de borla.”</p>
<p>4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de educação conciliatória entre os dois povos</li> <li>• Manuais em Israel retratam-no como mandatário da Palestina</li> <li>• Educação voltada para levar os jovens a acreditarem que os territórios ocupados fazem parte de Israel</li> <li>• Inculcação nos palestinianos de atitudes desfavoráveis aos judeus</li> <li>• Educação para a paz é feita em escolas cooperativas e privadas, não no sistema público de ensino</li> </ul>	<p>“Os esforços para a educação favorável à reconciliação entre os povos são muito ausentes. Em Israel, muitas vezes, os manuais da escola desenham mapas de Israel em que Israel é retratado como o mandatário da Palestina, sem reconhecer a existência da <i>linha verde</i>, que foi estabelecida com o armistício. É uma maneira de educar os jovens a pensar que os Territórios Ocupados fazem parte já de Israel. Da parte dos palestinianos, há muitos exemplos de inculcação de atitudes não particularmente favoráveis aos judeus [...] A educação pela paz e a favor da paz e de uma solução justa geralmente tem sido uma educação feita em escolas cooperativas e privadas, fora do sistema público.”</p>
<p>5.Como os líderes e a população</p>	<p><b>Evolução da actuação dos</b></p>	<p>“No início da emigração e da colonização, o povo palestiniano não fazia muita coisa</p>

<p>palestiniana e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p><b>Líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel utilizou a resistência palestiniana como pretexto para aumentar a ocupação e acabar com o processo de paz</li> <li>• Construção do muro</li> </ul> <p>b) <u>Palestinos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte resistência palestiniana aos judeus iniciou-se em finais dos anos 20</li> <li>• Início do Movimento Nacional Palestino</li> <li>• Emerge a luta armada</li> <li>• Surge significativa resistência islâmica</li> <li>• Novas formas de resistência, incluindo formas indirectas.</li> </ul>	<p>[...] a resistência forte dos palestinianos à emigração judaica inicia-se realmente no fim dos anos 20, do século XX. E há movimentações contra a emigração judaica e há o início de um movimento que podemos chamar de Movimento Nacional, nacionalistas palestinianos [...] Essas outras perspectivas de resistência não desaparecem, mas emerge de novo a resistência de diferentes formas de luta armada, mas sobretudo as formas de vingança, das bombas, desta nova estratégia [...] Israel utilizou isso tudo como pretexto para intensificar a ocupação e acabar com o processo de paz [...] construção do Muro de Segregação [...] a emergência significativa de resistência islâmica e novas formas de resistência, incluindo formas não directas de resistência.”</p>
<p>6.Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?</p>	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel nunca aceitou a “chave” de uma paz viável, duradoura e justa</li> <li>• Manutenção das vantagens</li> <li>• Intransigência israelita sobre os colonatos</li> <li>• Dificuldade em satisfazer as exigências palestinianas ligadas ao direito de retorno dos refugiados</li> </ul>	<p>“Penso que, em Israel, os líderes nunca aceitaram inteiramente a chave de uma paz viável, duradoura e justa que é a desocupação dos territórios conquistados em 67. Continuam a querer manter as vantagens derivadas dessa conquista [...], intransigência israelita em relação aos colonatos, a certos aspectos dos colonatos e de outras questões: a dificuldade em encontrar uma fórmula para satisfazer a reivindicação necessária dos palestinianos que têm a ver com o direito ao retorno à Palestina dos refugiados.”</p>
<p>7.Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi</p>	<p><b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel tem a obrigação de devolver tudo</li> <li>• Os oprimidos não podem engolir</li> </ul>	<p>“Israel tem uma obrigação legal que é: devolver tudo [...] É uma chantagem Israel e os apologistas de Israel dizem que Arafat é intransigente para insistirem em terem cem por cento (100%) da terra que resta ao seu povo quando foi roubado setenta e oito por cento (78%) da Palestina, efectivamente colonizada e depois desapropriando o povo palestiniano. Portanto, uma solução justa significa uma divisão igualitária da Palestina mandatária [...] talvez deveriam ter aceite em termos de um valor superior que é a paz,</p>

<p>“melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?</p>		<p>mas há coisas que não se podem engolir. Os oprimidos não podem engolir, não devem.”</p>
<p>8.A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?</p>	<p><b>Escassez da água determina a ocupação do território</b>  a) <u>Sim</u>  • Israel procura garantir o domínio das fontes de água  • Israel está a poluir a água subterrânea de Gaza  • A água de casa consumida pela população é contaminada  • Sistema sanitário de Gaza entrou em colapso com o bloqueio  b) <u>Não</u></p>	<p>“Sim, claro, é uma questão muito importante. Israel procura em tudo garantir o domínio das fontes da água. Entretanto estão a poluir toda a água da zona. Por causa do bloqueio de Gaza o sistema sanitário está em colapso [...] Estão a poluir a água subterrânea da zona de Gaza [...] a água que o povo de Gaza tem de beber é veneno, altamente contaminada. A água de Gaza é veneno.”</p>
<p>9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?</p>	<p><b>Intolerância entre palestinos e judeus</b>  • Não há muita intolerância  • Muitas pessoas querem a paz  • Má liderança  • Israel está chantageado pelos movimentos colonizadores  • Presença de religiosos que consideram como única lei a lei de Deus  • Sionismo messiânico</p>	<p>“Não há tanta intolerância. Há muita gente que quer uma solução. Há má liderança, há movimentos da parte de Israel, há uma tolerância para um movimento colonizador, religiosa e não expansionista que já faz parte da orientação do Estado que minou a democracia israelita que criou de um pequeno monstro bebê, um monstro Frankenstein dos colonatos e que pode eventualmente matar o próprio criador. Israel está chantageado, como é que posso dizer, está sob pressão dos movimentos colonizadores de tal maneira que não conseguem sequer resolver o (e mesmo se um dia quisessem) conflito [...] Quando vier o dia em que vier um acordo, vai ser uma guerra civil dentro de Israel. Há fascistas religiosos ou religiosos fascistas que consideram que a única lei a que eles deveriam obedecer é a lei de Deus, e para eles Deus deu ao povo judeu toda a terra de Israel, e toda a terra de Israel ultrapassa de longe toda a terra do território do Estado de Israel proclamado em 1948 [...] hoje em dia o sionismo, em grande parte, é um Sionismo messiânico e religioso ou um Sionismo expansionista [...] Hoje em dia, fala-se no pós-sionismo.”</p>
<p>10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?</p>	<p><b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b>  a) <u>Palestino</u></p>	<p>“O primeiro-ministro de Israel diz que ele é a favor da paz com os palestinos, ele quer dizer que os palestinos deveriam abdicar da sua resistência e das suas reivindicações e aceitar a paz ditada pelo Estado de Israel [...] os palestinos querem</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Querem paz</li> <li>• Quem procura outra coisa é devido a frustração de promessas não cumpridas e consequência da ocupação de Israel</li> <li>b) <u>Judeu</u></li> <li>• Quer ditar a paz ao seu modo</li> </ul>	<p>paz, querem viver, querem sobreviver, querem uma vida normal, querem o seu Estado, querem alguma coisa [...] Eu acredito que a maior parte dos palestinianos quer paz e que os movimentos que procuram outras coisas são um produto da frustração da paz e das promessas da paz, são vinganças, são consequências de uma política israelita de ocupação, de colonização.”</p>
11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há condições dos dois povos viverem num mesmo país</li> </ul>	<p>“Acho que os dois povos não deram provas de que pudessem viver em paz.”</p>
12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinianos e dos judeus?	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação</li> <li>• Autodeterminação dos dois povos</li> <li>• Dois Estados</li> </ul>	<p>“Tem de se educar as pessoas e ter instituições que permitam esse tipo de actuações. Portanto, quando digo, neste momento e nesta fase histórica acho que a maneira de lá chegar é a autodeterminação dos dois povos, é uma solução com base em dois Estados [...] Acho que se não houver uma solução em breve também não haverá possibilidade de sobrevivência digna do povo palestiniano [...] Hoje em dia vivem num tempo de <i>apartheid</i>.”</p>

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 8</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Político, social, económico</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aspecto religioso para fundamentar interesses</li> </ul>	<p>“O problema básico do conflito israelo-palestiniano é político, social, económico e, em termos práticos, quase nada se alterou. Infelizmente coloca-se o aspecto religioso para dar um certo fundamento aos seus interesses. Quanto mais aspecto religioso colocarmos, porque não tem, agrava-se mais ainda a situação.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequências diferentes para os dois povos</li> <li>• Pobreza palestiniana</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel tem praticamente tudo</li> <li>• Palestina não tem nada</li> </ul>	<p>“O problema desse conflito é geográfico, é económico, é político [...] Nós nem podemos comparar a situação social, económica dos países. Um país tem quase tudo, o outro não tem quase nada. Portanto, vai-se agravando. O que é que a Palestina tem? Nada.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação de líderes muçulmanos e árabes</li> <li>• Lentidão nas tomadas de decisões por parte dos líderes árabes</li> <li>• Despreocupação com o problema da Palestina</li> <li>• Falta de união entre os líderes</li> <li>• Há interesses políticos</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p>	<p>“Há uma preocupação da parte dos líderes muçulmanos, também da parte, mais concretamente, dos líderes árabes [...] os líderes árabes ao tomarem qualquer decisão demoram, e são lentos, portanto são capazes de marcar uma conferência só porque houve um ataque, mas a conferência ou uma reunião entre os ministros é capaz de ser um mês depois do ataque, é capaz de ser dois meses depois do ataque, daquilo que se passou. Portanto, há uma certa lentidão, há uma certa despreocupação com o problema da Palestina quando nós falamos em termos dos líderes dos países muçulmanos. Porquê? Porque há sempre um ou outro que não concorda [...] Como não há união entre o mundo islâmico, não há, e nós sabemos disso, infelizmente não há, não havendo essa união, faz com que essas preocupações existam, mas reagir a essas preocupações, às vezes, o mundo islâmico é lento. E, no entanto, isto cria uma certa frustração na população [...] Parece que são cúmplices, parece que têm o ‘rabo’ preso; quer dizer, há muito interesse político nisso.”</p>
<p>4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acção de alguns partidos tenta aumentar os ânimos e criar ódios entre as crianças e a população</li> </ul>	<p>“Eu acho que certos partidos, mais concretamente do mundo árabe, mais da Palestina, tentam incendiar ainda mais os ânimos para com as crianças, para com a população mais jovem mostrando essas imagens horríveis, criar ódio. E do outro lado também.”</p>

	jovem, nomeadamente na Palestina e também em Israel	
5. Como os líderes e a população palestina e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Medo, acusações, insegurança</li> </ul> <p>b) <u>Palestinianos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Medo, acusações, perseguições, insegurança</li> </ul>	<p>“Às vezes nós notamos que há certos países que se envolvem [...] mas se formos ver na prática, podemos dizer assim, quase nada. Nada porque ainda há instabilidade, ainda há esta tensão, ainda há prisioneiros, ainda há insegurança, ainda existe o medo, ainda existe a perseguição, ainda existem acusações. Portanto, na realidade ou na prática, se formos ver, pouquíssima coisa mudou.”</p>
6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesses</li> <li>• Basta uma pequena tensão para acabar a paz</li> </ul>	<p>“Basta uma pequena tensão que se quebra logo a paz. Portanto, acontece que há interesses, há um certo interesse [...] Ao ver uma reacção negativa quebra-se o acordo de paz. Basta um pequeno ataque, basta que uma pessoa que seja manipulada cometer um ataque suicida, nem sequer foi enviado por algum partido, é o suficiente [...] há, de ambas as partes, pessoas que não querem, porque aquilo é nosso.”</p>
7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinianos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?	<p><b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Devolução pressupõe estar de posse do que não é seu</li> <li>• Prudência política de Yasser Arafat</li> <li>• Arafat foi aconselhado a não aceitar</li> <li>• Queria a totalidade do território</li> </ul>	<p>“O facto de devolver, ou o facto de você ter a intenção de devolver é porque você tomou conta daquilo que não era seu. Portanto, houve ali uma certa prudência política porque o Yasser Arafat [...] alguns aconselharam para ele não concordar. Ou dão na totalidade e vão-se embora ou nós não queremos. Então, o facto de querer devolver é porque era algo que não era seu.”</p>
8. A questão territorial é, também, pensada por palestinianos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?	<p><b>Escassez da água determina a ocupação do território</b></p> <p>a) <u>Sim</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Numa região árida a preocupação com a água duplica-se</li> <li>• Motivo para Israel não deixar a</li> </ul>	<p>“Sim [...] a água é um bem que, se formos ver, globalmente ou universalmente, está a ser escassa e é normal que num local árido, onde houve sempre o problema da água, que esta tendência de preocupação se venha a duplicar [...] E provavelmente é por estes outros benefícios que não querem deixar o local.”</p>

	região b) <u>Não</u>	
9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Intolerância entre palestinos e judeus</b> • Sentimento de superioridade dos judeus sobre os demais povos	“Se formos ver, árabes e judeus são primos [...] houve sempre o conceito de superioridade por parte dos judeus para com todos os povos [...] se consideram, como os escolhidos, o povo escolhido.”
10. O que é a paz para o palestino e para o judeu?	<b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b> a) <u>Palestinos</u> • Conceito de paz é o mesmo, mas não para todos os árabes • Para alguns árabes, a paz é a ausência dos judeus, acabar com eles b) <u>Judeu</u> • Para alguns judeus, o conceito de paz é tirar os palestinos do local	“Em termos gerais eu acho que o conceito é exactamente o mesmo. É claro que, provavelmente alguns árabes, não quererão, para eles a paz é ausência dos judeus. Acabar com eles, sair dali. Para alguns judeus o conceito de paz é tirar os palestinos dali. Mas para a maioria o conceito de paz é exactamente igual, isto é, viver pacificamente com o outro, respeitar o outro. Isto é o conceito de paz que globalmente é aceite.”
11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<b>Estado binacional como solução para o conflito</b> • Dois Estados autónomos • Dois poderes	“Um Estado único não. Dois Estados. Duas autonomias, dois poderes, seria melhor. Haveria mais respeito.”
12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?	<b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b> • Respeito mútuo • Aceitar o outro • Separar conflito de problema religioso • Não pôr a religião no problema político • Dois Estados	“Respeito mútuo, aceitar o outro, não misturar o conflito com o problema religioso, não pôr a religião no problema político, dois Estados, dois países, e saber como viver e respeitar o outro. Esta é a única decisão.”

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 9</b>
<p><b>1.</b>Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Migração para a Palestina</li> <li>• Primeiras dificuldades com a população local</li> <li>• Desistência por parte da Inglaterra da sua responsabilidade mandatária</li> <li>• Esquecimento do projecto da ONU</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento internacional do Estado de Israel</li> <li>• Palestina não teve reconhecimento internacional</li> <li>• Violência passou a ser o paradigma da região</li> <li>• Ameaça grave à paz mundial</li> </ul>	<p>“Há do ponto de vista de Israel a longa espera de poderem ter um Estado próprio ou uma pátria própria [...] A Inglaterra começou a ter problemas com o caudal migratório para a Palestina e aí começaram as primeiras dificuldades com as populações que ali estavam há séculos e que são árabes [...] a Inglaterra ‘atirou com a toalha’, porque a Inglaterra desistiu da sua responsabilidade mandatária [...] o projecto das Nações Unidas foi como que esquecido. O reconhecimento do Estado de Israel na senda internacional processou-se, mas os palestinianos nunca tiveram isso. O resultado é que a violência passou a ser o paradigma daquela região e, neste momento, para além de todas as violências, que nunca são maneira de resolver questões internacionais [...] eu penso que está ali sempre um foco gravíssimo para a paz mundial.”</p>
<p><b>2.</b>Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p><u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vida abaixo do padrão de dignidade dos palestinianos em consequência da guerra</li> </ul> <p><u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gasto brutal de Israel com segurança</li> </ul>	<p>“Em relação aos judeus, a coisa mais importante que pode salientar é a percentagem do PIB que é gasta em despesas de segurança e defesa. É brutal a despesa que o Estado de Israel suporta, embora com grande ajuda externa [...] a vida abaixo de qualquer padrão de dignidade a que está obrigada a comunidade palestiniana pelas circunstâncias da guerra.”</p>
<p><b>3.</b>Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Há preocupação</li> <li>• Desconfiança</li> </ul>	<p>“Preocupações muitos têm. Em Israel, naturalmente, a diferenciação dos Partidos em relação à atitude a tomar vem desde, naturalmente, extremistas de ambas as tendências [...] Mas é verdade que todas as tentativas têm sido frustradas. Enquanto não se desanuviar ou fizer desaparecer o clima de desconfiança, não é fácil uma solução que seja aceite.”</p>

têm eles feito a respeito?	<p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atitudes diferenciadas de partidos em relação a posição a tomarem</li> <li>• Várias tendências partidárias extremistas</li> <li>• Desconfiança</li> </ul>	
4. Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação informal mais importante</li> <li>• Educação informal assente nos sentimentos populares</li> <li>• Sentimentos populares – apoia os valores da reivindicação e não de cedências</li> </ul>	<p>“Eu julgo que a educação informal é aí mais importante do que a educação formal. E a educação informal assenta muito nos sentimentos populares. Portanto, os sentimentos populares, neste momento provavelmente apoiam mais a manutenção dos valores da reivindicação, do que os valores da cedência.”</p>
5. Como os líderes e a população palestiniana e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelita</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Traduz na destruição humana, vida e haveres.</li> <li>• Períodos de maior contenção</li> <li>• Período de repouso e não de fim do conflito</li> </ul> <p>c) <u>Palestinianos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Destruição de vidas humanas</li> <li>• Períodos mais calmos e mais contidos</li> <li>• O repouso não é o fim do conflito</li> </ul>	<p>“Eu não sei bem que distinções é que se podiam aí fazer, porque o salto final em qualquer dos conflitos traduz-se na dimensão das destruições humanas, vidas e haveres. Tem havido, por vezes, períodos de mais contenção, mas no trajecto geral parecem mais de repouso do guerreiro para voltar ao combate. Julgo que essa ainda é a situação que estamos a viver.”</p>
6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de confiança</li> </ul>	<p>“Não se cumprem Tratados sem que haja confiança. É por isso que eu julgo que o critério geral ... é o compasso e repouso do guerreiro. A confiança não acompanhou a assinatura dos tratados.”</p>

duradura e definitiva?		
7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado Palestiniiano. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinianos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?	<b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de renúncia recíproca</li> <li>• Falta de confiança</li> </ul>	<p>“Olhando para esta equação difícil: de um lado o projecto estratégico, israelita, de segurança e defesa e dimensão do território; do outro, o capital de queixas dos palestinianos. Enquanto não houver uma equação de renúncia recíproca, a falta de confiança para aceitar uma solução ou para cumprir tratados estará sempre na base da semântica que não corresponde às vontades nem depois aos factos.”</p>
8. A questão territorial é, também, pensada por palestinianos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?	<b>Escassez da água determina a ocupação do território</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) <u>Sim</u></li> <li>b) <u>Não</u></li> </ol> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Questão muito séria na região</li> </ul>	<p>“O problema da água certamente naquela região é uma questão muito séria [...] não é só ali que esse problema pode aparecer, mas certamente ali há uma iminência de agravamento da situação. Mas é uma questão mundial.”</p>
9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Intolerância entre palestinianos e judeus</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valores religiosos no conceito estratégico</li> <li>• Líderes invocam motivos religiosos</li> <li>• Território em disputa tem vínculo com a espiritualidade</li> <li>• Território é centro de espiritualidade</li> <li>• Dificuldade de renúncia a vitória devido aos valores religiosos estarem inscritos no conceito estratégico</li> </ul>	<p>“Nos conceitos estratégicos políticos, em várias oportunidades históricas, foram introduzidos valores religiosos no conceito estratégico [...] a Al Qaeda é o exemplo mais evidente, os valores religiosos foram inscritos no conceito estratégico e por isso é natural (embora não aceitável) que os líderes desses conflitos invoquem motivos religiosos, até porque os territórios que estão em discussão têm vinculação à espiritualidade. São centros de espiritualidade [...] quando os valores religiosos são inscritos no conceito estratégico a renúncia à vitória é mais difícil.”</p>
10. O que é a paz para o palestiniano e para o judeu?	<b>Significado de paz para o palestiniano e para o judeu</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) <u>Palestiniano</u></li> </ol>	<p>“Não pode haver dois conceitos de paz [...] havendo um conflito de interesses, cada um tem de ceder o necessário para que se salve o possível para todos. É simples. Isso obriga a que as pessoas não sejam extremistas [...] O conflito não está à espera de</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não pode haver dois conceitos de paz</li> <li>b) <u>Judeus</u></li> <li>• Mesmo conceito de paz</li> </ul>	acordo. O conflito armado está à espera de submeter o adversário.”
11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não – cidadania encontra-se muito ligada à nacionalidade</li> </ul>	“Não digo que seja, desde logo, um bom conceito falar em Estado binacional. Porque a cidadania anda muito ligada à nacionalidade.”
12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinianos e dos judeus?	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer cedências</li> <li>• Renúncia por parte dos árabes e muçulmanos do seu capital de queixas</li> <li>• Relação de confiança</li> </ul>	“O Estado de Israel existe e não é imaginável que venha a desaparecer. Mas tem que fazer cedências [...] os muçulmanos, os árabes que se sentem expropriados também têm que renunciar uma parte do seu capital de queixas. E esse clima de confiança, eu creio que ainda está distante.”

**GRELHA INTERPRETATIVA**

Perguntas	Categorias (Sub-Categorias)	Entrevista 10
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação dos judeus numa terra já ocupada</li> <li>• Compra de terra, pelos judeus aos árabes, não foi bem aceite</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais judeus nascidos em território palestiniano</li> <li>• Mais direitos de permanência aos judeus</li> <li>• Criação de Estado judeu viável e de forte implantação no local</li> </ul>	<p>“Os principais motivos do conflito israelo-palestiniano foram a instalação dos judeus numa terra que estava ocupada, em grande parte, por árabes, palestinianos de confissão muçulmana ou cristã, e o início de compras de terras que acabou por não ser bem aceite por esses habitantes. Desde a origem do conflito o que se modificou principalmente foi naturalmente o facto de cada vez haver mais judeus nascidos no território palestiniano e trazendo, por isso, cada vez mais direitos de permanência e, portanto, criando um Estado que se tem revelado viável e de forte implantação no local.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequências diferentes para os dois povos</li> <li>• Estado judeu organizado</li> <li>• Palestínianos privados de comunicação e de representação de Estado</li> <li>• Situação de dependência e dificuldades para os palestinianos</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia viável do Estado de Israel</li> <li>• Estado de Israel teve grandes investimentos</li> <li>• Dependência palestiniana do Estado de Israel em termos energéticos, alimentação, emprego.</li> </ul>	<p>“As consequências do conflito são diferentes para os judeus e para os árabes. Em primeiro lugar, os judeus têm agora o seu Estado que está organizado, que é economicamente viável, onde houve grandes investimentos [...] Quanto aos palestinianos, pois estão numa situação muito difícil, uma vez que são privados de comunicações, privados de representação ao nível do Estado e que dependem do Estado hebraico para a energia, para a alimentação, para os pagamentos, para os empregos e, portanto, criou-se uma situação de dificuldade para os palestinianos.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p>	<p>“Há uma preocupação muito grande tanto dos líderes árabes como dos líderes israelitas [...] convém sublinhar que bastantes líderes</p>

eles feito a respeito?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há preocupação</li> <li>b) <u>Líderes israelitas</u></li> <li>• Muitos estão preocupados e conscientes das consequências que o Estado hebraico causou aos palestinos</li> </ul>	criação do Estado hebraico ocasionou para os palestinos.”
4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?	<b>Impactes do conflito no meio educacional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divisão política</li> </ul>	“O meio educacional sofre muito da divisão política.”
5.Como os líderes e a população palestina e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?	<b>Evolução da actuação dos líderes e população</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) <u>Israelitas</u></li> <li>• Apropriação de terras</li> <li>• Ocupação efectiva e pela força, dos territórios</li> <li>b) <u>Palestinos</u></li> <li>• Desorganização</li> <li>• Actuação no sentido da expulsão dos judeus</li> </ul>	“Tem havido sempre muitas dificuldades devido ao facto de os Judeus se terem, no fundo, apropriado, comprado as terras perante uma certa desorganização árabe. Quer dizer que os líderes árabes procuraram actuar pela expulsão dos judeus. E os judeus tentaram actuar pela ocupação efectiva, pela força, desses territórios.”
6.Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?	<b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Negação ao retorno dos refugiados – Israel evita o retorno dos refugiados para evitar uma maioria árabe-palestina</li> <li>• Os dois povos disputam Jerusalém como capital</li> <li>• Continuidade dos colonatos</li> </ul>	“O que está a dificultar a paz entre os palestinos e os judeus, entre Israel e a Palestina, no fundo, são três aspectos que são de difícil concretização por ambos os povos. Os palestinos reivindicam o direito ao retorno às suas terras, aos seus lugares de origem, anteriores a 1948. Ora, o retorno maciço poderia acarretar uma maioria de população árabe nos territórios de Israel, o que Israel pretende evitar a todo o custo. Por outro lado, a capital da Palestina é, foi sempre, Jerusalém. Ora, Israel pretende igualmente Jerusalém como capital; é, portanto, outro ponto de difícil harmonização. O terceiro aspecto é, de facto, o abandono dos colonatos.”
7.Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser	<b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Intransigência sobre o direito de retorno dos refugiados, queria Jerusalém e exigências fronteiriças também pretendidas pelos judeus.</li> </ul>	“O que se passou é que era igualmente intransigente sob os três pontos já mencionados, quer dizer: o direito de retorno, o direito a Jerusalém, a liberdade de manutenção da capital de Israel em Jerusalém e, por outro lado, essa parte do território, essas rectificações de fronteira que os judeus pretendiam e que também os palestinos exigiam [...] ambos os líderes permaneceram na sua posição, tanto Ehud Barak como Yasser Arafat.”

Arafat recusou este plano?		
8.A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?	<b>Escassez da água determina a ocupação do território</b> a) <u>Sim</u> • Desejo de Israel é o acesso às fontes de água b) <u>Não</u>	“É uma região com muita escassez de água e, portanto o problema reside exactamente no acesso às fontes de água [...] Portanto, o acesso às fontes de água, evidentemente que é um grande desejo por parte de Israel.”
9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Intolerância entre palestinos e judeus</b> • Diferença política no estabelecimento do Estado de Israel	“A intolerância reside sobretudo na diferença política do estabelecimento do Estado de Israel em terras que os palestinos consideram suas há muitos séculos.”
10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?	<b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b> a) <u>Palestino</u> • Regresso ao estado de não guerra • Estado de salam = paz entre todos b) <u>Judeu</u> • Viver livre das intolerâncias e de guerras	“A paz é o desejo de viver sem o sobressalto da intolerância, sem o sobressalto da guerra e nomeadamente no caso do povo judaico, o muito que sofreram durante a II Guerra Mundial com o Holocausto [...] Para os árabes é o regresso ao estado de ausência de guerra, que é o estado de salam, ou a Paz entre todos.”
11.Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<b>Estado binacional como solução para o conflito</b> • Dois Estados para garantir segurança para os dois povos no seu próprio território • Estados reconhecidos internacionalmente e pela ONU para garantir a paz	“Em princípio com a criação de dois Estados, para permitir que cada povo pudesse estar seguro no seu território e, se fossem reconhecidos pela ONU, pelos meios internacionais, garantiriam essa paz.”
12.Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?	<b>Pontos a ser seguidos para chegar a uma paz duradoura</b> • Chegar à ideia de segurança • Não ter meios para um povo atacar o outro • Ter um refúgio • Ter um Estado próprio	“A chegada à ideia de segurança, quer dizer que um povo não tenha os meios de atacar os outros e que, portanto, possa efectivamente conseguir viver em tranquilidade com os seus vizinhos e que possa evidentemente manter o seu tempo de vida. No caso dos judeus haverá mais esta ideia de segurança a nível internacional. Ter um lugar de refúgio, ter um Estado próprio.”

**GRELHA INTERPRETATIVA**

Perguntas	Categorias (Sub-Categorias)	Entrevista 11
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição do Estado de Israel</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As motivações continuam praticamente as mesmas</li> <li>• Questão territorial</li> </ul>	<p>“Quando foi constituído o Estado de Israel [...] o conflito tem de ser reportado às origens [...] as motivações, na verdade, continuam as mesmas: a questão territorial.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências Sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Insegurança em ambos os lados</li> <li>• Atentados como modo de o impotente se fazer ouvir</li> </ul> <p><b>Económicas</b></p>	<p>“Há uma consequência inevitável neste conflito que é a insegurança, que é válida para os árabes, é válida para os judeus [...] os atentados [...] é uma forma do impotente, da ‘pessoa’ que não tem poder nenhum, que está no fundo do poço, ninguém o ouve, ninguém quer saber das suas explicações, portanto qual é a única maneira que ele tem de se fazer ouvir.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <b>Líderes árabes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tentativas</li> <li>• Grupos dissidentes discordam da tomada de posição da maioria</li> <li>• Minorias praticam a violência e derrotam os acordos de paz</li> </ul> <p>b) <b>Líderes israelitas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Retaliações israelitas e fim dos acordos</li> </ul>	<p>“Tem havido tentativas [...] quaisquer tentativas que sejam feitas para melhor e para criar condições para haver uma situação de paz, entre Israel e a Palestina, esbarram sempre no factor que é imponderável, isto é, num grupo grande haverá sempre grupos dissidentes que não concordam com a tomada de posição da maioria. Isto é, as minorias podem ter sempre uma voz activa. Como? Pela violência, derrotando inevitavelmente todos os acordos que foram feitos [...] Já foram feitos acordos, desde Camp David, os acordos da Noruega, foram acordos que visavam criar uma situação de paz e tranquilidade na Palestina e foram aceites pelos Palestínianos que intervinham como participantes no acordo. Só que, quando chegou a fase de implementar esses acordos as facções dissidentes não concordavam. E depois basta uma bomba num autocarro em Israel para destruir qualquer acordo.”</p>
<p>4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimenta-se o ódio</li> <li>• Jovens em Israel são obrigados a defender o território</li> <li>• Fanatismo religioso na Palestina</li> <li>• Escolas de mentalização na Palestina trabalham o cérebro de</li> </ul>	<p>“É cultivado o ódio [...]. Mas o que é facto é que Israel tem leis ainda, e as leis obrigam a que os jovens cumpram esse dever sagrado de defender o território. Por outro lado, os árabes, os palestinios, nascem, crescem e vivem com este problema intenso (O ambiente é pesado). E, isso reflecte-se, repare, na coisa terrível que é o sacrificio final. A morte no atentado à bomba [...] são fanáticos que são imbuídos de religião, nas escolas de mentalização. Escolas que trabalham o cérebro, de crianças, de jovens – quando é mais fácil convencer os jovens a fazer coisas.”</p>

	crianças e jovens	
5. Como os líderes e a população palestina e israelita têm atuado no conflito? O que se alterou em termos de atuação desde a origem do conflito até à atualidade?	<p><b>Evolução da atuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da violência</li> <li>• Pouca abertura</li> <li>• Mapa de Israel encolhe em alguns sítios e estende-se em outros</li> </ul> <p>b) <u>Palestinos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Palestinos nunca aceitarão Israel</li> <li>• Grupos extremistas desfazem acordos</li> <li>• Aceitam certas questões por vantagens</li> <li>• Defesa das próprias vantagens</li> </ul>	<p>“Mudou muito pouco, infelizmente. Em termos de violência mudou para pior; aumentou radicalmente a violência utilizada, quer por um quer por outro. Houve uma abertura da parte de Israel, abriu a Faixa de Gaza, que eles tinham ocupado, abriu zonas em Jerusalém, portanto, uma abertura no sentido de tentar facilitar as negociações. Mas isso é muito pouco. Porque nós olhamos para o mapa de Israel hoje, ontem e há uns anos, verifica-se que encolhe nuns sítios, estende-se noutros. Eu acho que o que temos de estar convencidos é que os palestinos por convicção íntima nunca aceitarão a Palestina tal como os Israelitas querem que ela seja. Não aceitam. Por vezes há grupos que estão no poder que aceitam, mas voltando ao que se disse há pouco, depois haverá grupos extremistas que imediatamente desfazem aquilo que foi feito. [...] as vantagens de uma pessoa que está a negociar um acordo, está a negociar um acordo em princípio com haver vantagens do outro lado, as suas vantagens, e depois mete ali no meio um parâmetro que é difícil de contabilizar, que são as suas próprias vantagens.”</p>
6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Há resoluções que desagradam grupos minoritários de Israel e da Palestina</li> <li>• Ex.: Hamas e o indivíduo que matou o primeiro-ministro</li> </ul>	<p>“Em consequência desses tratados, há resoluções dos tratados que não agradam a grupos, quer de Israel quer da Palestina, e portanto vão executar novamente. E são grupos minoritários. É o Hamas [...] mataram o primeiro-ministro israelita e quem matou não foi um palestino, foi um Israelita [...] Porque esse Primeiro-Ministro tinha assinado um acordo com os palestinos, que esse indivíduo achou, ele e o grupo dele que era injusto e que não se devia aceitar.”</p>
7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que	<p><b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estados árabes por detrás de Arafat</li> <li>• Importante ver o que está por detrás do conflito</li> <li>• No momento, há países árabes que não apoiam a Palestina</li> </ul>	<p>“Porque na altura Yasser Arafat ainda tinha atrás de si uma força e um poder grande dentro dos Estados árabes. O que importa ver além do conflito israelo-árabe ou israelo-palestino, é o que atrás dos palestinos, nessa altura, sem reservas o Yasser Arafat. Essas mudanças têm vindo a proceder-se, há alterações. Neste momento já há países árabes que não apoiam a Palestina. Veja, por exemplo, a Jordânia.”</p>

Yasser Arafat recusou este plano?		
8.A questão territorial é, também, pensada por palestinianos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?	<b>Escassez da água determina a ocupação do território</b> a) <u>Sim</u> • Água escassa para os dois povos • Israelitas trabalharam para ter a água b) <u>Não</u>	“A água é escassa para os dois povos, mas o que conta é que ambos os povos já estão desde os tempos dos ancestrais habituados a viver com essa escassez da água. Acontece é que os israelitas quando ocuparam os territórios depois da guerra em 1948 e criaram o actual Israel, fizeram aquilo que se chama os colonatos e arranjaram água, isto é, trabalharam para isso.”
9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Intolerância entre palestinianos e judeus</b> • Problema antigo • Na actualidade o problema é territorial	“Essa pergunta tem de ser respondida há três mil anos atrás [...] Actualmente o problema é estritamente territorial.”
10.O que é a paz para o palestiniano e para o judeu?	<b>Significado de paz para o palestiniano e para o judeu</b> a) <u>Palestiniano</u> • Viver na terra onde estão • Viver em comunidade • Ter comida b) <u>Judeus</u> • A paz é um anseio comum	“Quando as pessoas se entendem e conversam e se conhecem há paz. Verificam que têm um anseio comum. E qual é o anseio comum? É viver bem na terra onde estão. Viver em comunidade, ter alimentos, ter paz.”
11.Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?	<b>Estado binacional como solução para o conflito</b> • Não • Os ódios começam desde jovem e não se acabam com a instituição de um Estado • Os ódios terminam com um longo período de educação	“Acho que não [...] Porque este ódio de uns aos outros começa muito jovem. E o ódio não se apaga só por decreto, só porque há um Estado que agora, somos todos amigos [...] é preciso começar agora do nascimento, e demora vinte, trinta anos. Não é de um dia para o outro.”
12.Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinianos e dos judeus?	<b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b> • Aceitar partilhar ou compartilhar mutuamente o mesmo terreno • Conseguir ter líderes fortes que não fomentem e evitem a guerra • desde criança, evitar o ódio	“É aceitar de que estão num terreno que têm que partilhar ou compartilhar mutuamente [...] conseguir líderes que não advoguem a guerra e evitem que as suas franjas, as franjas do seu lado, o façam. É preciso ser um líder muito poderoso, muito forte e que seja ouvido pela maioria do seu povo [...] Só se consegue criar um líder desses se essa pessoa tiver desde criança a noção de que o ódio ao inimigo é coisa que temos que cortar. Começa de pequenino [...] portanto, só a longo prazo.”

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 12</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflito histórico</li> <li>• Imposição inglesa de um Estado em território pertencente a dois povos</li> <li>• Má disposição árabe devido à imposição</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indisposição tem vindo a crescer</li> <li>• Crescente agressividade de ambos os povos</li> </ul>	<p>“É um conflito histórico [...] ingleses querendo se limpar um pouco do mal e, enfim, de fechar os olhos a muitas coisas que os alemães pretenderam e fizeram aos judeus, impuseram um Estado numa terra que é de ambos. Quando as coisas são impostas [...], é evidente, as pessoas ficam um bocado mal dispostas com a questão, e portanto, isso tem vindo a vindo a crescer, matizado em alguns tempos de paz, mas tem sido uma crescente agressividade quer de uns, quer de outros.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <u>Sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Judeus também não têm paz</li> <li>• Conflito não reduzido àquela área – espalha-se pelos países vizinhos</li> <li>• Luta entre judeus e árabes</li> <li>• Luta entre Ocidente e Muçulmanos</li> <li>• Situação caótica da Palestina</li> <li>• Falta de alimentação e saúde para os palestinianos</li> <li>• Filhos de outra natureza na visão ocidental</li> <li>• Degradação social e moral palestinianas</li> </ul> <p>b) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel recebe ajuda, embora não necessite</li> <li>• Maior ajuda ocidental a Israel</li> </ul>	<p>“As consequências são devastadoras [...] os judeus também não têm paz [...] não é só um conflito que está perfeitamente reduzido à sua expressão ali daquela zona de porta para o Oriente, mas é um conflito que, de vez em quando, e por causa disso, tem alastrado aos países ali da vizinhança que tomam partido quer de um quer de outro [...] Portanto, o que nós temos ali não é propriamente uma luta entre árabes e judeus, temos ali uma luta entre Ocidente e Muçulmanos. É quase como um reencarnar das Cruzadas, por assim dizer. E que a todo o momento pode alastrar com consequências imprevisíveis [...] no lado da Palestina no aspecto da alimentação e saúde, e nos aspectos sociais é caótico, mas também porque há um fechar de torneiras para ajudar a Palestina. O Ocidente, sobretudo, tem fechado um pouco os olhos às coisas, ajuda mais um lado, não é que Israel necessite de muita ajuda, mas vai ajudando Israel e vai esquecendo um pouco os palestinianos, como se fossem filhos de outra natureza [...] vemos a degradação, não só degradação social, mas depois a degradação moral que ataca aquilo tudo.”</p>

<p>3. Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b>  a) <u>Líderes árabes</u>  • Há boas intenções  • Oscilação  b) <u>Líderes israelitas</u>  • Boas intenções  • Oscilação após a morte de homem moderado de Israel</p>	<p>“Há boas intenções, houve um período em que, quer os israelitas quer os palestinianos, deram um bocadinho as mãos, mataram um dos homens mais moderados dos judeus, e as coisas têm oscilado, quer de um lado quer do outro, quer inclusivamente os palestinianos.”</p>
<p>4. Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b>  • Gerações dos dois povos educadas no meio da guerra  • Guerra como modo de vida  • Existência dos suicidas do lado palestiniano por meio de “lavagem ao cérebro”</p>	<p>“As gerações, quer israelitas quer palestinianas, têm sido educadas no meio de uma guerra [...] A guerra é o seu modo de vida [...] em Israel não há propriamente, isso é que é o grande problema, não há os ditos <i>kamikazes</i>, não há os suicidas, mas do outro lado há os suicidas, em que por uma quase lavagem ao cérebro em que as pessoas são levadas a cometer aquelas atrocidades de se fazerem explodir levando com elas pessoas, inclusivamente, inocentes.”</p>
<p>5. Como os líderes e a população palestiniana e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b>  a) <u>Israelitas</u>  b) <u>Palestinianos</u>  • Pouco se alterou  • Procuram falar em paz  • Quando líderes procuram fazer a paz são acusados, de modo que não interessam aos demais</p>	<p>“Não se tem alterado muito, quer dizer, ambos os líderes procuram falar em paz, procuram tecer as suas razões [...] mas na generalidade, e aquilo que se tem visto é que quando os líderes procuram a paz e tentam fazer paz, são acusados de modo que não interessam, que não servem às ideias que eles têm.”</p>
<p>6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?</p>	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b>  • Separação entre população e quem detém o poder  • Quando líderes querem fazer a paz, outros incitam a população para continuarem com a luta  • Morte – espectáculo televisivo  • Vingança</p>	<p>Aí, quer dizer, parece que há um corte entre a população e as pessoas que detêm, ao fim ao cabo, o poder. Há um corte. Quando os líderes querem paz e vão com a melhor das intenções, e acredito que estejam lá com a melhor das intenções porque aqueles que não são radicais reflectem-se muito nestas peripécias, nestas ocorrências que tem por aí havido, há logo outros que sublevam população a dizer que temos de continuar a luta, a luta, e depois, cada indivíduo que morre é aquele espectáculo que nós vemos aí na televisão e juram vingança, e andam com armas.”</p>
<p>7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um</p>	<p><b>Motivos da recusa da proposta</b></p>	<p>“Não sei, isso é um período que é um bocado confuso na parte relacional e eu</p>

<p>plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinianos e também, reconhecia o Estado Palestiniiano. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinianos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?</p>	<p><b>por Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Segredo sobre o que se discutiu com as portas fechadas e para a recusa de Arafat</li> <li>• Arafat não ficaria a perder</li> </ul>	<p>realmente não sei o que é que houve por debaixo da mesa das negociações, para que o próprio Arafat recusasse [...] mas com certeza que ele não deveria ter ficado a perder com qualquer coisa. Uma coisa é aquilo que eles negociam para a notícia, outra é aquilo que eles negociam com a porta fechada em que não entra lá ninguém.”</p>
<p>8.A questão territorial é, também, pensada por palestinianos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?</p>	<p><b>Escassez da água determina a ocupação do território</b></p> <p>a) <u>Sim</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A água é uma preciosidade para um povo ser grande</li> </ul> <p>b) <u>Não</u></p>	<p>“Todas as pessoas que pensam muito nesta parte das estratégias e das políticas e pensam também na guerra dizem e defendem que a futura guerra vai ser não uma guerra meramente de ocupação territorial só para ocupar, mas porque o território tem ou contém preciosidades que fazem um povo ser grande.”</p>
<p>9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?</p>	<p><b>Intolerância entre palestinianos e judeus</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Religião</li> <li>• Religião não entendida como galvanizadora da paz</li> <li>• A religião pode estar a esconder outros apetites</li> <li>• Motivos económicos</li> <li>• Ocupação territorial</li> </ul>	<p>“Porque o que é que leva a que um indivíduo a acreditar, embora acreditem no mesmo Deus, mas de formas diferentes. E a partir daí se guerreiem por causa de uma coisa da religião. Ora a religião, está escrito quer num lado quer no outro, quer na <i>Thora</i> quer no <i>Corão</i>, é um galvanizador da paz, mas eles não entendem assim [...] pode ser que a religião esteja a esconder aí muita coisa ou a esconder outros apetites. Nós não sabemos muito bem, mas eles refugiam-se um pouco na religião; não sei se será esse o primeiro motivo. Há motivos económicos, há motivos de ocupação.”</p>
<p>10.O que é a paz para o palestiniano e para o judeu?</p>	<p><b>Significado de paz para o palestiniano e para o judeu</b></p> <p>a) <u>Palestiniano</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesmo significado que tem para outros povos</li> <li>Reconhecimento das razões</li> <li>• Situações em que não sejam vexatórias para uns e bonificadoras para outros</li> </ul>	<p>“Eu penso que a paz é a mesma. É um reconhecimento das razões e é ali procurar através, possivelmente, de um intermediário que consiga falar as duas línguas ao mesmo tempo e que as coisas tenham o cuidado de não serem vexatórias para um e bonificadoras para outro. Por que senão a História vai se repetir.”</p>

	<p>b) <u>Judeus</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A paz é a mesma para ambos os povos</li> <li>• Reconhecimento das razões</li> </ul>	
<p>11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?</p>	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De momento não</li> <li>• O Estado binacional só será possível após vários séculos</li> <li>• Há extremismos dos dois lados</li> </ul>	<p>“Neste momento não. Penso que isso será possível quando passarem muitos séculos [...] é tudo muito bonito no plano teórico, não se vingará na prática, porque há extremismos bem configurados quer de um lado quer do outro, que não vão deixar com certeza que haja essa paz.”</p>
<p>12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinianos e dos judeus?</p>	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentação das sociedades</li> <li>• Alimentação e saúde para a sociedade</li> <li>• Mais humanismo</li> <li>• Mais solidariedade entre os dois povos</li> <li>• Praticar a paz</li> </ul>	<p>“Enquanto não houver condições da chamada sustentação das sociedades, enquanto as sociedades têm dificuldade na própria alimentação, ou têm dificuldade na própria saúde, etc., são coisas que são básicas [...] enquanto não houver mais humanismo que aquilo que falta, mais solidariedade, quer para um lado quer para outro, não vejo que possa haver paz. E paz não é uma coisa que se escreva somente nos livros, é uma coisa que se pratica.”</p>

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 13</b>
<p>1.Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p>a) <b>Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Má divisão do território</li> <li>• Interesses coloniais de Inglaterra e França</li> <li>• Surgimento do sionismo</li> <li>• Mentira e promessas da Inglaterra</li> </ul> <p>b) <b>Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Independência de Israel</li> <li>• Aumento do problema</li> </ul>	<p>“Tem a ver com uma má repartição, digamos assim, do território do Próximo Oriente na sequência da I Guerra Mundial. Na verdade, os interesses coloniais da Inglaterra e França sobrepuseram-se após a I Guerra Mundial [...] após o conflito mundial, 14-18, o que aconteceu na prática foi que efectivamente as potências coloniais acabaram por se apropriar dos territórios, os ingleses nominalmente deram apenas independência a um Estado que foi o Iraque [...] começa por haver aqui um problema que é este: é que a vontade do sionismo nascente, a vontade desse sionismo traduziu-se numa contradição que as potências coloniais não conseguiram resolver no início. No fundo, mentiram, prometeram o mesmo território a dois povos mentindo aos dois em simultâneo [...] Surgiram outras motivações? Surgiram, na medida em que logo a seguir se verificou que a dinâmica que se instalou após a independência da pátria judaica, na sequência da II Guerra Mundial e o Holocausto, deu força à necessidade absoluta de estabelecer efectivamente uma pátria judaica na Palestina e isso evidentemente motivou fortemente o agudizar do problema.”</p>
<p>2.Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestino e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p>a) <b>Sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequências boas para Israel</li> <li>• Ajuda geopolítica dos EUA</li> <li>• Palestinos foram asfixiados</li> </ul> <p>b) <b>Económicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajuda económica a Israel</li> <li>• Situação ruim para os palestinos</li> </ul>	<p>“As coisas são bastante separadas, por uma razão: os israelitas acabaram por beneficiar do apoio norte-americano onde existe um <i>lobby</i> judaico muito forte economicamente e, portanto, o Estado de Israel recebeu sempre da parte dos Estados Unidos um apoio forte em termos financeiros, em termos militares e, portanto, as consequências do conflito foram paradoxalmente até certo ponto boas para o Estado de Israel enquanto Estado, dado que contou sempre com a ajuda geopolítica dos Estados Unidos [...] Para o povo israelita foram boas as consequências em termos financeiros, em termos geopolíticos, em termos geoeconómicos; para o povo palestino foram más, na medida em que, de facto, de uma forma ou de outra foram asfixiados naquele território até hoje.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <b>Líderes árabes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há preocupação verdadeira</li> <li>• Despreparo da população para a paz</li> </ul> <p>b) <b>Líderes israelitas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior nacionalismo</li> <li>• Xenofobia</li> </ul>	<p>“As preocupações existem, mas são diferentes. Os líderes israelitas, as suas preocupações, têm sofrido evolução em função também de um factor que é relativamente novo que é a alteração da estrutura do Estado de Israel em termos populacionais [...] Israel começou a ser povoado pela forte corrente migratória de judeus vindos do Leste europeu, sobretudo após a queda do Muro de Berlim e aí eles alteraram muito o quadro político [...] Influindo no sentido mais nacionalista, mais, digamos, xenófobo, e, portanto, acontece que do ponto de vista, digamos assim, dos líderes israelitas houve um maior, apesar do episódio Rabin, extremismo na forma de encarar o problema. Isso tem a ver com o facto da extrema-direita israelita religiosa,</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extremismo em relação ao problema</li> <li>• Não preparou o povo para a paz</li> </ul>	<p>fundamentalista, estar de facto no poder, ou ter estado sempre próxima do poder e ter, de alguma forma, influenciado o poder [...] líderes árabes julgo que a preocupação é outra, porque não é uma verdadeira preocupação [...] a cultura política de cada uma das sociedades, israelita e palestiniana, são culturas muito diferentes, mas têm uma característica comum: é que nenhum dos seus líderes preparou os seus povos para a paz por razões que têm a ver com a própria evolução e conjuntura histórica e até com a própria evolução social.”</p>
<p>4. Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controvérsia</li> <li>• Visão histórico-revisionista dos árabes</li> <li>• Visão israelita acentua o Holocausto</li> <li>• Judeus como povo escolhido e superior</li> </ul>	<p>“É controverso entre os dois, mas eu não sei exactamente como é. Claro que sei uma coisa: do ponto de vista educativo, os árabes, por exemplo, deram sempre a visão histórica revisionista, por exemplo, do Holocausto. Os israelitas, pelo contrário, dão uma visão que acentua muito o Holocausto de natureza muito específica do povo judeu como povo destinado, povo escolhido, a ter uma espécie de regalias relativamente aos outros povos.”</p>
<p>5. Como os líderes e a população palestiniana e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura política próxima aos padrões europeus</li> <li>• Alteração com independência unilateral</li> <li>• Manutenção e sobrevivência do Estado</li> <li>• Justificação da guerra em termos ofensivos</li> <li>• Expansão e domínio</li> </ul> <p>b) <u>Palestinianos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opinião política não foi preparada</li> <li>• Cultura política pouco desenvolvida dos palestinianos</li> </ul>	<p>“Os líderes nunca souberam preparar a opinião política para a paz em termos de cultura política [...] Enquanto que Israel é um Estado que se aproxima muito de padrões europeus em termos de cultura política, os palestinianos não, têm uma cultura política menos desenvolvida, mais ligada a factores de ordem religiosa e claro à dialéctica de violência que existe [...] se alterou um aspecto importante, é que na primeira fase, em 48, partindo do princípio que o conflito começa, em termos institucionais e territoriais (embora tenham começado antes) abertamente com a independência unilateral do Estado de Israel em 48, embora com a aprovação da ONU que de facto reconheceu que a Palestina devia ser dividida em dois Estados [...] Diria que há duas fases: há uma fase em que o Estado de Israel ganha sempre com a ideia, porém, de que ganha com razão e valores de fundo: que é a manutenção do Estado, a sobrevivência do Estado de Israel como um Estado independente, a ideia do Estado de Israel como um Estado que tem direito à existência, de um povo que tem direito à existência. Isso justificou ou legitimou as vitórias militares e estratégicas dos israelitas durante parte do processo que foi de 48, eu diria, até 80 [...] o Estado de Israel passou, digamos assim, a justificar a sua guerra não já em termos defensivos de existência, de direito à existência, mas em termos já ofensivos de Estado que quer desempenhar um papel estratégico, quer expandir o seu domínio, e a sua prevalência e o seu domínio, incluindo, talvez, até ponderando razões de carácter, a que eu chamarei, de sobrevivência, ou seja, passou a haver uma política realista neste ponto: em que a</p>

		resolução de forças sendo favorável ao Estado de Israel passou a entender o seu direito de existência como sendo mais do que simples defesa, mas qualquer coisa mais do que isso, uma expansão para assegurar melhor a sua existência.”
6. Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?	<b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram assinados verdadeiros tratados de paz</li> <li>• Violência</li> <li>• Falta de compromisso no cumprimento do estabelecido</li> </ul>	“Os dirigentes israelitas e palestinos nunca assinaram verdadeiros tratados de paz, excepto o de Oslo que, com a morte (assassinato) de Rabin, não teve consequências; e julgo que os verdadeiros tratados nunca foram muito respeitados porque se incluem na dialéctica da correlação de forças da violência e, portanto, cada uma das partes quando diz que se compromete a qualquer coisa é na verdade para não cumprir.”
7. Em 2001, Ehud Barak elaborou um plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?	<b>Motivos da recusa do plano por Arafat</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Influência dos radicais</li> <li>• Cultura anti-democrática</li> <li>• Perda de poder em caso de cedência</li> <li>• Posteriores dificuldades internas</li> </ul>	“Julgo que fracamente a questão é simples: Arafat recusou o plano porque Arafat tinha dentro do seu Estado já radicais, tão influentes, e a opinião pública palestina é tão, de um certo ponto de vista, primitiva (não no sentido de serem primitivos), mas no sentido de ser uma cultura política baixa, não democrática que Yasser Arafat perderia poder se cedesse. E enfrentaria dificuldades internas tais que ele não podia ceder em cinco por cento.”
8. A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez de água na região? Por quê?	<b>Escassez de água determina a ocupação do território</b> <p>a) <u>Sim</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controlo sobre os Montes Golã</li> <li>• Controlo dos lençóis de água por Israel</li> </ul> <p>b) <u>Não</u></p>	“Acho que Israel, por exemplo, quando mantém o controlo dos Montes Golã, mantém por causa de questões de água. De facto julgo que há também, subjacente ao conflito israelo-palestino, um conflito de recursos. É uma questão que está sobretudo ligada à água. Portanto, Israel no desenho que faz da sua estratégia geopolítica leva muito em linha de conta o controlo dos lençóis de água subterrâneos que podem vir a abastecer o próprio Estado de Israel.”
9. Por que há tanta intolerância entre os dois povos?	<b>Intolerância entre palestinos e judeus</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Radicada na cultura política</li> <li>• Tradição de conflito</li> <li>• A opinião dos dois povos não está preparada para a paz</li> </ul>	“Radica na cultura política [...] a intolerância tem a ver com o facto destes dois povos terem uma tradição de conflito tão grande que se aproxima já dos cem anos, digamos assim, em bom rigor (não direi cem anos, mas oito décadas), e com muita força pelo menos seis décadas que na verdade faz com que as opiniões públicas de ambos os povos não estejam preparadas para a paz. Estão preparadas para a guerra, para o conflito e para o domínio.”

<p>10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?</p>	<p><b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b>  a) <u>Palestino</u>  • Expulsar os judeus  b) <u>Judeu</u>  • Expulsão dos palestinos  • Exclusão</p>	<p>“A paz por um lado para o judeu é a exclusão do outro. Neste momento, penso com franqueza que é assim dos dois lados, embora haja da parte da Autoridade Palestina sinais de abertura, que a meu ver seria exequíveis se houvesse tempo para finalmente executar isso com calma. Penso também que a paz para um judeu hoje em dia, como há uma extrema direita religiosa que controla o sistema político, há o sonho do Grande Israel, e a melhor prova disso é que internamente um milhão e tal de cidadãos árabes que são israelitas, de árabes que são cidadãos israelitas, neste momento sofrem o cerceamento de direitos dentro de Israel [...] A paz, portanto, continua a basear-se na intolerância. Num conceito de intolerância que é o conceito de exclusão.”</p>
<p>11.Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?</p>	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b>  • Estado binacional é quase impossível  • Diferenças sócio-culturais  • Não estão dispostos a assinar um pacto em comum  • Mais indicado um Estado Federal com duas nações  • Sem condições para multiculturalismo ou coexistência</p>	<p>“Não vejo que um Estado binacional seja solução devido a estas condições anteriores, socioculturais e histórico-culturais. Um Estado binacional é uma coisa quase impossível. Ainda consigo ver um Estado Federal [...] Seria a solução mais natural, um Estado Federal com duas nações [...] Um Estado binacional não seria solução para o conflito pela razão de que os dois povos não estão dispostos a assinar pacto nenhum [...] a solução não passa por aí, passa, efectivamente, pelo reconhecimento do Estado palestino. Não há alternativa. Porque neste momento não há condições para multiculturalismo, ou para coexistência, ou para reconhecimento dos outros, por razões de paradigmas culturais diferentes.”</p>
<p>12.Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinos e dos judeus?</p>	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b>  • Estado de Israel tem que desejar a paz  • Mudança de cultura política  • Existência de líderes carismáticos dos dois lados</p>	<p>“Só pode haver paz quando na verdade o Estado neste momento dominante, que é o Estado de Israel, estiver convicto de que é necessário a paz [...] O ponto essencial é a mudança da cultura política [...] É fundamental que haja figuras com legitimidade carismática que possam impor, pelo seu carisma, a paz. Rabin podia fazê-lo pelo lado de Israel. Arafat até certo ponto podia fazê-lo pelo lado palestino: a verdade é que Arafat recuou por razões estratégicas. Rabin foi assassinado e, neste momento, não vejo que haja dos dois lados essas duas personalidades, esses meios que dêem a possibilidade de haver uma paz efectivamente justa entre os dois povos.</p>

**GRELHA INTERPRETATIVA**

<b>Perguntas</b>	<b>Categorias (Sub-Categorias)</b>	<b>Entrevista 14</b>
<p><b>1.</b>Quais são os principais motivos do conflito israelo-palestiniano e o que se alterou em relação às motivações desde a origem do conflito até a actualidade? Surgiram novas motivações?</p>	<p><b>a) Motivações iniciais do conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórica – Declaração Balfour incentivou a imigração judaica para a Palestina</li> <li>• Expulsão dos palestinianos do seu território</li> </ul> <p><b>b) Outras motivações mais recentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Declaração do Estado de Israel</li> <li>• Povo palestiniano foi invadido pelos sonhos de outro povo</li> <li>• Ameaça a existência nacional palestiniana</li> <li>• Expansão dos colonatos</li> <li>• Expropriação de terras</li> <li>• Destruição das infra-estruturas palestiniana</li> <li>• Pobreza e miséria palestiniana</li> </ul>	<p>“Histórica remonta à declaração de Balfour e ao início do processo de incentivo de imigração judaica para a Palestina e ao processo gradual de expulsão da população palestiniana dos seus territórios [...] o modo como o conflito se colocava não é exactamente o mesmo como ele se veio a colocar depois da II Guerra Mundial e depois da declaração do Estado de Israel e depois no contexto internacional [...] o povo que ali vivia há séculos, que ali tinha o seu modo de existência, que ali tinha as suas memórias, que ali tinha a sua existência, e de repente foi invadida por sonhos de outros [...] processo de desapossamento de expropriação, se quisermos, de um povo, da sua existência histórica e das condições para a sua existência nacional [...] hoje o povo palestiniano vive em condições que ameaçam a sua própria existência nacional e cada dia que passa as possibilidades de constituição de um Estado da Palestina visando com isso a solução em definitivo do problema são cada vez mais inviáveis. A expansão contínua dos colonatos, a expropriação das terras, a destruição dos campos de cultivo, a destruição da infra-estrutura económica, a pobreza, a miséria, o desespero são factores que impedem ou dificultam ou ameaçam seriamente a existência nacional do Estado da Palestina [...] O que nós temos visto é um reforço cada vez mais largo da ocupação, a multiplicação dos factores de ocupação e de exploração efectiva dos recursos naturais e do povo, das pessoas que ali vivem.”</p>
<p><b>2.</b>Quais foram, e quais continuam a ser, as principais consequências do conflito em termos sociais e económicos para os povos palestiniano e judeu?</p>	<p><b>Principais Consequências</b></p> <p><b>a) Sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel caminha para consolidar laços de cooperação com a UE</li> <li>• Israel tem problemas de identidade</li> <li>• 20% da população israelita não é judaica</li> <li>• Segurança é ficção</li> <li>• Falta paz</li> <li>• Não há futuro de estabilidade capaz de ser mantido</li> <li>• Muro e barreiras ao povo palestiniano</li> </ul>	<p>“Israel tem contado e continua a contar com a ajuda praticamente ilimitada e incondicional dos Estados Unidos, de largos sectores dos países ocidentais, e aliás nos últimos anos, mesmo não obstante o desafio à legalidade e ao direito internacional, mesmo em relação à União Europeia, Israel tem dado passos no sentido de consolidar os laços de cooperação com a União Europeia [...] Israel em boa verdade tem vivido desta, tem capitalizado em seu favor este conflito, no sentido de atrair a si a ajuda, a simpatia, o apoio dos Estados Unidos em largos sectores da sociedade, aquilo em que no geral se chama a sociedade Ocidental [...] é um país com um grave problema identitário, quer dizer, a saber onde é que começa uma sociedade realmente democrática e onde é que acaba um Estado que se define a si mesmo como judaico, o que significa que exclui mais de cerca 20% da sua população que não é judaica, como é que se compatibilizam estas duas coisas, é um problema que Israel ainda não conseguiu resolver até hoje, assim como Israel nunca conseguirá resolver as suas condições de existência [...] a ficção da segurança que se vive atrás do muro que Sharon iniciou,</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Humilhação quotidiana dos palestinianos</li> <li>• Grave situação de desemprego e pobreza dos palestinianos</li> <li>• Falta de perspectivas e de futuro para o povo palestiniano</li> </ul> <p>a) <u>Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contínua ajuda dos EUA e sectores do Ocidente a Israel</li> <li>• Israel tem-se capitalizado com o conflito</li> <li>• Bloqueio a Gaza</li> <li>• Inexistências de bens essenciais aos palestinianos</li> </ul>	<p>cuja construção foi iniciada por Sharon, é só uma ficção, quer dizer e que não há nem paz, nem segurança, nem desenvolvimento, nem o futuro de estabilidade que possa ser mantido, à custa de muros e de barreiras eléctricas e da humilhação e do espezinhamento quotidiano que é feito sobre o povo da Palestina [...] estado de pauperização muito grave em que vive aquela população. Digamos, Gaza está numa situação há largos meses sob bloqueio, sem água, sem energia eléctrica e com abastecimentos racionados numa situação absolutamente insustentável, a maior parte da população na margem ocidental vive em condições semelhantes, com taxas de desemprego enormes e sobretudo a ausência de futuro, a ausência de perspectiva.”</p>
<p>3.Há uma preocupação efectiva dos líderes árabes e israelitas quanto às consequências desencadeadas pelo conflito e sofridas pela população em termos económicos e sociais? O que têm eles feito a respeito?</p>	<p><b>Actuação dos líderes face aos efeitos do conflito</b></p> <p>a) <u>Líderes árabes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incapacidade para resolver o problema da Palestina</li> <li>• Comprometidos e cúmplices das potências ocidentais e Israel</li> <li>• Questão da Palestina serve de álibi a muitos Estados árabes</li> <li>• Incapacidade de reacção frente às ofensivas israelitas</li> <li>• Profunda divisão do mundo árabe</li> <li>• Dificuldade de fazer uma frente comum de resistência a Israel em termos políticos e diplomáticos</li> </ul> <p>b) <u>Líderes israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação contínua</li> <li>• Política de colonatos</li> </ul>	<p>“Da parte de Israel o que tem feito é continuado a ocupação [...] independentemente das diferentes alterações, da conjuntura internacional, dos próprios equilíbrios de forças em Israel, das diferenças entre governo [...] é a política de colonatos e se a política de colonatos tem sido de uma constante sem grandes quebras praticamente continua atravessando governos de todas as tendências [...] Do lado dos Estados árabes, infelizmente à que reconhecer que pouco tem contribuído para a resolução do conflito, a verdade é que seja por incapacidade própria, seja por compromissos e cumplicidades assumidas em momentos diversos, seja com as grandes potências ocidentais seja mesmo com Israel, a verdade é que a questão palestiniana tem servido muitas vezes mais como álibi para muitos dos Estados árabes do que propriamente tem ajudado, tem sido tratada de forma séria e de forma consequente; a incapacidade que foi revelada em inúmeros momentos para reagir à ofensiva israelita sobre a Faixa de Gaza é bem o sinal da divisão profunda, que afecta o mundo árabe, e da dificuldade em encontrar uma frente comum que oponha resistência, não estou a falar militar, estou a falar política, diplomática, efectiva ao avanço da ocupação israelita.”</p>
<p>4.Como o conflito se reflecte e é tratado no meio educacional por ambos os povos?</p>	<p><b>Impactes do conflito no meio educacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ideologia dominante por parte</li> </ul>	<p>“Continua a existir por parte de Israel e essa continua a ser, se quisermos, a ideologia dominante, a negação dos direitos nacionais do povo da Palestina. Não só dos direitos nacionais do povo da Palestina como dos direitos cívicos da população árabe que vive</p>

	<p>de Israel</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Esforço palestino na educação para reconhecer a situação de ocupação da Palestina e direitos nacionais e sem instigar os ódios</li> </ul>	<p>no Estado de Israel [...] tem havido sobre a questão dos manuais escolares reconhecem que da parte da autoridade palestina tem havido um esforço sério para recolocar a questão do ensino em termos que reconheçam a condição de ocupação da Palestina e, portanto, reconheçam os direitos nacionais do povo da Palestina, mas que evidentemente não façam instigação ao ódio. Ao ódio, no sentido, ao ódio nacional, ao ódio que muitas vezes envenena as relações humanas. Agora esta questão nunca pode esquecer e deixar de lado que existe uma ocupação, e que existe uma luta surda, uma guerra surda todos os dias a aterrorizarem a população palestina, nos elementos mais básicos da sua vida.”</p>
<p>5.Como os líderes e a população palestina e israelita têm actuado no conflito? O que se alterou em termos de actuação desde a origem do conflito até à actualidade?</p>	<p><b>Evolução da actuação dos líderes e população</b></p> <p>a) <u>Israelitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avanço da ocupação</li> <li>• Movimento de instrumentos políticos e legais e tecnológicos para levar adiante a política de ocupação</li> <li>• Táticas de aterrorização da população palestina</li> <li>• Táticas militares</li> <li>• Avanço de tropas militares por entre as aldeias</li> </ul> <p>b) <u>Palestinos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização do Movimento Nacional Palestino</li> <li>• Unidade das forças governamentais palestinas está ameaçada</li> </ul>	<p>“Do lado palestino, destacaria dois ou três aspectos que acho fundamentais: em primeiro lugar, e que é uma coisa que hoje está muito na ordem do dia, da Organização do Movimento Nacional Palestino. Se olharmos a História da resistência do povo palestino podemos dizer que a sua principal conquista e que hoje está séria e profundamente ameaçada é a unidade das forças governamentais Nacional Palestinianas. A criação da OLP constituiu uma conquista histórica fundamental para o povo palestino [...] o avanço da ocupação nos últimos anos só é possível porque existe um conflito grave dentro do Movimento Nacional Palestino [...] Do lado de Israel podemos dizer que se as constantes se têm mantido, ou seja, se a ocupação se tem alargado, se tem movimentado os instrumentos políticos legais, tecnológicos, etc., para levar por diante a política de ocupação, ela no fundamental não se tem distanciado muito [...] das táticas de aterrorização da população, as mesmas táticas até militares de avanço das tropas por entre as aldeias.”</p>
<p>6.Por que os diversos tratados de paz foram assinados tanto por árabes quanto por judeus e, muitas vezes, não foram cumpridos pelos líderes de ambos os povos e nunca foram suficientes para se alcançar uma paz duradoura e definitiva?</p>	<p><b>Razões do não cumprimento dos tratados de paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel é quem não cumpre os acordos</li> <li>• Continuidade da ocupação</li> <li>• Falta de responsabilidade política</li> </ul>	<p>“Quem não tem cumprido é Israel porque se a ocupação se mantém é porque alguém continua a persistir a ocupar e alguém continua a ser ocupado. E, portanto, nós nunca podemos na análise deste problema deixar de ter esta como ideia central: estamos perante um conflito que se resume a um país que ocupa o território de um povo [...] em inúmeros momentos em que, para que Israel assumisse a sua responsabilidade, um após outro os diferentes álibis foram caindo, e a verdade é que a falta de vontade política foi-se mantendo.”</p>
<p>7.Em 2001, Ehud Barak elaborou um</p>	<p><b>Motivos da recusa do plano por</b></p>	<p>“Hoje já há documentos e testemunhos suficientes sobre o que se passou em Camp</p>

<p>plano que consistia na devolução de 90% do território aos palestinos e também, reconhecia o Estado Palestino. Porém, em Camp David, o plano de Ehud Barak foi “melhorado” por Bill Clinton e o território a ser devolvido aos palestinos passou de 90% para 95%, de modo que as fronteiras voltariam para quase a totalidade de antes da Guerra dos Seis Dias. Por que Yasser Arafat recusou este plano?</p>	<p><b>Arafat</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A proposta de Israel não era concreta</li> <li>• Testemunhas dizem que Ehud Barak foi para a conferência sem uma proposta concreta</li> <li>• A proposta de Camp David era inaceitável para o dirigente palestino</li> <li>• Não estava incluída a questão de Jerusalém e dos refugiados</li> </ul>	<p>David e, portanto, já sabemos que Israel não chegou a formalizar nenhuma proposta concreta [...] Dennis Ross que era na altura uma das pessoas do gabinete de Bill Clinton, mas inclusive Robert Malley que trabalhava também do lado da administração Clinton, e que dizem que Ehud Barak chegou à conferência sem nenhuma proposta concreta para fazer. O problema era que o que eles propunham em Camp David era inaceitável para um dirigente nacional palestino. Um dirigente nacional palestino, mais ainda como Yasser Arafat que comprometido historicamente com a necessidade de uma solução que respeitasse os seus direitos nacionais: porque nem a questão de Jerusalém estava resolvida, nem a solução para a questão dos refugiados era reconhecida.”</p>
<p>8.A questão territorial é, também, pensada por palestinos e por judeus levando em consideração a escassez da água na região? Por quê?</p>	<p><b>Escassez da água determina a ocupação do território</b></p> <p>a) <u>Sim</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A água é um bem precioso na região</li> <li>• Israel continua com ocupação dos Montes Golã</li> </ul> <p>b) <u>Não</u></p>	<p>“A água é um bem muito precioso na região e a sua questão da água não se coloca só em Israel, em relação à Palestina, nem aliás a ocupação de territórios por parte de Israel se resume apenas aos territórios palestinos, sabemos que Israel continua a ocupar os Montes Golã e sabemos que os Montes Golã são ricos também em água, e como Israel persiste em ocupar também aquela região.”</p>
<p>9.Por que há tanta intolerância entre os dois povos?</p>	<p><b>Intolerância entre palestinos e judeus</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequência da perpetuação do conflito</li> <li>• Imigração judaica para a Palestina</li> <li>• Compra e ocupação de terras palestinas</li> <li>• Expulsão das aldeias palestinas</li> </ul>	<p>“Essa pergunta precisa de ser situada historicamente. Se existe uma intolerância entre os dois povos e eu acredito que hoje existe intolerância entre os dois povos, essa intolerância é uma consequência da perpetuação do conflito. Digamos, não existia intolerância, ou pelo menos, não existiria na medida em que ela hoje existe quando vagas sucessivas de imigração judaica começaram a chegar à Palestina e a comprar terras, ocupar terras, a expulsar aldeias palestinas. Essa intolerância é o veneno visível do agudizar e da perpetuação deste conflito.”</p>
<p>10.O que é a paz para o palestino e para o judeu?</p>	<p><b>Significado de paz para o palestino e para o judeu</b></p> <p>a) <u>Palestino</u></p>	<p>“Acho que para Israel a paz se coloca em dois planos (talvez de certa maneira para os palestinos também, mas por outras razões): para Israel a paz coloca-se por um lado na possibilidade de viver em cooperação com todos os seus Estados vizinhos e de ter</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perspectiva de futuro e de esperança</li> <li>• Possibilidade de trabalhar</li> <li>• Viver livre de ameaças, prisão, destruição, tortura, expulsão, separação das famílias e violência</li> <li>b) <u>Judeu</u></li> <li>• Viver em cooperação com os Estados vizinhos</li> <li>• Relações normais, fraternas e francas com os Estados vizinhos</li> <li>• Cooperação mútua de interesses entre os Estados vizinhos</li> <li>• Resolver o problema da população árabe que vive em Israel</li> <li>• Definir a posição de Estado – Estado como ideologia oficial, Estado judaico ou Estados de cidadãos que lá vivem</li> </ul>	<p>relações normais, fraternas, francas de cooperação mútua de interesses entre todos os Estados vizinhos. Mas a paz coloca-se também relativamente à sua própria consciência e à sua própria existência como Estado. Israel não tem resolvido o problema da população árabe que vive no Estado de Israel. Mesmo talvez depois da questão palestina ficar resolvida – e esperamos que assim possa ser – Israel precisa de resolver esta dúvida que tem consigo própria: o que é exactamente o Estado de Israel, se é o Estado como a ideologia oficial do Estado reclama, é um Estado judaico? Se é um Estado dos cidadãos que vivem no seu território? [...] Para os palestinianos evidentemente que a paz significará: poder ter uma perspectiva de futuro, poder ter esperança [...] paz significará poder ter um futuro, poder imaginar um futuro, um futuro diferente daquele que tem sido vivido até aqui; um futuro em que seja possível trabalhar, que seja possível viver sem a ameaça da prisão, sem a ameaça da destruição, sem a ameaça da violência, da tortura, da expulsão, da separação definitiva de tantas famílias que vivem separadas pelos quatro cantos do mundo, numa diáspora trágica que aguarda solução.”</p>
<p>11. Um Estado binacional é a solução para o conflito? Por quê?</p>	<p><b>Estado binacional como solução para o conflito</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solução mais adequada para o início do conflito</li> <li>• Coloca em risco as reivindicações do povo palestiniano</li> </ul>	<p>“A questão coloca-se muitas vezes se a solução não estaria antes num Estado – não diria binacional –, não confessional que reconhecesse a plenitude de direitos a todos os cidadãos, independentemente da sua religião, da sua origem geográfica, da sua origem nacional. Talvez, quiçá, essa fosse a solução que devesse ter sido ensaiada logo no início do conflito [...] acho que embarcar numa discussão como essa, abdicando daquilo que é fundamental para consolidar e para justificar e para sustentar as ambições e as reivindicações nacionais do povo da palestina é um risco muito grande.”</p>
<p>12. Qual o ponto essencial para se chegar a uma paz duradoura na concepção dos palestinianos e dos judeus?</p>	<p><b>Pontos a ser seguidos para se chegar a uma paz duradoura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Israel precisa estar em paz consigo mesmo e reconhecer claramente as fronteiras</li> <li>• Segurança para israelitas e palestinianos</li> <li>• Fronteiras seguras e cooperação com os Estados da região</li> </ul>	<p>“Israel precisa, como já disse duas ou três vezes, de paz consigo mesmo e com os seus vizinhos. E como solução tem evidentemente que reconhecer ao Estado de Israel fronteiras claras; ninguém hoje sabe muito bem quais são as fronteiras de Israel. Quer dizer, à luz da legalidade internacional sabemos quais são as fronteiras de Israel, mas o Estado de Israel quais são as fronteiras que se coloca a si próprio, são as de 67, são as duas, quais são? E, portanto, uma solução para o conflito tem que garantir segurança para todos os Estado da região, incluindo o Estado da Palestina. E também evidentemente o Estado de Israel: fronteiras seguras, mecanismos de cooperação com os Estados da região, portanto, um sistema que permita a cooperação e o</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações profícuas e mutuamente vantajosas entre Israel e Estados da região</li> <li>• Retirada dos territórios de 1967</li> <li>• Estado palestino com capital em Jerusalém</li> <li>• Resolução dos problemas dos refugiados</li> </ul>	<p>desenvolvimento de relações profícuas e mutuamente vantajosas entre Israel e os Estados da região [...] Em relação aos palestinos evidentemente que são os princípios fundamentais; essa é a herança que nenhum dirigente palestino está em condições de comprometer: retirada dos territórios de 1967, incluindo Jerusalém Oriental, a constituição de um Estado com Jerusalém como capital e a resolução do problema dos refugiados. Sem uma solução justa para estas questões a paz será dificilmente aceitável para qualquer dirigente palestino que assuma a responsabilidade de assinar qualquer tipo de acordo.”</p>
--	--	--